



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

JAIRO JOSÉ DA CUNHA

**DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES DO
TERCEIRO SETOR DE ATENÇÃO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA**

**Salvador
2006**

JAIRO JOSÉ DA CUNHA

**DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES DO
TERCEIRO SETOR DE ATENÇÃO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. AIDA VARELA VARELA - Doutora em Ciência da Informação, UNB, Brasil.

**Salvador
2006**

FOLHA DE APROVAÇÃO

JAIRO JOSÉ DA CUNHA

**DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO
SETOR DE ATENÇÃO A PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

Dissertação submetida à aprovação da banca examinadora do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

CONCEITO: _____

APROVADO EM ____ de _____ de ____

EXAMINADOR(ES):

AIDA VARELA VARELA (orientadora)
Doutora em Ciência da Informação (UNB)
Instituto de Ciência da Informação da UFBA

Profa. Dra. Ivone Freire Costa
Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (Portugal)

Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva
Doutorado em Ciência da Informação – UFRJ-IBICT

Aos meus pais (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A Deus, o dom da vida e da saúde.

A família, filhos e esposa, a compreensão.

**Aos Cap PM Brasil, Apolinário e Sandes, a Cidicléia, Moraes, Ada, Deise, Gessé e
Viviane, o suporte.**

**A todos do Instituto de Ciência da Informação: auxiliares, assistentes, secretários,
professores, coordenadores e a direção, o auxílio e solidariedade.**

As Professoras Izabel e Dalva, incentivo e apoio.

Aos Professores Luiz Freire e Robson Tenório, as consultas.

**A Prof^ª Aida Varela, gentileza, disciplina metódica, conselho, orientação e
disponibilidade.**

RESUMO

Esse trabalho objetivou avaliar a contribuição de uma rede aberta para a disseminação da informação sobre violência integrando organizações do Terceiro Setor. Para isso se fez um estudo de múltiplos casos envolvendo várias instituições que lidam com o tema da violência. Foram selecionadas as seguintes instituições do Terceiro Setor: FORUM COMUNITÁRIO DE COMBATE A VIOLENCIA – FCCV, PROJETO AXÉ, ORGANIZAÇÃO DO AUXILIO FRATERNAL - OAF, CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDECA, ARTE CONSCIENCIA, AGUIA DOURADA e as instituições PROJETO VIVER, DERCA e SENTINELA, do Primeiro Setor que lidam com a mesma problemática. Desenvolveu-se um estudo de múltiplos casos por meio de um estudo comparativo entre as instituições que se caracterizam em rede fechada e em rede aberta de disseminação da informação sobre violência no Terceiro Setor. A investigação foi respaldada teoricamente por autores e pesquisadores, nacionais e internacionais, das teorias de redes e sistemas informacionais, violência e ciência da informação e do ciclo comunicacional sob várias óticas: filosófica, ideológica, política, sociológica, psicológica, entre outros. Metodologicamente por autores de múltiplos casos e de análise de conteúdo. A análise dos resultados sob a ótica metodológica de análise de conteúdo de Bardin permitiu concluir que existe um padrão de resultados mais elevados na disseminação da informação sobre violência numa rede aberta integrando organizações do que numa rede fechada. Com isso é possível aumentar o nível de conhecimento sobre a violência colaborando com alternativas de controle dessa realidade.

Palavras - chave: informação; disseminação da informação; violência; rede; terceiro setor.

ABSTRACT

This paper aims at evaluating the contribution of an open net for the dissemination of information upon violence integrating organizations from the Third Sector. To do so, a study of multiple cases has been made involving many institutions which deal with the violence issue. The following institutions from the Third Sector have been selected: FORUM COMUNITÁRIO DE COMBATE A VIOLENCIA – FCCV, PROJETO AXÉ, ORGANIZAÇÃO DO AUXÍLIO FRATERNAL – OAF, CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDECA, ARTE CONSCIÊNCIA, ÁGUIA DOURADA and the institutions from the PROJETO VIVER, DERCA and SENTINELA, all from the the First Sector, facing the same problem. A comparative study has been developed between the institutions which were characteristically from a closed net with those from an open net of dissemination of information upon violence in the Third Sector. The investigation has been beheld theoretically by the authors of net, violence and information science and methodologically by authors of multiple cases and of content analysis. The analysis of the results of the research led to the conclusion that in the existence of an open net integrating the organizations, it has been noticed a tendency to obtain a pattern of results more aroused in the dissemination the of information upon violence, than in the presence of the closed net. By this, it is possible to enhance o level of knowledge about violence, collaborating with alternatives of control of this reality.

Keywords: information; information dissemination; violence; net; third sector.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Rede Aberta	39
Figura 2 -	Barreira a Disseminação	45
Figura 3 -	Redes: Aberta e Fechada.....	47
Figura 4 -	Sociometria da rede de comunicação científica dos pesquisadores do CPqGM.....	53
Figura 5 -	Ponto Hiperconector.....	54
Figura 6 -	Caso de APSV	59
Figura 7 -	Fluxo da informação sobre violência contra criança na rua.....	67
Gráfico 1 -	Mortes violentas de menores de 20 anos residentes em Salvador, segundo faixa etária, 1997 a 2001	16
Gráfico 2 -	Mortes violentas de menores de 20 anos residentes em Salvador, segundo tipo, 1998 a 2001	16

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Rede Aberta – Relevância da Informação - uma relação possível	50
Quadro 2 - Organização do terceiro setor de atenção a pessoa em situação de violência	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Qual o motivo que o levou a escolher essa Organização do Terceiro Setor para exercer sua atividade?.....	78
Tabela 2 -	Como considera o desempenho da OTS segundo os aspectos	78
Tabela 3 -	Quem procura com mais frequência a OTS para obter informação sobre violência nos casos de APSV?.....	81
Tabela 4 -	Qual o meio utilizado para disseminar informação obtida no APSV?	81
Tabela 5 -	A informação em BD é usada para auxiliar novos casos de APSV?	82
Tabela 6 -	Quando faltam informações para o trato de casos de APSV e precisando fazer contato com outras OTS, qual o meio utilizado por essa Organização para obter informações?.....	83
Tabela 7 -	Preservadas a identidade e a segurança das pessoas atendidas e dos integrantes da OTS a organização partilharia em rede aberta informação sobre violência obtida no APSV?	84
Tabela 8 -	Caso a Organização não partilhe de rede aberta. A opção em manter a organização fora de uma rede aberta com outras OTS de APSV.....	84
Tabela 9 -	A segurança das pessoas atendidas da OTS, quando esta se relaciona com outras OTS, na conexão em rede aberta apresenta.....	85
Tabela 10 -	A organização considera que passar informação produzida no APSV em rede aberta auxilia na prevenção de novos casos	85
Tabela 11 -	Passar a experiência da OTS no APSV em rede aberta para OTS que realizam atividades "concorrentes", na sua opinião?	86

LISTA DE SIGLAS

ANCED	-	Associação Nacional dos Centros de Defesa
APSV	-	Atenção a Pessoa em Situação de Violência
BD	-	Banco de Dados
CEDECA	-	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEIC	-	Curso de Especialização em Inteligência Competitiva
CoPs	-	Comunidades de Práticas
CSM	-	Comunidades caracterizadas como Socialmente Marginalizadas
DERCA	-	Delegacia Especializada para a repressão de Crimes contra a criança e o Adolescente
DH	-	Direitos Humanos
DJ	-	Disk Jokey
EUA	-	Estados Unidos da América
FCCV	-	Fórum Comunitário de Combate a Violência
ICI	-	Instituto de Ciência da Informação
IML	-	Instituto Médico Legal
IMLNR	-	Instituto Médico Legal Nina Rodrigues
IPERBA	-	Instituto de Perinatologia da Bahia
MC	-	Master of Cerimonies
MCM	-	Meios de Comunicação de Massa
MP	-	Ministério Público
MSG	-	Mensagem
NCVS	-	National Crime Victimization Survey
NTICs	-	Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
OAF	-	Organização do Auxílio Fraternal
ONG	-	Organização Não Governamental

- ONU - Organizações das Nações Unidas**
- OTS - Organização do Terceiro Setor**
- PMBA - Polícia Militar da Bahia**
- PSV - Pessoa em Situação de Violência**
- RA - Rede Aberta**
- RF - Rede Fechada**
- SETRAS - Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte.**
- SPSS - Statistical Package for the Social Sciences**
- TI - Tecnologias de Informação**
- TIC's - Tecnologias da Informação e Comunicação**
- UCAM - Universidade Cândido Mendes**
- UFBA - Universidade Federal da Bahia**
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 JUSTIFICATIVA.....	16
1.2 PROBLEMA.....	17
1.3 PRESSUPOSTOS	18
1.4 OBJETIVOS	18
1.5 ASPECTOS METODOLÓGICOS	19
1.6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	23
2. INFORMAÇÃO, DISSEMINAÇÃO E VIOLÊNCIA	25
2.1 IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO.....	25
2.2 INFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA.....	26
2.3 INFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA NA CIDADE DO SALVADOR COMO FATO SOCIAL	27
2.4 INFORMAÇÃO E OS SIGNIFICADOS ATUAIS DA VIOLÊNCIA	32
2.5 INFORMAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS	34
3. INFORMAÇÃO NO TERCEIRO SETOR.....	38
3.1 INFORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR DE ATENÇÃO A PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	42
3.2 BARREIRAS À DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO	44
4. DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A REDE ABERTA	46
4.1 DINÂMICA DA TEIA SOCIAL.....	46
4.2 DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO: REDE ABERTA.....	49
5. ESTADO ATUAL DA DISSEMINAÇÃO EM REDE DA INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA EM OTS de APSV EM SALVADOR.....	55
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
5.1.1 Estratégias Metodológicas.....	55
5.1.2 Entrevista.....	59

5.1.3 Questionário	61
5.2 O USO DO SPSS.....	61
6. RESULTADOS	63
6.1 RESULTADO DAS ENTREVISTAS	63
6.1.1 Motivação nas Ações de APSV.....	65
6.1.2 Rede Aberta: Fluxo, Conectividade, Fontes	67
6.1.3 Rede Fechada.....	70
6.1.4 Barreiras a Disseminação.....	71
6.1.5 NTICs no suporte a disseminação.....	75
6.2 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO.....	76
7. CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS.....	92
GLOSSÁRIO	98
APÊNDICES	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Desde o ano de 1972 quando fui declarado aspirante oficial da Polícia Militar do Estado da Bahia - PMBA venho acompanhando a questão da violência por necessidade da atividade profissional. Até 1981 eram observações de senso comum, já nesse mesmo ano ao ingressar no serviço de inteligência, analisando e processando a informação sobre violência, passei a ter contacto com os índices que medem os níveis desse fenômeno na cidade do Salvador, indo da pura observação à constatação. A violência se confirmava pelos indicadores oficiais da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Saúde, onde havia uma tendência ao crescimento.

Nesse cenário, surgem inúmeras organizações do terceiro setor preocupadas em prestar assistência às vítimas da violência. Instiga-se, assim, a necessidade em conhecer os resultados alcançados, uma vez que a polícia nem sempre conseguia alcançar metas de redução da violência, à exceção de modalidades criminosas específicas que não influenciavam no resultado geral.

No ano de 1996, com a introdução do policiamento comunitário, nova filosofia de policiamento que privilegia a participação do cidadão no planejamento e fiscalização das ações da polícia, e de algumas parcerias feitas pela Polícia Militar, iniciou-se um trabalho junto ao Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA e observou-se que os resultados existiam na área de assistência às vítimas com os casos consumados de morbidade (seqüelas sem morte) e nos casos de morte, na assistência a parentes e acompanhamento de processos.

Detectou-se não haver um trabalho dirigido a disseminar informação com vistas a educar a população para determinados aspectos que envolviam a exploração sexual da criança e do adolescente, especialidade referente a suas ações. À exceção de campanhas pontuais, sua experiência e conhecimento não eram divulgados para o público. Eis uma das razões da escolha do tema: Disseminação da informação sobre violência em rede aberta nas Organizações do Terceiro Setor de Atenção a Pessoa em Situação de Violência (APSV).

Escolhido o tema, iniciou-se esse trabalho que objetivou avaliar se uma rede aberta contribuía para a disseminação da informação relevante sobre violência produzida pelo CEDECA, com

sede na Conceição da Praia e Centro Histórico de Salvador, em suas ações de atenção à pessoa, permitindo melhor compreensão do fenômeno da violência.

Para que se estabelecesse um contraponto a uma rede aberta selecionou-se a Organização Não Governamental Arte Consciente, também de APSV, sediada em Saramandaia, que não possui integração à rede aberta (RA). A comparação permitiu analisar as contradições existentes na integração ou não integração das organizações e dos sujeitos que participam de suas ações. A dialética existente nos discursos dos atores, após análise de conteúdo, auxiliou na percepção da realidade encontrada.

A escolha das organizações se deu por suas ações assistenciais junto às Comunidades Socialmente Marginalizadas – CSM, aos sujeitos que se encontram nas ruas e periferias de Salvador em situação de violência. Ações que podem ser complementares aos programas de governo ou substitutas quando o governo se encontra totalmente ausente; podem ser em parceria com governo e empresas ou fruto de iniciativa da própria comunidade (geradora de seus próprios recursos), situação cada vez mais rara.

O poder emanado da população permite a essas organizações realizar campanhas, arrecadar fundos, representá-la em fóruns e seminários, além de criticar políticas públicas dos governos e até assumir atitudes próprias do poder público na solução dos problemas sociais, o exemplo de APSV. Essas seriam algumas das ações esperadas pela comunidade assistida por uma organização do terceiro setor (OTS) e que teria apenas como mecanismo para avaliar esse desempenho: o acesso a informações relevantes sobre a mesma e suas ações de atenção.

Esse estudo relacionando à disseminação da informação sobre a violência que atinge a população de Salvador a uma rede aberta em organização de terceiro setor de atenção à pessoa em situação de violência contribui para que se tenha uma visão de como a informação é tratada num segmento do terceiro setor nessa cidade. Esclarece motivações envolvidas nessa atividade assistencial e oferece elementos para aumentar o nível de compreensão do fenômeno da violência permitindo interferências mais consistentes nessa realidade.

1.1 JUSTIFICATIVA

No período compreendido entre 1997 a 2001, Salvador apresentava índices crescentes de violência. Essa realidade era constatada pelo número de casos registrados oficialmente e pela difusão da mídia por meio de imagens e depoimentos pessoais. O Fórum Comunitário de Combate a Violência - FCCV elaborou o documento “No rastro da violência”, apresentando dados estatísticos que evidenciavam o fato, além da corroboração dos indicadores da rede de saúde local, da justiça e da polícia, conforme gráficos a seguir:

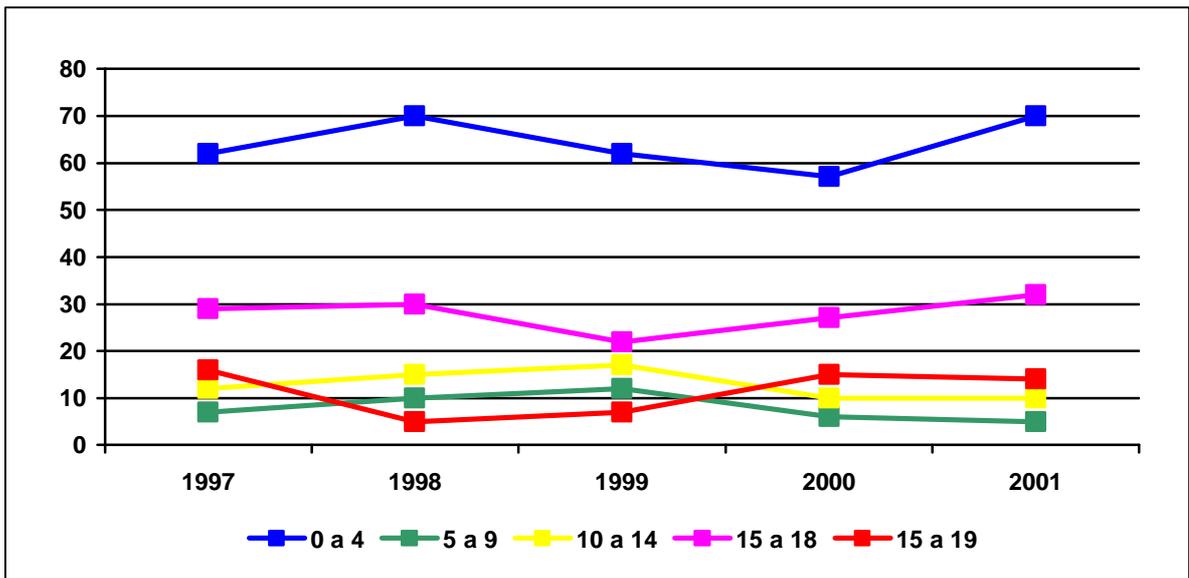


Gráfico 1 - Mortes violentas de menores de 20 anos residentes em Salvador, segundo faixa etária, 1997 a 2001.

Fonte: FCCV – Fórum Comunitário de Combate à Violência (2001).

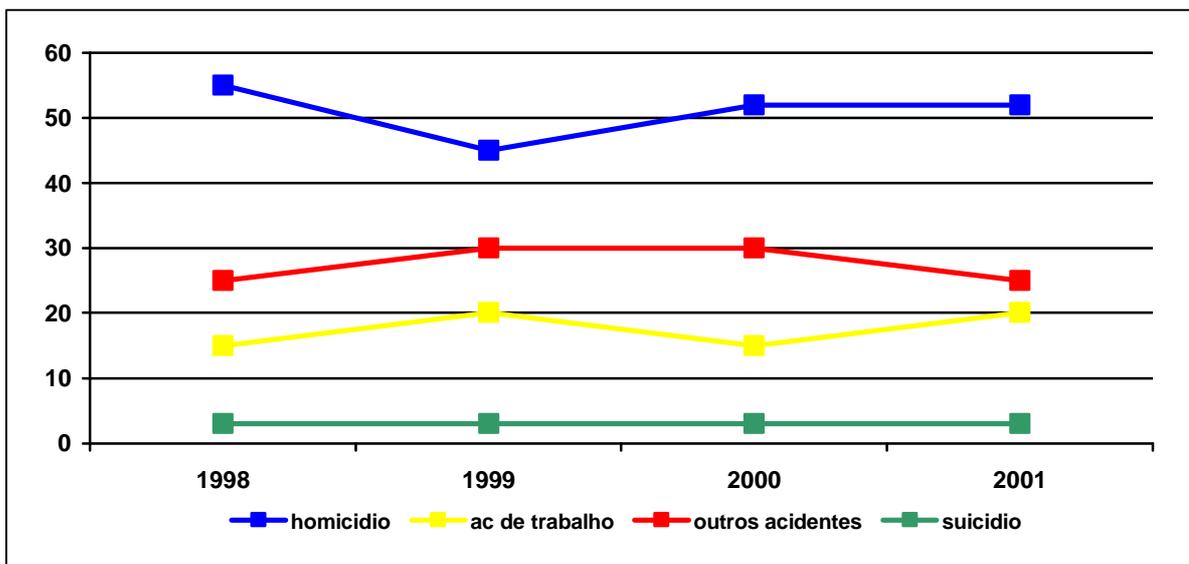


Gráfico 2 - Mortes violentas de menores de 20 anos residentes em Salvador, segundo tipo, 1998 a 2001.

Fonte: FCCV – Fórum Comunitário de Combate à Violência (2001).

Nesse cenário, organizações públicas, privadas e do terceiro setor atuam no sentido de compreender causas e criar meios de prevenir e controlar o fenômeno das mortes prematuras, no entanto, observamos que não interagem com regularidade, a despeito de atuarem com os mesmos objetivos e num mesmo espaço geográfico. Informações são produzidas e não são disseminadas de uma forma mais ampla. Algumas utilizam as novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) como rede suporte, mas não são evidenciadas as conexões interativas, presenciais e cooperativas, caso da Arte Consciente.

As conexões caracterizam de forma simplificada uma rede, uma forma de agir que se apresenta como um projeto deliberado de organização da ação humana, apresentando como características quantidade, dispersão geográfica, interligação e horizontalidade, portanto, a dinâmica organizacional no terceiro setor através de uma rede aberta de informação atuando na APSV tenderia a desenvolver conhecimento sobre violência na sociedade soteropolitana.

Uma rede aberta, categoria particular da rede, caracterizada como a integração de OTS de APSV, dos seus sistemas de TIC, comunidade, organizações públicas e privadas afins, compartilhando experiências, informações e documentos, seria o elemento facilitador para a disseminação de informação sobre violência num trabalho cooperativo e sistemático envolvendo compromisso e participação.

1.2 PROBLEMA

As OTS de APSV sediadas na cidade do Salvador e integradas em rede aberta contam, atualmente, para sua gestão, com as NTICs, que lhes permitem esquadrihar as informações existentes na internet em busca de solução aos seus problemas de gestão e organização da informação. No entanto, observa-se nelas a inexistência de objetivo voltado para o tratamento profissional da informação, particularmente aquela que contém referência à violência sofrida pela pessoa e coletada durante o atendimento.

Nesse contexto, as redes abertas são consideradas importante instrumento na disseminação de informação e provocam duas questões básicas: a integração de uma organização do terceiro setor em rede aberta contribui para a disseminação de informação nos casos de atenção à pessoa em situação de violência? e, a presença dessa rede aberta traz relevância à informação?

1.3 PRESSUPOSTOS

Diante dessas questões surge a possibilidade de estabelecer “explicação plausível, mas provisória, de um problema de pesquisa, que deve ser verificada nos fatos” (LAVILLE, 1999, p.334). Pressupõe-se então que o incremento no fluxo informacional interfere na disseminação da informação sobre violência e que a integração em rede aberta de OTS de APSV contribui para esse incremento e traz relevância à informação disseminada.

Feita essa reflexão, assume-se o enunciado dos seguintes pressupostos:

- ? A presença de rede aberta na integração de organizações do terceiro setor de atenção à pessoa em situação de violência contribui para a disseminação de informação.
- ? A participação de OTS de APSV em rede aberta traz relevância à informação disseminada.

1.4 OBJETIVOS

O objetivo geral do estudo consiste em avaliar a contribuição que uma rede aberta pode trazer para a disseminação de informação relevante sobre violência contra pessoa por OTS de APSV. Para estabelecer procedimentos orientadores na condução da pesquisa definiu-se como objetivos específicos:

- ✍ Identificar e caracterizar uma OTS de APSV em Salvador que possui arquivo contendo informação sobre violência contra a pessoa atuando em rede aberta;
- ✍ Identificar e caracterizar uma OTS de APSV em Salvador que possui arquivo contendo informação sobre violência contra a pessoa atuando em rede fechada;
- ? Analisar nas organizações investigadas procedimentos, normas e objetivos que influenciam a disseminação da informação sobre violência; e,
- ? Comparar as organizações nos aspectos relativos à disseminação da informação relevante sobre violência.

1.5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com base no objetivo geral delineou-se uma pesquisa exploratória constituída por um estudo de caso, que se caracteriza por “um método de pesquisa para a investigação de inferências válidas a partir de eventos que se encontram fora dos limites do laboratório, ao mesmo tempo em que mantém os objetivos do conhecimento compartilhado com a ciência laboratorial” (CAMPBELL *apud* YIN, pág, XI, 2006), particularizado à luz de um estudo de múltiplos casos, que se constitui na utilização de mais de um caso com o aprofundamento que esse método oferece para resposta a questões exploratórias tipo: “Como se comporta a disseminação da informação sobre violência em uma RA integrando OTS de APSV?”. Foram realizados levantamentos de dados no campo, após identificadas as organizações CEDECA e ARTE CONSCIENTE para compor o objeto. Em seguida, estratégias de coleta de dados como: questionário e entrevistas semi-estruturadas, com vistas a confrontar a realidade com os pressupostos nas organizações assinaladas que atendem pessoas em situação de violência na cidade do Salvador, espaço geográfico e universo para o desenvolvimento da pesquisa, cuja delimitação temporal compreende o ano de 1997 a 2006. Os questionários e as entrevistas foram aplicados aos dirigentes e funcionários.

1.6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ciência da informação é a principal base teórica desta dissertação, com destaque para a disseminação da informação. Um estudo das teorias sobre o terceiro setor e a violência, onde buscou-se as relações com a disseminação da informação, serviu de base ao desenvolvimento do tema, mantida a conformidade com objetivos e metodologia. Outras referências teóricas das Ciências Humanas foram buscadas como suporte à argumentação.

O conceito de Terceiro Setor, muitas vezes confundido com a filantropia, à qual está diretamente vinculado na sua origem, foi usado para compreender como a informação é utilizada nessas organizações que se colocam entre o público e o privado, buscando espaço nas carências e nos claros deixados pelo primeiro setor e ainda procurando preservar sua independência, se é que se pode ter independência quando dependem de recursos provenientes de fontes com as quais estabelecem parcerias.

Os aspectos teóricos da violência foram abordados com base em Durkheim, (2003) e entendida na sua representação como fato social, segundo “As regras do método sociológico” do mesmo autor. O conceito selecionado foi o de Chauí (2002), usado para secundar os aspectos informacionais sobre violência, foco dessa investigação, e não a violência em si.

A violência é na atualidade, um assunto que, por ações de organizações interessadas, se transforma em informação produto de mercado para fins diversos. Na mídia é vendida como notícia; nas empresas seguradoras adquirida e utilizada em pesquisa para cálculos dos prêmios em função da idade, atividade e risco; na saúde em registros técnicos provenientes dos atendimentos para uso em planejamento de melhor assistência, para campanhas de prevenção e negociada com interessados; nas secretarias de segurança pública dos Estados são produzidas ou adquiridas para planos de prevenção e repressão.

A transformação da informação em produto nas OTS que lidam com APSV, se dá em forma de estatística para ilustrar campanhas contra a violência e a prevenção, para reforçar a imagem da organização na busca de parceiros e financiamento. A produção da informação necessária a essa transformação se verifica quando dos registros de casos durante o atendimento. Apesar dessa importância não há objetivo formal da OTS com o seu incremento e processamento.

Para demonstrar essa tendência de incremento, buscou-se respaldo nos conceitos de redes registrados em Castells (2001), Capra (2002) e em Freire, (2002); na caracterização dos aspectos de otimização do uso pelo crescimento quantitativo no fluxo provocado pelas conexões; no prejuízo do não compartilhamento. Com isso sinalizaram-se os caminhos a seguir nessa demonstração e a na resposta sobre a contribuição que a rede aberta pode trazer para a disseminação da informação.

As redes adquiriram uma atenção nunca antes conferida a si pela ciência em função dos novos paradigmas da complexidade. Portanto, não se pode negar a ênfase atual pelas discussões em torno das redes, suas conexões com o pensamento complexo e possíveis conseqüências sobre o comportamento dos seres humanos e das sociedades. As novas abordagens dos cientistas na física, com o austríaco Capra (2002) e na Sociologia com o português Castells (2001) evidenciam essa tendência.

Na abordagem teórica sobre rede, o que interessou para suporte das idéias na comprovação das hipóteses é a sua componente conceitual de conectividade, horizontalidade e quantidade, quando se constitui em estruturas reticulares abertas no campo específico das organizações sociais que formam atualmente o terceiro setor de atenção à pessoa em situação de violência.

A relevância é uma característica que define o valor da informação (MC KENNON e BRUNS *apud* DAVENPORT, 2001), e uma das formas de se conferir essa característica à informação é ampliar a velocidade da disseminação essencial ao fator oportunidade e aumentar as fontes com benefício à relevância. A conexão em rede aberta, permitindo através dos novos caminhos entre os nós e pelos novos nós como fontes autoregeneradora, contribui com esse fator.

Outra questão que dificulta a prevenção da violência é a inexistência de um sistema compatível que unificasse as informações e as tornasse disponíveis para uso e retroalimentação pela sociedade utilizando as redes de computadores e a *inforvia*. Base de dados construída com recursos públicos existe, mas nem sempre pode ser acessada por todos, questão de segurança, normas organizacionais e da incompatibilidade de sistemas proprietários. Nas avaliações dos 03 teóricos abaixo se visualiza parte da problemática.

Robinson (2001), analisando dificuldades técnicas em sistemas pertencentes às organizações que possuem foco de negócio na violência, afirma que, na Grã-Bretanha, os computadores da Polícia não são compatíveis, não "falam" entre si, representando desvantagem competitiva no combate ao crime. Essa constatação da ausência de comunicação entre pontos de presença, por questões técnicas, pode ser resolvida com aquisição dos programas atuais que permitem o diálogo entre os sistemas. Quando acontecem por questões culturais, ideológicas, religiosas ou raciais constituem-se barreiras mais delicadas a serem transpostas, fazendo com que as organizações que assim agem percam competitividade.

Soares (2000) propôs num Fórum de Debates realizado pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), "um data base integrado sobre a violência no Brasil – Idéias para um Pré-Projeto Interinstitucional de Pesquisa". Nessa proposta indica a criação de um sumário informatizado para dados existentes em instituições oficiais que lidam com o crime (Justiça, Polícia e Saúde), focando o crime em geral e o homicídio em particular. Afirma que várias polícias e outras unidades de administração estadual usam programas proprietários que não se

comunicam com outros, ou que requerem esforços de um programador profissional para que possam ser usados em pacotes estatísticos. Este dado reforça a dificuldade de articulação entre as bases de dados que tratam da violência na sociedade brasileira.

Catão (2000) destaca a preocupação da ONU, a qual recomenda aos governos que elaborem informes e caminhos para o controle do crime e da violência. No cumprimento da recomendação, diversos países aproximaram suas fontes de informação, de modo a desenvolver estatísticas relevantes e de credibilidade sobre o fenômeno crime/violência. A sua análise indica também que os dados existentes provinham de registros oficiais da Polícia, Justiça e Sistema Penal, em que o foco é o criminoso, o que na sua opinião apresenta um quadro distorcido da violência e da criminalidade, refletindo mais a visão da administração da Justiça e a ação seletiva dos órgãos oficiais de controle social.

Percebem-se nos autores citados uma preocupação comum, concluindo por raciocínios diversos que: 1. As estatísticas oficiais não são confiáveis para leitura correta da realidade que envolve crime e violência; 2. A ausência de comunicação entre base de dados institucionais prejudica a formação de um quadro mais amplo; 3. Existem fontes não disponíveis aos organismos oficiais que auxiliariam numa configuração mais abrangente e confiável. É nesse último aspecto onde as OTS de APSV teriam participação fundamental na construção de conteúdos mais ricos e confiáveis, pois lidam com o fato real gerador da violência no cotidiano de suas ações, podendo incorporar-se a redes maiores. Redes dentro de redes da teoria de Capra (2002).

De modo que se pode afirmar resumidamente que os conceitos de rede utilizado nesse estudo são: a conexão entre os conceitos de rede complexa aberta e rede complexa fechada, desenvolvida no trabalho “Comunidades de aprendizagem: gerando e compartilhando conhecimento” (FREIRE, 2003); rede de computadores e redes de fluxos em mercados globalizados de Castells na sua obra “A sociedade em rede” (CASTELLS, 2001); rede de relações totais de Capra em “A teia da vida” e “Conexões ocultas”. Os conceitos de informação que nortearam a pesquisa são os de Le Coadic (2004), Porat apud Castells (2001) e Barreto (2003), considerando a componente organizacional do terceiro setor.

Portanto, estas são as referências conceituais que estabeleceram as relações com a prospecção em campo na resposta ao problema.

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para apresentar o tema: “Disseminação da Informação sobre Violência em Rede Aberta no Terceiro Setor” e para auxiliar no desenvolvimento das idéias, este trabalho estrutura-se em sete capítulos.

O Capítulo 1, como Introdução, justifica o tema e sua importância, apresenta a problemática da pesquisa, as hipóteses levantadas, os objetivos, os aspectos metodológicos, a fundamentação teórica e a estrutura do trabalho, que compõem o tema com foco na disseminação da informação.

O Capítulo 2 relaciona a disseminação da informação ao fenômeno da violência, seus significados atuais, sua manifestação contra a pessoa; destaca o papel da disseminação da informação sobre violência contra a pessoa como forma de contribuir para a compreensão do fenômeno e das tentativas sociais de controle; discute a importância da informação e o papel das novas tecnologias como suporte à disseminação no contexto da pesquisa.

O Capítulo 3 traz um breve histórico sobre o terceiro setor, suas abordagens teóricas, sua relação com disseminação da informação e dificuldades nessa disseminação, referindo-se particularmente à produção da informação sobre violência no atendimento à pessoa em situação de violência; situações que constituem barreiras à disseminação.

O Capítulo 4 relaciona aspectos de rede de Castells (2001), Freire (2002) e Capra (2002) na contribuição ao conceito de rede aberta usada nesse trabalho com foco na disseminação da informação sobre violência.

O Capítulo 5 trata dos aspectos relativos à pesquisa em si, suas rotinas e análise dos dados coletados, confrontando os pressupostos e hipóteses com a realidade; descreve a situação da informação no âmbito das OTS de APSV de acordo com as práticas desenvolvidas pelos indivíduos em função da integração ou não de sua organização em rede aberta. Reflete a respeito da disseminação da informação sobre violência contra a pessoa.

O Capítulo 6 relaciona os dados e informações coletadas para a construção do novo conhecimento e apresenta considerações sobre a importância de uma rede aberta para disseminação da informação sobre violência.

No Capítulo 7, reservado para a conclusão final do estudo e apresentação de sugestões sobre o aprofundamento do estudo e uma recomendação que visa melhorar a rede e, conseqüentemente, o atendimento à população assistida. Longe de se apresentar um estudo conclusivo, pretendeu-se instigar novos debates acerca do tema em benefício da qualidade dos serviços a serem prestados à criança e ao adolescente em situação de risco.

2 INFORMAÇÃO, DISSEMINAÇÃO E VIOLÊNCIA.

2.1 IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO.

Através da história, a informação vem permeando a movimentação social com a participação individual ou coletiva do ser humano. No conflito entre nações, os serviços de inteligência trabalham a informação para suporte às decisões dos estrategistas desde as dinastias chinesas até a recente ocupação americana do Iraque. Na construção do conhecimento, os cientistas, através dos colégios invisíveis, partilharam-na em redes de interação, a igreja a utilizou e protegeu na Idade Média para fins de participação do poder temporal e controle de fiéis.

A condição de estar disseminada em assuntos políticos e religiosos, nas construções científicas e tecnológicas, nas relações econômicas, nas atividades profissionais, nas ações sociais das comunidades, famílias e pessoas desde os primórdios da civilização é conferida à informação permeabilidade a toda área do conhecimento, trazendo ao mesmo tempo uma complexidade conceitual.

Na área da ciência da informação discute-se fortemente o conceito de informação. A dificuldade encontrada para se estabelecer um consenso, encontra-se entre outras razões, no aspecto polissêmico do termo, na sua característica multifacetada e na sua interdisciplinaridade que permitindo uma colaboração recíproca entre diversas disciplinas permite interpretações diferentes em função do objeto de estudo das disciplinas, do interesse específico das áreas e das próprias percepções pessoais de seus teóricos. (BORKO *apud* PINHEIRO, 1995b; LE COADIC 2004; MIRANDA 2003).

Numa coisa a maioria dos teóricos tende a concordar: a relação da informação com a geração do conhecimento. Para Barreto (2003, p.58), conhecimento é “uma alteração provocada no estado cognitivo do indivíduo. Está organizado em estruturas mentais por meio das quais o sujeito assimila o meio. Conhecer é um ato de interpretação, uma assimilação do objeto (informação) pelas estruturas mentais do sujeito. As estruturas mentais são construídas pelo sujeito que percebe o meio”. Confirmada essa relação nas palavras do Prof. Dr. Naomar Almeida, Reitor da UFBA, na posse da direção do ICI/UFBA, 2006: “O ICI trabalha com o objeto que é a matéria prima para a construção do conhecimento: a informação”.

Para Le Coadic (2004): “informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”; Para Porat *apud* Castells (2001): “são dados que foram organizados e comunicados”. Para Barreto (2003): “estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou na sociedade”. São teóricos da ciência da informação e da economia em áreas diversificadas do conhecimento humano que, entretanto apresentam conceitos que se complementam.

A intencionalidade de gerar conhecimento através de processos cognitivos, torna o conhecimento construído numa ferramenta para a ação, onde o sujeito percebe o meio, fazendo da informação o instrumento para que a pessoa, em situação de violência, adquira melhores condições de sobrevivência pela alteração de seu estado cognitivo, à semelhança de treinamentos onde informações são passadas aos militares para sobrevivência na selva.

No seu conceito (PORAT *apud* CASTELLS, 2001) traz o aspecto dinâmico da informação quando relaciona a informação ao fluxo, ou seja, como se ao processo da elaboração houvesse a obrigatoriedade da transferência. No seu olhar houve a intenção de conferir sentido a um conjunto de dados, transmutados na informação compreensível e de levá-los ao receptor. Esse aspecto complementa o conceito de Le Coadic (2004), no que tange ao estático. Apesar de outras, as definições, elaboradas por Barreto, Porat e Le Coadic, dão o suporte necessário a esse estudo.

2.2 INFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA

Ao tempo em que permeia as movimentações sociais a informação acompanha e registra a ocorrência da violência presente no cotidiano da humanidade ao longo dos períodos históricos. Existem referências na literatura de que a violência esteve na gênese da humanidade: na luta pela sobrevivência, quando o primeiro “fazedor de machado” presenteou o homem com um bastão para ampliar o tamanho dos braços e atacar os semelhantes com vantagem; nas práticas da antropofagia; nos conflitos tribais dos povos bárbaros; na religião com os sacrifícios rituais; no suplício como pena corporal comum na idade média, para citar alguns exemplos de sua manifestação milenar. (MORIN, 1986; DURKHEIM, 2003b; SMITH, 1965; MONTAIGNE, 1961; BURKE 1999; MICHAUD, 1989; FOUCAULT, 2003).

“É certo que os povos primitivos mostram também na sua cultura uma unilateralidade que os leva a verdadeiras monstruosidades. Sacrifícios humanos entre os mexicanos, que eram verdadeiras orgias de sangue foram registrados em antigo manuscrito zapoteca, onde a vítima é morta com uma lança”. A informação inscrita em outros suportes como os papiros egípcios e os desenhos rupestres nos trazem dos tempos imemoriais a constatação da relação entre a disseminação temporal da informação e o conhecimento atual sobre a violência (SMITH, 1965).

A continuidade do registro e disseminação da informação específica sobre a violência vem marcando historicamente e linearmente sua ocorrência nas interações humanas, permitindo perceber como evoluiu e se diversificou das eras iniciais da civilização até nossos dias. “Do ponto de vista histórico é difícil dispor de informações quantitativas sobre um passado distante, mas a ignorância não é total; em todo caso, tudo o que se sabe vai na mesma direção: a violência é a marca registrada de períodos inteiros do passado.” (MICHAUD, 1989, p. 33.).

2.3 INFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA NA CIDADE DO SALVADOR COMO FATO SOCIAL.

Considerando a questão social da violência como uma componente teórica do tema deste estudo, ainda que não seja a sua preocupação básica, já que essa consiste na busca de uma relação entre a existência de uma rede aberta conectando OTS que lidam com informações sobre violência contra a pessoa e os efeitos na disseminação, resolveu-se buscar o entendimento do fenômeno da violência contra a pessoa, na cidade do Salvador, como fato social, segundo o conceito de Durkheim (2003a, p.40):

O fato social é toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais.

Após considerar que essa definição compreende todas as suas considerações anteriores sobre o fato social, Durkheim faz comparação entre sociologia e biologia dizendo que o estreito parentesco entre a vida e a estrutura, entre o órgão e a função, pode ser facilmente estabelecido em sociologia, visto que entre estes dois termos extremos existem toda uma série de intermediários imediatamente observáveis que mostra a vinculação entre eles, e que a

biologia, ainda que não tendo o mesmo recurso, acredita que as induções da sociologia sobre este assunto são aplicáveis à biologia e que nos organismos, tal como nas sociedades, só existem diferenças de grau entre essas duas ordens de fatos. Essas considerações do autor, usando ora a biologia, ora a psicologia como suporte aos seus argumentos, permeia todo o texto nas explicações e conclusões que o levaram a estabelecer a sua regra do método sociológico.

Viu-se na introdução que a ocorrência da violência na cidade do Salvador vem sendo mapeada pelo Fórum Comunitário de Combate a Violência (FCCV), ONG que lida com informação sobre violência contra a pessoa. Analisando o trabalho realizado por esse fórum no período 1998 a 2001, nesta cidade, relativo à violência sob a ótica do homicídio como fator epidemiológico, sendo essa análise baseada em indicadores estatísticos, verificou-se a indicação de uma tendência à manutenção dos índices e em algumas situações a sua elevação, o que demonstra, relativo à violência contida nessa modalidade, os mesmos atributos que definem o fato social segundo Durkheim, (2003a).

A não variação dos índices confirma a característica que tem o fato social de “[...] opor-se a qualquer iniciativa individual que tende a violá-lo” (DURKHEIM, 2003a, p.37). A manutenção temporal dessa estabilidade, permite dizer que dentro do grupo criminoso e dos que se motivam a ingressar nesses grupos, observam-se fatores externos às suas vontades, existentes nessa sociedade específica, determinando comportamentos, obrigando-os às ações violentas com certa regularidade temporal.

A resistência que o fenômeno da violência contida nesses crimes opõe aos dissidentes, quando tentam alterar ou impedir a sua repetição e a sua imitação, se dá através de certas formas de coerção e a manifestação continuada dessa violência são determinantes do reconhecimento exterior desta coerção social, seja com a censura do grupo que não aceita uma atitude pacificadora excluindo e rejeitando aquele indivíduo que assim procede, seja pelo uso da própria violência na preservação das práticas consolidadas que conferem às lideranças e determinam a hierarquia no grupo pela “lei do mais forte”. Suas crenças e regras são passadas de gerações remotas nascidas na prática da violência ou convivendo com ela nessa sociedade específica, conferindo-lhes a generalidade e exterioridade que caracterizam o fato social.

A sociedade se regula por normas que consensualmente os seus integrantes assumem obedecer, porém alguns as violam individualmente, ocorrência mais comum, ou coletivamente, nesse caso são enquadrados as violações promovidas pelas organizações criminosas e aquelas ocorrências que a mídia veicula mostrando grupos mobilizados por uma causa que considera justa do ponto de vista dos seus integrantes, a exemplo de saques a supermercados e invasões de terra ou imóveis urbanos, quando seus manifestantes interdita vias, ocupam áreas, realizam passeatas nos chamados movimentos populares.

Quando a violação da norma se faz de maneira coletiva significa que essa deve ser revista por não atender mais aos anseios dessa coletividade ou se tornou um obstáculo ao atendimento de uma necessidade impossível de ser obtida pela forma que determina o poder público. Por exemplo, quando a luta pela sobrevivência ligada à obtenção de alimento e moradia se alia aos movimentos populares, ele impõe ao indivíduo escolhas contrárias às que normalmente faria. Nessa mobilização coletiva que os leva a violar normas há uma coerção envolvida anulando as vontades individuais. Esse comportamento na quase ausência de regras caracteriza a anomia. DURKHEIM, (2003b).

A coerção exerce sobre o grupo que pratica violência, uma influência determinante que independe das vontades individuais dos seus integrantes, ainda que no momento do cometimento da violência estivesse envolvido o fator individual da condição humana. Não é ele o responsável pela prática, e sim a coerção, o verdadeiro móvel dessas ações ao preparar todas as condições para que ao indivíduo não reste alternativa.

No momento em que o indivíduo aceita, por força da coerção, praticar a violência, e a ele somam-se outros, a generalidade e exterioridade do fato social surgem de forma a serem percebidas por todos através de cada ocorrência específica. É o jovem que deseja afirmar-se para ser aceito num grupo de valentões “respeitados” pelas práticas constantes de agressões que agride uma garota por lhe dar um “fora”, como tantos outros de sua idade já o fizeram. São ações que as gerações anteriores praticaram, deixando o legado social registrado através dos fatos na memória viva de todos que partilham daquela sociedade, para que possam, em consequência da coerção, praticar semelhantes ações pela repetição e imitação.

Durkheim admite que qualquer fato social é passível de imitação, mas não considera que esta imitação tenha influência preponderante na gênese dos fatos coletivos, como quis atribuir (GABRIEL TARDE *apud* DURKHEIM, 2003a) na sua teoria que explica o crime pelo princípio da imitação. Para Durkheim os crimes considerados fato social se generalizam e são imitados, por serem sociais, quer dizer, obrigatórios.

São coisas diferentes, repetir automaticamente o que outros fizeram e inclinar-se perante a opinião formada no meio social:

O seu poder de expansão não é a causa, mas sim a consequência do seu caráter sociológico. Ainda se os fatos sociais fossem os únicos a produzir essa consequência, a imitação poderia servir senão para os explicar, pelo menos para os definir. Além disso, podemos duvidar que a palavra imitação seja a que melhor convém para designar uma propagação devida a uma influência coerciva (DURKHEIM, 2003a, p.38).

Por exemplo, ao lado da imitação da ação violenta, que o rapaz que levou “um fora” praticou, estava a coerção social impulsionando as suas ações independentes de querer ou não, se não fizesse o que fez seria punido por violar máximas puramente morais:

A consciência pública reprime todos os atos que as ofendam através da vigilância que exerce sobre o comportamento dos cidadãos e das penas especiais de que dispõe. Em outros casos, a coerção é menos violenta, mas não deixa de existir. Acaso não me submeto às convenções da sociedade, se, ao vestir-me, não tenho em conta os usos seguidos no meu país e na minha classe, o riso que provoço e a aversão que suscito, produzem ainda que de uma maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. (DURKHEIM, 2003a, p.32).

Considerando o caso referido anterior, provavelmente haveria os risos, os comentários desairosos e até mesmo a aversão pela não prática da violência pela pessoa que se encontrava em situação semelhante a outras que a utilizaram no passado; logo, existiu naqueles casos uma tendência à imitação, isso ocorreu por que foram obrigados.

De modo que, ao atribuir a formação do fato social pela imitação e não levando em consideração o aspecto da coerção, tarde deixa-se levar, segundo Durkheim, a, (2003), por um juízo que o conduziu a erro, demonstrando seu desprezo pela teoria da imitação na explicação sociológica do crime. Admite a existência da imitação do fato social. “[...] indubitavelmente qualquer fato social é imitado” mas, por coerção. (DURKHEIM, 2003a, p.39).

Isso não significa que um caso de pedofilia seja imitado de forma generalizada, pois foge a determinados aspectos existentes no fato social que tende ao geral. Nesse caso entra o aspecto das patologias que particularizam algumas modalidades de crime, mas não é objeto discutir as particularidades e sim usar um modelo teórico que respalde a violência contra a pessoa como fato social para estabelecer bases de entendimento do fenômeno entre as OTS de APSV.

A disseminação da informação sobre a violência pelos meios de comunicação de massa (MCM) não separa os seus efeitos sobre o patrimônio e sobre a pessoa. Divulga indiscriminadamente um incêndio sobre instalações ou florestal onde não ocorrem vítimas do mesmo modo que o faz sobre assassinatos e morte no trânsito. Porém do ponto de vista jurídico costuma-se separar os seus registros na disseminação dos inquéritos e processos. A violência atendida pelas OTS de APSV envolvendo a pessoa, se caracteriza, do ponto de vista jurídico, violência contra a pessoa. E as informações extraídas daquele atendimento – informações sobre violência contra a pessoa.

Seria possível demarcar limites entre violência contra a pessoa e violência contra o patrimônio? Essa divisão é marcada e influenciada pelos Códigos Penal e Processual Penal que estabelecem capítulos dos crimes contra o patrimônio e dos crimes contra a pessoa. Porém, é muito difícil separar o ponto em que a violência contra o patrimônio não afetaria a pessoa, constituindo-se violência contra a pessoa.

Considere-se um ônibus incendiado por criminosos, onde passageiros são constrangidos a descer, e obriga-se que assistam o desfecho. Nesse caso particular de crime contra o patrimônio uma série de fatores se constituem pressão sobre a pessoa, podendo afetar o psicológico: obedecer a ordens sob ameaça de armas; o susto e a permanência do medo pela dúvida sobre as pretensões do criminoso; o cerceamento da liberdade de ir e vir.

Também é difícil perceber a violência não física. No caso de seqüestro e cárcere privado, que em si já constituem a própria violência, ainda que não se confirmem lesões ao corpo, haverá a probabilidade de danos à saúde mental relacionada ao evento traumático sofrido. Uma forma mais sutil como a perseguição de um chefe, não caracterizada nas formas tradicionais de violência, termina por afetar a saúde da pessoa pela permanência da pressão agindo no emocional, a exemplo de um caso de assédio.

2.4 INFORMAÇÃO E OS SIGNIFICADOS ATUAIS DA VIOLÊNCIA

Os estudos indicam que no início do século XXI o fenômeno da violência vem sendo atribuído à intolerância religiosa. Refere-se a essa modalidade, a disseminação da informação sobre a violência que preenche a pauta diária dos MCM, se inscreve nos modernos suportes eletrônicos da Internet e envolve a sociedade global em múltiplas interpretações orais sobre o fenômeno. Nesse caso, a violência atinge indiscriminadamente idosos, crianças, mulheres e integrante de qualquer minoria, que estejam no local coletivo, escolhido como alvo de atentado.

No Brasil, segundo as estatísticas e pesquisas, não se tem notícias de atos de violência extrema envolvendo a intolerância religiosa. A predominância dos casos de violência envolve o uso de drogas, os assaltos, agressões entre torcidas organizadas de clubes de futebol, acidentes no trânsito, motins em presídios e exploração sexual de crianças e adolescente. O entendimento de violência pode variar em função dos grupos sociais, da cultura e de percepções pessoais.

Dessa forma, comenta Chauí (2002, p.337):

Em nossa cultura, violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário a sua natureza e ao seu ser. A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis porque o assassinato, a tortura, injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. Nossa cultura e sociedade nos definem como sujeito do conhecimento e da ação, localizando a violência em tudo aquilo que reduz um sujeito a condição de objeto.

Na sociedade contemporânea não apenas a existência da violência, mas o modo como é praticada, se confirmam na informação disseminada nas redes de televisão e internet. Sua presença no cotidiano das pessoas, seja na área urbana ou rural, adquire na atualidade proporções assustadoras, muito mais pela capacidade dos MCM disseminarem informações sobre as ocorrências em tempo real, do que o fato da sua existência em si.

A visão da sua manifestação cruel e constante transmite sensação de insegurança pela constatação de que todos estão ao seu alcance. A possibilidade da repetição mantém a lembrança do ocorrido com acréscimos de novos detalhes, criando a ilusão de uma ocorrência

nova. A cena repetida de uma batalha na guerra moderna, com sua similitude, dá uma idéia do poder de influência dos MCM na forma como a sociedade percebe a violência.

A sensação de segurança se reduz, o medo é alimentado e o poder dos criminosos potencializado:

As imagens mostram as coisas como se estivéssemos lá, entretanto, apesar de seu caráter de cópias verídicas, as imagens são enganosas: podemos selecioná-las, montá-las, legendá-las, podemos, sobretudo, mostrá-las ou não mostrá-las de jeito nenhum. As imagens da violência não escapam dessa distorção. Por causa delas, não são tanto as violências efetivas que contam, mas sim o que delas ficamos sabendo ou imaginando. (MICHAUD, 1989, p.49).

Através da exposição massiva dos seus feitos, os agentes da violência transformam-se em mitos e se constituem modelo para as crianças, adolescentes e jovens, principalmente das comunidades socialmente marginalizadas que, sem alternativa para o estudo e trabalho, pensam um dia ter o poder que percebem nos chefes do crime e de grupos terroristas, a exemplo do “Osama Bin Laden, da organização Al-Qaeda, rede terrorista a quem o governo americano atribui a responsabilidade pela queda das torres de dois edifícios na cidade de Nova York”. CHOMSKY, (2002).

O exemplo associando o terrorista com a expansão da violência, se prende ao fato de que seu exemplo influencia milhões de jovens no mundo que seduzidos pela fama e poder, atribuídos a Osama Bin Laden pela mídia, tentam copiá-lo. Ele representa um paladino contra a violência praticada por governos de nações poderosas.

Pode-se, também citar o comportamento paternalista e assistencialista dos traficantes que faz com que a comunidade assistida os defenda, justificando, assim, a violência que cometem, como uma “reação natural” às formas de repressão praticada contra eles, como se percebe nessa referencia a Pablo Escobar:

“Fora ali que ele fizera seus bilhões e onde seu dinheiro construía conjuntos de apartamentos, danceterias e restaurantes, e fora ali que ele havia criado moradia para os pobres, para as pessoas que antes se espremiavam em barracos de papelão, lata e plástico coletados em lixões da cidade, com panos cobrindo os narizes por causa do mau cheiro, procurando o que fosse possível ser limpo e vendido. Fora ali que ele construía campos de futebol com iluminação para que os operários pudessem jogar à noite, onde ele havia participado de inaugurações e, às vezes, até participado dos jogos.” (BOWDEN, 2004).

Esses criminosos também servem de inspiração aos jovens brasileiros das comunidades socialmente marginalizadas, pela fortuna, pelo poder e pela fama, como nos exemplos sobre Marcola e Fernandinho Beira-mar:

“Marcola aprecia mocinhas novas, sem renda comprovada, como a atual titular, Cíntia, de 22 anos, selecionada entre os familiares de detentos. Muito honrada pela escolha, que lhe garante prestígio, conforto e roupas de grife. Mulheres de lideranças ganham entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil para gastos pessoais a cada 30 ou 45 dias, uma cifra digna de uma socialite de verdade. O fascínio cada vez maior pelo posto de mulher de bandido costuma embasbacar os policiais”. (REVISTA ÉPOCA, 2003).

“Ao mesmo tempo que ganhava dinheiro, investia na favela, ajudando a comprar remédios, roupas, comida e até pagando dívidas de jogo de amigos da infância. Por meio dessa "política" paternalista, era querido e protegido pelos moradores da favela Beira-Mar.” (FOLHA ONLINE, 2002).

O poder do crime organizado aumenta através do extraordinário volume de recursos financeiros adquiridos ilegalmente e utilizados para corrupção, compra de armas, celulares, rastreadores, bloqueadores, computadores e propaganda. Na gestão competente dessa complexa atividade marginal, que passa pelo controle e uso da informação, a organização criminosa pode controlar a disseminação da violência praticada.

O uso legal da violência pelo Estado nas democracias cada vez mais é questionado, tornando mais poderosas as organizações que utilizam a violência para sobreviver. Os conceitos e significados se misturam na percepção da violência por parte das pessoas que vivem em pequenas comunidades, ao verem criminosos ser apresentados como gerentes e líderes organizacionais e quadrilhas apresentadas como organizações e empresas na televisão.

A ansiedade da mídia e de repórteres para executar o seu trabalho e competir por audiência, transferem indiscriminadamente informação, cujo conteúdo não pode ser questionado, pela audiência e leitores. Considerando a mídia um parceiro sempre solicitado por OTS de APSV para necessidades promocionais, a compreensão de como a mídia atua enquanto empresa que lucra pelo sensacionalismo é necessária ao dirigente das OTS de APSV para não contribuir com mais desinformação sobre suas atividades.

Bicudo (1994) analisa o papel da mídia na questão da violência quando a reportagem policial aparecia em veículos de menor circulação e a imprensa mais responsável registravam as ocorrências policiais sem sensacionalismo buscando apenas informar:

Hoje se constata o predomínio do sensacionalismo e raciocínio maniqueísta: o certo e o errado, o honesto e o desonesto, o trabalhador e o vagabundo, o policial e o delinqüente. Para alguns jornalistas, delinqüentes são indivíduos "peçonhentos", "imundos", "sujos", "safados", "sangues ruins". Focam suas reportagens nas manifestações particulares do fenômeno da criminalidade, destacando o delito praticado por humildes, individualizando as causas de crescimento da violência no marginal e sugerindo a população a defender-se, num claro estímulo à desobediência às leis. Fazem propaganda da violência, lágrimas de crianças e parentes de vítimas.

Essa avaliação do autor nos traz a real dimensão do papel da mídia na questão da disseminação da informação sobre violência, que deve ser tratada de forma racional, com a realidade exposta de forma clara. A OTS de APSV deve disseminar informação sobre violência para ser replicada na mídia enfatizando mais a prevenção, sem buscar destacar suas ações através do sensacionalismo, pois a prisão do assassino não devolve a vida.

2.5 INFORMAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Com a transição do analógico para o digital facilitando a comunicação em tempo real e mudanças nas relações econômicas com a possibilidade das transferências eletrônicas do capital, a informação adquire valor de mercado como um bem intangível, onde antes só era possível no "mercado negro" da espionagem, em que governos e empresas compravam informação ou financiavam a produção.

A comunicação e a computação quase instantâneas estão reduzindo o tempo e nos concentrando no aspecto da velocidade. A conectividade está colocando todo o mundo *on-line* de uma forma ou de outra e tem provocado a "morte da distância", um encolhimento do espaço. A intangibilidade de valores de todos os tipos, como serviço e informação, cresce em ritmo vertiginoso, reduzindo a importância da massa tangível. (DAVIS, 1999, p.6).

O que antes era contado sobre a violência nos encontros à luz de tochas e com alcance limitado, na era da transmissão eletrônica acontece em tempo real, com a cena diante de nós para nossa percepção e interpretação pessoal. Se antes a disseminação da informação sobre violência contra a pessoa tinha como meio principal a voz em encontro presencial de uma ou

mais testemunhas para validação da informação, hoje um apresentador de noticiário adquire autoridade para as massas não conscientes dos cortes e acréscimos presentes nas edições que distorcem a realidade por motivos diversos (técnico, tempo, econômico, político, legal) (CASTELLS, 2001; DAVENPORT, 1998).

O valor da informação é influenciado pela sua acessibilidade, precisão e oportunidade, e se um meio distorce a realidade, os demais aproximam a informação dessa realidade pela possibilidade do cruzamento de dados sobre o fato. Sendo esse outro meio a Internet, isso se dará na mesma velocidade garantindo uso de forma oportuna, isto é, no lugar e momento em que a informação se faz necessária.

As atuais NTICs exigem dos cidadãos conhecimentos que muitas vezes lhes são negados, deixando-os incapacitados para esse mercado de trabalho. Se as NTICs contribuem de algum modo para facilitar a vida das pessoas que interpretaram de modo correto o mercado e as relações estabelecidas entre o trabalho e o capital no modo informacional, também se prestam a excluir grande parte da população do planeta, notadamente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, aqueles em que a denominada “sociedade em rede” não se constitui uma realidade (CASTELLS, 2001; ALBAGLI, 1999).

A exclusão ao conhecimento necessário para a compreensão e o domínio das NTICs aliada à expansão da população, aumenta o exército de desempregados que, sem alternativa, mudam-se para favelas em periferias, engrossando a população de desassistidos nessas áreas urbanas, formando comunidades socialmente marginalizadas, com alta densidade demográfica, onde as estatísticas indicam índices diferenciados para a violência. (DURKHEIM, 2003b).

Alheio a esse efeito, o mercado pressiona o avanço da tecnologia digital tornando a informação relevante, um diferencial competitivo para qualquer organização contemporânea, seja pública, privada ou não governamental, ao permitir o alcance cada vez maior de consumidores da informação em si, e através dela provocar outros desejos de consumo.

A droga e o sexo são produtos cujo consumo atual cresce com a utilização desses recursos. O crime organizado vem desenvolvendo ação em rede e usando tecnologia de ponta em comunicação de dados necessários ao desenvolvimento de suas atividades. O comando das organizações criminosas por líderes presos só é possível com celulares e o controle financeiro

de lucro e orçamento com o computador. Pedófilos, estelionatários, terroristas e outros, utilizam o recurso da Internet, sinalizando a tendência do criminoso moderno ao uso das NTICs no cometimento de delitos aos quais se vincula direta ou indiretamente as várias formas de violência (ROBINSON, 2001).

Dessas NTICs, a Internet constitui aquela mais operacional no cotidiano das pessoas. Através das infovias, os fluxos informacionais levam mensagens capazes de permitir a construção de novas estruturas de pensamento e comportamento. Possibilita a reconstrução da informação recebida com agregação de valor, tornando-a informação de relevância para muitas outras pessoas que irão posteriormente ter acesso. (SARACEVIC *apud* PINHEIRO, 1995b; BARRETO, 2003; DAVENPORT, 1998).

Existem os críticos da rede pela capacidade que ela tem de aumentar a exclusão daquele que pela sua condição na sociedade é considerado excluído de bens e serviços oferecidos e ao alcance de outras classes. Consideram que a rede e a sofisticada tecnologia envolvida, exigem alfabetização suficiente para o domínio de suas operações, o que não seria realidade de comunidades socialmente marginalizadas. Entretanto, muitas experiências comunitárias bem sucedidas vêm ocorrendo no mundo, algumas nascem do próprio grupo comunitário, outras com a participação de órgãos públicos, ONGs, entidades sem fins lucrativos, etc. O voluntariado é a principal característica e, quase sempre, fator decisivo do êxito, quando no seio desse grupo voluntário surgem os líderes naturais que fazem as iniciativas se concretizarem, não importando a área, seja na saúde, educação, segurança, etc.

Marcelo (2000) nos apresenta notável exemplo de implantação cuidadosa de NTICs em sítio urbano, localizado em Netville, no Canadá. A experiência teve monitoramento científico num conjunto de casas construídas na periferia de Toronto e ocupadas ao mesmo tempo: 65% foram conectadas à internet através de acesso gratuito de banda larga. Nesse projeto não estava incluído local de uso coletivo como um telecentro, o que limitou contatos presenciais, consistindo na utilização de uma lista de discussões por *e-mail*, onde se forneciam informações sobre atividades da comunidade e divulgavam possibilidades de ajuda mútua, o que acabou se tornando um fórum de debates sobre os problemas do bairro e auxiliando os residentes a organizar reações conjuntas a acontecimentos que afetavam o coletivo. O contato

pessoal, com o tempo, se fez sentir e foi organizado através de *Focus Groups*¹ a cada seis meses, mostrando a experiência que a combinação entre interações *on-line* e *off-line* se constitui numa base segura para o fortalecimento das relações na comunidade.

Esta experiência mostra que interfaces colaborativas podem tornar-se um meio poderoso de comunicação e abertura social a comunidades carentes, além de mostrar que a arquitetura de rede é importante no suporte à formação e fortalecimento das redes sociais, onde a informação se produz e dissemina através de interações *off-line* e *on-line*. A rede aberta nesse estudo tem semelhança a que se formou no exemplo apresentado, mudando contexto e motivação.

¹ **O Focus Group** é uma metodologia adotada em pesquisa qualitativa amplamente utilizada na área de marketing e, mais recentemente, no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e de *websites*. Seu objetivo é detectar a presença ou não de algum fenômeno, sem se importar com sua magnitude ou intensidade pois esta técnica não possui peso estatístico como nas pesquisas quantitativas. Também tem se mostrado útil para firmar conceitos e objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade.

3 INFORMAÇÃO NO TERCEIRO SETOR

No capítulo anterior procurou-se demonstrar a relação informação – violência. Essa relação permitiu estabelecer a categoria complexa “informação sobre violência contra a pessoa” para em seguida compreender de que forma interfere nas ações das OTS de APSV. A partir dessa visão pretendeu-se situar o terceiro setor no campo específico de atividade assistencial a PSV partindo de um breve histórico. Com o foco na disseminação da informação produzida por essas organizações nas dificuldades existentes nessa atividade e no uso de artefatos que visem a eliminá-las, a exemplo das NTICs.

A propósito do terceiro setor, Landim (1999) observa que: “o terceiro setor não é um termo neutro, ele tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal”.

Montaño (2002), concordando com a observação, complementa dizendo que:

“não tem apenas nacionalidade como também procedência e funcionalidade com os interesses de classes, surgindo como conceito nos EUA, em 1978, por John D. Rockefeller III, chegando ao Brasil através de um funcionário da Fundação Roberto Marinho. Portanto, um exercício de ingenuidade pensar que a origem norte-americana do termo e sua relação com instituições ligadas diretamente ao grande capital sejam apenas dados de curiosidade. O conceito “terceiro setor” foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia.”

Nos anos 1970 e décadas seguintes de 80 e 90, não eram as ONG's, mas os Movimentos Sociais que lutavam contra mecanismos de opressão e exploração, os que se articulavam em torno de interesses sociais específicos como alimentação para creches e comunidades carentes, saneamento público em bairros, segurança pública, que defendiam os direitos da mulher, da criança e do adolescente, do trabalhador, lutavam contra o trabalho infantil, etc. Isto é, a população se organizava em movimentos sociais, constituídos para dar resposta a necessidades específicas, lutando por situações mais estruturais e voltadas para o interesse

social e contra aquelas de opressão e exploração do cidadão. As ONG's surgidas na época tinham uma missão auxiliar, contribuindo para a melhor organização interna, para articulação entre os vários movimentos sociais e transferiam para esses em muitos casos os recursos captados de organismos internacionais.

Sem entrar no mérito da análise feita por Montañó (2002) a respeito do terceiro setor, mas levando em consideração a realidade observada na sua pesquisa para servir de base à análise futura quanto ao alcance e intenção das ações levadas a efeito pelas ONG's, o fato é que cada vez mais elas vêm invertendo a relação anterior de coadjuvantes, para substituir, no papel principal, os movimentos sociais em lutas e reivindicações que antes eram desses. No caso da segurança pública e direitos humanos, se interessam pelos problemas ligados à violência de uma forma geral e especificando as suas áreas de atuação, a exemplo das crianças, mulheres, idosos, negros e homossexuais.

Na cidade do Salvador temos algumas organizações ligadas ao terceiro setor que lidam com a informação sobre violência contra a pessoa, cada uma delas escolhendo uma área específica de atuação quando das suas fundações, a exemplo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), que restringe suas ações contra a violência dirigida a esse grupo, destacando-se na luta contra a exploração sexual da criança e do adolescente.

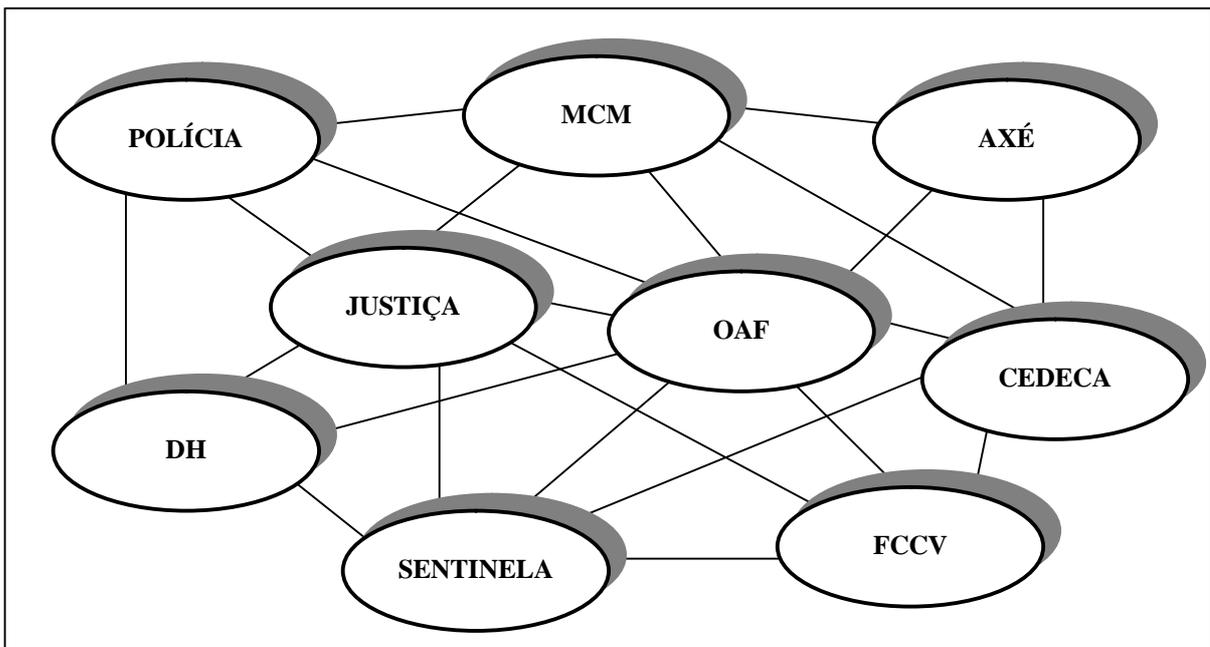


Figura 1 - Rede Aberta
fonte: CUNHA (2006).

O processo de cobrar e estabelecer prazos para providências dos órgãos públicos encarregados de segurança, utilizando tecnologia de informação através de profissionais, tenderia a adquirir maior eficácia, considerando-se a existência de interfaces com esses órgãos através das Ouvidorias e Conselhos Comunitários de Segurança, existentes na estrutura do Estado da Bahia com atuação na área de segurança pública em Salvador.

Essa conexão facilitada entre comunidade, OTS e Estado, permitiria a participação cidadã, um dos princípios definidos por Castells (2001) na estruturação conceitual do seu “Estado Rede”, onde a existência da modernização tecnológica seria outro princípio, permitindo através das NTICs o estabelecimento de um fluxo de informação mais eficiente. O investimento na contratação desse profissional é uma possibilidade a ser avaliada, considerando-se que através dele o valor da informação será destacado dentro da estrutura operacional e dos aspectos culturais existentes na OTS, sendo processada adequadamente, garantindo por fim que ela cumprirá a sua função social.

Identificada a necessidade de informação sobre violência contra a pessoa para utilização na proteção de uma comunidade, o emprego de profissionais tenderia a otimizar o seu processamento para que a formação de uma rede de conhecimento sobre fatos e ações criminosas, possíveis pela multiplicação, de assegurar proteção preventiva. Se um cidadão, sabendo que existe probabilidade da ocorrência de um delito em um local e horário previamente identificado, pode evitar expor-se, da mesma forma, se conhece o modo de agir dos criminosos, a exemplo de como elege a sua vítima, por facilidades que essa oferece, passaria a se comportar de forma contrária ao padrão eleito pelo criminoso para essa escolha. Esse conhecimento, que permite avaliar como a vítima colabora na consumação do crime através da exposição imprudente, começou a ser construído com as pesquisas de vitimização.

As primeiras pesquisas desse tipo foram desenvolvidas na década de 1960, nos Estados Unidos, promovidas pela *President's Commission on Law Enforcement and Administration of Justice*. O primeiro *survey*, basicamente um piloto, visava testar a nova metodologia, a coleta de informação sobre as vítimas de crimes em unidades domiciliares. Na década de 1970, iniciam-se as séries anuais de pesquisas de vitimização, que vem sendo aplicada até hoje naquele país.

Catão (2000), analisando o *National Crime Victimization Survey* (NCVS), cuja amostra tem como base os endereços residenciais, levanta dados sobre vitimização pessoal e no domicílio. As séries NCVS têm como objetivos primordiais: 1) obter informações detalhadas sobre as vítimas e conseqüências do crime; 2) estimar a freqüência e tipos de crime não relatados à polícia; 3) fornecer medidas uniformes de tipos selecionados de crimes; 4) permitir comparação no tempo e entre áreas geográficas. Afirma que o *survey* permite estimar a probabilidade de vitimização por vários tipos de crime, para a população como um todo, assim como para segmentos da população (mulheres, idosos, grupos raciais, crianças, etc.), permitindo avaliar o impacto do crime e conhecer as características do agressor, identificação dos grupos de risco, levando em consideração estilos de vida, diferencial de exposição (moradia, trabalho, lazer, etc.); concluindo pela importância que as pesquisas de vitimização têm no desenvolvimento de políticas públicas nesta área e na administração da justiça.

Os registros dessas pesquisas são excelentes fontes para profissionais da informação, especializados em inteligência competitiva, conduzirem suas atividades na construção de cenários que permitam às ONGs um melhor resultado na luta contra a violência. No Brasil já foram realizadas oito pesquisas de vitimização, sendo três pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), sendo duas no Rio de Janeiro em 1992 e 1996 e uma em São Paulo no ano de 1997, e as demais pela Universidade de São Paulo (USP), Fundação Getulio Vargas (FGV), *Pan-American Helth Organization* (PAHO), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio (PNAD/IBGE).

Uma pesquisa de vitimização em escala nacional deverá ser realizada uma vez por ano a partir de um projeto que consta do compromisso n.15, item 124 do Plano Nacional de Segurança Pública.

Além da importância que o conhecimento sobre a vítima traz para a composição do quadro geral sobre o fenômeno da violência contra a pessoa, é necessário entender e estudar o criminoso, objeto da criminologia, que não caberia nesse estudo, porém considera-se suficiente ao entendimento trazer algumas informações sobre o perfil do criminoso.

Khan (2003), referindo-se ao tema, nos indica que o perfil do criminoso atual modificou-se, o uso da violência é mais comum, o tempo do bandido habilidoso que furtava sua vítima como

se a encantasse, sem necessidade da violência ficou para traz. Com a popularização das armas de fogo e uso de drogas mais intenso, surge um tipo mais violento e cruel. O ladrão amador munido de arma de fogo, violento, e o ladrão organizado foram os dois tipos de criminosos surgidos nos anos 1970 em substituição ao praticante de furto e estelionatário individualistas das décadas anteriores. A injustiça social, o aumento da desigualdade na distribuição de renda, o desemprego estrutural, a corrupção dos valores e a generalização do consumo e tráfico de drogas contribuíram para a mudança no criminoso. O associativismo que emergiu em diversas áreas nas últimas décadas, somada à prisão de líderes políticos nos anos 1970, inovações tecnológicas como telefones celulares, os menores riscos e as maiores oportunidades nas atividades criminosas como tráfico de drogas, roubo de cargas, jogo, seqüestro, contribuíram no processo de mudança. Nada parece indicar que ocorrerão alterações neste perfil nos próximos anos.

Fica evidente que a sistematização dessas informações sobre o ambiente, o crime, o criminoso e a vítima, gerada nas pesquisas, teses, dissertações, livros, mídia, fontes informais e ocorrendo na realidade, é fundamental para uma futura integração em rede, permitindo acessos mais completos e rápidos, por profissionais que venham a desenvolver atividade voltada para o estudo e controle da violência.

3.1 INFORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR DE ATENÇÃO A PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.

Dentro das organizações policiais o uso de profissionais de inteligência é fator de sucesso na luta contra o crime e a violência, nas OTS de APSV de uma forma geral não se tem notícia da utilização de profissionais que trabalhem a informação sob condições técnicas adequadas ou que possuam um setor de informação na sua estrutura organizacional. A necessidade de informação sobre violência contra a pessoa está devidamente identificada nas comunidades periféricas dos grandes centros urbanos onde se encontram estatisticamente os maiores índices desse tipo de violência.

A partir dessa constatação começam as dificuldades para coletar dados e informações que permitam através de processamento e análise, a produção de informações relevantes e o conhecimento necessário a uma mudança de atitude da comunidade na convivência diária

com esse fenômeno. Da imensa fonte constituída pela Internet, bibliotecas, arquivos, MCM e principalmente pelo cidadão, coletar o pertinente e o relevante transforma-se num processo que exige competência específica.

Para aumentar o desafio, acrescenta-se a hiperinformação, o envolvimento do fator humano (emoção, paixão, preconceito, medo, etc.), presente nas relações violentas, que por vezes contamina o dado primário na criação, constituindo-se ainda, em determinadas situações, como barreira ao fluxo.

Para que a informação produzida e difundida nesse processo tendendo ao caótico, seja apropriada e desdobrada com melhor resultado em nível local, podendo ser usada como arma eficaz contra a violência, será necessário recorrer ao auxílio de profissionais da informação, particularmente aqueles que se especializaram no campo da inteligência competitiva, que aliam a competência essencial e sabem usar a informação na antecipação de ações, permitindo a tomada de decisão com maior possibilidade de acerto no âmbito da OTS.

No ciclo da inteligência competitiva, encontram-se algumas ferramentas necessárias à resolução das questões e dificuldades citadas para que uma OTS possa auxiliar, com maior possibilidade de sucesso, as comunidades locais na sua luta desigual contra a violência que as envolvem.

Coletando, processando, analisando e disseminando para uso, a informação sobre violência contra a pessoa de forma técnica e profissional com vistas à prospecção de cenários, o especialista nesse campo da informação deixa claro para os dirigentes dessas organizações, quais as melhores alternativas e decisões a serem adotadas na sua luta. Se hoje contratam profissionais para assistência ao violentado, podem investir na contratação de profissionais da informação.

Davenport (1998) divide esses profissionais em equipe técnica, incluindo programadores, analistas de sistemas, administradores de banco de dados, gerente de recursos de informação, administradores de rede e de sistemas, referindo-se ainda a “fornecedores de informação”, que não constam oficialmente da hierarquia funcional das organizações, que a despeito de lidar com toda a informação na área de sua competência, não têm especialização suficiente para administrar a informação total da organização, incluem-se nessa parte os analistas gerenciais,

gerentes de registros, analistas de negócio, de mercado ou financeiro, gerentes individuais e funcionários.

É claro que o porte de uma OTS não comporta toda essa equipe; basta um único profissional bem treinado e suporte de tecnologia de informação e comunicação (TIC), para fazer a diferença no tratamento que esse tipo de informação requer.

3.2 BARREIRAS À DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Organização que lida com informações sobre violência contra a pessoa se depara com determinadas condições impeditivas da divulgação dessas informações. São condicionantes do campo jurídico, da segurança, emocionais, educacionais e tecnológicos. Esse impedimento são barreiras à disseminação que, uma vez identificadas, oferecem condições aos gestores organizacionais para eliminá-las ou reduzir seus efeitos.

No âmbito interno das organizações verticalizadas o fluxo das informações enfrenta barreiras que a comunicação eletrônica vem superando. Não se diria que OTS são organizações verticalizadas e com níveis hierárquico rígidos, até aquelas em que todos são assalariados existe um comprometimento para garantir o fluxo de recursos através do financiamento que envolve todos com os resultados, independente das coerções internas próprias das organizações.

No ambiente externo à organização as NTICs permitem o acesso a inúmeras fontes espalhadas por todo o mundo. “As informações circulam pelas redes: redes entre empresas, redes dentro de empresas, redes pessoais e redes de computadores. As novas tecnologias de informação são decisivas para que esse modelo flexível e adaptável realmente funcione”. (CASTELLS, 2001, p.186).

Ao tempo em que auxiliaram a quebrar barreiras no acesso e disseminação, as NTICs terminaram criando novas, como a superinformação ou a impossibilidade do acesso por exclusão digital, que chamaremos barreira tecnológica. “O excesso abafa a informação quando estamos sujeitos ao rebentar ininterrupto de acontecimentos sobre os quais não podemos meditar por que são logo substituídos por outros. Assim, ao invés de ver, de

perceber os contornos, as arestas daquilo que os fenômenos trazem, ficamos cegos diante de uma nuvem de informações”. (MORIN, 1986, p. 31)

A violência cometida contra a pessoa na forma de violência policial foi uma das categorias definidas pela pesquisa nas OTS. A informação sobre os casos que tratam da violência atribuída à própria Polícia enfrenta a barreira da segurança. Mesmo obrigados a informar a delegacia para instauração dos inquéritos, a organização pode omitir detalhes que considere perigosos para a vítima e testemunha, ao disseminar informação que envolve policial como agressor. Da mesma forma cabem alguns cuidados com a disseminação para os MCM, vide Figura 2.

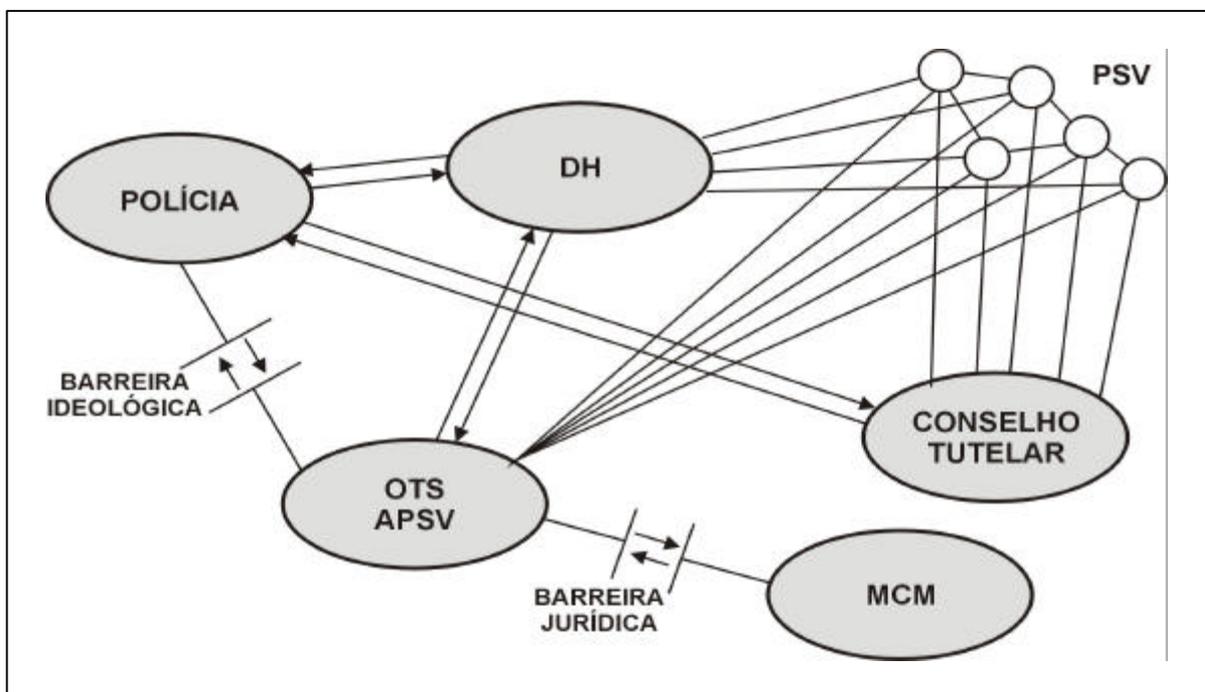


Figura 2 - Barreira a Disseminação

fonte: CUNHA, (2006).

Essas dificuldades apresentadas, normalmente definidas na Ciência da Informação como barreiras, são inerentes ao fenômeno informacional e trazem grandes prejuízos aos dois grandes ramos da produção e disseminação. Pode-se incluir àquelas citadas por vínculo com a pesquisa, outras de ordem geral como o idioma, a competência, a religião e a ideologia política. Para vencer essas barreiras as estruturas reticulares nas organizações vêm se constituindo eficaz instrumento, como se evidenciou nessa pesquisa.

4 DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A REDE ABERTA

De acordo com uma característica-chave do pensamento sistêmico, reforçada, segundo teóricos do campo, pelas últimas descobertas da física quântica, que o todo, totalidades integradas, apresenta propriedades que nenhuma das partes possui, estabeleceram-se características de rede como múltiplas relações, porém vinculadas por algum tipo de necessidade. “Aquilo que denominamos parte é apenas um padrão numa teia inseparável de relações. Na visão sistêmica compreendemos que os próprios objetos são redes de relações, embutidas em redes maiores”. (CAPRA, 2003, p.47)

Se o conteúdo de uma informação sobre fato violento disseminada por uma OTS for tomado isoladamente (a parte) jamais apresentará as propriedades do conteúdo das informações disseminadas das relações possíveis em uma rede aberta (o todo). Essa informação influencia e é influenciada por todas as outras. Cada nó a interpreta sob influência de suas múltiplas relações e dos seus valores, alterando a representação do fato violento como interpretou a origem. Cada nó adiciona relevância.

A informação sobre a morte de uma criança divulgada pelo CEDECA tem todos os elementos descritivos do fato para a fonte da produção, mas não terá esse sentido de totalidade para nenhum dos nós. Essa característica da visão de rede em Capra (2002), reforça o que se pretende provar nesse estudo, ou seja, a contribuição da rede aberta entendida como somatório de relações no suprimento de necessidades informacionais. Quando cada nó possui uma relação na disseminação da informação sobre violência.

4.1 DINÂMICA DA TEIA SOCIAL

As relações se processam num campo de atividades através de redes abertas. “Campo de atividade é parte do ambiente com o qual mantemos uma relação dinâmica significativa em que o campo é a parcela da realidade delimitada pelo conhecimento. Sendo atividade entendida como o conhecimento em processo intermediado por artefatos” (FREIRE, 2002a). No seu artigo “Comunidades de aprendizagem: gerando e compartilhando conhecimento” o autor estabelece características para rede complexa fechada e aberta conforme Figura 3.

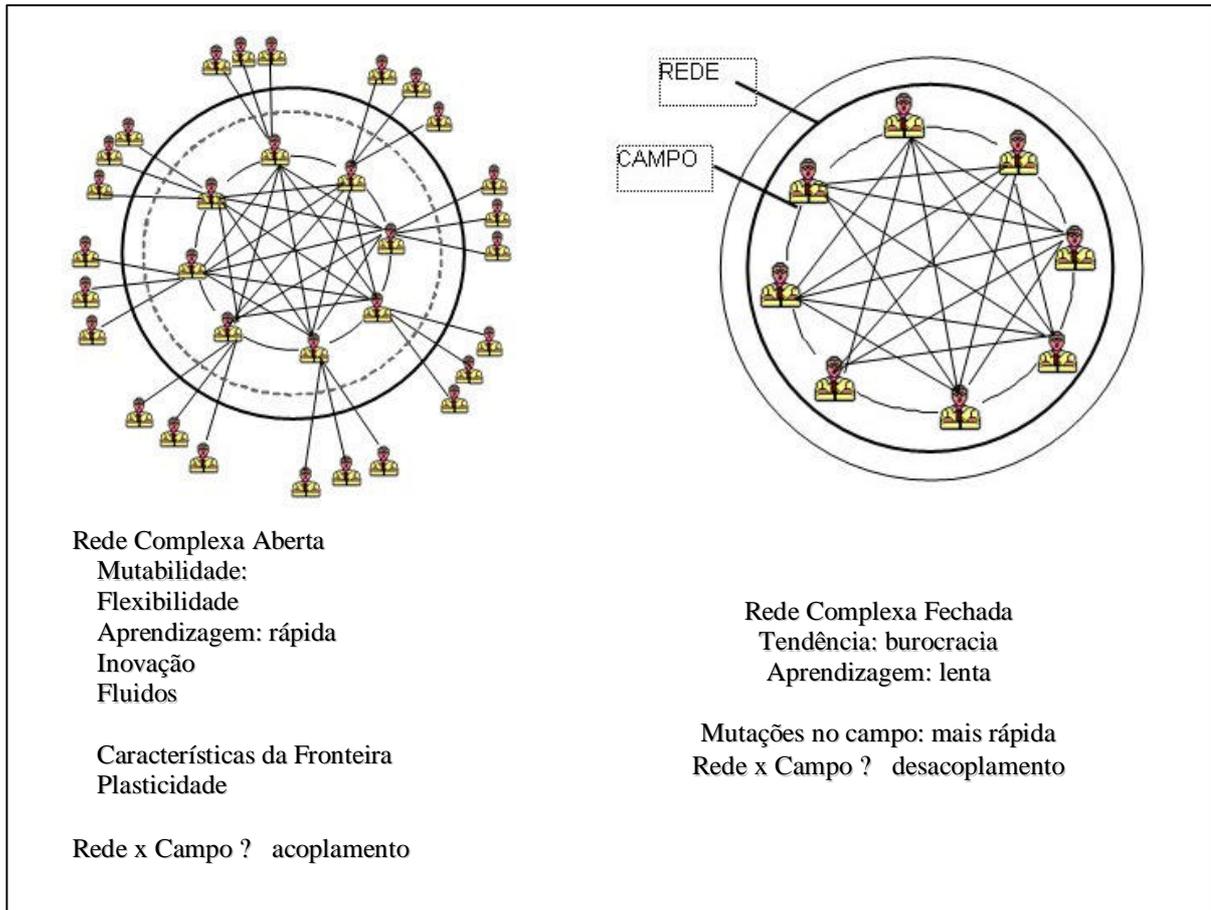


Figura 3 - Redes: Aberta e Fechada

fonte: Adaptado de Freire (2003).

Parte dessa idéia foi incorporada às características de rede aberta de OTS de APSV. Algumas características da rede complexa fechada, como a tendência à burocracia, não se apropriam à rede fechada de OTS de APSV. Por ser organização pequena, com no máximo dois níveis, e a informalidade das relações existentes no voluntariado, características que praticamente eliminam a barreira da verticalidade hierárquica e, em consequência, a possível tendência à burocracia.

Nesse ponto relacionamos OTS e o seu processo da criação da informação com a idéia de campo de atividade significando:

a parcela do ambiente 'seletivamente relacionado' (BUCKLEY, 1971, p.98) do qual emerge a organização e onde organização e ambiente realizam suas transações mutuamente definidoras, através de um fluxo permanente de informações e ações. É no campo de atividades que a organização existe e faz sentido. Ele é da organização e do ambiente, simultaneamente. Fora desse campo, essa organização não existe. Sem ela, esse campo não existe. Uma organização específica se configura como um fenômeno social que emerge a partir da organização de parte da realidade por um conjunto de indivíduos, os quais necessitam possuir suficiente flexibilidade relacional para acompanhar as modificações introduzidas no ambiente pelas demais organizações. (FREIRE, 2002b).

O meio que caracteriza a “situação de violência” é sujeito a instabilidade provocada por vários fatores, onde destacamos o medo e a ausência de empregos, com presença de setores informais da economia, entre eles o das drogas e do sexo. Nas ruas, terminais de transporte, praças centrais e comunidades socialmente marginalizadas de periferia a concorrência entre “ambulantes” e um “mercado” para mão de obra infantil, contribuem para modificações no ambiente favoráveis a violência.

Os espaços sociais não são tão homogêneos como é o processamento técnico dos estoques de informação. A realidade, em que se pretende que a informação atue e transforme, é multifacetada e formada por micro-núcleos sociais, com divergências tão profundas que podem ser vistas como micro-nações isoladas por suas diferenças. Os habitantes dessas comunidades sociais diferenciam-se por condições como: grau de instrução, nível de renda, religião, raça, acesso e interpretação dos códigos formais de conduta moral e ética, acesso à informação, confiança no canal de transferência, codificação e decodificação do código lingüístico comum, entre outros. (BARRETO, 2003b, p.2).

É nesse ambiente que as OTS voltadas para atenção a criança e adolescente em situação de violência encontram espaço para agir. Dezenas de organizações com objetivos semelhantes (anexo lista do Fórum Comunitário de Combate a Violência - FCCV) atuam no mesmo ambiente promovendo constantes alterações, muitas vezes sem saber o que é feito pelas demais. Por isso a idéia de uma RA de atenção entre elas ganha força para compreender essa ambiência mutante, “essa realidade onde se pretende que a informação atue e transforme”.

Essa idéia tem sua motivação principal na razão de ser de qualquer tipo de rede que envolva o ser humano ou suas organizações como um nó: a circulação e apropriação da informação para atender necessidade. Nessa interação, motivada por necessidades informacionais mútuas, o fluxo tende a ser potencializado.

Ao definir na visão sistêmica os objetos como rede de relações, Capra (2002) nos traz o conceito de Comunidades de Práticas – CoPs como um relacionamento necessário a quem desenvolve empreendimento comum. Atuar na APSV é um empreendimento comum às OTS pesquisadas que leva seus integrantes a vincularem-se em torno da assistência à pessoa como prática comum. Quaisquer que sejam os matizes ideológicos, os valores e princípios, unem-se em torno dessa prática.

À medida que, no decorrer do tempo, as pessoas dedicam-se a um empreendimento conjunto, acabam por desenvolver uma prática comum, ou seja, maneiras determinadas de fazer as coisas e de relacionar-se entre si, que

permitem atingir o seu objetivo comum. Com o tempo, a prática resultante torna-se um elo que liga de maneira evidente as pessoas envolvidas. (WENGER 1998 *apud* CAPRA 2002).

O elo que vincula pessoas a agirem em torno do fazer comum é a motivação. O ser humano, para atendimento das suas necessidades básicas, se motiva a práticas que visam suprir as carências que essas provocam. A intencionalidade de compartilhar informações e suprir necessidades é uma característica da rede, seja na sociedade ou na própria natureza. Nas OTS isso não é diferente, [percebe-se](#) no documento “A segurança que queremos”, produzido em Agosto de 2002 pelo FORUM COMUNITARIO DE COMBATE A VIOLENCIA - FCCV, que as necessidades de segurança são reivindicadas em forma de recomendação.

4.2 DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO: REDE ABERTA

O que se dissemina na rede aberta é informação no sentido de “coisa” objetivada no documento, são as informações impressas, orais, audiovisuais e virtuais como entende Miranda: “a objetivação do conhecimento transforma-o em objeto observável em fenômeno independente. [...] Todo e qualquer registro se ‘coisifica’ e se converte em matéria prima de ciência. [...]. O conhecimento objetivo, assim concebido, seria uma ‘coisificação’ ou a autonomia da informação de seu criador. Uma vez produzido, o texto é público, sujeito a críticas, apropriações, reformulações até mesmo pelo seu criador”. (MIRANDA, 2003 p.176-177).

Além das tipologias documentais a informação em RA também se dissemina nas formulações verbais dos encontros presenciais, quando o conhecimento é explicitado para percepção e crítica do outro, como esclarece Popper:

Anteriormente os nossos pensamentos constituíram uma parte de nós mesmos. Poderíamos ter dúvidas, mas não teríamos podido criticá-las da mesma forma que podemos criticar uma afirmação expressa verbalmente ou, melhor ainda, um relatório escrito. Portanto, há, pelo menos, um significado importante de “conhecimento” objetivo: “conhecimento” no sentido de teoria formulada verbalmente, que se expõe a crítica. (POPPER 1993 *apud* MIRANDA 2003 p. 175-176).

As redes apresentam, segundo os estudos, as seguintes propriedades: não-linearidade; auto-organização; conectividade; horizontalidade; e descentralização. Alguns dos atributos dessas propriedades apresentam afinidades com determinados atributos da informação. Por exemplo,

a não-linearidade que permite a expansão da rede em qualquer direção, incorporando novas referências na conexão, aumenta o número de cruzamentos de fontes permitindo melhores condições de avaliação quanto à veracidade do dado, o que teria afinidade ao atributo credibilidade da informação.

Por outro lado, a informação apresenta determinadas propriedades relacionadas à relevância que possuem afinidade com as propriedades citadas da rede conforme quadro:

REDE ABERTA		RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO	
Propriedade	Característica/Atributo	Propriedade	Característica/Atributo
Não linearidade	Poder de expansão em qualquer direção – multirreferência – múltiplas fontes	Credibilidade	Idoneidade da fonte
Conectividade	É o relacionamento ligado a densidade que é o número de ligações possíveis	Acessibilidade	Velocidade na coleta para uso
Auto organização	Refazer uma informação ou completar	Oportunidade	Atualização do dado e prazo de uso. Agrega valor no receptor
Horizontalidade	Ausência de hierarquia conexão em qualquer nível	Objetividade	Pertinência do assunto
Descentralização	Distribuição da informação e poder igualitário	Clareza	Texto e estrutura

Quadro 1 - Rede Aberta – Relevância da Informação – Uma Relação possível

Fonte: CUNHA (2006) baseado em Davenport (1998), Capra (2003) e Martinho (2003).

Com suas reflexões, o autor coloca a questão da agregação de valor pelo receptor: (BARRETO 2003, p.59-60)

solidão fundamental é a condição do sujeito em relação a sua experiência vivenciada” presentes naqueles que criam uma informação com a intenção de transferir sua experiência vivenciada para o coletivo. A informação assim disseminada vai encontrar o seu par correspondente no outro extremo, na “solidão fundamental” do receptor que ao interpretar o seu conteúdo simbólico, a refaz agregando valor fruto das suas circunstâncias.

Visto essas possíveis relações, introduziu-se ao conceito de RA a terceira componente com aspectos da arquitetura de rede, através das idéias de Castells (2001) em sua obra “A Sociedade em Rede”. Das tipologias documentais às páginas *Web* e toda forma de comunicação na Internet constitui o formato mais usado na RA. As informações coletadas nas ações de atenção são processadas para disseminação através dos diversos meios, destacando-se a Internet.

Para a integração em RA as NTICs representam papel importante, como visto anteriormente, no acesso, produção e disseminação da informação. “As redes são e serão os componentes fundamentais das organizações. E são capazes de formar-se e expandir-se por todas as avenidas e becos da economia global por que contam com o poder da informação propiciado pelo novo paradigma tecnológico”. (CASTELLS, 2001 p. 188)

Nas comunidades socialmente marginalizadas encontram-se as “avenidas e becos” da violência urbana e também por onde circula a informação relacionada. Podemos afirmar que as NTICs não atingiriam todos esses locais que incluem a exclusão social e tecnológica, porém associadas às práticas da RA permitiriam à rede suporte cobrir toda a ambiência da violência na comunidade. O encontro presencial é uma dessas práticas, que combinados a situações *on-line* permitem a produção e disseminação.

Das ações de APSV é que resultam dados a serem processados para a disseminação com auxílio dos artefatos informacionais em forma de NTICs. Essas ações constituem contato com pessoas que sofrem violência e registra em seu corpo e na sua fala os signos necessários a criação da informação.

artefatos informacionais são necessários para municiar as pessoas de dados que, interpretados, lhe possibilitarão a ação. Esses artefatos comprimem um evento ou situação, coletando e/ou disseminando dados categorizados e padronizados em relação a um contexto. Eles ajudam no processo da tomada de decisão para a ação, conseqüentemente, na criação ou modificação do conhecimento das pessoas. Os artefatos informacionais não lidam diretamente com as ações, mas com os dados resultantes delas. (FREIRE, 2002a).

O artefato representado pelas NTICs como auxílio nas atividades em RA se destaca na concepção da Sociedade em Rede, tal a ênfase colocada nelas pelo autor. “O paradigma da TI não evoluiu para o seu fechamento como um sistema, mas rumo a abertura como uma rede de acessos múltiplos. É forte e impositivo em sua materialidade, mas adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico. Abrangência, complexidade e disposição em forma de rede são seus principais atributos”. (CASTELLS, 2001, p.81).

A importância da rede virtual hoje é tão grande que não se admite controlar o fluxo de negócios e as relações entre indivíduos, comunidades e nações sem ela. E nela veio integrar-se o crime e a violência, por serem fenômenos presentes na sociedade. E o que é a rede suporte senão o veículo físico da informação, um tapete estendido à custa de investimentos

fantásticos em pesquisa, tecnologia e empregos de recursos humanos e financeiros dos governos e empresas por onde a informação desfila? Uma vez consolidada esta realidade que tem na criação da ARPANET² o seu marco histórico mais significativo, ficou o indivíduo perplexo diante do imenso volume de dados e informações com os quais teria que lidar, percebendo a importância da informação pertinente e relevante para o atendimento da sua necessidade. A partir desse contexto a importância da gestão da informação, tanto quanto da engenharia e arquitetura de redes, se destaca no atendimento ao usuário, com isso os profissionais da informação com especialização na gestão se tornam cada vez mais necessários.

A tendência no campo da informação indica o advento de grandes bases de dados interligadas em redes nacionais e internacionais e associadas a serviços seletivos e personalizados, voltados para usuários com interesses específicos. Isso está determinando o surgimento de um novo profissional – o gestor de recursos informacionais - com perfil de estrategista capaz de compreender, analisar, criticar e interpretar a realidade, em função de conhecimento disponibilizado em diferentes suportes. (JAMBEIRO, 2000).

As estruturas organizacionais hierarquizadas e a necessidade de fazer fluir as informações para o seu funcionamento necessitam um profissional que afaste as barreiras geradas pela verticalização, pela hiperinformação e pela dificuldade em combinar os diferentes suportes numa base comum a todos. Tanto no âmbito das ciências quanto nas organizações de um modo geral, a comunicação eletrônica supera barreiras que limitam o fluxo das informações.

A estrutura organizacional funcional [...] cria barreiras para a comunicação da informação, estas barreiras limitam o livre fluxo da informação entre os indivíduos da organização vis-à-vis na obrigatoriedade em passar hierarquicamente pelos limites funcionais [...]. É fácil visualizar o enriquecimento dos papéis dos *gatekeepers* e maior expansão do número de nós que surgem nos colégios invisíveis a partir do uso das tecnologias de comunicação (VIEIRA, 1998 *apud* MACEDO, 1999).

A comunicação informal, interpessoal nos “colégios invisíveis”³, participa da construção do conhecimento tanto quanto a formal. Os canais pessoais são fundamentais na transferência da

² **ARPANET** (*Advanced Research Projects Agency Network*) - Rede de longa distância criada a partir de 1965 pela **Advanced Research Agency** (Agência de Pesquisas Avançadas - ARPA, atualmente **Defense Advanced Projects Research Agency**, ou DARPA) em consórcio com as principais universidades e centros de pesquisa dos EUA, com o objetivo específico de investigar a utilidade da comunicação de dados em alta velocidade para fins militares. É conhecida como a rede-mãe da **Internet** de hoje e foi colocada fora de operação em 1990, posto que estruturas alternativas de rede já cumpriam o seu papel, nos EUA.

³ **COLÉGIO INVISÍVEL** é uma expressão que se refere a um grupo de pesquisadores que trabalham numa linha de conhecimento ou especialidade científica. É a organização grupal não institucionalizada de uma ciência. É a comunidade científica multidimensional, informal, com vínculo consciencial pela idéia a ser pesquisada e

informação técnico-científica. Essa conclusão a que Santana (2003, p.101-116) chegou no seu estudo sobre colégios invisíveis e *gatekeepers*⁴ da ciência em uma comunidade científica de doenças infecciosas e parasitárias na Bahia”, o que leva a refletir sobre a existência de uma relação entre a forma de comunicação dos integrantes das OTS DE APSV e a existência de *gatekeepers* na RA de APSV.

O gatekeeper pelo domínio de uma área científica, tecnológica ou profissional e da facilidade em absorver e partilhar conhecimento, torna-se um atrator de conexões na rede que se forma em torno de um interesse da respectiva área. Na figura 4 percebe-se que os pesquisadores identificados pelos números 5 e 10, funcionam como gatekeepers no centro de pesquisa da fundação Gonçalo Muniz.

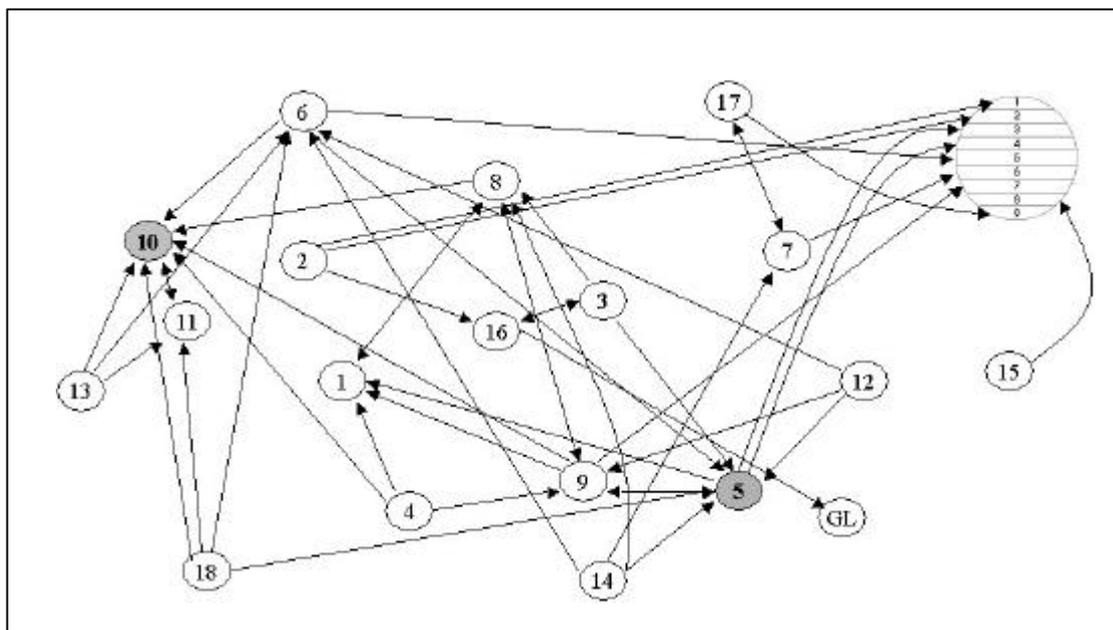


Figura 4 - Sociometria da rede de comunicação científica dos pesquisadores do CPqGM
 fonte: SANTANA (2003)

Na RA de APSV a confiança é necessária ao compartilhamento pela natureza da informação, com suas barreiras jurídicas, ideológicas, etc., que muitas vezes exigem a proteção e o sigilo, estimulando a comunicação informal. Cada OTS possui integrante cuja experiência na APSV

implementada na prática pela coordenação da comunicação efetiva (eficiente e eficaz) e encontros assíduos entre seus membros.

⁴ Gatekeeper – indivíduo que, pelo grau de exposição a fontes de informação externas à sua organização, pelo seu conhecimento e ligações profissionais, representam papel informacional vital, como fonte e consultor.

atrai relações mais intensas com as pessoas existentes no contexto que envolve seus campos de atividade e que funciona como um “gatekeeper”.

Através desses quadros as conexões na RA se fortalecem, e nos caminhos proporcionados pelas NTICs à informação, se dissemina com mais intensidade. Essa a essência do funcionamento da RA: uso das NTICs combinado ao encontro presencial de pessoas intencionadas no compartilhamento de informações que pela sua natureza exigem competências especiais para combinar confidencialidade e publicidade.

Uma pesquisa sobre redes sem escala (redes que não apresentam padrão no número de conexões para cada nó), realizada por Barabási, professor de física na Universidade de Notre Dame em Indiana (EUA), interessa a esse estudo por trazer elementos esclarecedores sobre links em rede, particularmente quando determinados nós apresentam um número exagerado de conexões, o que garante a coesão e a segurança da rede. Sua análise foi dirigida às conexões entre os sites na Internet, descobrindo que muitos sites, 80%, se ligam a poucos, enquanto um pequeno número, 0,01%, tem uma quantidade enorme de links.

Os nós, chamados hiperconectores ou hubs, fig. 5, oferecem facilidades para serem conectados, adquirindo “papel fundamental nas redes sem escala, tanto por servirem como atalho quanto pelo fato de muitas vezes funcionarem como a única ponte entre um sistema-rede e outro”. MARTINHO (2003). Considerando o site de uma OTS, pode-se admitir pelo número de links que apresenta em relação às demais, se constitui ou não um ponto hiperconector.

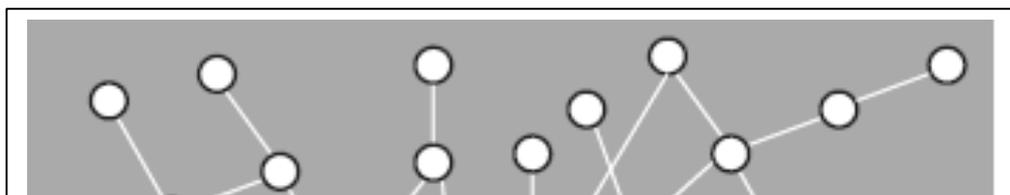


Figura 5 - Ponto Hiperconector (ao centro) suas múltiplas conexões servem de atalho aos demais pontos que compõem a rede.

Fonte: Martinho (2003)

As pesquisas de Barabasi *apud* MARTINHO (2003) sobre redes com foco nos pontos ou nós hiperconectores tráz a semelhança entre esse nó e a figura de *gatekeeper* que emergiu do estudo sobre o funcionamento dos “colégios invisíveis” na comunicação entre os cientistas. A comparação, restrita à capacidade de conexão, evidencia semelhanças e uma diferença: a transferência de um ponto hiperconector para outro é mais fácil de acontecer que a transferência das conexões em torno de um *gatekeeper* mudar para outro, isto é, o *gatekeeper* da comunidade científica é mais estável, exige um tempo maior para o estabelecimento das conexões, pelo que se infere dos estudos. Porém, as semelhanças são mais evidentes permitindo essa relação *a priori*, necessitando um estudo que a determine.

A RA de APSV é uma rede integrando organizações humanas, O nó animador, um elemento existente na configuração das redes sociais, com a função específica de dinamizar a rede é responsável por contactos atraindo e consolidando novas conexões; preocupa-se quando um nó é desativado ou leva muito tempo sem manifestar-se no partilhamento de informações, estimulando a participação de todos no sistema; oferece suporte aos nós, garantindo a permanência e a expansão da rede.

O nó animador confunde-se com o profissional de informação, sua semelhança é muito mais com esse elemento de rede do que com os *gatekeepers* e os nós hiperconectores, esses não tem como função promover a conectividade, eles estimulam essa propriedade da rede de forma

natural, aqueles existem para isso. É inegável a importância que a existência de um gatekeeper ou um nó hiperconector teria para o trabalho de um nó animador ou do profissional de informação.

Trazer essas comparações era necessário pela importância que determinados integrantes de OTS de APSV adquirem na conectividade da RA à semelhança do gatekeeper, contribuindo para transformar o site de sua organização num ponto hiperconector.

5 ESTADO ATUAL DA DISSEMINAÇÃO EM REDE DA INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA EM OTS DE APSV EM SALVADOR.

Os estudos de Capra (2002) sobre rede, parte inicialmente da teoria sistêmica com a sua máxima: o todo é maior que a soma das partes; e a idéia de auto-regulação que na rede chama-se auto-regeneração. Propriedade importante para relevância da informação disseminada, segundo a qual explica-se a possibilidade de agregar valor a cada recepção na RA.

A capacidade de absorver informação e de responder a ela deu origem ao conceito de realimentação sistêmica, que passou a ser considerada o ponto essencial da definição de sistema, porque é a alma da auto-regulação. Tomemos o exemplo de um animal arrastado para zonas quentes. Ele se choca com ambiente adverso, que nesse caso funciona como informação que pede resposta. Sua sobrevivência depende em última instância da capacidade de poder perceber a informação nova, assimilá-la e, a partir daí, dar resposta adequada. Se conseguir, passará a adaptar-se à nova situação, e, assim, ressurge o equilíbrio do sistema. Caso contrário, desaparece. (DEMO, 1992, p.207).

Pelo processo de retroalimentação (*feedback*) as informações se ajustam às necessidades do usuário, que no caso em estudo são os dirigentes, funcionários e voluntários de RA. É a capacidade desses quadros no tratamento da informação passando pela coleta, processamento, disseminação, arquivamento e recuperação que indicará o nível de contribuição da OTS na disseminação de informação relevante na RA. Nem sempre os usuários a possuem.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1.1 Estratégias Metodológicas

Buscou-se privilegiar a abordagem qualitativa dos dados por entender que nas complexas relações humanas envolvidas nas ações de APSV, estariam algumas respostas a questões fundamentais e complementares ao nosso problema. Através da escuta dos atores sociais do processo, no caso os dirigentes, funcionários, profissionais e voluntários integrantes de OTS, foi possível através dos seus discursos promover uma avaliação do contexto onde essas relações se completam.

Para verificar a contribuição da RA na disseminação de informações entre as OTS de APSV, utilizou-se análise qualitativa de conteúdo dos dados coletados pela maior eficácia obtida nessas explicações.

Abordagens mais qualitativas que conservam a forma literal dos dados. O pesquisador decide prender-se às nuances de sentido que existem entre as unidades, aos elos lógicos entre essas unidades ou entre as categorias que as reúnem, visto que a significação de um conteúdo reside largamente na especificidade de cada um de seus elementos e nas relações entre eles. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.227).

Optou-se, para subsidiar a avaliação qualitativa, por um levantamento de dados por meio de vários instrumentos, atendendo o anonimato em assuntos que envolvem aspectos jurídicos e de segurança.

O estudo sobre o tema “Disseminação da Informação sobre Violência contra a Pessoa em Rede Aberta do Terceiro Setor” foi definido por uma amostra de três organizações em RA e duas organizações em RF, num universo de cento e dezesseis em RA e cinco em RF. O que definiu a escolha destas organizações como objeto de estudo, foram as seguintes características: o trabalho de APSV; a não vinculação com o setor público e o setor privado, caracterizando-a como OTS. A distinção entre elas é o fato de haver conexão ou não em RA conforme caracterização no quadro abaixo:

CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS	
REDE ABERTA	REDE FECHADA
<ul style="list-style-type: none"> ? Contato fora do campo de atividade. (L. Freire) ? Conexão através de NTIC com a rede para disseminar informação sobre a violência. ? Intencionalidade no compartilhamento da informação. ? Fontes múltiplas de financiamento. ? Vínculo profissional remunerado preponderante. 	<ul style="list-style-type: none"> ? Contato no campo de atividade (L. Freire) ? Uso de NTIC Administrativos. ? Não intencionalidade com o compartilhamento. ? Financiamento por contribuição popular e do voluntariado. ? Voluntariado preponderante.

Quadro 2 - Organização do terceiro setor de atenção a pessoa em situação de violência

Fonte: CUNHA (2006).

Buscando relações mais gerais, foram incluídas na pesquisa três organizações em RA (CEDECA, AXÉ, OAF) e duas em RF (ARTE CONSCIENTE e AGUIA DOURADA). Para caracterizar a amplitude da rede por condicionantes do campo de atividade, foram inseridas organizações do primeiro setor (PROJETO VIVER, DERCA, SENTINELA/SETRAS) e a organização híbrida FCCV, que, abrigada na UFBA com financiamento de projeto de pesquisa dessa universidade, não se define como OTS, mas como uma “instância”, cujos

atores relataram suas experiências com a informação sobre violência nas ações de atenção e a interação de suas organizações com as OTS de APSV.

A despeito do estudo referir-se a múltiplos casos, era necessário caracterizar pelo menos uma organização em RA e outra em RF, atingindo o previsto nos objetivos específicos. Foram escolhidas as OTS CEDECA em RA e ARTE CONSCIENTE em RF, conforme descritas abaixo:

ARTE CONSCIENTE

O Projeto Cultural Arte Consciente, fundado em 14 de junho de 2003, foi idealizado por cinco jovens, ex-integrantes do Projeto Axé, que tiveram o rumo de suas vidas mudadas quando saíram das ruas, onde não tinham perspectivas de futuro, transformando-se em cidadãos inseridos na sociedade, com famílias constituídas e com suas vidas estabilizadas.

O Projeto foi concebido para levar arte, cultura e educação através das técnicas do circo, dança, percussão, boxe e grafite para crianças e adolescentes com idade entre 10 e 18 anos, que vivem em situação de risco social no violento bairro de Saramandaia. O Arte Consciente dá esta oportunidade aos jovens da Comunidade, desviando-os do caminho das drogas e da criminalidade.

Tendo como objetivo ocupar o tempo das crianças e adolescentes com atividades recreativas e transformadoras, o Projeto atende inicialmente a um total de cento e cinquenta jovens, com aulas diárias das 09h às 12h, distribuídas em cinco oficinas: Circo, Dança, Grafite, Percussão e Boxe, com trinta alunos cada.

A sede localiza-se na Rua do Tubo, quadra 06, lote 10, Saramandaia, ocupando uma área total de 150 m², dividida em 02 pavimentos, ainda em construção. As atividades estão sendo realizadas temporariamente na Associação de Moradores do Bairro de Saramandaia.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE YVES DE ROUSSAN - CEDECA–Ba.

O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan/CEDECA-Ba fundado em 1991, por trinta e uma entidades de Salvador, nasceu para garantir a proteção integral jurídico-social da população infanto-juvenil, combatendo, principalmente, a violência contra a vida.

O CEDECA é uma ONG e tem como missão enfrentar todas as formas e manifestações de violência contra crianças e adolescentes, sobretudo contra a vida e a integridade física e psicológica.

Através do seu Programa de Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes, desenvolve mecanismos de prevenção e de atendimento direto às crianças, adolescentes e seus familiares em situação de violência sexual e homicídios.

Para cumprir a sua missão, o CEDECA tem como coordenador executivo o Dr. Waldemar Almeida de Oliveira. O centro possui duas unidades, uma operacional e outra administrativa, localizadas no Comércio e Pelourinho, respectivamente.

A unidade operacional está situada à rua da Conceição da Praia, n 32, 1º andar, no Comércio, possuindo uma área total aproximada de 250m², dividido em 10 cômodos da seguinte forma: 01 sala do setor jurídico, 03 salas de atendimento psicossocial, 01 sala de musicoterapia, 01 sala de espera, 01 sala de recepção, 01 sala de projetos pedagógicos, 01 sala de reuniões, 01 sanitário.

O CEDECA-Ba é formado por uma assembléia de representantes de entidades sociais, da qual se extrai um Conselho de Administração composto por nove sócios, dentre os quais se elege uma diretoria de três membros, para exercer mandato de dois anos.

A produção da informação sobre violência a ser disseminada na RA tem origem nos casos de APSV cuja configuração pode ser observada na figura a seguir.

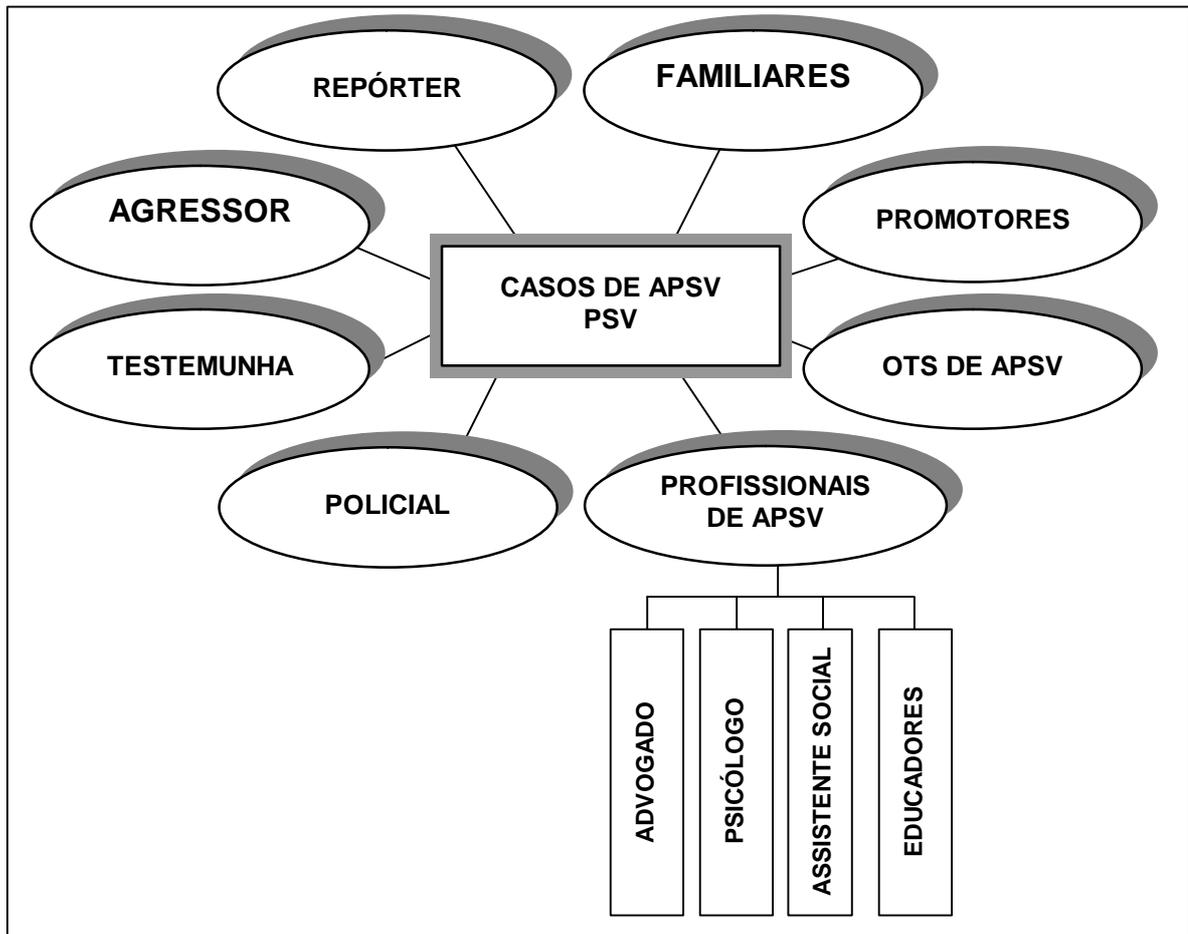


Figura 6 - Caso de APSV

Fonte: CUNHA (2006).

A pesquisa teve como instrumentos de coleta de dados uma entrevista semi-estruturada constituindo-se numa “série de perguntas abertas feita oralmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador tem a possibilidade de acrescentar questões de esclarecimento” (LAVILLE; DIONNE 1999, p.333), visando atender os aspectos qualitativos da pesquisa e um questionário em sua abordagem quantitativa, buscando uma complementaridade entre os dados coletados. Após esta coleta, os dados foram tratados da seguinte maneira: as entrevistas foram transcritas e os questionários foram processados através do programa SPSS para serem analisados.

5.1.2 Entrevista

A opção pela entrevista delineou-se como uma possibilidade de apreender informações relacionadas à experiência das pessoas envolvidas nas ações dessas instituições. Desse modo elaborou-se um roteiro de entrevista no qual contemplaram-se questões relacionadas a fontes de financiamento, a motivação, ética e aspectos legais da disseminação da informação sobre violência, numa rede caracterizada como aberta.

Foram selecionados intencionalmente para as entrevistas dirigentes, funcionários e voluntários das seguintes instituições: ARTE CONSCIENTE; ÁGUIA DOURADA; CEDECA; OAF; PROJETO AXÉ; FCCV; DERCA; PROJETO VIVER. O processo de coleta se iniciou através de contatos preliminares para explicitar o objetivo da pesquisa a cada participante. Este processo de aplicação dos instrumentos teve uma duração de 50 dias, onde o contato preliminar por telefone esclarecia aspectos da investigação que eram complementados presencialmente.

No tratamento das falas dos entrevistados adotou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1979) por acreditar que esta possibilita analisar, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, os dados advindos dessa fonte de informação. O uso da análise de conteúdo, de acordo com esse autor, permite a categorização temática das entrevistas, de modo que se possam agrupar os dados pelo tema enfocado.

De acordo com Bardin (op. cit.), a criação de categorias exige do pesquisador o cumprimento de etapas bem determinadas: pré-análise, descrição e interpretação. A pré-análise envolve a realização de leituras no sentido de possibilitar uma classificação preliminar dos dados. Em seguida, a definição das categorias propriamente ditas e, finalmente, a interpretação dos dados à luz da literatura e das convicções do analista.

Com base nessa concepção, a categoria e subcategorias foram definidas a partir de várias leituras do material transcrito, seguido do agrupamento das informações que relacionasse os objetivos delineados pelo estudo com o referencial teórico adotado, para, num momento posterior, realizar a interpretação. Assim, foi criada a categoria de análise, disseminação da informação, a qual norteou a discussão acerca do objeto estudado.

A categoria serviu de base às subcategorias relacionadas com os objetivos específicos. Vinculou-se a Disseminação da Informação às subcategorias denominadas: Motivação nas Ações de APSV; Rede Aberta; Rede Fechada; NTICs no Suporte a Disseminação e Barreiras ao Fluxo.

5.1.3 Questionário

Inicialmente foi elaborado um questionário composto por 36 questões. Após testes nas OTS de APSV, verificou-se a necessidade de alguns ajustes para se adequar ao objeto de estudo, sendo reduzido para 33 questões, constituído por 31 questões de múltipla escolha e 2 questões abertas. Nessas duas questões abertas pede-se descrever sucintamente ações de APSV e o tipo de violência tratado pela OTS. À pergunta que cabia uma alternativa extra de resposta foi pedido explicação, sob a forma de “qual?”. À pergunta que cabia mais de uma alternativa foi solicitada indicação de prioridade de 1 a 5 ou de 1 a 4, por terem todas apenas essas opções. As 33 perguntas foram categorizadas para agrupar o foco de interesse nos objetivos específicos da seguinte maneira: I – do voluntariado na OTS pesquisada; II - do nível de informatização e do uso das tecnologias de informação – TI; III – da relação com a informação sobre violência; IV - da rede aberta. Foi anexado esclarecimento sobre termos usados no instrumento. Esses detalhes serão visualizados na apresentação dos resultados.

A intencionalidade na escolha de estudo de múltiplos casos e não apenas fazer o estudo comparativo com uma única organização caracterizada em rede aberta e outra em rede fechada, teve respaldo nos estudos de Robert K. Yin (2005) sobre múltiplos casos. A escolha do CEDECA para representar à categoria RA e da ARTE CONSCIENTE para representar a categoria RF, atende aos objetivos específicos do estudo que determinaram a identificação e a caracterização de uma OTS de APSV em Salvador que possui arquivo contendo informação contra a pessoa atuando em RA e uma em RF. A inclusão das demais atende ao estudo de múltiplos casos considerando a homogeneidade da população.

5.2 O USO DO SPSS

O levantamento de dados singulares e partilhados entre OTS de APSV em RA e RF aqui realizado, mostra o comportamento social presente em organizações que estão dentro duma mesma sociedade e que experimentaram o mesmo modelo de prestação de serviço público. A opção de mostrar as condições dessas duas formas de organizações, através de um banco de dados construído a partir de coleta de dados feita por meio do uso de questionários aplicados aos seus integrantes, possibilitou traçar avaliações acerca das condições sociais às quais estão submetidas. O exame dos dados feito a partir do uso do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS) tornou a comparação entre os dois tipos de instituições (ligada ou não em rede) bem mais consistentes. Tal confronto só foi viável por meio da apropriação desse tipo de *software*, o que proporcionou efetuar melhor avaliação do relacionamento entre as diversas variáveis estudadas, como ressalta Wagner, Motta e Dornelles (2002).

6 RESULTADOS

6.1 RESULTADO DAS ENTREVISTAS

6.1.1 Disseminação da Informação sobre Violência Contra a Pessoa

As entrevistas foram aplicadas aos dirigentes, funcionários e voluntários, todos integrantes das OTS de APSV, e para análise dos resultados, integradas na categoria “disseminação da informação sobre violência em rede aberta”, sendo desdobradas nas subcategorias denominadas: Motivação nas Ações de APSV; Rede Aberta; Rede Fechada; NTICs no Suporte a Disseminação e Barreiras ao Fluxo.

Uma das propriedades da rede é a conectividade, que representa o relacionamento e as interações na rede. A conectividade está relacionada à densidade, que é o número de ligações possíveis na rede. Quanto mais conexões entre os pontos, mais densa é a rede.

O CEDECA, AXÉ, FCCV e OAF, objetos deste estudo, foram caracterizadas como OTS de APSV em RA e pela conectividade *delas* com outras organizações do primeiro setor, tornou-se necessário pesquisar e incluir nas entrevistas as organizações DERCA, PROJETO VIVER E SENTINELA.

Características dessas organizações:

O CEDECA tem foco na defesa da criança e do adolescente contra exploração sexual e outra forma de violência relacionada a essa prática. Acompanha os processos que envolvem a morte e as lesões corporais na polícia e na justiça. Promove cursos de capacitação para policiais visando o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

O PROJETO AXÉ é uma ONG voltada para o atendimento à criança de rua, cujo objetivo é a sua inserção social através da educação. O Projeto seleciona crianças sem nenhuma referência familiar. Vivem na rua e da rua.

A OAF é uma ONG apoiada pela Igreja Católica, atua na área de educação, profissionalização e abriga parte do universo atendido, até que atinjam a maioridade.

O FCCV é uma instância, segundo definição da Professora Doutora Helonisa, permanente de articulação de vontades, esforços e recursos (públicos e privados). Seu objetivo é propor e acompanhar políticas e ações destinadas a controlar e combater a violência em Salvador. Criado em 1996, a partir da constatação de que a violência é um problema prioritário de saúde, conta com a participação de projetos, grupos e instituições que trabalham direta ou indiretamente com esse problema.

O SENTINELA é um programa de atendimento a crianças, adolescentes e famílias vítimas da violência sexual. Esse programa foi implantado em 2001 na Bahia; de 2005 a 2006, estava presente em nove municípios, estendendo-se para 48 municípios em várias regiões do Estado. Visa atender estas comunidades, através de uma equipe multidisciplinar, que tem educadores, psicólogos, assistentes sociais e apoio jurídico.

O PROJETO VIVER - O Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual (Viver) foi criado há mais de dois anos pela Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia para atender pessoas em situação de violência sexual. O Viver oferece em sua sede, localizada no andar térreo do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR), na Avenida Centenário, o serviço especializado de assistentes sociais e psicólogos, além de médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem que atendem 24 horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

A DERCA é uma delegacia especializada em crimes contra a criança e o adolescente. Investiga crimes, instaura e encaminha inquéritos para a Justiça. Está inserida na estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

Além dessas organizações, outras fazem parte da RA, entretanto, não foram acessadas por considerar que tinham as mesmas características tomando-se uma população homogênea.

6.1.1.1 Motivação nas Ações de APSV

A motivação que leva os sujeitos a desenvolverem ações nas organizações pesquisadas varia de acordo com o contexto informacional e o interesse de cada um. Esses interesses podem ser de ordem pessoal, ideológica ou profissional. Entretanto, a prática de APSV no atendimento as necessidades dessas pessoas é fator motivacional comum.

Eu comecei no AXE em 1985, entrei neste projeto que nem nome tinha, quando eu era vice-representante do UNICEF no Brasil, em Brasília. E se estava vivenciando um momento muito particular da vida nacional, que foi a redemocratização do país, a elaboração da Constituição democrática e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, eu pensei: este é um momento bom para se ter um projeto que seja capaz de dar a melhor educação aos mais pobres e ao mesmo tempo defender seus direitos com um novo panorama legal do Brasil. (Depoimento de Cesare de La Rocca, 4/8/2006, presidente do PROJETO AXÉ)

No AXÉ, a escolha pelo atendimento a um público específico, no caso crianças de rua, está fortemente relacionado à sua concepção pedagógica. Nesse sentido, a ação está centrada na possibilidade de transformar a realidade da criança exposta à violência de rua através do processo educativo, no qual a informação adquirida com experiência do projeto possa influenciar o poder público na criação de políticas públicas direcionadas a esse grupo social.

[...] não se tratava de caçar meninos, tratava-se de ter um encontro pedagógico, educativo, onde os meninos fossem estimulados a sair da rua para ingressar em um projeto de educação.

[...] a motivação foi não somente atender, mas também criar um estilo de atendimento, uma tecnologia pedagógica, que fosse capaz de estimular o poder público a transformar o projeto em políticas públicas. (Depoimento de Cesare de La Rocca, 4/8/2006, presidente do PROJETO AXÉ)

A consciência de que a instauração de políticas públicas pode mudar essa realidade é marcante no discurso do entrevistado, reconhecendo que sem a intervenção política, esses projetos são meramente paliativos. Eles não têm o alcance e a continuidade das políticas públicas garantidas pelas dotações orçamentárias.

Se eu tivesse aceitado todas as pressões iniciais de implantar o AXÉ em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Manaus e em Recife, eu teria cometido um gravíssimo erro político, porque nós pensamos, quando recebemos todos estes meninos, e chegamos a esta conclusão: não é através da multiplicação ad *infinitum* de projetos bem sucedidos que vamos resolver esta questão; a questão da criança resolve-se através de políticas públicas. (Depoimento de Cesare de La Rocca, 4/8/2006, presidente do PROJETO AXÉ).

Já no caso dos dirigentes do Projeto Arte Consciente e do Águia Dourada, a motivação para inserir-se em uma ONG que trabalha com crianças de rua partiu de suas experiências pessoais no projeto AXE:

A gente foi resultado do Projeto Axé, eu, Antonio Marcos, Genivaldo, Agenor... a maioria foi do Projeto Axé, o único que não foi é Julivaldo, que fez o curso dele na Cidade Mãe. Acho que o projeto Axé foi um pai e uma mãe nossos em termo de estar auxiliando, conversando, movimentando, dando conselho à gente como é que trabalha. A gente como ex-educando, tendo uma relação com os educadores. [...] o Projeto Axé para mim foi uma faculdade, porque se hoje eu tenho essa estrutura, agradeço a Deus e ao Projeto Axé. (Depoimento de Fábio Jesus, 25/8/2006, Presidente do ARTE CONSCIENTE).

[...] foi para mim uma experiência muito grande eu ocupar minha mente no projeto, hoje eu tenho uma responsabilidade, quando eu olho pra trás e vejo vários colegas de sala de aula não se encontram mais, hoje muitos internados, mortos, outros no mundo das drogas, então agradeço muito a Deus e ao projeto hoje por está desenvolvendo esse trabalho e ajudar a outras crianças que necessitam. (Depoimento de Andrecícero Silva, 9/8/2006, Diretor Presidente do ÁGUIA DOURADA).

Faz uma explicitação da condição do voluntário:

O voluntário, ele vem por amor; ele procura a Instituição, passa por entrevista, assina um contrato onde informa que atividade ele pode desenvolver na Instituição e começa a colaborar. O voluntário, na verdade, faz tudo, desde varrer a sede a efetuar o pagamento de uma conta ou pedir uma doação nas ruas, aos comerciantes[...] então o voluntário hoje faz tudo, é lavar banheiro, lavar roupa, é tudo. (Depoimento de Andrecícero Silva, 9/8/2006, Diretor Presidente do ÁGUIA DOURADA)

[...] Quer ajudar ajude, mas sem compromisso político, porque é o que aprendi lá dentro do próprio Axé. . (Depoimento de Andrecícero Silva, 9/8/2006, Diretor Presidente do ÁGUIA DOURADA)

[...] outra coisa que eu faço que é meio desvio de função, (...) não é o que eu fui designada pra fazer, mas é o que eu faço sempre é trabalhar o que chega de conhecimento, o que chega da Internet sobre violência e tento difundir pra rede do Fórum, entre os membros do Fórum e para os membros da rede de serviço o que eu considero importante para compreensão da violência ou para a mobilização de pessoas em torno da violência. E isso é meio desvio de função por que não sou eu quem cuido da linha de comunicação do Fórum, mas eu estou lá todo dia, e recebo, entra tudo na caixa e aí eu olho o que está na caixa e tomo esse tipo decisão. (Depoimento de Heloniza Costa, 10/8/2006, Diretora do FCCV).

Por compreender a importância do seu trabalho na sociedade, a dirigente do FCCV amplia por conta própria as atividades que desenvolve no projeto. Tal atitude mostra o alto grau de

Nós temos algumas situações bem comuns, por exemplo, a pessoa faz acesso ao Conselho Tutelar, o Conselho Tutelar encaminha para a DERCA, a DERCA encaminha pra o IML, para o exame pericial, o IML encaminha para o VIVER, o VIVER encaminha para interrupção da gestação no IPERBA, o VIVER encaminha para o DST/COA, para a continuidade do tratamento de DST, isso é uma situação muito comum de acontecer. Ou então, vem da Delegacia para o IML, do IML para o VIVER, no VIVER nós percebemos a necessidade de acionar outro serviço porque tem outras questões envolvendo aquela violência que não só o aspecto da violência sexual, então nós acionamos o Conselho Tutelar que, por sua vez, pode acionar a escola... (Depoimento de Débora Cohim, 6/9/2006, Coordenadora do PROJETO VIVER)

Além disso, do VIVER a gente retorna o contato para a Delegacia através de relatórios, pedidos de informação... Então vai para o Ministério Público e daí para o Poder Judiciário. Eventualmente a gente aciona algum serviço, alguma ONG de emprego e renda ou de oficina de arte/educação, para estar inserindo essa pessoa em outras coisas em que ela tenha dificuldade. (Depoimento de Débora Cohim, 6/9/2006, Coordenadora do PROJETO VIVER)

Cada ponto da rede acrescenta um conhecimento novo e se apropria dos conhecimentos anteriores; por exemplo, nós, ao recebermos uma criança que a Delegacia encaminhou para aqui, buscamos obter as informações que o Conselho Tutelar, a Delegacia, têm, para que a gente possa ampliar o nosso conhecimento. Se mandarmos uma pessoa ao IPERBA para interrupção da gestação a gente envia um relatório. (Depoimento de Débora Cohim, 6/9/2006, Coordenadora do PROJETO VIVER)

Quando o usuário chega, a gente faz a escuta no Serviço Social; para que não haja uma repetição, porque essa criança, os usuários, passa pela delegacia, pelo IML. (Depoimento de Waldemar Oliveira, 7/8/2006, Coordenador Executivo do CEDECA).

[...] a gente busca, nos municípios, se articular com todo o sistema de garantias do direito: Conselhos Tutelares, Juizado, Polícia Civil, PM, Polícia Rodoviária, todas as instâncias de repressão, de coação e responsabilização (Depoimento de Frederico Fernandes, 16/8/2006, Coordenador do SENTINELA)

Decidimos então que ele (o CEDECA) não teria “sócios” individuais, pessoas, mas sim entidades – associações de bairros de Salvador, Ordem dos Advogados, Universidade Católica, Sindicato dos Taxistas, Sindicato dos Caminhoneiros, associações de moradores – cuja incorporação nós entendemos necessária porque a violência ocorria exatamente nos bairros periféricos – e outras. (Depoimento de Waldemar Oliveira, 7/8/2006, Coordenador Executivo do CEDECA)

Nós estamos vinculados à uma entidade nacional chamada ANCED, Associação Nacional dos Centros de Defesa, então nós trocamos informações, somos solicitados por autoridades de outros Estados... (Depoimento de Waldemar Oliveira, 7/98/2006, Coordenador Executivo do CEDECA)

Quem mais passa casos para a gente são os oito Conselhos Tutelares, com eles nós temos uma parceria mais estreita; os demais nos encaminham, mas sem tanta regularidade. Os juizes da Segunda Vara também fazem isso; alguns delegados da DERCA, quando recebem menores que precisam de atendimento psicossocial encaminha aqui para a gente. (Depoimento de Waldemar Oliveira, 7/8/2006, Coordenador Executivo do CEDECA)

Percebe-se que, no caso do CEDECA, há uma articulação bastante clara com diversas instituições, tanto no estabelecimento de parcerias para o atendimento nas ações como também voltadas à troca de informações.

6.1.2 Compartilhamento da Informação: Fontes Múltiplas na Agregação de Valor

Existe (compartilhamento de informações) a partir da necessidade. Por exemplo: se você trabalha na DERCA e precisa de uma informação para complementar um caso, você vai fazer contato com a instituição e a instituição busca socializar a informação a partir do seu objetivo. E, a partir daí, pode-se passar essa informação, solicitando que haja sigilo... enfim, o que ainda não existe é uma central que disponha dos dados por exemplo de uma pessoa X. Isso seria talvez o ideal, mas não existe. As relações, pelo que percebo, acontecem ainda muito na relação pessoal. Eu acho que as instituições ainda não se conhecem (Depoimento de Daniele Oliveira, 14/8/2006, Assistente Social do CEDECA)

Uma das características que nós procuramos implementar aqui no VIVER é essa articulação, seja ela com o Terceiro Setor ou não; nenhum serviço que lida com violência é capaz de dar conta sozinho dessa questão. Eu considero que o VIVER é um serviço de excelência, que tem um atendimento muito amplo, mas, apesar disso, nós não damos conta de tudo. Então, ou a gente se articula à rede ou a gente corre o risco de limitar o acesso ao pesquisador que chega ao VIVER possa ter a outro serviço, porque nós, ou qualquer outro serviço de atenção, que é acionado pelo cidadão, passamos a ser uma porta de entrada para um mundo ao qual, muitas vezes, esse cidadão não tem acesso. (Depoimento de Débora Cohim, 6/9/2006, Coordenadora do PROJETO VIVER)

Nós temos contato regularmente, nós fazemos parte não só do Fórum Comunitário de Combate à Violência, mas do Comitê de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente, ambos compostos por organizações governamentais e não-governamentais instituições internacionais, movimentos sociais... Porque esse contato nos possibilita estar sabendo o que está se falando no mundo sobre o fenômeno, nos atualizando, nos possibilita estar inserido, de fato e de direito, nessa rede e, dessa forma, abrindo essa rede para o cidadão que chega aqui e complementando o trabalho que a gente faz. (Depoimento de Débora Cohim, 6/9/2006, Coordenadora do PROJETO VIVER)

A rede, assim como a uma rede de computadores, tem algo que é “invisível”; a ligação entre esses diversos serviços pode se dar por uso de telefone, computadores, fax, através de encontros... E cada “nó” dessa rede aciona os outros de forma muito própria, não há uma forma única; a rede não é um sistema homogêneo onde todo mundo funciona, se “mexe” dentro dela da mesma forma, tem a mesma quantidade de ligações que a outra tem, então tem pontos dessa rede que são muito mais frágeis, que têm menos ligações com os outros pontos, tem pontos que estão muito mais interligados... Ela é um esforço, pois não podemos dizer que temos uma rede completamente implantada; é um esforço de pessoas que atuam sobre o mesmo fenômeno, cada uma com suas especificidades, de forma direta ou indireta e que buscam somar os seus esforços na possibilidade de ampliar o campo de atuação oferecido ao cidadão. (Depoimento de Débora Cohim, 6/9/2006, Coordenadora do PROJETO VIVER)

A rede proporciona compartilhamento de informações e agrega novos conhecimentos para as instituições.

Cada ponto da rede acrescenta um conhecimento novo e se apropria dos conhecimentos anteriores; por exemplo, nós, ao recebermos uma criança que a Delegacia encaminhou para aqui, buscamos obter as informações que o Conselho Tutelar, a Delegacia, têm, para que a gente possa ampliar o nosso conhecimento. Se mandarmos uma pessoa ao IPERBA para interrupção da gestação a gente envia um relatório. (Depoimento de Débora Cohim, 6/9/2006, Coordenadora do PROJETO VIVER)

Para que o compartilhamento de informações seja real, faz-se necessário que os envolvidos tenham consciência da importância da participação das ONGs na rede. Nesse sentido, o entrevistado demonstra que o trabalho de cooperação entre as instituições é relevante no atendimento a pessoas em situação de violência.

É fundamental a participação das ONG's nessa rede; quando a gente vai, inclusive, a um município trabalhar, a gente vai no sentido de identificar tanto as instituições públicas que tenham responsabilidade pública em cada área quanto as não- governamentais que trabalham com essa questão da infância e adolescência, com a questão da violência. Um parceiro estratégico, desde o início do Sentinela, foi o CEDECA, que é uma ONG que trabalha há mais de dez anos em Salvador com esse tema; então quando a gente fala de rede a gente está falando também muito das ONGs que atuam nessa área. (Depoimento de Frederico Fernandes, 16/8/2006, Coordenador do SENTINELA)

E reforça essa importância quando faz um delineamento dos passos a serem seguidos no atendimento à vítima de violência, justificando a necessidade da inserção na rede.

No primeiro momento, quando o Sentinela atende uma criança, e por isso ele tem que trabalhar em rede, ele encaminha para a área de saúde pra que ela, vítima do abuso, estupro, qualquer forma de violência, seja atendida; depois daquele atendimento – por que além do dano físico há um outro dano, talvez até pior, que é a seqüela psicossocial que desestrutura a criança e a família - é necessária a assistência social, que vai acompanhar, durante semanas, meses, o tempo que for necessário, aquela criança, até que ela se recomponha no ponto de vista emocional. (Depoimento de Frederico Fernandes, 16/8/2006, Coordenador do SENTINELA)

6.1.2.1 Rede Fechada

A RF, como visto na definição, é a conectividade entre os integrantes dentro do campo de atividade, e nessa conectividade não está incluído de forma regular outras instituições, nem mesmo a AGUIA DOURADA, o outro exemplar da RF no estudo. O Primeiro Setor, o segundo setor ou setor privado, as fontes de financiamento e de suporte técnico não são consideradas conexões fora do campo de atividade, pois é uma relação centralizada com a organização em RF. Por exemplo, a ARTE CONSCIENTE e AGUIA DOURADA buscam, de forma isolada, orientação e financiamento para pequenos projetos no AXÉ. Os seus dirigentes principais são oriundos do projeto AXÉ.

Na relação de suporte técnico e de financiamento, o objetivo é a solução de um problema específico que se encerra na própria solução. Diferente da relação na RA, que admite a auto-regeneração da informação na conectividade permanente e não linear com o receptor. A RF apresenta características de rede, porém sua atuação restrita ao campo de atividade prejudica a conectividade e auto-regeneração. Por situar-se no próprio campo, não tem como submeter suas informações à crítica e validação constantes de outras instâncias. A Arte Consciente enquadra-se como RF voltada para o atendimento à criança e adolescente vítima de violência e à reorientação da conduta pelo esporte, arte e conscientização de cidadania.

A gente tem acesso a algumas pessoas que estão envolvidas com drogas, envolvidas com o tráfico, com roubo. (Depoimento de Alex Lima, 25/8/2006, Vice-presidente do ARTE CONSCIENTE).

O contato com fontes relacionadas a violência pode facilitar o trabalho com a produção da informação vista pela ótica do agressor, ampliando o conhecimento do fenômeno.

Nos nossos arquivos a gente sempre registra as atividades com fotos e vídeos. (Depoimento de Fábio Jesus, 25/8/2006, Presidente do ARTE CONSCIENTE).

[...] fazemos relatórios de atividade, plano de trabalho, relatório das crianças, no dia-a-dia e os relatórios do voluntariado. (Depoimento de Andrecícero Silva, 9/8/2006, Diretor Presidente do ÁGUIA DOURADA)

Indicam as tipologias documentais utilizadas para registrar a informação.

Depois que a gente ajeitar a sede, a gente vai ta procurando outros órgãos pra fazer parceria, para ter um conhecimento melhor. (Depoimento de Alex Lima, 25/8/2006, Vice-presidente do ARTE CONSCIENTE).

A RF cria dificuldades ao acesso de novos conhecimentos.

Presencial. Nós vamos lá, apresentamos as fotos do nosso trabalho. (Depoimento de Fábio Jesus, 25/8/2006, Presidente do ARTE CONSCIENTE).

[...] como nós estamos “ligados” ao Projeto Axé eu passo muito as necessidades da comunidade; não só ao projeto Axé como para algumas escolas particulares, sobre a violência da comunidade, sobre a situação da comunidade [...] (Depoimento de Andrecícero Silva, 9/8/2006, Diretor Presidente do ÁGUIA DOURADA)

[...] quando tem espaço a gente vai, porque hoje as instituições pequenas que não têm espaço, ficam um pouco esquecidas e nós estamos lutando hoje para tentar que a instituição seja divulgada, para tentar fazer parceria, para servir como organização não governamental, estamos lutando [...] pra passar todas as informações. (Depoimento de Andrecícero Silva, 9/8/2006, Diretor Presidente do ÁGUIA DOURADA)

A forma predominante de comunicação entre membros da RF é presencial.

6.1.2.2 Barreiras à Disseminação

As dificuldades apresentam-se de forma diferenciada, a depender do tipo da rede e estão relacionadas quase que especificamente quanto à carência de recursos humanos, financeiros e de mudança de cultura. Essas dificuldades normalmente são chamadas na ciência da informação de barreiras.

Os dados demonstram que as barreiras no fluxo informacional de um modo específico estão relacionadas às questões dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos e de um modo geral aos aspectos ideológicos, educacionais e preconceituais. Um aspecto que fica evidenciado quando se trata dos recursos humanos nestas organizações está relacionado ao

trabalho voluntário. Nas RA, a inserção de voluntários no desenvolvimento das ações difere das RF. Na concepção do dirigente do projeto AXÉ, o trabalho do voluntário é relevante, mas salienta algumas dificuldades encontradas ao longo de sua experiência com o voluntariado, destacando a preferência na contratação de pessoal para atuar no âmbito dessa instituição.

a) DE RECURSOS HUMANOS

Nós decidimos não trabalhar com voluntariado; não porque o voluntário não seja importante, o voluntariado é um grande valor de uma nação. Mas, para se fazer educação, boa vontade, disponibilidade e generosidade não são suficientes. São grandes virtudes, mas além de tudo é necessário que se tenha competência profissional. (Depoimento de Cesare de La Rocca, 4/8/2006, presidente do PROJETO AXÉ).

O programa de voluntariado, quando não levado a sério, sempre traz problemas, um deles é o choque cultural, quando não se trata de brasileiros. Tem casos brilhantes de voluntários, sejam brasileiros, sejam estrangeiros, mas, as dificuldades e os problemas que alguns deles criaram ao AXÉ, dentro da organização e fora... Cometendo coisas inadequadas na vida pessoal deles[...] no momento, nós interrompemos, suspendemos, o programa de voluntariado, a fim de reavaliá-lo. (Depoimento de Cesare de La Rocca, 4/8/2006, presidente do PROJETO AXÉ).

No que se refere aos recursos humanos, percebe-se que a questão relaciona-se quase sempre ao trabalho voluntário. Vê-se, portanto, que, no caso de uma ONG que possui recursos financeiros, a contratação de funcionários remunerados é vista com mais interesse, ao passo que a existência de voluntário fica no plano secundário. O dirigente ainda informa que a contratação se justifica pela necessidade de ter no quadro funcional da ONG, pessoas qualificadas para funções específicas.

No caso de RF, o voluntariado torna-se a única alternativa para desenvolver o trabalho de atenção aos sujeitos em situação de risco.

b) RECURSOS FINANCEIROS

A gente “ta” aqui, lutando, tirando do nosso próprio dinheiro[...] dividimos nosso dinheiro para nossa família e para comprar material, fica difícil pra gente. Então a gente “ta” procurando registrar, “ta” registrando, nosso estatuto, já está tudo acertado, já temos CNPJ, e estamos procurando parceria com outras pessoas. (Depoimento de Alex Lima, 25/8/2006, Vice-presidente do ARTE CONSCIENTE)

[...] não obtivemos apoio de empresários, do Estado, da prefeitura, até dos comerciantes da nossa comunidade, mas estamos tentando com autoridades públicas municipais, estaduais[...] (Depoimento de Andrecícero Silva, 9/8/2006, Diretor Presidente do ÁGUIA DOURADA)

O **entrevistado** salienta que há pouca cooperação entre as instituições que prestam assistência social

[...] um drama é o atraso da remessa das parcelas (contribuições), da parte de qualquer parceiro [...] isto gera um drama terrível.”(Depoimento de Cesare de La Rocca, 4/8/2006, presidente do PROJETO AXÉ)

Esse projeto (educacional) foi desenvolvido por dois anos; ano passado não fizemos por carência de recursos do próprio Estado, para nossa tristeza. Atualmente, nós estamos com dois projetos aprovados, um na Prefeitura Municipal de Salvador – aprovado desde o semestre passado e não aplicado também por falta de recursos -, e outro na Secretaria de Educação de Lauro de Freitas – também aprovado e, pelo mesmo motivo, não executado. E a gente fica lamentando por que é uma coisa que consideramos importantíssima, mas, infelizmente, tudo depende de recursos e isso não temos tido. (Depoimento de Waldemar Oliveira, 7/8/2006, Coordenador Executivo do CEDECA)

o projeto tem uma despesa (mensal) de R\$ 2.500,00 e nós só temos R\$ 400,00 [...] (Depoimento de Andrecícero Silva, 9/8/2006, Diretor Presidente do ÁGUIA DOURADA)

[...] acho que as instituições elas tinham que ter mais um contato, participar de reuniões e não... eu vejo as instituição muito por si, acho que ela tinha que ter um trabalho, uma visitar a outra, ajudar a outra e uma acompanhar a outra e é muito difícil hoje [...]. As instituições fazem uma concorrência e eu não tinha essa visão de ver instituição como concorrência [...] (Depoimento de Andrecícero Silva, 9/8/2006, Diretor Presidente do ÁGUIA DOURADA)

A ausência ou irregularidade da remessa afeta tanto a RA quanto a RF, prejudicando os resultados.

c) DA TECNOLOGIA

Não temos isso (instrumentos de comunicação), telefone celular[...] nós não temos nada, a gente “ta” tentando uma pessoa que doe pra gente um computador, pra a gente poder ter essa comunicação e melhorar também a nossa estrutura. (Depoimento de Alex Lima, 25/8/2006, Vice-presidente do ARTE CONSCIENTE)

Quase sempre as limitações tecnológicas estão relacionadas às limitações de recursos financeiros ou de apoio de outras instituições.

d) DE MUDANÇA DE CULTURA

Fica evidente que um obstáculo a ser transposto pelas instituições para implementarem uma rede de informações envolve mudança de procedimentos que estão sedimentados na cultura e acredita que isso só será possível quando ocorrer

uma mudança de cultura, isso envolve instituições que muitas vezes são grandes demais, que a gente precisaria estar sensibilizando desde o gestor mais distante até a pessoa que está no atendimento, então é um processo lento. (Depoimento de Débora Cohim, 6/9/2006, Coordenadora do PROJETO VIVER).

Na opinião desse entrevistado:

[...] a rede ainda está muito desarticulada” e acredita que a reversão desse quadro só será possível quando estiverem “mais próximos à comunidade. As comunidades precisam participar mais dos diversos eventos que a rede promove, das reuniões, dos encontros e das decisões [...] (Depoimento de Débora Cohim, 6/9/2006, Coordenadora do PROJETO VIVER).

O entrevistado da FCCV aponta a informalidade como uma das causas de limitações nas ações de atendimento à mulher em situação de violência e acredita que a formalização legal poderá ser “um instrumento de trabalho, de cobrança interno - não estou falando nem de cobrança da população, essa aí também - mas interna mesmo”.

e) IDEOLÓGICA

[...] muitas vezes o policial chega aqui e pensa que todo mundo é vagabundo... Quantas vezes eu estava sentado com meu filho, o policial chegava dizendo que eu era vagabundo porque eu tinha cabelo enrolado e tinha tatuagem. Quer dizer, a gente aqui só foi discriminado falou em Saramandaia “Deus é mais”, aí quando o Senhor chega aqui não é nada disso; o Senhor “ta” aí e “ta” vendo que não é nada disso. (Depoimento de Alex Lima, 25/8/2006, Vice-presidente do ARTE CONSCIENTE)

É a visão estereotipada de ambos, deformada por idéias preconcebidas de “policial violento” e do morador de comunidade socialmente marginalizada confundido com “pessoas violentas e criminosas”. Essa atitude quebra a confiança para o compartilhamento de informações.

f) REDUNDÂNCIA

[...] mas essa estatística, a gente foi percebendo com o tempo, que ela estava com uma certa inconsistência, principalmente por que aquela criança que era atendida no Sentinela já tinha sido atendida pelo Conselho Tutelar, pela própria PM, pelo Juizado, na área de saúde[...] Então, na verdade, a gente não sabia de fato quem era aquela criança, porque ela era “contada” por todas essas chamadas “portas de entrada”; então, nós temos hoje um problema gravíssimo no país, a meu ver, sobre os dados a esse respeito, sobre as estatísticas referentes a essa questão da violência sexual. Na verdade o país não dispõe de estatísticas, diretrizes. (Depoimento de Frederico Fernandes, 16/8/2006, Coordenador do SENTINELA)

6.1.2.3 NTICs no suporte a disseminação

Na disseminação da informação sobre violência, os dados demonstram que as organizações mais estruturadas utilizam tecnologias que facilitam a produção e o acesso dessas informações, demonstrando a preocupação em criar sistemas que agreguem uma maior quantidade de dados possíveis acerca da violência contra pessoas.

Nós tínhamos um banco de dados e agora ele foi refeito. Agora temos outro, porque as informações estão sempre se renovando. Este banco de dados é modificado em função das informações que o usuário traz. Por exemplo, o nome de uma pessoa que está como responsável fica classificado em sete categorias; se eu percebo que estas sete categorias não são as mesmas da qual ele faz parte hoje, vai ter que alterar. E para alterar vai depender da informação que é trazida e como ela vai ser trabalhada. (Depoimento de Daniele Oliveira, 14/8/2006, Assistente Social do CEDECA)

Nós utilizamos o telefone, o fax, a internet [...] (Depoimento de Daniele Oliveira, 14/8/2006, Assistente Social do CEDECA)

[...] já está aprovada uma verba do Ministério da Justiça e nós estamos em fase de licitação de um programa de informatização dos nossos prontuários porque chegamos a conclusão de que o número de informações que nós produzimos é tão grande que daqui uns dias a gente ia ter que ter um outro VIVER só para colocar prontuários... (risos). Isso vai facilitar armazenamento, transmissão de dados para pesquisadores, sem que precisemos passar nomes e outros dados pessoais das vítimas. (Depoimento de Débora Cohim, 6/9/2006, Coordenadora do PROJETO VIVER)

Exatamente por perceber essa fragilidade das estatísticas, nós aqui, o setor técnico que acompanha o Sentinela, estamos desenvolvendo um sistema de informações que foi listando uma série de variáveis a respeito da criança e do adolescente, da família, das várias informações relativas a essa família, todos os perfis, alimentação, renda, escolaridade, moradias, o perfil do agressor, de etnia, faixa etária, de todas as variáveis possíveis; e esse sistema, a gente levou uns dois anos fazendo testes, incorporando variáveis, diversos cruzamentos que poderiam gerar gráficos, tabelas. (Depoimento de Frederico Fernandes, 16/8/2006, Coordenador do SENTINELA)

[...] este sistema não se limita apenas a um rol de variáveis, informações, uma série detalhada sobre o tema, o perfil da vítima, a família, das características todas[...] para funcionar, ele tem que envolver uma rede que a gente chama de “portas de entrada”, nos casos de violência, e essa rede também tem que estar capacitada e aparelhada para fazer essa entrada dos dados[...] e vai ser utilizado por cada entidade, por cada órgão, de acordo com aqueles dados que a entidade necessita. (Depoimento de Frederico Fernandes, 16/8/2006, Coordenador do SENTINELA)

6.2 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

A presente análise reporta-se ao conjunto total de OTS pesquisadas, as quais foram classificadas em duas categorias: as que estão articuladas em rede e as que não possuem essa articulação. A diferenciação dessas duas classes favoreceu a interpretação do rol de quesitos apresentados aos integrantes das duas formas de articulação das OTS, possibilitando o conhecimento das atividades realizadas por seus integrantes e, ao mesmo tempo, saber do quanto tais OTS contribuindo para o atendimento de pessoas em situação de violência produzem de informação. As análises foram feitas, respeitando-se as proporções calculadas dentro de cada grupo isoladamente e, finalmente, as totalizações segundo as inquirições realizadas para cada uma das OTS e contadas segundo a macro-classificação da relação de pertencimento a uma estrutura de troca de informações presenciais e dados em rede.

As análises foram realizadas sobre uma amostra intencional de cinco OTS nas quais foram inquiridos trinta e quatro profissionais que atuam no atendimento de pessoas vítimas de violência. Dentro desse grupo pesquisado contou-se com três OTS que se comunicam em rede e duas outras em rede fechada. Analiticamente optou-se pela interpretação dos totais referentes às OTS, buscando-se uma compreensão das organizações que estão conectadas em RA, bem como das que estão em RF. Em síntese:

TIPO DE OTS DE APSV

Rede Aberta: CEDECA, Axé e OAF

Rede Fechada: Arte Consciente e Águia Dourada.

TIPO DE CATEGORIA

Disseminação da informação.

TIPOS DE SUBCATEGORIA

Motivação nas Ações de APSV; Rede Aberta; Rede Fechada; NTICs no Suporte a Disseminação e Barreiras ao Fluxo.

A intencionalidade na escolha da amostra e de seus representantes recaiu sobre a necessidade de se fazer o estudo de múltiplos casos para fins de entender as relações de conectividade entre as OTS as quais estão em RA e RF. Por não se tratar de pesquisa probabilística, a inferência só será válida para a população acessada.

[...] é melhor preferir projetos de casos múltiplos a projetos de caso único. Mesmo que você só possa fazer um estudo de caso “de dois casos”, suas chances de fazer um bom estudo de caso serão melhores do que usar um projeto de caso único. Os projetos de caso único são vulneráveis no mínimo porque você terá apostado “todas suas fichas num único número”. Mais importante do que isso, os benefícios analíticos de ter dois (ou mais) casos podem ser substanciais. (YIN, 2005, p.75).

Para caracterizar a rede fechada nos múltiplos casos em estudo incluiu-se a organização Águia Dourada que apresenta a qualidade do isolamento no campo da atividade, além de apresentar estrutura, condições financeiras e materiais semelhantes a OTS Arte Consciente. Com essa inclusão pretendeu-se generalizar os resultados a duas OTS de APSV em rede fechada. Houve, também, a necessidade de diferenciar o estudo qualitativo da amostra realizado por meio da entrevista, onde se incluiu organizações do primeiro setor para mostrar a amplitude da RA de organizações que lidam com informação sobre violência na cidade do Salvador, daquele realizado por meio do questionário, já que na aplicação do questionário buscou-se a caracterização da RA apenas entre as OTS de APSV. Incluiu-se, além do CEDECA, o AXÉ e a OAF para compor o conjunto dos casos representativos das organizações em RA. E, neste aspecto, garantimos que as organizações investigadas estiveram concentradas no objeto de estudo proposto.

Perguntado aos entrevistados se a organização está em rede e a função exercida dentro da OTS verifica-se que nas organizações em rede fechada – RF, não há profissionais com nível superior exercendo função, apenas uma educadora de nível médio na OTS Águia Dourada. Enquanto isto nas integradas em rede aberta – RA, inverte-se o quadro, com a predominância de profissionais formados. Isso se deve à preocupação dos dirigentes nas integradas em obter resultados pela opção que possuem de poder contratar. O voluntário predominante na RF usa sua habilidade para ensinar luta, esporte e arte. Essas características encontradas na Arte Consciente, onde ensinam técnicas de grafite, box e dança, aproxima-se da cultura *hip-hop* que emergiu nos EUA, no final da década de 1960, nos subúrbios negros e latinos de Nova Iorque, onde a violência e carências de infra-estrutura predominam, semelhante ao bairro de Saramandaia, sede do Arte Consciente. Os quatro elementos da cultura *hip-hop* são: o MC (*rap*), DJ, grafite e *breakdance*. Alguns consideram o *Beatboxing* como o quinto elemento. A ação do Arte Consciente reduziu as ocorrências violentas entre adolescentes e jovens no bairro.

Se possui ocupação fora da OTS, nas organizações em rede, 75,9% responderam não possuírem ocupação fora da OTS e apenas 24,1% responderam que possuem. Enquanto 100% das organizações em RF indicaram que possuem atividade fora da OTS.

Essa questão apresenta resultados que indicam a necessidade do voluntário sobreviver da sua profissão fora da OTS. Significando que apesar do seu envolvimento emocional e efetivo com o que faz tem que manter sua atividade profissional. Os contratados das RA podem dedicar-se integralmente. Este resultado tem ressonância em discursos nas entrevistas.

Tabela 1 - Motivo da escolha para atuar no Terceiro Setor.

	Organização que está em rede.		Total
	Sim	Não	
Afinidade profissional	81,5%		73,3%
Ajudar pessoas em situação de violência	7,4%	100,0%	16,7%
Influência de terceiros	3,7%		3,3%
Realização pessoal	7,4%		6,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CUNHA (2006).

É significativo esse resultado quando o voluntariado move o indivíduo. Enquanto nas OTS em RA tivemos a concentração das opções na afinidade profissional, nas organizações em RF indicaram que o motivo da escolha foi ajudar a PSV em 100% das respostas.

Tabela 2 - Desempenho da OTS na atividade de informação

		Excelente	Bom	Regular	Deficiente	Total	
Organização que está em rede.	Sim	Promoção de campanhas publicitárias	18,5%	37,0%	37,0%	7,4%	100,0%
		Promoção de eventos (seminário, curso, etc)	20,7%	48,3%	31,0%		100,0%
		Processamento das informações obtidas no atendimento a pessoa	24,1%	48,3%	27,6%		100,0%
	Não	Promoção de campanhas publicitárias	20,0%	20,0%	60,0%		100,0%
		Promoção de eventos (seminário, curso, etc)		40,0%	60,0%		100,0%
		Processamento das informações obtidas no atendimento a pessoa	60,0%	40,0%			100,0%

Fonte: CUNHA (2006).

Nessa questão observa-se uma concentração percentual das organizações em RA e RF, no nível excelente e bom no processamento das informações obtidas na APSV. A resposta indica a relação existente entre a preocupação maior da OTS com APSV e a produção da informação sobre a violência. As organizações em RF têm dificuldades maiores na promoção de eventos, o que pode ter relação com o nível dos seus voluntários e a ausência de profissionais com nível superior.

Quando perguntados se existem indicadores de desempenho na organização, os resultados concentram-se na existência de indicadores. 82,1% na RA e 80% na RF. Para as RA o indicador é o número de casos atendidos e o resultado na vítima e na família.

As RF consideram que obtêm resultados satisfatórios na comunidade. A Arte Consciente atribui a paz conseguida na Saramandaia fruto de sua ação no bairro, onde antes havia “tiroteio” todo dia. O indicador é o resultado no contexto da ação. Essa análise não é em termos absolutos: é a predominância do indicador.

Descreva de modo sucinto as ações da APSV. Essa pergunta aberta permite liberdade na descrição do que seja APSV. Para as organizações em RF se resume em conscientização pela educação e ensino de arte a PSV; encaminhamento para assistência em órgãos especializados; e orientação à família. Nas organizações em RA a esses requisitos somam-se:

profissionalização, assistência jurídica, psicológica, saúde a PSV e família; abrigar com alimentação e dormitório. Todas são atividades favoráveis à coleta e produção da informação.

Sabe comunicar-se pelo computador? As respostas indicam um nível de conhecimento sobre as NTIC maior na organização em RA. 96,4% responderam saber comunicar-se com o computador, o que denota a condição da organização atender o requisito do uso da tecnologia na disseminação em rede suporte. 40% das organizações em RF não sabem. A permanência dentro do campo de atividade em rede fechada é estimulada por essa condição. Não é relação de causa e efeito, é um indicador que a questão seguinte “se a organização usa TI na atividade diária (micro, Internet)”, onde 100% em RA usa e 100% em RF não usa, reforça essa observação.

O Sr/Sra dissemina informação sobre violência, em caso de APSV, utilizando TI para outra OTS? Essa questão busca relacionar o uso das NTICs com a disseminação de informação sobre violência. As respostas provenientes da RA indicam a intenção em não usar as NTICs para disseminar informação sobre violência, apesar das respostas anteriores indicarem a existência de NTICs na OTS e do domínio sobre elas por parte dos indivíduos. 57,1% disseram que não disseminam usando TI. Essa resposta é condicionada pelas barreiras jurídicas e da segurança.

O Sr/Sra recebe informação sobre violência, em caso de APSV, utilizando TI de outra OTS? Essa questão visa confirmar a existência do fluxo proveniente da rede suporte relacionado à questão anterior. Verifica-se que a despeito de não demonstrar interesse na disseminação das informações sobre violência com uso das NTICs, quanto ao acesso e a coleta, 67,9% das respostas indicam que as OTS integradas em RA recebem informação de outras OTS.

Que auxílio a Internet presta a OTS de APSV? O trabalho em rede é a principal atividade da OTS de APSV com uso da NTICs (Internet), 82,6%, logo é um meio considerado eficaz nos contatos em rede para tratar de assuntos que envolvem as ações de APSV, que é a razão principal de ser das OTS. E o que se desprende do trabalho em Internet é a transferência de informação, escrita ou simbólica. É disseminação de informação sobre a violência sofrida pela PSV e produzida no atendimento.

Indique as prioridades com que são coletadas as informações que esta OTS possui sobre os casos de APSV. Na solicitação para indicar prioridade com que é coletada informação na

OTS sobre os casos de APSV, a prioridade número um nas organizações em RA é coletar através das entrevistas aos atendidos, com 76% das respostas. Essa é a fonte mais autêntica, descontados os efeitos do trauma ou idade (criança), e o segundo critério é entrevistando testemunha, com 68,8%. Nas organizações em RF a principal é o jornal, com 100%, e o segundo, empatados com 40%, entrevista ao ofendido e entrevista aos familiares. Essas prioridades indicadas pelas organizações em RF sinalizam que a ausência de profissionais no atendimento dificulta a obtenção de informação através da PSV atendida. Enquanto na RA assistentes sociais, psicólogos e advogados obtêm informações através de entrevistas.

Pergunta 16 - Nesta questão as prioridades 1 e 2 se invertem entre as organizações em RA e RF, ao considerar que disseminar informação sobre violência contribui para produção de campanha e edição de impressos, livros, *folders* e jornal – para RA a impressão vem em primeiro, alguns dirigentes e funcionários são pesquisadores e publicam, indica também a tendência a mensagens mais elaboradas e completas. Campanhas são pontuais e divulgam mais a OTS que a natureza humanitária e educacional do trabalho. Por isso são importantes para os não integrados, geralmente OTS menores e desconhecidos, que colocam essa opção em primeiro plano.

Tabela 3 - Procura de informação sobre violência.

		Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3	Prioridade 4	Prioridade 5	Total	
Organização que está em rede.	Pesquisadores	100,0%					100,0%	
	Sim	Mídia - tv rádio, jornal etc	25,0%	75,0%				100,0%
		Justiça			20,0%	80,0%		100,0%
		Polícia		20,0%	80,0%		100,0%	
		Advogados				100,0%	100,0%	
	Não	Pesquisadores	100,0%					100,0%
		Mídia - tv rádio, jornal etc		66,7%			33,3%	100,0%
		Justiça	50,0%			50,0%		100,0%
		Polícia		50,0%	50,0%			100,0%
		Advogados		100,0%				100,0%

Fonte: CUNHA (2006).

A prioridade 1 coincide entre as integradas e não integradas. Os pesquisadores são os mais interessados nas informações existentes nas OTS de APSV. O fato dessas organizações trabalharem com violência e pessoas excluídas ou marginalizadas socialmente desperta o interesse em quase todas as áreas de ciências sociais, além da área de saúde. Advogado na

prioridade 05 na RA indica que a assistência jurídica que possuem supre as necessidades, já para as RF são os advogados que estão em segundo lugar entre os que procuram informação.

Tabela 4 - Meio de disseminação da informação na OTS.

		Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3	Prioridade 4	Prioridade 5	Total
Organização que está em rede.	Internet	50,0%	16,7%	33,3%			100,0%
	Correio		14,3%		28,6%	57,1%	100,0%
	Sim	Fax	12,5%	62,5%	25,0%		100,0%
	Messageiro				100,0%		100,0%
	Telefone	66,7%	11,1%	11,1%		11,1%	100,0%
	Não dissemina	100,0%					100,0%
	Internet						
	Correio	33,3%			66,7%		100,0%
	Não	Fax	50,0%	25,0%	25,0%		100,0%
	Messageiro	50,0%		50,0%			100,0%
	Telefone		100,0%				100,0%
	Não dissemina	100,0%					100,0%

Fonte: CUNHA (2006).

Todas as OTS em RA e RF indicaram a não intencionalidade na disseminação. São as barreiras legais e de segurança para preservar essas informações. Sendo a prioridade 2 para as OTS em RA o uso do fax, por ser mais formal e seguro. A prioridade 02 para as OTS em RF é o telefone, mais informal para contatos com mais grau de confiança entre os indivíduos, geralmente restrito ao campo de atividade.

Com que frequência a organização necessita de informação de outra OTS para completar o quadro sobre APSV? As organizações em RA disseram que normalmente necessitam, e quando o fazem utilizam a Internet. Nas organizações em RF, 50 % das respostas indicaram que normalmente necessitam e quando o fazem usam o telefone. Esta questão nos traz uma constatação importante, as organizações em RF necessitam informações das demais OTS, denotando uma possibilidade futura de conexão.

A resposta à questão com que frequência a organização necessita informação dos poderes públicos? Das organizações em RA, 52% responderam que normalmente necessitam e o fazem por Internet. As organizações em RF disseram que raramente necessitam. São mais descrentes nas políticas públicas, não tem o Governo como fonte ou parceiro e a instituição governamental mais presente no seu dia a dia é a policia, com a qual tem uma relação que não se baseia na confiança em razão de uma das componentes da violência que acomete a PSV ser

a violência policial, esse fato estabelece uma barreira na comunicação que interfere na disseminação da informação com mais naturalidade entre a organização e a polícia.

Para que servem os tipos de informações que normalmente necessitam? A esta resposta tanto as organizações em RF quanto as RA responderam com 75% de indicações que usam as informações para instruir pessoas, constatando a preocupação com a pessoa e o foco principal das suas ações na APSV. Na prioridade 02 apresentada pelas organizações em RA percebemos uma intenção na identificação de riscos. Preocupação como essa indica tendência a elaborar cenários que os levem a ações que possam ultrapassar o atendimento na busca de medidas preventivas. As campanhas são exemplos de iniciativas no campo preventivo.

Tabela 5 – Uso da informação na OTS de APSV.

		Sim	Não	Total
Organização que está em rede.	Sim	52,2%	47,8%	100,0%
	Não	80,0%	20,0%	100,0%
Total		57,1%	42,9%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor (2006).

Nessa questão foi explicada à organização em RF e que não possui computador, que BD para ela seria arquivo do tipo documental, fotográfico, jornal, revista, etc. e eles responderam com 80% de indicações que a informação é usada para auxiliar novos casos. A mesma utilização é dada à informação pelas organizações em RA, com 52,2%, entretanto nas 47,8% de indicações para não usar sua BD em suporte a novos casos, pode-se inferir que a experiência e conhecimento dos profissionais contratados eliminam procedimento comum a organizações em RF que lida com a necessidade de buscar informação especializada em outro local como suporte a decisão.

Tabela 6 – Meio utilizado na coleta pela OTS de APSV.

			Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3	Total
Organização que está em rede.	Sim	Pessoas	62,5%	12,5%	25,0%	100,0%
		Telefone	100,0%			100,0%
		Internet	40,0%	40,0%	20,0%	100,0%
		Outro				
	Não	Pessoas	75,0%	25,0%		100,0%
		Telefone	25,0%	75,0%		100,0%
		Internet			100,0%	100,0%
		Outro				

Fonte: CUNHA (2006).

A despeito de possuírem e dominarem as NTIC as organizações em RA usam telefones e pessoas como prioridade 1 e 2, respectivamente, quando precisam de informação de outra OTS. As que estão em RF usam pessoas e telefones como prioridades 1 e 2, respectivamente. Novamente essas respostas indicam que nesse campo a confiança é fundamental. O contato *vis a vis* ou ouvir a voz para trocar informações é fundamental. Essa questão da segurança é a barreira mais significativa no bloqueio à disseminação, pois não precisa da coerção legal, é proveniente do instinto de conservação pelo medo.

Que tipo de violência é tratado por essa OTS? A pergunta aberta sobre o tipo de violência que é tratado pela OTS, permite categorizar cinco grupos principais: espancamento, abuso sexual, violência doméstica (parente), violência policial e abandono. Como as cinco instituições lidam com criança e adolescente, o abandono surge como conceito de violência para as organizações. A violência doméstica, que muito comumente atinge a mulher, é encontrada com muita intensidade contra a criança na forma de espancamento e do abuso sexual, na realidade, o termo violência doméstica é uma simplificação que esconde a modalidade da prática, empobrece a informação sobre a violência contra a criança e o adolescente. Essa constatação deve servir para uma revisão desse conceito.

Tabela 7 – Disseminação da informação em RA.

		Não partilharia	Partilharia na integra	Partilharia em parte	Total
Organização que está em rede.	Sim	28,6%	4,8%	66,7%	100,0%
	Não	40,0%	20,0%	40,0%	100,0%
Total		30,8%	7,7%	61,5%	100,0%

Fonte: CUNHA (2006).

Os percentuais encontrados para esta pergunta indica que as OTS não acreditam na possibilidade de oferecimento de segurança das PSV atendidas e integrantes e nem da preservação da identidade em caso de RA. É um paradoxo, admitem em outras respostas a importância de integrar a RA e nessa resposta temem as conseqüências. Novamente a barreira de segurança. (Nas OTS em RA 66,75% partilham em parte na OTS. Na RF 40% não partilha e 40% partilha em parte) impedindo o partilhamento da informação sobre violência. As pessoas confiam nos integrantes de sua OTS, mas não confiam em uma rede onde existem “estranhos”.

Tabela 8 – Motivo da não integração em RA.

		Caso a organização não partilhe de RA. A opção em manter a organização fora de uma rede aberta com outras OTS de APSV:		Total
		medida de segurança	não foi analisada	
Organização que está em rede.	Sim	40,0%	60,0%	100,0%
	Não	100,0%		100,0%
Total		45,5%	54,5%	100,0%

Fonte: CUNHA (2006).

As organizações em RA disseram que não analisaram a opção de manter a OTS fora de RA, o que parece natural essa resposta, já que optaram por integrar uma rede aberta. Os 40% que admitem não integrar a rede justificam questões de segurança, mas permanecem atuando na OTS, sabendo que esta se encontra em RA e que correm determinado risco. É por idealismo ou por necessidade do salário a razão de integrar OTS de APSV em RA? Qualquer resposta é opinião, visto que não se perguntou a razão, porém permite inferir que esses 40% não apresentam boa vontade em partilhar suas informações na rede, o que fortalece a barreira da segurança.

A OTS considera que a produção de informação na conexão em rede aberta dos seus SI e dos seus integrantes na cooperação com outras OTS de APSV aumenta, diminui ou é indiferente? Das organizações integradas em RA 82,4% consideram que aumentou a produção de informação na conexão em RA dos seus SI e dos seus integrantes a cooperação com outra OTS de APSV. Considerando que as organizações pesquisadas no seu início já atuaram não integradas à rede, essa resposta é um indicador que a rede aberta incrementa a produção de informação, criando as condições para a disseminação. Nas organizações em RF, 50 % considera que aumenta. Como não estiveram e não estão em rede, é uma previsão que os pode levar a se integrarem em RA.

Tabela 9 – Segurança pessoal na atividade de APSV.

		Muito risco	Algum risco	Nenhum risco	Total	
Organização que está em rede.	Sim	A segurança das pessoas atendidas da OTS, quando esta se relaciona com outras OTS, na conexão em rede aberta apresenta:	5,6%	88,9%	5,6%	100,0%
		A segurança dos integrantes da OTS, quando esta se relaciona com outras OTS, na conexão em rede aberta apresenta:	5,6%	88,9%	5,6%	100,0%
	Não	A segurança das pessoas atendidas da OTS, quando esta se relaciona com outras OTS, na conexão em rede aberta apresenta:		75,0%	25,0%	100,0%
		A segurança dos integrantes da OTS, quando esta se relaciona com outras OTS, na conexão em rede aberta apresenta:		75,0%	25,0%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor (2006).

Do universo pesquisado, 88% das organizações em RA e 75% das organizações em RF consideram que existe algum risco tanto para as PSV atendidas quanto para os integrantes da OTS, quando esta se encontra em RA. Essa resposta indica o receio na disseminação por aspectos indicados anteriormente, que se constituem barreiras de segurança, éticas e legais. Indica ainda a importância do profissional de informação que sabendo lidar com a informação desconstói as barreiras e estabelece condições seguras para a disseminação ao classificar a informação, equilibrando segurança e oportunidade. Muitas vezes para disseminar com oportunidade, não se depura a informação que pode sair com endereços e nomes de vítima, parente e testemunha, dados que na maioria das vezes não contribuem na compreensão do fenômeno da violência, pelo contrário, pode estimular o agressor que por medo de ser alcançado comete violência maior na chamada “queima de arquivo”.

Tabela 10 – Prevenção da violência através da disseminação da informação.

		Auxilia	Indiferente	Total
Organização que está em rede.	Sim	94,4%	5,6%	100,0%
	Não	100,0%		100,0%
Total		95,7%	4,3%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor (2006).

Esta constatação é das mais importantes encontrada na pesquisa. Significa que as OTS vislumbram o efeito preventivo na disseminação da informação sobre a violência nos casos de APSV. Dentre os pesquisados, 94,4% das organizações em RA e 100% das organizações em RF consideram que a disseminação da informação previne novos casos de violência. O significado captado na análise de conteúdo, constante neste estudo, quando dizem que “não gostariam de crescer e sim de desaparecer” pois só assim haveria o indicativo que as pessoas estariam saindo da situação de violência, se confirma na intenção explicitada de usar informação como medida preventiva nessa resposta. O cruzamento apresenta uma lógica, mas não garante afirmações categóricas quando se envolve o fator humano, isto é, como acreditar que pretendem extinguir as organizações que criaram e vivem dela?

Outra conclusão é que a despeito de perceberem e admitirem a prevenção de novos casos com a disseminação em RA de informações sobre violência contra pessoa, responderam anteriormente que existe risco nesse comportamento. É semelhante ao ditado popular “quem coloca o guizo na onça”. Os animais que sofrem ataques inesperados sabem que o predador usando guizo aumenta suas chances de sobrevivência, porém, difícil e encontrar o voluntário

para colocar o guizo. Assim, as OTS admitem o risco e a prevenção de novos casos convivendo no partilhamento em RA da informação sobre violência.

Tabela 11 – Concorrência entre OTS de APSV.

		Fragiliza o APSV	Fortalece o APSV	Não faz diferença	Total
Organização que está em rede.	Sim		88,2%	11,8%	100,0%
	Não	20,0%	80,0%		100,0%
Total		4,5%	86,4%	9,1%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor (2006).

A concorrência existe entre as OTS por espaço na mídia e para conquista das fontes de financiamento, ainda que poucos admitam. Entretanto as respostas indicam que, a despeito dessa “concorrência”, se sentem fortalecidos entre si pela troca de experiência. 88,2% das RA e 80% das RF admitem que passar suas experiências para outras OTS fortalece a APSV. Esse resultado do questionário é confirmado na entrevista e fala da OTS Águia Dourada. Ficou evidente nos resultados que a ausência de fontes de financiamento coloca a OTS em grande dificuldade para sobreviver, porém elas necessitam de união para autoproteção. É importante saber que outras estão ao seu lado na mesma luta, e essa percepção se dá com o partilhamento de informações e troca de experiências.

7. CONCLUSÃO

Atuar numa instituição que lida com a prevenção do crime e da violência auxilia na formação de uma visão geral sobre a questão, porém, para compreender aspectos particulares de um fenômeno que pela sua complexidade envolve todo o campo das ciências sociais é necessário um estudo focado num desses aspectos. Essa foi a razão de trazer a violência contra a pessoa para o centro das reflexões com foco na violência contra criança e adolescente e da escolha das instituições.

Do ponto de vista pessoal foi uma experiência singular, ouvir pessoas que dedicam suas vidas, esquecendo as próprias dificuldades para auxiliar semelhantes. Isso faz acreditar ainda na possibilidade de resgatar o que o homem tem de humano, modificando a realidade trazida no discurso teórico do estudo: homens bombas fruto da intolerância religiosa, destruição de prédios, modais de transporte coletivo, centros comerciais, locais públicos repleto de seres humanos inocentes para o deleite da mídia, ávida por “sangue” nas suas reportagens sensacionalistas.

Examinemos a noção de “imprensa do dinheiro”. Ao primeiro olhar, ela significa imprensa para ganhar dinheiro. Imprensa, portanto, que trata a informação como uma mercadoria, selecionando a informação rendosa e eliminando a informação não-rendosa. Segundo esse critério, o extraordinário, o surpreendente, o novo, por um lado, mas também o obsessivo, o apaixonante, o adorável, o odioso são altamente valorizados. (MORIN, 1986)

A reflexão do autor mostra a forma como a informação nos chega diariamente impregnando o inconsciente individual e coletivo, quase sem alternativa ao contraditório. Ao propor um estudo que coloca a disseminação de informação sobre violência contra a pessoa em uma RA integrando organizações comprometidas com o social, entende-se a grande contribuição que elas podem oferecer na compreensão do fenômeno pela geração de conhecimento alternativo ao gerado pela informação oriundo do MCM.

O manancial de informações existentes e pertinentes com a realidade da violência em Salvador nas organizações estudadas e não aproveitadas de forma sistematizada é desalentador. Não se trata de ampliar processos como a “hiperinformação”, mas trazer informação relevante que de outra maneira se perderia. A presença de um profissional de informação nos quadros dessas organizações resolveria parte desse problema, evidente que a

questão de barreiras como a ideológica, cultural e financeira não seria por ele resolvida devido a fatores não relacionados diretamente as necessidades informacionais.

Vimos, inicialmente demonstradas por estatísticas, que a violência tende a permanecer estável em algumas modalidades, mas crescente no geral. Não se verificaram registros de redução nesse aspecto geral. E de como o estudo demonstrou a relação entre a APSV e a disseminação da informação sobre a violência extraídas dessas atenções.

O objetivo do estudo foi desenvolver uma caracterização de RA que possa ser compreendida pelas OTS de APSV como estrutura capaz de disseminar informação sobre violência contra a pessoa em condições mais favoráveis do que se fosse disseminado por organização com objetivos semelhantes de APSV, porém em rede fechada. Oferecer uma visão prática com base no “modelo teórico” de RA que permita às pessoas que integram essas OTS resolver a questão das barreiras que impedem o livre fluxo da informação, mesmo sabendo que aspectos jurídicos, éticos e a segurança das pessoas envolvidas interferem para criá-las como óbice à disseminação. Com essa visão adquirir condições para desconstruí-las.

Nas abordagens teóricas sobre a relação violência – informação, constatou-se que a informação marcou historicamente a evolução do fenômeno. E que nos dias atuais a forma como a informação da violência contra a pessoa é disseminada nos MCM influencia a percepção individual do fenômeno, afetando a visão coletiva da real dimensão do mesmo.

As concepções teóricas sobre as barreiras se confirmam no campo, através da identificação de condicionantes como a ideológica, a legislação e a segurança pessoal, que criam dificuldade ao fluxo da informação. Podemos afirmar que os resultados mostram, com algumas correções, a validade das hipóteses. De fato, a integração em RA aumenta a possibilidade de disseminação quando colocamos um conteúdo para um grupo, e não apenas para um receptor, por obrigação formal. A CEDECA quando atende um caso de APSV e inclui as demais OTS observando os reais limites das barreiras, aumenta o fluxo que permite a agregação de valor por cada nó incluído. A ARTE CONSCIENTE ao atender um caso e difundir para um ponto, ou a polícia ou a justiça, não necessariamente um e outro, por obrigação legal, não tem a mesma performance na disseminação.

As críticas aos modelos teóricos usados encontram-se nas fontes, foram confrontados fragmentos desses modelos com a pesquisa realizada nas OTS de APSV para caracterizar a RA. A análise mostrou que as organizações integradas nessa rede possuem alternativas mais favoráveis de agregar valor no momento das múltiplas recepções que instigam uma nova disseminação para o meio onde atuam.

Uma das formas utilizadas pelo crime em geral, e o organizado em particular, para aumentar o seu poder e conseguir a impunidade, é **ocultar** suas ações. Quanto menos informação disseminada sobre a violência praticada, mais poder adquirem. O segredo para fragilizar sua estrutura é a inversão da lógica, com a transparência proporcionada pela disseminação de informação relevante sobre os atos de violência que cometem, utilizando para isso as RA.

Essa busca para minimizar tanto sofrimento e mortes prematuras das nossas crianças e adolescentes, que caracteriza mais uma ação de prevenção e repressão característica das ações de polícia, é afastada do discurso das OTS, que não admitem essa intenção, focando seu objetivo nas ações de atenção. Entretanto, percebe-se o contraditório no próprio discurso, quando demonstram o desejo de ver reduzida sua ação e até mesmo sua extinção.

Se o senhor me perguntar qual é o meu sonho, é fechar o AXÉ, não ampliar o AXÉ. Se eu tivesse aceitado todas as pressões iniciais de implantar o AXÉ em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Manaus e em Recife, eu teria cometido um gravíssimo erro político, porque nós pensamos, quando recebemos todos estes meninos, e chegamos a esta conclusão: não é através da multiplicação *ad infinitum* de projetos bem sucedidos que vamos resolver esta questão; a questão da criança resolve-se através de políticas públicas [...] (Depoimento de Cesare de La Rocca, 4/8/2006, presidente do PROJETO AXÉ)

Atendendo à condição de identificar e caracterizar OTS de APSV que possui arquivo contendo informação sobre violência contra a pessoa atuando em RA, foi constatado que o CEDECA atende esse requisito quando mantém um fluxo regular de informação com a FCCV e o AXÉ, ambos OTS de APSV, cujo conteúdo trata de exploração sexual da criança e do adolescente, categoria definida como violência pelos atores na pesquisa.

Encontramos a OTS de APSV denominada ARTE CONSCIENTE atuando em RF, mantendo relações dentro do seu campo de atividade, que inclui organizações do primeiro setor como a Polícia e Conselho Tutelar, com as quais se obriga, por força de lei, a informar os casos, e com o AXÉ, em consulta técnica e financiamento. Essa condição limita o fluxo pela fragmentação.

O conceito de informação na visão de Le Coadic (2004) auxilia a compreensão teórica das formas como são registrados os conhecimentos explicitados nas interações da RA, porém não se presta ao aspecto dinâmico dessas interações no momento de sua criação na APSV, que se processa de forma oral nas várias conexões presenciais. Para essa dinâmica os dados devem ser estruturados em informação e comunicados, isto é, colocadas em movimento no fluxo. Condição sugerida por Porat *apud* Castells 2001.

Na primeira condição, a informação registrada por qualquer tipologia documental pressupõe processo com base em teorias para registrar o conhecimento, deixando-o disponível ao acesso: não denota a intenção de levá-lo a quem precisa para que, mudando suas estruturas cognitivas, possa adaptar-se ao meio onde a violência contribui para morbidade e morte. Esse usuário é o integrante da OTS. Quando são “comunicados” em “estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo”, instrumentalizando-o a essa adaptação, a informação cumpre seu papel de utilidade social.

De modo que a RA tem como uma das suas premissas fazer circular a informação que atenda a interesses específicos da comunidade formada por dirigentes, funcionários e voluntários, aliando essa prática comum à necessidade popular por segurança. Disseminando informação sobre violência, fenômeno responsável pela sensação de insegurança, às comunidades de PSV, a RA contribui para minimizar essa necessidade ao atuar na vertente cognitiva do indivíduo. Violência entendida como “problema bioantropológico complexo que muitas vezes temos tendência para reduzir ou unidimensionalizar” (op. cit.).

O Tema “Disseminação da Informação nas Organizações do Terceiro Setor de Atenção a Pessoa em Situação de Violência”, desperta as organizações para o aspecto da fragmentação que interfere no resultado final de suas ações. A concorrência entre eles sobre a propriedade da informação foi admitida pela organização Águia Dourada de forma explícita, mas é denotada em outras falas. A RA, integrando e provocando a interação, age no sentido contrário à fragmentação, eliminando um dos aspectos mais prejudiciais as tentativas sociais de controlar a violência.

Estudos sobre rede não se constituem novidade, como facilmente se constata pelo número de denominações encontradas nos títulos: rede social; rede de atenção; rede de informação; redes

peçoais; rede de comunicação; rede neural; sociedade em rede; rede aberta; rede fechada; etc. Nesse estudo de múltiplos casos estabeleceu-se o vínculo entre o estudo de rede e a forma como a disseminação da informação sobre violência contra a pessoa pode ser potencializada em RA. A pesquisa indicou a tendência a esse resultado. Essa seria a novidade e a sua contribuição social.

O material coletado permite derivações do tema para outros estudos e discussões na ciência da informação, envolvendo o seu objeto nas relações: profissional de informação / organização do terceiro setor e informação sobre violência / barreiras à disseminação, que, por recorte do objeto, deixou-se de explorar devidamente, ficando a sugestão para esse aprofundamento em futuras pesquisas.

RECOMENDAÇÃO

Temos tendência a pluralizar as recomendações. Nesse estudo não foi diferente, porém das inúmeras idéias afloradas, fruto da complexidade que envolve relacionar RA de informação/violência, nos fixamos em uma apenas:

- ? Contratação por parte das OTS de APSV de um profissional da informação com experiência em gestão do conhecimento e inteligência competitiva.

Quando se investiga um tema relacionado às ciências sociais o homem adquire centralidade em relação ao objeto. Nesse estudo a informação sobre violência contra a pessoa, tendo ou não caráter utilitário, científico, cultural, educacional e tecnológico, estará relacionada ao homem na sua utilização, criação, processamento, etc., ou ainda se reportará ao próprio homem como autor ou vítima da violência, ampliando o conhecimento que se tem do mesmo nessas situações.

A pesquisa indicou a existência de profissionais contratados pelas OTS nas áreas de Psicologia, Assistência Social, Administração, Pedagogia e Enfermagem, o que significa a possibilidade da inclusão de novos profissionais em seus quadros. Indicou também a importância do nó hiperconector, do gatekeeper e do nó animador para a rede, todos relacionados à conectividade.

O profissional de informação, nesse contexto, lidaria com aspectos relacionados ao ciclo da informação, contribuindo para realçar as propriedades da informação que circula na rede, particularmente a da relevância e a da oportunidade. A exigência da especialização nas disciplinas sugeridas visa a atender a dinâmica existente no campo de atividades das OTS, que foge à compreensão de quem percebe a informação na ótica do conceito de Le Coadic (2004) e a necessidade de competir com quem promove a violência.

A respeito do profissional de informação a assim se refere Carvalho (2002):

“... é o mediador entre o acervo passivo e o usuário, tendo um papel relevante por lidar com questões especiais exigidas pela organização da documentação. A utilização das técnicas, muitas vezes redutoras, que afeta a linguagem natural e no processo eletrônico incorpora outras linguagens hipermídia, que influenciam positivamente a assimilação da informação. Sendo assim, a situação exige ajustes para moldar um profissional que apreenda o sistema de informação de forma estratégica, com um olhar plural, multifacetado [...] O profissional que pertence a força de trabalho voltada para o conhecimento e para a gestão da informação tem um papel determinante no desempenho da organização.”

A recomendação resultante dessa investigação contribuirá para que as organizações ainda que priorizem o atendimento não deixem que se percam informações capazes de contribuir para a prevenção de novos casos. Esse profissional de informação, DAVENPORT (2001), infogestor, JAMBEIRO (2000) ou humano multifacetado, CARVALHO (2002), é o elemento que trará para a rede o que nem sempre está ao alcance dos profissionais que integram a OTS, ocupados com a gestão organizacional e as ações de APSV.

A intensidade das mudanças no meio em que vivem as PSV, aumenta consideravelmente o índice de obsolescência das informações que devem circular o tempo todo para agregação de valor no receptor. Se predominar a percepção clássica de guardar e disponibilizar informação o efeito esperado se minimiza, com prejuízo à relevância da informação e o que é mais grave: a informação de caráter preventivo não chega as PSV oportunamente. (tabela 10).

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; LASTRES, Helena M. M. (organizadores). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ALMEIDA, Livia Maria Aragão de. **Violência e condições de vida em Salvador: diferenciais intra-urbanos da mortalidade por homicídios em 1991 e 1994**. Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA/Instituto de Saúde Coletiva, 1998.

ARAÚJO, E. A. **Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto das organizações não-governamentais brasileiras**. **Ciência da Informação**. Brasília: v. 29, n. 2, mai-ago, 1999.

ARTIGO 354. Informação, sociedade e cidadania. **Gestão da informação no contexto de ONGs brasileiras**. Disponível em: <www.crd2000.hpg.ig.com.br/textos/artigo354.htm>. Acesso em: 15 jul. 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724: informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

_____. **NBR 6023: informação e documentação, referências, elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

AVILA, Fernando Bastos. Violência urbana e meios de comunicação social. **Carta mensal** n.453, p. 55-62, dez., 1992.

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. Comando Geral - PMBA. **Projeto Policia Cidadã**. (2003). NS DQPDT-001/2003

_____. Secretaria de Segurança Pública. **Planejamento Estratégico**. Salvador: SSP/PMBA, 2003-2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETO, Aldo A. **A condição da informação**. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~aldoibct/condicao.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2003.

_____. **Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica**. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2006.

_____. **Os destinos da ciência da informação: entre o cristal e a chama**. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez99/art_03.htm>. Acesso em: 06 jun. 2003.

BICUDO, Hélio Pereira. **Violência: O Brasil cruel e sem maquiagem**. São Paulo: Moderna, 1994.

BORKO, H. **Information science: what is it?** American documentation, 1968.

BOWDEN, Mark. **Matando Pablo**. Rio de Janeiro. Ed. Landscape, 2004.

BRANDÃO, Daniel Braga; SILVA, Rogério Renato; PALOS, Cássia Maria Carraco. **Da construção de capacidade avaliatória em iniciativas sociais: algumas reflexões**. Disponível em: < http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_out2004.cfm >. Acesso em: 14 ago 2006.

BRASIL. Decreto-Lei N° 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cpenal_03/Decretos/DL2848.htm>. Acesso em: 19 set. 2006

_____. Decreto-Lei N° 3.689, de 03 de dezembro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cprocessopenal_03/Decretos/DL3689.htm>. Acesso em: 19 set. 2006

_____. Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 19 set. 2006.

_____. Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999. **Lei das OSCIP**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm>. Acesso em: 19 set. 2006.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da vida**: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2003.

_____. **As conexões ocultas**: Ciência para uma vida sustentável. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, Kátia. **O Profissional da Informação: O Humano Multifacetado**. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out02/F_I_art.htm >. Acesso em 10 set 2006.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CATÃO, Yolanda. **Pesquisa de Vitimização**. 2º Encontro: Crime e Relato II: Bases de Dados da Saúde e Pesquisas de Vitimização, 2000.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE YVES DE ROUSSAN. Disponível em: <<http://www.cedeca.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2006.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. 2.ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001.

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Atica, 2002.

CINFORM. Encontro Nacional de Ciência da Informação. **Anais do IV CINFORM**. II Seminário de bibliotecas Universitárias do Nordeste. Salvador: UFBA/ICI, 2003.

COELHO, Gilda M. **Sistema de inteligência competitiva**. Salvador: CEIC, 2000.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DAVIS, Stam e MEYER, Christopher. **Blur – A velocidade da mudança na economia integrada**. Editora Campus, 1999.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

DEMOCRACIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: Do global ao local. Disponível em: <www.comciencia.br/especial/socinfo/socinfo2.htm>. Acesso em: 04 out 2003.

DOMENACH, J. M. **La Violencia y sus causas**. Paris: UNESCO, 1981.

DRUMOND JUNIOR, M. et. Al. Avaliação da qualidade das informações de mortalidade por acidentes não especificados e eventos com intenção determinada. **Revista de Saúde pública**, v.33, n.3. p.273-280, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003. a.

_____. **O Suicídio**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.b.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 14.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

FOLHA ONLINE. **Saiba mais sobre o traficante Fernandinho Beira-Mar**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u58844.shtml>> Acesso em: 16 set 2006

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREIRE, Luís Carlos. **Comunidades de aprendizagem: uma abordagem integrada para a gestão do conhecimento**. In. Anais do Workshop brasileiro de inteligência competitiva e gestão do conhecimento. São Paulo: 2002.a.

_____. **O Processo de criação de conhecimento nas organizações**. In: Anais do IX Congresso da COPPEAD de Administração. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.b.

_____. **Comunidades de aprendizagem: gerando e compartilhando conhecimento**. Salvador, 2003.

GALVAN, Laura Hurtado. **Desarrollo desde arriba y desde abajo: informacion, documentacion y comunicacion em lãs ONGs de América Latina**. Cusco, Peru: CBC, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONTIJO, Miriam. Análise da Proposta Brasileira de E-governo como Expressão de uma Política de Informação a partir do Conceito de Regime de Informação. **Perspect. Cienc. Inf.**, v.7, n.2, Belo Horizonte: jul.-dez, 2002. p.179-188.

HOCK, Dee. **Nascimento da era caórdica**. Tradução de Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JAMBEIRO, Othon. **Reflexões sobre Políticas e Estratégias Sociais da Informação, Cultura e Comunicação, em Tempos Digitais**. Salvador: UFBA/EDUFBA, (s.d.).

_____. Gestão e tratamento da informação na sociedade tecnológica. LUBISCO, Nídia M. L. e BRANDÃO, Lídia M. B. **Informação e Informática**. Salvador: UFBA/EDUFBA, 2000, p.207-232.

_____. GOMES, H. Ferreira e LUBISCO, Nídia M.L. (Organizadores) **Informação** (contextos e desafios). Coleta de informação para inteligência competitiva, aspectos instrumentais. Gismália Marcelino Mendonça. Salvador: UFBA/ICI/EDUFBA, 2003.

KAHN, Túlio. **Segurança e criminalidade**: cenários possíveis próximos anos. Disponível em: <www.conjunturacriminal.com.br/boletins/concri10.html>. Acesso em: 14 ago. 2003.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: UFMG, 1999.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. F. Gomes. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004.

LUBISCO, Nídia M. e BRANDÃO, Lídia M. B. **Informação e Informática**. Salvador: UFBA/EDUFBA, 2000.

MACEDO, Tônia Marta Barbosa. **Redes (cobrindo) o informal**: a inteligência competitiva distribuída. Université Aix-Marseille. III/CRRM, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da violência**. Tradução de Cristina M. V. França. São Paulo: Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.

MARTINHO, Cássio. **Redes** - Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

MATTELART, Armand. **Historia da sociedade da informação**. Tradução de Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTOS, João M. **A sociedade do conhecimento**. Brasília: ESAF/UNB/BSB, 1982.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. S. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**. v.6, n.3, p.278-292, 1990.

MIRANDA, Antonio. **Ciência da informação**: teoria e metodologia de uma área em expansão. Elmira Simeão (organizadora). Brasília: Thesaurus, 2003.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Pedofilia na Internet e o Estatuto da Criança e do Adolescente. In: **Revista Forense**. v.356. Rio de Janeiro: p. 429-432, jul-ago, 2001.

MORIN, Edgar. **Introdução a pensamento complexo**. Tradução de Dulce Matos. 4.ed. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2003.

_____. **Para sair do século XX**. Tradução de Vera Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NAMARA, Joseph Mc. A Experiência de Patrulhamento Preventivo da Cidade de Kansas. Relatório Condensado. **Cadernos de Polícia**, n.1, Rio de Janeiro: PMERJ, 1993.

NERICI, Imideo Guiseppe. **A introdução à lógica**. São Paulo: Nobel, 1982.

NOVAES, Washington. **A quem pertence a informação?** Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Redes e Sistemas de Informação: interação e integração**. Rio de Janeiro: 1995. a.

_____. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v.24. Rio de Janeiro: 1995. b.

POBLACION, Dinah A., Witer, Geraldina P. e SILVA, José Fernando M. **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006.

POPPER, Karl R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

_____. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionaria**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

PROJETO UNI-BAHIA. **O rastro da violência em Salvador: mortes violentas de residentes em Salvador**, 1997. Salvador: UFBA/Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, 1998.

REVISTA ÉPOCA. **O Silencioso Chefão**. Edição nº 255. 03 abr 2003. Ed. Globo. Disponível em: <"<http://www.revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT516951-1659,00.html>" >Acesso em: 16 set 2006

ROBINSON, Jeffrey. **A globalização do crime**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

RODRIGUES, Georgete M. e LOPES, Ilza Leite. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SANTANA, Celeste Maria de Oliveira. **Colégios invisíveis e gatekeepers**. In: JAMBEIRO, Othon et al. Informação (contextos e desafios). Salvador: UFBA/ICI, 2003, p.115

SEGURANÇA E CRIMINALIDADE: Cenários Possíveis. Conjuntura Criminal nº 10, Dez 99. Disponível em: <www.conjunturacriminal.com.br/boletinsconcri10.html>. Acesso em: 14 ago. 2003.

SEGURANÇA PÚBLICA. Polícia Comunitária e Conselhos Comunitários de Segurança. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/codética/codética_diversos/conseg.html>. Acesso em: 14 ago 2003.

SENASP/MJ. **Plano Estadual de Segurança Pública**. Brasília: 2002.

SILVA, Lenilson N. **A 4ª Onda**. Os Novos Rumos da Sociedade da Informação. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

SMITH, Kaj Birket. **História da cultura**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1965.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Um data-base integrado sobre violência no Brasil. Idéias para um Pré-projeto Inter-institucional de Pesquisa. 2º Encontro: Crime e Relato II: Bases de Dados da Saúde e Pesquisas de Vitimização. 2000.

STEINBERGER, Margareth Born. **Revista São Paulo em perspectiva**, v.12, n.4. São Paulo: p.36-45, 1998.

STOLLENWERK. Maria Fátima L. **Implantação de Sistemas de Inteligência Competitiva: abordagem corporativa**. In: Sistema de Inteligência Competitiva, 3, Curso de Especialização em Inteligência Competitiva. Natal: MCT/INT, CNPq/IBICT, UFRN, 2000.

TAKAHASHI, Tadau. (organizador) **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAYLOR, R. S. *Professional aspects of information Science and technology apud BORKO, H Information Science: What is it?* Opus cit. p.8.

TORVALDS, Linus. DIAMOND, David. **Só por prazer**: Linux, os bastidores da sua criação. Tradução de Flávia Beatriz Rossier. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

TRAMONTANO, Marcelo. Vozes Distantes. Organização em Comunidades Informatizados. Software Livre e Inclusão Digital. Organizadores: SILVEIRA, Sergio Amadeu. CASSINO, João. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

U.S. Department of Justice. Understanding Community Policing. A frame Work for action. Monografia elaborada pelo "Community Police Consortium", Ago 1994, Bureau of Justice.

VERNON, M D. **Motivação Humana**. Petrópolis: Lajes, 1973.

VIEIRA, Job Lúcio Gomes. **Correio eletrônico**: o impacto na comunicação técnico científica da EMBRAPA - estudo de caso. 21 dez. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) – CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro. Orientadores: Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Marcos Roberto da Silva Borges.

WAGNER, Mario B., MOTTA Valter T., DORNELLES Cristina C. **SPSS Passo a Passo**. Portugal: Educus, 2002.

WIKIPEDIA. Hip Hop. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hip_hop>. Acesso em: 03 out. 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GLOSSÁRIO

Arquivo:

suporte da informação sobre violência na OTS de APSV, podem ser físicos ou eletrônicos, contanto que contenham as tipologias documentais.

Atenção a Pessoa em Situação de Violência - APSV:

são práticas assistenciais de acompanhamento médico, psicológico, social, jurídico e encaminhamento para abrigos e instituições que possam complementar a atividade da OTS.

Integração:

conexão de TIC e contactos presenciais com a comunidade e organizações afins que lidem com a mesma problemática da OTS e seu campo de atividade.

Rede aberta de OTS de APSV:

são estruturas flexíveis, estabelecidas horizontalmente, capazes de reunir indivíduos e OTS de APSV, de forma independente e comprometida com causas sociais. É a integração das organizações para compartilhar experiências, informações e documentos sobre violência contra a pessoa, baseada em cooperação e trabalho sistemático.

Rede fechada de OTS de APSV:

ausência de integração e conexão com outras instituições com a intenção de buscar o compartilhamento da informação de forma sistemática. Contactos e conexão são feitos no campo formal para soluções legais.

Relevância:

qualidade da informação que apresenta valor agregado pelo receptor e que atenda as propriedades de: credibilidade; acessibilidade; oportunidade; objetividade; e clareza.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

APÊNDICE B - CATEGORIAS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

QUESTIONÁRIO

Esse questionário se constitui instrumento de pesquisa cujo objetivo é avaliar aspectos da disseminação da informação relevante sobre violência contra a pessoa por organizações do terceiro setor que atendem pessoas em situação de violência nesta cidade. Destacamos a fundamental importância das respostas para o êxito da pesquisa em andamento no PPG/ICI/UFBA, ao tempo em que agradeço a gentileza das mesmas.

DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR DE ATENÇÃO A PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Siglas usadas:

OTS – Organização do terceiro setor

APSV – Atenção à pessoa em situação de violência.

PSV – Pessoa em situação de violência

TI – Tecnologias de Informação

SI – Sistema de Informação

RI – Rede Suporte de Informação

BD – Base de Dados

Nome da Instituição: _____

I – DO VOLUNTARIADO NA OTS PESQUISADA. (compromisso e motivação)

01. Função exercida dentro da **OTS** de **APSV**?

02. Possui ocupação fora da **OTS**?

(sem ocupação fora da OTS, não responde a pergunta 3)

() Sim

() Não

03. Indique o setor em que exerce atividade profissional?

() Indústria

() agronegócios

() Ensino

() Comércio

() Serviço Público

() Segurança

() Financeiro

() Outro. Qual? _____

04. Qual o motivo que o levou a escolher essa Organização do terceiro setor para exercer sua atividade?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Afinidade profissional | <input type="checkbox"/> Parente sofreu violência |
| <input type="checkbox"/> Ajudar pessoas em situação de violência | <input type="checkbox"/> Revolta com a violência |
| <input type="checkbox"/> Gratificação financeira | <input type="checkbox"/> Ocupar tempo |
| <input type="checkbox"/> Influência de terceiros | <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ |

05. O Sr/Sra considera o desempenho da Organização:

a) Na promoção de campanhas publicitárias?

- Excelente Bom Regular deficiente

b) Na promoção de eventos (seminário, curso, debate, ato público)?

- Excelente Bom Regular deficiente

c) No processamento das informações obtidas no atendimento a pessoa?

- Excelente Bom Regular deficiente

06. Existem indicadores de desempenho na Organização? (estatística número de casos atendidos, campanhas realizadas, denúncias recebidas, etc.)

- sim não

07. Descreva de modo sucinto as ações de APSV?

II - DO NÍVEL DE INFORMATIZAÇÃO E DO USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMACAO - TI.

DA REDE SUPORTE DE INFORMAÇÃO (arquitetura de rede)

08. O Sr/Sra sabe comunicar-se pelo computador?

- sim não

09. A Organização usa a **TI** na atividade diária (micro; internet):

- sim não

10. O Sr/Sra dissemina informação sobre violência, em caso de **APSV**, utilizando **TI** para outra organização do terceiro setor? (e-mail; Internet).

() sim () não
11. O Sr/Sra recebe informação sobre violência, em caso de **APSV**, utilizando **TI** de outra organização do terceiro setor? (e-mail; Internet).

() sim () não
12. Com que frequência a organização acessa outras bases de dados para coleta de informação sobre violência em caso de **APSV**?

- () nunca acessa
- () raramente acessa
- () normalmente acessa
- () sempre acessa

13. Que auxílio a Internet presta a **OTS** de **APSV**?
(se houver mais de uma alternativa indicar a prioridade com os números 1,2,3,4,e 5)

- () trabalho de rede
- () divulgação de estatística
- () busca de informação sobre **APSV**
- () realizações de campanhas

III – DA RELAÇÃO COM A INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA (se houver mais de uma alternativa indicar a prioridade com os números 1,2,3,4,e 5)

14. Indique as prioridades com que são coletadas as informações que esta **OTS** possui, sobre os casos de **APSV**.

- () entrevistando o atendido () televisão
- () entrevistando familiares () Polícia
- () entrevistando testemunhas () jornal
- () consultando Justiça () rádio
- () outros. Quais _____

15. Quem necessita de informação sobre violência produzida pela **OTS** no **APSV**?
(se houver mais de uma alternativa indicar a prioridade com os números 1,2,3,4,e 5)

- () Dirigente () comunidade
- () Funcionários () imprensa
- () Agência de financiamentos () outra _____

16. Considera que disseminar informação sobre a violência pode contribuir para:
(se houver mais de uma alternativa indicar a prioridade com os números 1,2,3,4,e 5)

- () Produção de Campanha
- () Produção de Estatísticas
- () Edição de Impressos (livros, folder, jornal etc)
- () Complementação de informação em arquivo
- () Colocar em rede disponível a todos
- () Outros _____

17. Quem procura com mais frequência a OTS para obter informação sobre violência nos casos de APSV?

(se houver mais de uma alternativa indicar a prioridade com os números 1,2,3,4,e 5)

- pesquisadores
- mídia (tv, rádio, jornal etc)
- justiça
- polícia
- advogados
- outro. Qual? _____

18. Qual o meio utilizado para disseminar informação para outras organizações?

(se houver mais de uma alternativa indicar a prioridade com os números 1,2,3,4,e 5)

- Internet
- Mensageiro
- Correio
- Telefone
- Fax
- Não dissemina
- Outro. Qual? _____

19. Com que frequência a organização necessita informação de outra OTS para completar um quadro sobre APSV?

- nunca necessita
- raramente necessita
- normalmente necessita
- sempre necessita

20. Em caso de necessitar, como se dá essa articulação?

(se houver mais de uma alternativa indicar a prioridade com os números 1,2,3,4,e 5)

- Internet
- Mensageiro
- Correio
- Telefone
- Fax
- Outro. Qual? _____

21. Com que frequência a organização necessita informação dos poderes públicos?

- nunca necessita
- raramente necessita
- normalmente necessita
- sempre necessita

22. Em caso de necessitar, como se dá essa articulação?

(se houver mais de uma alternativa indicar a prioridade com os números 1,2,3,4,e 5)

- Internet
- Mensageiro
- Correio
- Telefone
- Fax
- Outro. Qual? _____

23. Que tipo de informação normalmente necessita?
(se houver mais de uma alternativa indicar a prioridade com os números 1,2,3,4,e 5)

- instruir processo identificar riscos
 instruir pessoas gestão administração /financeira
 confirmar dado outro _____

24. A informação em **BD** é usada para auxiliar novos casos de **APSV**?

- sim não

25. Quando faltam informações para o trato de casos de **APSV** e é preciso fazer contato com outras **OTS**, qual o meio utilizado por esta Organização para obter as informações?
(se houver mais de uma alternativa indicar a prioridade com os números 1,2,3,4,e 5)

- Pessoas Internet
 telefone Outro (qual) _____

DA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA NA OTS

26. Que tipo de violência é tratada por esta **OTS**?

IV - DA REDE ABERTA

27. Preservadas a identidade e a segurança das pessoas atendidas e dos integrantes da **OTS** a organização partilharia em rede aberta informação sobre violência obtida no **APSV**?

- não partilharia partilharia na íntegra partilharia em parte

28. Caso a Organização não partilhe de rede aberta.

A opção em manter a organização fora de uma rede aberta com outras **OTS** de **APSV** é:

- medida de segurança orientação da direção
 não foi analisada descrença na parceria
 outra _____

29. A **OTS** considera que na **produção de informação** na conexão em rede aberta dos seus **SI** e dos seus *integrantes* há cooperação com outras **OTS** de **APSV**?

- aumenta diminui indiferente.

30. A segurança das pessoas atendidas da **OTS**, quanto esta se relaciona com outras **OTS**, na conexão em rede aberta apresenta:

- muito risco algum risco nenhum risco

31. A segurança dos integrantes da **OTS**, quanto esta se relaciona com outras **OTS**, na conexão em rede aberta apresenta:

muito risco algum risco nenhum risco

32. A organização considera que passar informações que produziu no **APSV** em rede aberta auxilia na prevenção de novos casos:

auxilia não auxilia indiferente

33. Passar a experiência da **OTS** no **APSV** em rede aberta para **OTS** que realizam atividades “concorrentes”, na sua opinião?

fragiliza o **APSV** fortalece o **APSV** não faz diferença

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR
DE ATENÇÃO A PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Conceitos utilizados no questionário:

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO - TI: É o conjunto de equipamentos e suportes lógicos (hardware e software), que permitem executar tarefas como aquisição, transmissão, armazenamento, recuperação e exposição de dados. (DSI).

SISTEMA DE INFORMAÇÃO - SI: É um sistema que reúne, guarda, processa e facilita informação relevante para a organização de forma acessível e útil para aqueles que a querem utilizar. Um **SI** é um sistema de atividade humana (social) que pode envolver ou não a utilização de **TI**. (DSI).

REDE SUPORTE DE INFORMACAO – RI: São estruturas projetadas para conectar através de TI os vários SI, também conhecida como arquitetura de rede.

BASE DE DADOS- BD: É um conjunto organizado de dados, disponível a todos os utilizadores ou processamentos da organização que dele tenham necessidade.

REDE ABERTA: É a conexão entre integrantes de **OTS** de **APSV**, dos seus sistemas de informações, pessoas da comunidade, instituições e organizações afins, possibilitando o livre fluxo de informações entre si, com objetivo de compartilhar responsabilidades, experiências, informações e documentos. Esta rede se baseia no trabalho cooperativo e sistemático, com altos níveis de compromisso e participação de todos que interagem na **APSV**.

APÊNDICE B - CATEGORIAS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

CATEGORIAS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO

1. Disseminação da Informação sobre Violência contra a Pessoa

- a. Motivação
- b. Barreiras (Recursos humanos, Ideológico, Financeiro)
- c. Redes abertas (Fluxo, fonte e arquivo)
- d. Redes Fechadas
- e. Novas Tecnologias

Nome	Instituição	Discurso (trechos)
Alex	Arte Consciente	<p>“... muitas vezes o policial chega aqui e pensa que todo mundo é vagabundo... Quantas vezes eu estava sentado com meu filho, o policial chegava dizendo que eu era vagabundo porque eu tinha cabelo enrolado e tinha tatuagem? Quer dizer, a gente aqui só foi discriminado falou em Saramandaia, “Deus é mais”, aí quando o Senhor chega aqui não é nada disso; o Senhor “ta” aí e “ta” vendo que não é nada disso. Na primeira caminhada, a gente mobilizou todo Pernambués e Saramandaia a gente chegou aqui no módulo e parou; o pessoal lá de cima não descia nem o daqui ia pra lá para nada e hoje, depois da caminhada, duas semanas depois as pessoas começaram a transitar (sem problemas), através da caminhada que a gente começou a fazer, mobilização e festa de conscientização pela comunidade, o pessoal começou a dar apoio, pais de família...”</p> <p>“não é por causa da eleição, nós não temos nada com isso, não tem nada a ver com o prefeito; pode chegar lá, não tem nada de prefeito, de vereador, nem nada, é aquela coisa: quer ajudar ajude, mas sem compromisso político, porque é o que eu aprendi lá dentro do próprio Axé.”</p> <p>“porque a gente foi ex-educando, ex-menino de rua, eu não era menino de rua mas dormia na rua, ia vender e não voltava, mas tem menino que vive mesmo na rua, mora lá, come lá mesmo, a minha realidade era diferente, então apanhei várias vezes de meninos de rua que roubavam minha “guia”, fui preso... depois que comecei no Axé, conversando com aqueles meninos, eu passei a ver aquela coisa de uma forma diferente...”</p>

		<p>“A gente foi resultado do Projeto Axé, eu, Antonio Marcos, Genivaldo, Agenor... a maioria foi do Projeto Axé, o único que não foi é Julivaldo, que fez o curso dele na Cidade Mãe. Acho que o projeto Axé foi um pai e uma mãe nossos em termo de estar auxiliando, conversando, movimentando, dando conselho à gente como é que trabalha. A gente como ex-educando, tendo uma relação com os educadores... o Projeto Axé para mim foi uma faculdade, porque se hoje eu tenho essa estrutura, agradeço a Deus e ao Projeto Axé.”</p>
André Cícero	Águia Dourada	<p>“(quando) eu tinha três anos de idade, muitas crianças na comunidade em Pituaçu estavam sem ter atividades e começamos essa escolinha de futebol. Um ano depois eu tive uma passagem pelo projeto Axé, sou ex-aluno do projeto Axé, aonde eu aprendi várias formas do projeto Axé de atividade.”</p> <p>“(...) eu tenho 21 anos, foi para mim uma experiência muito grande eu ocupar minha mente no projeto, hoje eu tenho uma responsabilidade, quando eu olho pra trás e vejo vários colegas de sala de aula não se encontram mais, hoje muitos internados, mortos, outros no mundo das drogas, então agradeço muito a Deus e ao projeto hoje por está desenvolvendo esse trabalho e ajudar a outras crianças que necessitam.”</p> <p>“(...) somos uma ONG, temos conta bancária, toda a documentação, tudo que a lei exige de uma instituição hoje nós temos... Só não temos financiadores; (...) o projeto é mantido pelo amor mesmo...”</p> <p>“O voluntário, ele vem por amor; ele procura a Instituição, passa por entrevista, assina um contrato onde informa que atividade ele pode desenvolver na Instituição e começa a colaborar. O voluntário, na verdade, faz tudo, desde varrer a sede a efetuar o pagamento de uma conta ou pedir uma doação nas ruas, aos comerciantes... então o voluntário hoje faz tudo, é lavar banheiro, lavar roupa, é tudo.”</p>
Cesare	Projeto Axé	<p>“Eu comecei no AXE em 1985; entrei neste projeto que nem nome tinha, quando eu era vice-representante do UNICEF no Brasil, em Brasília. E se estava vivenciando um momento muito particular da vida nacional, que foi a redemocratização do país, a elaboração da Constituição democrática e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, eu pensei: este é um momento bom para se ter um projeto que seja capaz de dar a melhor educação aos mais pobres e ao mesmo tempo defender seus direitos com um novo panorama legal do Brasil.”</p> <p>“(...) tive a sorte de poder contratar, para o UNICEF, Paulo Freire, como consultor na área de educação, e conversei muito sobre este projeto. Em 1990, eu já estava pronto para executar este sonho e me desliguei das Nações Unidas (...) e vim (...)”</p>

		<p>“(…) quando os primeiros 25 educadores foram às ruas da cidade para ir ao encontro destas crianças, não se tratava de caçar meninos, tratava-se de ter um encontro pedagógico, educativo, onde os meninos fossem estimulados a sair da rua para ingressar em um projeto de educação.”</p> <p>“Só o AXÉ atende crianças, que eu defino “aquelas que ninguém quer”, porque nenhuma organização oferece nada para elas. Então, a motivação foi, não somente atender, mas também criar um estilo de atendimento, uma tecnologia pedagógica, que fosse capaz de estimular o poder público a transformar o projeto em políticas públicas.”</p> <p>“Se o senhor me perguntar qual é o meu sonho, é fechar o AXÉ, não ampliar o AXÉ. Se eu tivesse aceitado todas as pressões iniciais de implantar o AXÉ em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Manaus e em Recife, eu teria cometido um gravíssimo erro político, porque nós pensamos, quando recebemos todos estes meninos, e chegamos a esta conclusão: não é através da multiplicação <i>ad infinitum</i> de projetos bem sucedidos que vamos resolver esta questão; a questão da criança resolve-se através de políticas públicas (...)”</p> <p>“Eu sonho que a Prefeitura Municipal e Governo do Estado transformem o AXÉ, que por sua natureza é um projeto limitado no tempo e no espaço, em políticas públicas.”</p>
Daniele	CEDECA	<p>“(vamos) fazer uma atividade direcionada ao dia 26 de agosto, que é o Dia Estadual de Enfrentamento aos Homicídios e a Impunidade. Foi algo que nós conseguimos e temos como uma conquista, porque na verdade foi uma demanda do Grupo Pela Vida; foi uma idéia do grupo dos responsáveis, assim como há o Dia de Enfrentamento à Violência Sexual, porque não criar um dia que pudesse sinalizar aos nossos filhos o que vem acontecendo com os jovens e crianças?”</p> <p>“Para se trabalhar em redes essa informação tem que estar muito clara. Tem que ser precisa e objetiva. A gente sabe que quando se fala em comunicação, família, instituição, em setores, em profissionais, esta informação nem sempre chega ou a mensagem não é passada, então, quanto mais a gente se esforçar para que isso seja bem feito, o trabalho vai se desenvolver melhor.”</p>
Débora	Projeto Viver	<p>“(…) a disseminação dessa informação possibilita que as pessoas consigam publicizar aquela violência que elas vivenciam (...) Deixa de ser um tema velado no mundo social, passa a ser um tema mais aberto, mais discutido e isso faz com que muitas pessoas se encorajem para falar sobre isso; e falar sobre isso significa buscar ajuda, significa, muitas vezes, denunciar... Eu acho que neste</p>

		<p>momento histórico que nós vivemos as informações possibilitam que a gente tenha um conhecimento um pouco mais aproximado da magnitude do fenômeno. Mas, necessariamente, isso não diminui a violência. É possível que, como consequência histórica, a partir do momento em que isso é mais falado, mais denunciado, mais apurado, haja uma diminuição. Por que as pessoas começam a temer cometer um ato de violência. Mas eu não consigo ainda observar empiricamente uma diminuição; às vezes eu acho que tem uma “força de barra” de alguns setores de tentar mostrar que há uma diminuição por que isso é um bom material para ser vendido.”</p>
Eunice Kalil	FCCV	<p>“(…) outra coisa que eu faço que é meio desvio de função, (...) não é o que eu fui designada pra fazer, mas é o que eu faço sempre é trabalhar o que chega de conhecimento, o que chega da Internet sobre violência e tento difundir pra rede do Fórum, entre os membros do Fórum e para os membros da rede de serviço o que eu considero importante para compreensão da violência ou para a mobilização de pessoas em torno da violência. E isso é meio desvio de função por que não sou eu quem cuido da linha de comunicação do Fórum, mas eu estou lá todo dia, e recebo, entra tudo na caixa e aí eu olho o que está na caixa e tomo esse tipo decisão.”</p>
Frederico Fernandes	Sentinela	<p>“O Sentinela é um programa de atendimento a crianças, adolescentes e famílias vítimas da violência sexual. Esse programa foi implantado em 2001 na Bahia; até o ano passado, até este ano, estava em nove municípios, depois se estendeu para 48 municípios em várias regiões do Estado. Ele visa atender, através de uma equipe multidisciplinar, que tem educadores, psicólogos, assistentes sociais e também, em alguns municípios, o apoio jurídico, atender as crianças e adolescentes que são vítimas das várias formas de violência sexual, seja o abuso, as várias formas de abuso, seja a exploração sexual mesmo, a prostituição, comercialização e exploração de crianças e adolescentes.”</p> <p>“O objetivo do sistema não é apenas avançar no conceito qualitativo de obter um dado confiável, um fato que reflita a realidade mas sobretudo obter dados que vão orientar as políticas públicas, na educação, saúde, segurança... nós vamos estar mapeando, identificando o perfil daquela criança, todos os componentes sócio-econômicos, culturais e todas as variáveis que se possa imaginar na área da educação, saúde, estrutura familiar... imagine a riqueza desses dados do ponto de vista qualitativo.”</p>
Valdemar	CEDECA	<p>“O que motivou um grupo de pessoas que já trabalhavam na linha dos direitos humanos foi a constatação de que ocorria, no início da década de 90, um grande número de assassinatos de crianças e adolescentes. Nós tivemos essa percepção através das notícias que eram divulgadas nos jornais. Sempre saíam notícias de corpos de adolescentes encontrados em várias áreas da cidade, sobretudo na</p>

		<p>Rótula do Abacaxi, e não víamos, depois, notícias correspondentes sobre a identificação dos autores. A coisa restringia-se ao encontro de adolescentes mortos ou feridos. Um número elevado de homicídios e um alto índice de impunidade. Então essas pessoas decidiram criar um grupo específico, vinculado à defesa dos direitos da criança e do adolescente. À época havia uma efervescência em todo o país sobre o recém-criado Estatuto da Criança e do Adolescente, o que foi mais um estímulo para a criação do Centro de Defesa.”</p> <p>“Nossa ação na área de educação é preventiva; nós entendemos que há necessidade de se prevenir, capacitar professores, chamar a atenção dos pais dessas meninas para alguns riscos que eles possibilitam que essas meninas corram, e trabalhar também essas meninas. Levar a informação, trabalhar com o alunado, com os professores e com os pais dos alunos.”</p>
--	--	---

Nome	Instituição	Discurso (trechos)
Alex	Arte Consciente	<p>“a gente tem acesso a algumas pessoas que estão envolvidas com drogas, envolvidas com o tráfico, com roubo...”</p> <p>“Nós registramos em fotos.”</p>
André Cícero	Águia Dourada	<p>“(…) fazemos relatórios de atividade, plano de trabalho, relatório das crianças, no dia-a-dia e os relatórios do voluntariado.”</p>
Daniele	CEDECA	<p>“O CEDECA, por ser do Terceiro Setor, tem algumas características diferentes de outras instituições públicas. Para mim é muito mais fácil trabalhar a questão da mobilização social porque eu atuo diretamente com o usuário, já que esse usuário é sociedade civil.”</p> <p>“(…) nós íamos para os bairros, sentávamos com as representações, com as lideranças dos bairros, com algumas instituições, ONGs ou não, escolas públicas, e conversamos sobre a temática específica, a realidade de cada bairro (...)”</p> <p>“Quando o usuário chega, a gente faz a escuta no Serviço Social; para que não haja uma repetição, porque essa criança, os usuários, passam pela delegacia, pelo IML...”</p> <p>“(…) uma criança chega com a família com suspeita de violência sexual. A gente vai colher as informações da família. Mas a família não tem como confirmar a suspeita, vai ser feita a escuta com a própria criança; se a psicóloga, o advogado estiverem aqui, essa escuta será feita em conjunto, caso não estejam, nós fazemos a escuta e ela será passada para os outros profissionais que vão colher as informações que são necessárias para sua metodologia, tentando não violentar mais aquela criança ou</p>

		<p>adolescente.”</p> <p>“Essa escuta é necessária até para gente reavaliar a nossa metodologia, porque não existe uma fórmula ideal. A gente se adapta ao que surge. O CEDECA não trabalha hoje com metodologia que trabalhava inicialmente. A metodologia vem se aprimorando a partir do olhar dos profissionais. Por exemplo: a gente não tinha trabalhado com suspeita de violência sexual, isso foi algo que surgiu, para a gente, de dois, três anos para cá; nós tínhamos os casos concretos: violência sexual. Para isso foi preciso uma escuta mais apurada para saber como trabalhar com essa família pra que essa denúncia seja feita a partir de um conhecimento e para que ela faça a denúncia porque acredita que é necessário (...)”</p> <p>“(...) trabalhar a informação, acredito que seja no sentido de contribuir para o próprio funcionamento, como trabalhar a demanda. E como trabalhar isso em rede?”</p>
Débora	Projeto Viver	<p>“(...) nós temos um prontuário - nós somos um serviço multidisciplinar e interdisciplinar - que tem a finalidade de que a gente possa registrar todo o processo de atendimento feito à essa pessoa, para que, num primeiro momento, todos profissionais de serviço possam ter acesso, evite uma repetição de um discurso daquela vítima sobre as questões que ela já trouxe pra um profissional aqui dentro, porque aquilo está relatado, amplia o olhar de cada um dos profissionais quando lêem no prontuário dessa vítima qual é a perspectiva daquele outro profissional, por exemplo: o advogado que vai cuidar do aspecto legal da violência vai ter o olhar dele sobre o fenômeno da violência construído com a perspectiva do serviço social, da psicologia, da médica, da enfermagem... então, ele tem um conhecimento próprio, que é o conhecimento legal da questão, que é ampliado e enriquecido com o conhecimento dessas outras áreas que possibilita que ele veja aquilo que está acontecendo de uma forma um pouco mais inteira.”</p> <p>“Essas informações são utilizadas para produção de conhecimento, no nosso caso especificamente sobre a violência sexual. Como nós somos um serviço de referência na violência sexual, temos plena consciência de que temos condições de estar produzindo conhecimento bem embasado sobre esse fenômeno.”</p> <p>“(...) nós (...) lançaremos um livro que foi produzido a partir de artigos de profissionais aqui do VIVER sobre a reflexão do seu trabalho, a partir das informações trazidas nesses atendimentos.”</p> <p>“(...) temos tido várias demandas acadêmicas de produção de conhecimento a partir desse arsenal de informações que nós temos aqui.”</p> <p>“(...) produzimos relatórios para a polícia investigativa, a</p>

		Polícia Civil – quando se trata de violência sexual uma grande parte dos casos não tem uma materialidade, quando não há marcas corporais o laudo do IML não comprova a violência e as informações que nós temos podem ajudar no inquérito policial, como mais uma peça, através dos relatórios dos profissionais.”
Frederico Fernandes	Sentinela	<p>“Nós temos, dentro deste atendimento, uma estatística que busca levantar as informações básicas dessas crianças, das suas famílias, das características, de educação e renda, de trabalho, sócio-econômico, moradias... uma série de indicadores com o perfil dessa criança bem como da família, até porque o atendimento é feito fundamentalmente às crianças, mas também envolve as famílias.”</p> <p>“(...) aqui no Sentinela temos assistentes sociais, psicólogos, pesquisadores... os pesquisadores vão estar fazendo um trabalho de mapeamento, nos municípios, das situações, dos locais onde ocorre exploração sexual.”</p>

Nome	Instituição	Discurso (trechos)
Alex	Arte Consciente*	<p>(O não estar inserido em uma rede traz prejuízo para o trabalho da instituição?). “Traz. Tem muitas pessoas que falam que estamos ganhando dinheiro... não entendem nada não é? A gente “ta” aqui, lutando, tirando do nosso próprio dinheiro... dividimos nosso dinheiro para nossa família e para comprar material, fica difícil pra gente. Então a gente “ta” procurando registrar, “ta” registrando, nosso estatuto, já está tudo acertado, já temos CNPJ, e estamos procurando parceria com outras pessoas.”</p> <p>“Não temos isso (instrumentos de comunicação), telefone celular... nós não temos nada, a gente “ta” tentando uma pessoa que doe pra gente um computador, pra a gente poder ter essa comunicação e melhorar também a nossa estrutura.”</p>
André Cícero	Águia Dourada*	<p>“o projeto tem uma despesa (mensal) de R\$ 2.500,00 e nós só temos R\$ 400,00 (...)”</p> <p>“(...) não obtivemos apoio de empresários, do Estado, da prefeitura, até dos comerciantes da nossa comunidade, mas estamos tentando com autoridades públicas municipais, estaduais...”</p> <p>“(...) acho que as instituições elas tinham que ter mais um contato, participar de reuniões e não... eu vejo as instituição muito por si, acho que ela tinha que ter um trabalho, uma visitar a outra, ajudar a outra e uma acompanhar a outra e é muito difícil hoje ... As instituições fazem uma concorrência e eu não tinha essa visão de ver instituição como concorrência (...)”</p> <p>“(...) quando a empresa quer ajudar, só quer ajudar a</p>

		instituição que tem nome.”
Cesare	Projeto Axé	<p>“A construção de uma rede é um processo extremamente delicado e demorado, porque todo mundo tem que recusar parcialmente a sua individualidade para aceitar esta horizontalidade; estamos todos no mesmo plano com um objetivo comum e o grande compromisso é nunca guardar na gaveta as informações, as informações devem circular senão a rede não existe.”</p> <p>“Contribui, mas poderia contribuir infinitamente mais, porque ainda existe muito individualismo, ou seja, cada um quer brigar por sua conta. É “se anular”, numa rede onde o objetivo é comum, a horizontalidade é garantida, não tem ninguém que chefia.. é muito, muito difícil se livrar destes resquícios de individualismo.”</p> <p>“(…) um drama é o atraso da remessa das parcelas (contribuições), da parte de qualquer parceiro (...) isto gera um drama terrível.”</p>
Daniele	CEDECA	<p>“Na realidade, o que ainda não há, o que está em estudo, é uma fórmula, uma metodologia onde a escuta possa ser feita em um único momento. Que essa escuta possa ser socializada para que os outros órgãos, necessariamente envolvidos, possam ter essa informação não fragmentada. De forma que não venha a violentar mais esse usuário.”</p> <p>“Eu estou preparando um relatório de duas irmãs que sofreram violência sexual em momentos diferentes. O relatório foi solicitado pelo juiz para o desfecho judicial, é um processo que já está em fase de finalização. Ele solicitou as informações do acompanhamento que nós fizemos a essas meninas. (...) o que vai ser feito com essa informação? Por exemplo, eu já procurei saber: Qual o objetivo dessa informação? O que está sendo solicitado? Isso é primordial, uma forma de não expor tanto o usuário. É preciso deixar bem claro e, posteriormente, sim, fornecer as informações.”</p> <p>“E quando se trata de violência sexual e homicídios - que são informações sigilosas – eu posso garantir que <i>aqui</i> essa informação vai ser sigilosa e vou estar contando com a contribuição e com a palavra dos profissionais das outras instituições de que haverá respeito a esse sigilo, ao usuário. Mas que essa informação vai contribuir, sim, para o trabalho em rede, com certeza ela contribui.”</p> <p>“Existe (compartilhamento de informações) a partir da necessidade. Por exemplo: se você trabalha na DERCA e precisa de uma informação para complementar um caso, você vai fazer contato com a instituição e a instituição busca socializar a informação a partir do seu objetivo. E, a partir daí, pode-se passar essa informação, solicitando que haja sigilo... enfim, o que ainda não existe é uma central que disponha dos dados por exemplo de uma pessoa X. Isso seria talvez o ideal, mas não existe. As relações, pelo</p>

		que percebo, acontecem ainda muito na relação pessoal. Eu acho que as instituições ainda não se conhecem.”
Débora	Projeto Viver	<p>“atualmente é um problema que nós temos aqui (para o compartilhamento de informações), é necessário fotocopiar os prontuários ocultando esses dados (pessoais), preservando o sigilo do atendimento.”</p> <p>“(…) quando a gente pára para medir indicadores e para pensar no funcionamento dessa rede, a gente vê que nós temos alguns avanços, essa Ficha (de identificação do usuário), por exemplo, está sendo já implantada, mas está sendo implantada em poucos serviços. Por que? Porque isso é uma mudança de cultura, isso envolve instituições que muitas vezes são grandes demais, que a gente precisaria estar sensibilizando desde o gestor mais distante até a pessoa que está no atendimento, então é um processo lento.”</p> <p>“(…) a rede ainda está muito desarticulada, nós temos que estar mais próximos à comunidade, as comunidades precisam participar mais dos diversos eventos que a rede promove, das reuniões, dos encontros e das decisões (…)”</p>
Eunice Kalil	FCCV	<p>“(…) a rede pra mulher, por exemplo, chegamos à conclusão de que precisa formalizar mais porque é muito informal, então (….) estamos agora trabalhando em escrever uma portaria que seja assinada pelo Secretário de Segurança, Secretário de Saúde, Secretário de Ação Social que formalize o que a gente chama de Rede de Atenção a Pessoas em Situação de Violência, no caso, da mulher. A gente sabe que o fato de estar formalizado não garante nada, mas é um instrumento de trabalho, de cobrança interno - não estou falando nem de cobrança da população, essa aí também - mas interna mesmo.”</p> <p>“Esse é o nosso grande problema do observatório, ninguém processa até agora (as informações); o que a gente quer é isso. Ninguém processa o conjunto, cada serviço processa o seu, processa mais ou menos, usa mais ou menos,mas isoladamente.”</p>
Frederico Fernandes	Sentinela	<p>“Infelizmente, no Brasil, isso ainda é um crime quase que impune; pouquíssimas são as situações de identificação e responsabilização de fato do agressor (…)”</p> <p>“(…) mas essa estatística, a gente foi percebendo com o tempo, que ela estava com uma certa inconsistência, principalmente por que aquela criança que era atendida no Sentinela já tinha sido atendida pelo Conselho Tutelar, pela própria PM, pelo Juizado, na área de saúde... Então, na verdade, a gente não sabia de fato quem era aquela criança, porque ela era “contada” por todas essas chamadas “portas de entrada”; então, nós temos hoje um problema gravíssimo no país, a meu ver, sobre os dados a esse respeito, sobre as estatísticas referentes a essa questão da violência sexual. Na verdade o país não dispõe de estatísticas, diretrizes... primeiro porque é um fenômeno</p>

		<p>escondido, subterrâneo, ninguém se declara explorado, nenhuma família declara que explora ou que sabe que seu filho é explorado (...)"</p> <p>"A questão da exploração sexual no país enfrenta esse problema hoje (ausência de dados precisos); e as políticas públicas de enfrentamento a essa questão também são reféns. Estamos "engatinhando" ainda, no país, no combate a essa situação."</p>
Valdemar	CEDECA	<p>"(...) nós só assumimos casos exemplares ou que tenham grande repercussão pois não temos estrutura para acompanhar 130 homicídios, como foi o caso de 2004."</p> <p>"Esse projeto (educacional) foi desenvolvido por dois anos; ano passado não fizemos por carência de recursos do próprio Estado, para nossa tristeza. Atualmente, nós estamos com dois projetos aprovados, um na Prefeitura Municipal de Salvador – aprovado desde o semestre passado e não aplicado também por falta de recursos -, e outro na Secretaria de Educação de Lauro de Freitas – também aprovado e, pelo mesmo motivo, não executado. E a gente fica lamentando por que é uma coisa que consideramos importantíssima mas, infelizmente, tudo depende de recursos e isso não temos tido."</p>

* Não-rede

Nome	Instituição	Discurso (trechos)
Alex	Arte Consciente	<p>"Nós não temos totalmente uma parceria com o Projeto Axé, mas pelos anos que eu trabalhei lá, como educando – sou "fundador" do projeto Axé – e como funcionário eu tenho sete anos e seis meses lá, então tem várias pessoas do Projeto Axé que nos dão apoio, o pessoal do Circo Picolino, nós estamos procurando pessoas "pra" estar auxiliando, "pra" dar mais uma formação a gente sobre como lidar com os meninos, o que é melhor e o que não é melhor, então a gente "ta" procurando. Depois que a gente estruturar nossa sede lá embaixo, a gente vai procurar parceria com o CEDECA, Projeto Axé... quer dizer a gente já tem, já conhece algumas pessoas. Ainda não temos parceria com o CEDECA, com o conselho tutelar, mas depois que a gente ajeitar a sede, a gente vai "ta" procurando outros órgãos pra fazer parceria, para ter um conhecimento melhor..."</p>
André Cícero	Águia Dourada	<p>"(...) como nós estamos "ligados" ao Projeto Axé eu passo muito as necessidades da comunidade; não só ao projeto Axé como para algumas escolas particulares, sobre a violência da comunidade, sobre a situação da comunidade..."</p> <p>"(...) quando tem espaço a gente vai, porque hoje as instituições pequenas que não têm espaço, ficam um pouco esquecidas e nós estamos lutando hoje para tentar que a instituição seja divulgada, para tentar fazer parceria,</p>

		para servir como organização não governamental, estamos lutando (...) pra passar todas as informações.”
Cesare	Projeto Axé	<p>“Eu acho que o Fórum é um ambiente extremamente positivo, mas ainda não se transformou em rede. A rede, a característica fundamental de uma rede é horizontalidade. Infelizmente ainda existem resquícios de verticalismo, mas, é claro, isto é um processo(…)”</p> <p>“(…) eu ainda não vejo as redes funcionarem bem... menos uma, que se chama Rede Latino Americana Arte e Transformação Social. Quem trabalha com a arte, visando a transformação social, como o AXÉ, se colocou em uma rede latino americana que funciona muito bem. Brasil, a Argentina, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Peru. Nestes países existe uma excelente rede de arte e transformação social para troca de experiências, visitas nos vários Projetos, assimilação de idéias pela rede, não apenas por parceiros ou um membro da rede; esta rede funciona muito bem.”</p> <p>“A luta contra violência esta instalada no AXÉ deste o início. Como? Respeitando as peculiaridades de outros projetos que tem este foco direto que é o CEDECA, que nasceu um ano depois do AXÉ, que é nosso parceiro e nós somos parceiros deles (...)”</p>
Daniele	CEDECA	<p>“O Serviço Social atende toda criança ou adolescente que chega até nossa instituição, e que muitas vezes são encaminhados por outras instituições - o que costumamos chamar de contra – referência, ou mesmos “parceiros” – que são os Conselhos Tutelares, Ministério Publico, hospitais, clínicas, escolas, creches...”</p> <p>“(…) um caso de um adolescente em que a família suspeita de envolvimento com drogas, o encaminhamento é feito ao CETAD, que é o centro de estudos, um núcleo da UFBA que trabalha especificamente com substâncias psicoativas. E lá também tem uma equipe como assistentes sociais, psicoterapeutas, direcionados a problemas com drogas.”</p> <p>“(…) por sabermos que são instituições que já têm um trabalho direcionado, a gente encaminha para elas. São diversos os casos que chegam até nossa instituição e são direcionados por sabermos da especificidade daquelas unidades parceiras.”</p> <p>“O CEDECA por si só não trabalha, por exemplo, a questão jurídica. Tem que trabalhar em conjunto a delegacia, o CEDECA, o advogado, o juiz, é um conjunto, e isso, às vezes é complicado; para a gente que está na prática, é complicado compreender como algumas coisas chegam a acontecer ou não acontecem, o que dirá para essas pessoas... então a gente procura levar informação a essas pessoas, desenvolver uma metodologia na qual a gente possa trabalhar com elas a partir do que é trazido</p>

		<p>por elas e que possa ser finalizada, de uma melhor forma, por elas.”</p> <p>“A rede de garantir os direitos da criança e do adolescente é muito grande e tem várias instituições governamentais e não governamentais. Um exemplo: Eu conheço Andréia na instituição X. Sei com o que ela trabalha nessa instituição, então posso fazer contato. O Axé conhece o nosso trabalho e nós conhecemos o trabalho do Axé. De imediato a gente imagina: “podemos enviar nosso encaminhamento, podemos buscar a informação”. Quando não se conhece a instituição, a gente se baseia numa pessoa X que a gente conhece dentro da instituição, para saber se a instituição tem subsídios pra nos dar a informação ou não. Acredito que a troca de informações na rede esteja acontecendo ainda muito pelo conhecimento entre pessoas e não tanto pelo trabalho institucional (...) é necessário conhecer a instituição e não as pessoas.”</p> <p>“Na área de combate à violência sexual, além do CEDECA, existe o Sentinela e o Viver. A gente tem um Comitê de Enfrentamento da Violência Sexual, onde, além dessas instituições, participam outras que não desenvolvem o mesmo trabalho mas já conhecem o trabalho das três e, no momento em que não encontram suporte em uma instituição, encontram e outra e vice-versa. São instituições que dão suporte uma a outra.”</p>
Débora	Projeto Viver	<p>“Esses prontuários são utilizados também para pesquisa; eu estou fazendo uma pesquisa neste momento, nós temos uma pesquisa em parceria com o Ministério da Saúde e com a Universidade Federal (...)”</p> <p>“Uma das características que nós procuramos implementar aqui no VIVER é essa articulação, seja ela com o Terceiro Setor ou não; nenhum serviço que lida com violência é capaz de dar conta sozinho dessa questão. Eu considero que o VIVER é um serviço de excelência, que tem um atendimento muito amplo, mas, apesar disso, nós não damos conta de tudo. Então, ou a gente se articula à rede ou a gente corre o risco de limitar o acesso ao pesquisador que chega ao VIVER possa ter a outro serviço, porque nós, ou qualquer outro serviço de atenção, que é acionado pelo cidadão, passamos a ser uma porta de entrada para um mundo ao qual, muitas vezes, esse cidadão não tem acesso.”</p> <p>“Nós temos contato regularmente, nós fazemos parte não só do Fórum Comunitário de Combate à Violência, mas do Comitê de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente, ambos compostos por organizações governamentais e não-governamentais, instituições internacionais, movimentos sociais... Porque esse contato nos possibilita estar sabendo o que está se falando no mundo sobre o fenômeno, nos atualizando, nos possibilita estar inseridos, de fato e de direito, nessa rede</p>

		<p>e, dessa forma, abrindo essa rede para o cidadão que chega aqui e complementando o trabalho que a gente faz.”</p> <p>“A rede, assim como a uma rede de computadores, tem algo que é “invisível”; a ligação entre esses diversos serviços pode se dar por uso de telefone, computadores, faxes, através de encontros... E cada “nó” dessa rede aciona os outros de forma muito própria, não há uma forma única; a rede não é um sistema homogêneo onde todo mundo funciona, se “mexe” dentro dela da mesma forma, tem a mesma quantidade de ligações que a outra tem, então tem pontos dessa rede que são muito mais frágeis, que têm menos ligações com os outros pontos, tem pontos que estão muito mais interligados... Ela é um esforço, pois não podemos dizer que temos uma rede completamente implantada; é um esforço de pessoas que atuam sobre o mesmo fenômeno, cada uma com suas especificidades, de forma direta ou indireta e que buscam somar os seus esforços na possibilidade de ampliar o campo de atuação oferecido ao cidadão.”</p> <p>“Nós temos algumas situações bem comuns, por exemplo, a pessoa faz acesso ao Conselho Tutelar, o Conselho Tutelar encaminha para a DERCA, a DERCA encaminha pra o IML, para o exame pericial, o IML encaminha para o VIVER, o VIVER encaminha para interrupção da gestação no IPERBA, o VIVER encaminha para o DST/COA, para a continuidade do tratamento de DST, isso é uma situação muito comum de acontecer. Ou então, vem da Delegacia para o IML, do IML para o VIVER, no VIVER nós percebemos a necessidade de acionar outro serviço porque tem outras questões envolvendo aquela violência que não só o aspecto da violência sexual, então nós acionamos o Conselho Tutelar que, por sua vez, pode acionar a escola...”</p> <p>“Além disso, do VIVER a gente retorna o contato para a Delegacia através de relatórios, pedidos de informação... Então vai para o Ministério Público e daí para o Poder Judiciário. Eventualmente a gente aciona algum serviço, alguma ONG de emprego e renda ou de oficina de arte/educação, para estar inserindo essa pessoa em outras coisas em que ela tenha dificuldade.”</p> <p>“Cada ponto da rede acrescenta um conhecimento novo e se apropria dos conhecimentos anteriores; por exemplo, nós, ao recebermos uma criança que a Delegacia encaminhou para aqui, buscamos obter as informações que o Conselho Tutelar, a Delegacia, têm, para que a gente possa ampliar o nosso conhecimento. Se mandamos uma pessoa ao IPERBA para interrupção da gestação a gente envia um relatório.”</p>
Eunice Kalil	FCCV	<p>“(...) eu me ocupo principalmente dessas duas linhas que é mexer com a rede de atenção e aí estimular encontros, estimular discussão, estimular, pensar o que é trabalhar em</p>

		<p>rede no que diz respeito à atenção a pessoas em situação de violência (...) e buscar, coletar sistematizar as informações e difundir as informações sobre violência, só conseguimos fazer mais ou menos até agora informações sobre morte a partir do IML, mas temos discutido com o pessoal da produção de serviço, colhido uma informação dos serviços tipo da Delegacia, do CEDECA, daqui, dos Serviços de Saúde pensando como é que isso entra, como é que isso pode ser trabalhado pra compor o panorama da violência em Salvador, compor o quadro de situação com a morte e com os outros agravos que não geram morte.”</p>
Frederico Fernandes	Sentinela	<p>“(…) a gente busca, nos municípios, se articular com todo o sistema de garantias do direito: Conselhos Tutelares, Juizado, Polícia Civil, PM, Polícia Rodoviária, todas as instâncias de repressão, de coação e responsabilização.”</p> <p>“é fundamental a participação das ONGs nessa rede; quando a gente vai, inclusive, a um município trabalhar a gente vai no sentido de identificar tanto as instituições públicas que tenham responsabilidade pública em cada área quanto as não- governamentais que trabalham com essa questão da infância e adolescência, com a questão da violência. Um parceiro estratégico, desde o início do Sentinela, foi o CEDECA, que é uma ONG que trabalha há mais de dez anos em Salvador com esse tema; então quando a gente fala de rede a gente está falando também muito das ONGs que atuam nessa área.”</p> <p>“No primeiro momento, quando o Sentinela atende uma criança, e por isso ele tem que trabalhar em rede, ele encaminha para a área de saúde pra que ela, vítima do abuso, estupro, qualquer forma de violência, seja atendida; depois daquele atendimento – por que além do dano físico há um outro dano, talvez até pior, que é a seqüela psicossocial que desestrutura a criança e a família - é necessária a assistência social, que vai acompanhar, durante semanas, meses, o tempo que for necessário, aquela criança, até que ela se recomponha no ponto de vista emocional.”</p> <p>“(…) a questão da violência é complexa, ela envolve a desestruturação da família, componentes socioeconômicos, afetivos, psíquicos... Ela exige uma política nacional de assistência social. Que tem que ter interfaces, se a gente não trabalhar com a área da justiça, da segurança, da saúde, da educação, de um ponto de vista preventivo, com as universidades, com a mídia, todo o Judiciário, com os Conselhos, toda uma rede do sistema de garantia do direito... Um dos desafios do governo é construir essa rede nos municípios.”</p>
Valdemar	CEDECA	<p>“Decidimos então que ele (o CEDECA) não teria “sócios” individuais, pessoas, mas sim entidades – associações de bairros de Salvador, Ordem dos Advogados, Universidade Católica, Sindicato dos Taxeiros, Sindicato dos</p>

		<p>Caminhoneiros, associações de moradores – cuja incorporação nós entendemos necessária porque a violência ocorria exatamente nos bairros periféricos – e outras. Nós temos um Conselho de Administração, que é formado por nove representantes de entidades; a entidade indica o seu representante e tem total autonomia para substituí-lo.”</p> <p>“Nós fazemos parte do Fórum de Combate à Violência; nós informamos, principalmente em casos que têm júri. Colocamos no site e fazemos uma breve exposição do que é aquele caso, mas não é uma coisa regular. Nós tínhamos um instrumento desse, era um jornal chamado “Saci”, que circulava na Bahia e em outros Estados, através dos Centros de Defesa, e nele nós divulgávamos todos os casos.”</p> <p>“Nós estamos vinculados à uma entidade nacional chamada ANCED, Associação Nacional dos Centros de Defesa, então nós trocamos informações, somos solicitados por autoridades de outros Estados...”</p> <p>“Quem mais passa casos para a gente são os oito Conselhos Tutelares, com eles nós temos uma parceria mais estreita; os demais nos encaminham mas sem tanta regularidade. Os juízes da Segunda Vara também fazem isso; alguns delegados da DERCA, quando recebem menores que precisam de atendimento psicossocial encaminha aqui para a gente.”</p>
--	--	--

Nome	Instituição	Discurso (trechos)
Daniele	CEDECA	<p>“Nós tínhamos um banco de dados e agora ele foi refeito. Agora temos outro, porque as informações estão sempre se renovando. Este banco de dados é modificado em função das informações que o usuário traz. Por exemplo, o nome de uma pessoa que está como responsável fica classificado em sete categorias; se eu percebo que estas sete categorias não são as mesmas da qual ele faz parte hoje, vai ter que alterar. E para alterar vai depender da informação que é trazida e como ela vai ser trabalhada.”</p> <p>“nos utilizamos o telefone, o fax, a internet (...)”</p>
Débora	Projeto Viver	<p>“ (...) já está aprovada uma verba do Ministério da Justiça e nós estamos em fase de licitação de um programa de informatização dos nossos prontuários porque chegamos a conclusão de que o número de informações que nós produzimos é tão grande que daqui uns dias a gente ia ter que ter um outro VIVER só para colocar prontuários... (risos). Isso vai facilitar armazenamento, transmissão de dados para pesquisadores, sem que precisemos passar nomes e outros dados pessoais das vítimas.”</p>
Frederico Fernandes	Sentinelas	<p>“Exatamente por perceber essa fragilidade das estatísticas, nós aqui, o setor técnico que acompanha o Sentinela,</p>

		<p>estamos desenvolvendo um sistema de informações que foi listando uma série de variáveis a respeito da criança e do adolescente, da família, das várias informações relativas a essa família, todos os perfis, alimentação, renda, escolaridade, moradias, o perfil do agressor, de etnia, faixa etária, de todas as variáveis possíveis; e esse sistema, a gente levou uns dois anos fazendo testes, incorporando variáveis, diversos cruzamentos que poderiam gerar gráficos, tabelas... e foi ganhando uma tal dimensão que alguns órgãos federais, como o Ministério de Desenvolvimento Social, o Ministério da Justiça e Direitos Humanos, começaram a ter interesse em discutir essa metodologia. E, depois de vários debates nacionais, esse sistema, que foi desenvolvido aqui, vai ser um sistema nacional, adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, para ser implantado nos mais de mil municípios onde se tem o Sentinela hoje no país”</p> <p>“(...) este sistema não se limita apenas a um rol de variáveis, informações, uma série detalhada sobre o tema, o perfil da vítima, a família, das características todas... para funcionar, ele tem que envolver uma rede que a gente chama de “portas de entrada”, nos casos de violência, e essa rede também tem que estar capacitada e aparelhada para fazer essa entrada dos dados (...) e vai ser utilizado por cada entidade, por cada órgão, de acordo com aqueles dados que a entidade necessita”</p>
--	--	--

ANEXOS

ANEXO A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRIGENTE

ANEXO B - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM FUNCIONÁRIOS

ANEXO C - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM VOLUNTÁRIOS

ANEXO D - RELAÇÃO DE INTEGRANTES DO FCCV

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRIGENTE

Entrevistado: Dra. Janice Santos Reis

Órgão: DERCA

Data: 06.09.2006 09:00 horas

Perguntas:

- 1. Qual a motivação inicial?**
- 2. Qual o seu conceito de violência?**
- 3. Quais as exigências para a Agência ofertar e manter o financiamento?**
- 4. Como realiza a seleção e contratação?**
- 5. Existem outras fontes de arrecadação ou forma de arrecadar, além da agência financiadora?**
- 6. Qual o meio utilizado para levar informação sobre violência contra a pessoa ao público: mídia, Internet, palestras, reuniões comunitárias, outro?**
- 7. É possível medir a produção e a disseminação de informação antes e depois da OTS conectar-se em rede aberta?**

Dr^a Janice / DERCA

Violência a gente encontra de todos os tipos, como, ontem, por exemplo, a gente teve um padrasto que queimava os meninos e a mãe não denunciou, quem denunciou foram os vizinhos; a criança estava na janela e denunciou o quadro e informou ao Juizado e, posteriormente, encaminhou para cá. Existem vários órgãos, mas todos sinalizam para a DERCA, eu acho pior porque você é que tem que ir e dar uma resposta rápida como essa daí que foi apenas um tombo dado pelo soldado no garoto, ficou com o ombro roxo, mas não há necessidade de você ir na mesma hora. São essas as ocorrências aqui. A violência sexual é perpetrada por pessoas próximas à criança, o pai, o padrasto... poucos são aqueles casos em que é um estranho. Várias mães entram aqui nesta delegacia em busca de suas filhas adolescentes que estão nas casas dos namorados, o que se considera uma violência presumida, pois, mesmo com o consentimento delas nós consideramos como estupro presumido. Quando chega aqui, como ocorreu outro dia, em que eu fiquei revoltada por ver que, a menina, quando chegou, xingava a mãe... Então eu disse "Olhe, minha filha, aqui é a Delegacia de Proteção à Criança, mas se você continuar ofendendo sua mãe na frente dos policiais e agindo dessa forma, você... porque ela ficou aqui vários dias com a gente procurando a casa onde você estava com o seu namorado. Você é uma menina de 12, 13 anos" e tem vários homens que chegam aqui ofendendo as mães porque não foram buscá-las; alguns muitas vezes não querem, maltratam, como vimos ontem, a menina grávida, a família quer empurrá-la para o

namorado, mas ele não a quer mais... É uma inversão de valores... A família já deixou para a escola ou a polícia resolver o problema, ou por falta de tempo, ou por não saber educar. Casos, assim, assustadores, como o avô que há muito tempo praticava atos libidinosos com a neta... Violência se dá de vários modos...

Eu faço questão de que todas as pessoas aqui na delegacia concedam entrevistas por que o trabalho não é de um, é de um grupo; eu não trabalho sozinha, eu não vou poder carregar tudo isso nas costas.

A DERCA age em vários tipos de violência, pelo menos em meu conceito; temos aquela violência que é praticada pelos próprios parentes, pelas pessoas mais próximas, pelos vizinhos, temos o abuso de crianças – e isso envolve as do sexo masculino – temos também aquela violência que parte de uma provocação, por exemplo, de um garoto de rua que incita um policial civil ou militar e, enerva tanto – embora que o policial deveria se conter, já que ele está representando uma instituição – que ele perde a paciência, talvez já motivado por problemas não apenas profissionais como pessoais, e, por vezes, extrapola a situação.

São diversas as pessoas que nos enviam informações... mais denúncias, porque a finalização do trabalho compete à DERCA, não exclusivamente à DERCA, por que cada órgão teria também seu papel; tem os Conselhos Tutelares, que alegam também as suas dificuldades, que atingem a todo mundo no momento; temos o CEDECA que é uma ONG, temos um órgão que é uma secretaria especial de Brasília que recebe denúncias de todo o país e encaminha via fax para as delegacias; temos o Projeto VIVER, que recebe denúncias e nos envia... E organismos que são criados também nas comunidades que estão nos enviando as denúncias, além da Superintendência de Inteligência da nossa Secretaria que tem o telefone 3235-0000 que nos envia dezenas de denúncias voltadas às crianças.

Muitas vezes ela recebe denúncias anônimas, via telefone, ela só dá aquele dado: “criança moradora em tal local é agredida por fulano de tal”, até utilizam o prenome ou alguma coisa assim indicando, mas não temos maiores informações a respeito; nós é que procedemos toda investigação e vamos diligenciar até encontrar o endereço que, por vezes, não corresponde àquela denúncia.

CEDECA... eu não sei se tenho um fax aqui... o CEDECA só nos envia um fax com as informações que receberam da denúncia mais nada. O Projeto Axé até que não nos envia ocorrências com relação a problemas... Eu acho que eles encaminham diretamente para o Ministério Público a informação e o MP manda a requisição para instauração de inquérito policial. Na maioria das vezes, por exemplo, “maus tratos à criança”, quando a gente vai verificar trata-se de uma questão social, de miserabilidade absoluta. Tivemos recentemente um caso, quando chegamos ao local era um barraco, cinco crianças, a mãe abandonada pelo genitor, sem ter condições de dar comida nem nada, finalmente eu que tive que dar (...), comida, transporte de retorno e comunicar ao órgão que nos enviou a denúncia que não se tratava de maus tratos, mas de miserabilidade absoluta, de uma questão social que não pode ser resolvida pela polícia, outros órgãos teriam que colaborar.

“Arte Consciência”, eu já ouvi falar em alguma coisa homônima, mas ainda não manteve contato com a gente. Mas esse de Patamares eu nunca ouvi falar, sinceramente... Talvez porque eu tenha vindo para cá recentemente, de uma outra atividade completamente diferente, na parte de crimes contra o patrimônio, trabalhei 11 anos, então pra mim é uma situação nova e que eu estou enfrentando, gostando. É uma sensação terrível você ver crianças serem violentadas, abusadas, mas você sabe que pode fazer alguma coisa, mesmo que seja o mínimo, em prol dessas crianças... Então está ajudando também a melhorar o meu lado pessoal. Eu não tenho filhos, mas quando eu vejo uma criança maltratada aquilo me choca muito. Mas a gente procura também se desvincular, porque se a gente for levar toda situação chocante para casa, a gente não consegue sobreviver.

Nós temos demandas aqui... esta mesmo, do policial, é do Conselho Tutelar de Pernambuco, que trouxe a criança com as informações. Temos os Comissários de Menores, como no caso da criança que foi queimada pelo padrasto e que saiu em uma reportagem ontem; depois da reportagem, chegou ao nosso conhecimento o fato e nós estamos adotando as medidas policiais cabíveis.

A mídia tem que ter notícia para o dia-a-dia, para os jornais darem retorno, então a mídia logo que sabe vem buscar as notícias; a pesquisa, tem alguns universitários que vêm e fazem perguntas, enquetes, o que seja; e o CEDEP que, por vezes, solicita a totalidade de inquéritos, quantos foram instaurados, quantos foram julgados, eu acho que isso... não sei se vou me comprometer, mas eu acredito que você dizer que não está sendo julgado não é auxiliar. Eu acho que a gente tem que se unir para que mais e mais a gente consiga solucionar; não é a crítica que vai fazer com que se resolva o problema, é a gente se unir, todos, fazer um mutirão, pra tentar fazer com que tudo avance, que vá para frente.

Tem um artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente, que eu não sei assim de cabeça, mas que proíbe você dar muitos detalhes sobre fatos que envolvam o adolescente, você não pode dar nomes, você não pode dar nada... E até a Lei de Imprensa proíbe agora que se coloque as iniciais da criança vítima nos jornais. Então eu não dou informações com detalhes para a mídia, para nada; e se a mãe, a vítima não quer ser entrevistada eu até digo: “Olhe gente, a gente tem que respeitar o direito” como a mídia queria entrevistar a mãe daquele menino com relação ao padrasto e a mãe da menina que sofria abusos por parte do avô; por que isso também repercute para a criança que está vivendo numa comunidade pobre e ela, apesar de ser a vítima, fica marginalizada. Ainda existe no Brasil o fato de que uma mulher que é violentada normalmente é discriminada por que se ela foi estuprada... Muitas vezes até o próprio marido não quer saber nem saber daquela violência. Eu já trabalhei em delegacias não especializadas e via que muitas mulheres que eram abusadas eram discriminadas; no caso de um assalto seguido de estupro em que eu prestei assim um apoio moral muito grande para a vítima, algum tempo depois ela retornou e me disse “Doutora, meu marido me deixou depois daquele assalto como se eu fosse responsável pela situação”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe que você divulgue dados com muita consistência, divulgar o nome do menor, a situação... não pode expor a imagem do menor a esses constrangimentos. Mas se for, por exemplo, uma informação de que determinado menor está sendo agredido em tal local numa rede de conexão isso também facilita uma investigação; um órgão que possa nos informar “olhe, o elemento que agrediu tal menor aquele dia, se encontra aqui” para nós é ótimo. Por que vai diminuir o tempo de busca daquele elemento, economizando de algum jeito combustível, outras coisas, por que a gente já vai estar direcionado para um local. Eu não sou contra uma rede de todos os órgãos, eu sou contra o fato você divulgar nomes, contra não, eu estou respeitando a lei, por que a lei diz que não pode expor a imagem do menor.

Normalmente quando uma criança do sexo feminino é apresentada – só a mulher pode ser vítima de estupro – ela é encaminhada para fazer o exame no IML, e lá existe um órgão do governo que é o chamado Projeto VIVER onde ela recebe assistência psicológica e existe um acompanhamento; agora, muitas dessas mães começam a levar e, por que é estupro, se retraem, não levam mais, ou por situação financeira ou por não quererem mais ter esse trabalho de levar por falta de educação, de orientação por que, na maioria das vezes, são muitas famílias humildes que vêm aqui, por que as classes mais abastadas procuram fazer com que o fato fique só na esfera deles mesmos, tenta contornar, embora já venham fatos aqui que atingiram as classes mais altas.

Bom, o que vem mais aqui é atentado violento ao pudor, que é a prática de atos libidinosos com as mãos, tentativas de estupro, estupro e o estupro presumido; são os mais constantes que a gente tem.

Temos denúncias, mas constatadas realmente... Porque a gente vai, faz as diligências, verifica, mas na hora que você procura testemunhas, ninguém quer testemunhar, você sabe que o processo não prossegue sem as testemunhas. Até, por vezes, tem mães, que escondem, que sabem que os filhos estão sendo abusados, mas ela, por estar recebendo financeiramente algo, nega que os filhos estejam sendo abusados sexualmente.

Eu dei uma entrevista em certa ocasião, que foi cortada, em que me perguntaram sobre abuso e exploração sexual desses menores e eu disse o seguinte: que não adiantava só o combate da polícia, dos organismos policiais, contra esses elementos que estavam abusando desses menores, se não houvesse políticas públicas de assistencialismo às famílias, por que, muitas das vezes, a família sabe que aquela menor está sendo abusada, mas é aquela menor que está trazendo dinheiro para a alimentação deles. Então a gente autua aquele elemento que estava com aquela menor, daí a pouco você vê aquela mesma menor com outro elemento, que é maior, que deveria ser responsável, que deveria ter consciência de que está abusando da menor, então é autuado também, mas é a mesma menor que “causou” a prisão daquele primeiro elemento.

Não tem como terminar, eu falei, eu sinalizei foi isso, eu disse, “olhe, eu acho que faltam políticas públicas”, eu acho que essa situação... Eu posso até me comprometer, mas eu estou tão envolvida com a situação do menor, que eu chego até a falar demais e deveria, talvez, me restringir, mas eu acho que você acredita no seu trabalho ou não é feliz com o que faz...

Eu acho que eu estou tão apaixonada que, por vezes, estou até extrapolando. Eu acho que estão faltando políticas públicas de assistencialismo a essas famílias. Por que o que é que adianta a polícia estar punindo aqueles elementos se esta mesma menor, dia após dia, vai estar se relacionando com um e com outro? Realmente é preciso que o adulto se conscientize de que ele não pode abusar do menor, mas vamos amparar essa família, cadastrar essa família, pra ver se essa menina não vai voltar...

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRIGENTE

Entrevistado: Andrercícero Silva

Órgão: Águia Dourada

Função: Diretor Presidente

Data: 09.08.2006

10:00 horas

Perguntas:

- 1. Qual a motivação inicial?**
- 2. Qual o seu conceito de violência?**
- 3. Quais as exigências para a Agência ofertar e manter o financiamento?**
- 4. Como realiza a seleção e contratação?**
- 5. Existem outras fontes de arrecadação ou forma de arrecadar, além da agência financiadora?**
- 6. Qual o meio utilizado para levar informação sobre violência contra a pessoa ao público: mídia, Internet, palestras, reuniões comunitárias, outro?**
- 7. É possível medir a produção e a disseminação de informação antes e depois da OTS conectar-se em rede aberta?**

Em 1997 através de um campeonato de futebol, aonde eu tinha três anos de idade, muitas crianças na comunidade em Pituaçu estavam sem ter atividades e começamos essa escolinha de futebol. Um ano depois eu tive uma passagem pelo projeto Axé, sou ex-aluno do projeto Axé, aonde eu aprendi várias formas do projeto Axé de atividade e consegui passar para o projeto e nesse tempo eu não trabalhava só com a escolinha mas também com artesanato e outras atividades, a instituição cresceu e aí lutamos para registrar o time, o projeto. Em 2003 conseguimos dar entrada e viramos uma Organização Não Governamental e o projeto foi atendendo 150 crianças com atividades. Em parceria com o BNB Clube aonde o projeto hoje tem várias famílias que a gente atende com natação, futebol, capoeira, dança teatro, reforço escolar, aula de religião e com isso nós conseguimos nos aproximar da comunidade, dando uma oportunidade aquelas crianças que não tem hoje uma opção. Essas crianças, para esse projeto tem uma alimentação, tem um lanche e tem uma educação melhor, por que hoje eu tenho 21 anos, foi para mim uma experiência muito grande eu ocupar minha mente no projeto, hoje eu tenho uma responsabilidade, quando eu olho pra trás e vejo vários colegas de sala de aula não se encontram mais, hoje muitos internados, mortos, outros no mundo das drogas, então agradeço muito a Deus e ao projeto hoje por está desenvolvendo esse trabalho e ajudar a outras crianças que necessitam.

Hoje nós somos uma ONG, temos conta bancária, toda a documentação, tudo que a lei exige de uma instituição hoje nós temos... Só não temos financiadores, hoje nós estamos aqui, o projeto é mantido pelo amor mesmo... Tem uma empresa, que eu não posso falar o nome, que ajuda o projeto; hoje o projeto tem uma despesa de R\$ 2.500,00 e nós só temos R\$ 400,00 pra manter a Instituição ou seja a Instituição não fechou suas portas causa do voluntariado que trabalha mesmo em prol amor, então hoje nós estamos aqui para tentar mesmo ajudar. Hoje

quase sai na manchete dos jornais, em Varela, Gerdan, TV Bahia, Tribuna, essa instituição quase fechando as portas por que não obtivemos apoio de empresários, do Estado, da prefeitura, até dos comerciantes da nossa comunidade, mas estamos tentando com autoridades públicas municipais, estaduais... E tentando resgatar na auto estima dessas crianças, dessas famílias, oferecendo cursos de arte culinária para as mães, dando guia para tirar identidade da comunidade, tentando ajudar essa comunidade que precisa.

O voluntário, ele vem por amor; ele procura a Instituição, passa por entrevista, assina um contrato onde informa que atividade ele pode desenvolver na Instituição e começa a colaborar. O voluntário, na verdade, faz tudo, desde varrer a sede a efetuar o pagamento de uma conta ou pedir uma doação nas ruas, aos comerciantes... então o voluntário hoje faz tudo, é lavar banheiro, lavar roupa, é tudo.

Normalmente ajuda; eu, na minha visão, acho que as instituições elas tinham que ter mais um contato, participar de reuniões e não... eu vejo as instituições muito por si, acho que ela tinha que ter um trabalho, uma visitar a outra, ajudar a outra e uma acompanhar a outra e é muito difícil hoje ... As instituições fazem uma concorrência e eu não tinha essa visão de ver instituição como concorrência, acho que estão todas fazendo um trabalho, esse trabalho tem que se unir; então acho que um tem que ajudar o outro, e a gente hoje na sociedade não vê uma situação como essa. E mais: quando a empresa quer ajudar, só quer ajudar a instituição que tem nome. Hoje nós temos nove anos na sociedade e a única empresa que pôde nos ajudar foi uma empresa que trabalhava em com cartuchos em Lauro de Freitas, a empresa faliu e nós quase fechamos as portas, mas estamos lutando pra procurar profissionais, voluntários, empresas que possam nos ajudar a fazer com que a Instituição amanhã ou depois possa fazer um trabalho maior, o meu sonho é tentar que esse projeto, ele não só trabalhe essa região, mas Canabrava, no Subúrbio e outras áreas de Salvador ou seja na Bahia e no mundo, que é a minha proposta.

Nós, principalmente ao Ministério Público, prestamos contas através do computador, que hoje pra gente é uma necessidade imensa, pois um contador cobra um custo, que a Instituição não tem condições de pagar, mas nós fazemos relatório, quando entra recurso. Nós fazemos de tudo pra prestar contas, fazemos relatórios de atividade, plano de trabalho, relatório das crianças, no dia-a-dia e os relatórios do voluntariado. Nós fazemos de tudo pra fazer um trabalho transparente, porque hoje em dia nós sabemos que tem Instituições que fazem um bom trabalho, tem outras que usam o nome, mas nossa proposta não é essa, nossa proposta é tentar somar à sociedade.

Normalmente, como nós estamos ligados ao projeto Axé eu passo muito as necessidades da comunidade; não só ao projeto Axé como algumas escolas particulares, sobre a violência da comunidade, sobre a situação da comunidade, quando tem espaço a gente vai, porque hoje as instituições pequenas que não têm espaço, ficam um pouco esquecidas e nós estamos lutando hoje para tentar que a instituição seja divulgada, para tentar fazer parceria, para servir como organização não governamental, estamos lutando para ter uma ONG e estamos lutando hoje pra passar todas as informações que há, porque se você passar... a gente nunca pode ficar com o problema que só é nosso, se a gente puder passar para outros, nós vamos nos unir, então vai ser uma mão lavando a outra e as duas mãos lavando o rosto.

Não atinge 100% não, dá um balanço, mas não atinge como deveria ser, porque a violência cada dia vai aumentando, a violência cada dia que passa, ela vai crescendo dentro da comunidade, na família, dentro da empresa em tudo que é lugar a violência hoje está.

Não vai resolver 100% como deveria fazer, mais chega perto, chega a balançar.

Primeiro nós vamos trabalhar com educação, não só com a criança porque acho que se nós formos trabalhar só com a criança não vamos atingir; vamos trabalhar também com as famílias. Porque não adianta pegar a criança para dar educação e a família não ter aquela educação que deveria ter. Então nós fazemos um trabalho de base, vamos trabalhar com a

criança e vamos trabalhar com a família; e nós fazemos um trabalho comunitário, como é a que a gente consegue trabalhar com a família: através de cursos profissionalizantes, de artesanato, traz essa família e nós conseguimos fazer. À criança, vamos ensinar religião, higiene, arte... e com a família, palestras, gincanas e trazer essa família, que também seja voluntariado, para tentar suprir, porque a violência dentro da família, ela atinge através das drogas, alcoolismo, espancamento de padrasto com a criança e madrasta.... então isso trás uma violência, que são vários motivos. Violência verbal, aquela violência que atinge uma criança sexualmente, são crianças que vêm preocupando a sociedade.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRIGENTE

Entrevistado: Débora M. Borges Cohim

OTS: Projeto VIVER

Função: Coordenadora

Data: 06.09.2006 10:00 horas

Perguntas:

- 8. Qual a motivação inicial?**
- 9. Qual o seu conceito de violência?**
- 10. Quais as exigências para a Agência ofertar e manter o financiamento?**
- 11. Como realiza a seleção e contratação?**
- 12. Existem outras fontes de arrecadação ou forma de arrecadar, além da agência financiadora?**
- 13. Qual o meio utilizado para levar informação sobre violência contra a pessoa ao público: mídia, Internet, palestras, reuniões comunitárias, outro?**
- 14. É possível medir a produção e a disseminação de informação antes e depois da OTS conectar-se em rede aberta?**

Débora Cohim / Projeto VIVER

Olha, para o viver o entendimento de atenção a uma pessoa em situação de violência é poder oferecer para essa pessoa profissionais qualificados que possam estar atuando nos diversos aspectos nos quais essa pessoa é atingida pela violência. Quando a pessoa vivencia uma situação de violência tem vários aspectos da vida dessa pessoa que são atingidos, porque a violência não é um fenômeno isolado na vida daquele ser; ela é um fenômeno que se dá na vida daquele ser, que pode ser um fenômeno único ou múltiplo - que pode acontecer muitas vezes -, mas ela se insere no contexto social onde essa pessoa está vivendo. Especialmente com relação à violência sexual. Ela tem um aspecto físico, que é a possibilidade de uma gravidez indesejada, de uma DST, AIDS, de lesões corporais, dentre outras coisas. Ela tem um aspecto emocional, que é o sofrimento que essa vítima, e, aqui, quando se fala vítima é um recorte que a gente faz para entender o feminino, mas que tem toda a família, toda a comunidade em que ela está inserida afetivamente, tem o aspecto afetivo, de sofrimento, de tensões, de stress pós-trauma. Tem o aspecto legal dessa questão porque ela tem o seu direito enquanto cidadã desrespeitado e aí, como direito, ela tem o aspecto ético e legal, e o aspecto social, muitas pessoas que sofrem a violência sexual têm vergonha de continuar morando naquela comunidade porque todo mundo tomou conhecimento, aquela criança precisa ser retirada daquela escola... Então, eu acredito que o deve-se tentar que todos esses aspectos sejam vistos de uma forma dinâmica, dentro do contexto onde ela está inserida socialmente.

Violência, para o VIVER, é uma ação de alguém sobre um outro alguém de algo que lhe cause dor, sofrimento, seja ele do ponto de vista físico, moral ou psicológico. Então qualquer situação que submeta um ser humano a fazer coisas ou vivenciar situações que lhe causem dor e sofrimento, contra a sua vontade, é uma violência.

Olhe, aqui, especificamente no VIVER, nós temos um prontuário - nós somos um serviço multidisciplinar e interdisciplinar - que tem a finalidade de que a gente possa registrar todo o processo de atendimento feito à essa pessoa, para que, num primeiro momento, todos profissionais de serviço possam ter acesso, evite uma repetição de um discurso daquela vítima sobre as questões que ela já trouxe pra um profissional aqui dentro, porque aquilo está relatado, amplia o olhar de cada um dos profissionais quando lêem no prontuário dessa vítima qual é a perspectiva daquele outro profissional, por exemplo: o advogado que vai cuidar do aspecto legal da violência vai ter o olhar dele sobre o fenômeno da violência construído com a perspectiva do serviço social, da psicologia, da médica, da enfermagem... então, ele tem um conhecimento próprio, que é o conhecimento legal da questão, que é ampliado e enriquecido com o conhecimento dessas outras áreas que possibilita que ele veja aquilo que está acontecendo de uma forma um pouco mais inteira, porque a nossa apreensão dos fenômenos externos acontece em pequenas fatias que nós conseguimos captar. Isso possibilita que essas fatias sejam ampliadas e cada profissional apreende um pouco mais. Além disso, essas informações são utilizadas para produção de conhecimento, no nosso caso especificamente sobre a violência sexual. Como nós somos um serviço de referência na violência sexual, temos plena consciência de que temos condições de estar produzindo conhecimento bem embasado sobre esse fenômeno. Em função disso, por exemplo, nós, agora em outubro, lançaremos um livro que foi produzido a partir de artigos de profissionais aqui do VIVER sobre a reflexão do seu trabalho, a partir das informações trazidas nesses atendimentos. Esses prontuários são utilizados também para pesquisa; eu estou fazendo uma pesquisa neste momento, nós temos uma pesquisa em parceria com o Ministério da Saúde e com a Universidade Federal de dois médicos infectologistas sobre a adesão ao tratamento anti-retroviral de pessoas em situação de violência sexual. E nós temos tido várias demandas acadêmicas de produção de conhecimento a partir desse arsenal de informações que nós temos aqui. Neste momento, inclusive, já está aprovada uma verba do Ministério da Justiça e nós estamos em fase de licitação de um programa de informatização dos nossos prontuários porque chegamos a conclusão de que o número de informações que nós produzimos é tão grande que daqui uns dias a gente ia ter que ter um outro VIVER só para colocar prontuários... (risos). Isso vai facilitar armazenamento, transmissão de dados para pesquisadores, sem que precisemos passar nomes e outros dados pessoais das vítimas – atualmente é um problema que nós temos aqui, é necessário fotocopiar os prontuários ocultando esses dados, preservando o sigilo do atendimento. É uma infinidade de coisas que a gente pode fazer com esse conhecimento, com essas informações que nós obtemos aqui. Além disso, produzimos relatórios para a polícia investigativa, a Polícia Civil – quando se trata de violência sexual uma grande parte dos casos não tem uma materialidade, quando não há marcas corporais o laudo do IML não comprova a violência e as informações que nós temos podem ajudar no inquérito policial, como mais uma peça, através dos relatórios dos profissionais.

O que existe é que a disseminação dessa informação possibilita que as pessoas consigam publicizar aquela violência que elas vivenciam. Não todas, mas mais facilmente. Deixa de ser um tema velado no mundo social, passa a ser um tema mais aberto, mais discutido e isso faz com que muitas pessoas se encorajem para falar sobre isso; e falar sobre isso significa buscar ajuda, significa, muitas vezes, denunciar... Eu acho que neste momento histórico que nós vivemos as informações possibilitam que a gente tenha um conhecimento um pouco mais aproximado da magnitude do fenômeno. Mas, necessariamente, isso não diminui a violência.

É possível que, como consequência histórica, a partir do momento em que isso é mais falado, mais denunciado, mais apurado, haja uma diminuição. Por que as pessoas começam a temer cometer um ato de violência. Mas eu não consigo ainda observar empiricamente uma diminuição; às vezes eu acho que tem uma “força de barra” de alguns setores de tentar mostrar que há uma diminuição por que isso é um bom material para ser vendido. Por que o que é que todo mundo aspira hoje em termos de violência? Diminuir o índice de violência; todo tipo de violência, violência urbana, violência doméstica, contra a mulher, contra o idoso, contra a criança, seja lá como for, nós estamos vivendo em uma sociedade extremamente violenta, então é uma aspiração social e, automaticamente passa a ser uma aspiração governamental, política, a diminuição da violência. Muitas vezes as pessoas usam como argumento da importância de se falar sobre isso a diminuição da violência. Eu não observo isso. Por exemplo, o VIVER tem cinco anos, vai completar cinco anos em dezembro, e a gente não consegue ter qualquer alteração nas nossas estatísticas. Não observo alterações. E muitas vezes a imprensa vem nos entrevistar, ela tem informação de que isso está fazendo com que a violência diminua... não, eu não posso dar essa informação, não tenho como dizer isso porque eu não observo isso na minha prática profissional e desconheço pesquisas que mostrem isso.

Uma das características que nós procuramos implementar aqui no VIVER é essa articulação, seja ela com o Terceiro Setor ou não; nenhum serviço que lida com violência é capaz de dar conta sozinho dessa questão. Eu considero que o VIVER é um serviço de excelência, que tem um atendimento muito amplo, mas, apesar disso, nós não damos conta de tudo. Então, ou a gente se articula à rede ou a gente corre o risco de limitar o acesso ao pesquisador que chega ao VIVER possa ter a outro serviço, porque nós, ou qualquer outro serviço de atenção, que é acionado pelo cidadão, passamos a ser uma porta de entrada para um mundo ao qual, muitas vezes, esse cidadão não tem acesso. Nós temos pessoas que chegam aqui por conta da violência sexual mas que tem outros problemas de saúde e que têm dificuldades para tratar disso, então a gente pode, a partir do lugar que a gente ocupa nessa rede, muito mais facilmente transportar essa pessoa para ter acesso a um outro serviço. Nós temos contato regularmente, nós fazemos parte não só do Fórum Comunitário de Combate à Violência, mas do Comitê de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente, ambos compostos por organizações governamentais e não-governamentais, instituições internacionais, movimentos sociais... Porque esse contato nos possibilita estar sabendo o que está se falando no mundo sobre o fenômeno, nos atualizando, nos possibilita estar inseridos, de fato e de direito, nessa rede e, dessa forma, abrindo essa rede para o cidadão que chega aqui e complementando o trabalho que a gente faz.

A rede, assim como a uma rede de computadores, tem algo que é “invisível”; a ligação entre esses diversos serviços pode se dar por uso de telefone, computadores, faxes, através de encontros... E cada “nó” dessa rede aciona os outros de forma muito própria, não há uma forma única; a rede não é um sistema homogêneo onde todo mundo funciona, se “mexe” dentro dela da mesma forma, tem a mesma quantidade de ligações que a outra tem, então tem pontos dessa rede que são muito mais frágeis, que têm menos ligações com os outros pontos, tem pontos que estão muito mais interligados... Ela é um esforço, pois não podemos dizer que temos uma rede completamente implantada; é um esforço de pessoas que atuam sobre o mesmo fenômeno, cada uma com suas especificidades, de forma direta ou indireta e que buscam somar os seus esforços na possibilidade de ampliar o campo de atuação oferecido ao cidadão. Pra mim isso é a rede. Nós temos grupos que se reúnem de tempos em tempos, fazendo contato entre os diversos “nós” e essa forma de contato além de variar de instituição para instituição, ela varia ao longo do tempo. Em alguns momentos nós observamos alguns contatos da rede que são mais fortalecidos, outras vezes um fenômeno, um fato que aconteceu mobiliza a rede e possibilita que as pessoas estejam mais presentes em determinados

encontros, reuniões, às vezes isso se afasta um pouco... Então é algo que tem movimento, que vai acontecendo de forma muito própria em cada momento, em cada fato específico. Eu acho que alguns serviços dentro dessa rede já estão muito bem conectados. É uma conexão institucional, que não depende da pessoa que está procurando, mas é a instituição que procura a outra instituição... Mas isso ainda não é algo tão amplo quanto nós todos que fazemos parte da rede gostaríamos. Algumas pessoas que representam instituições se colocam fazendo parte dessa rede mas efetivamente não fazem, estão presentes em alguns momentos muito específicos, não fazem parte do dia-a-dia desse trânsito do cidadão entre os serviços.

Nós temos algumas situações bem comuns, por exemplo, a pessoa faz acesso ao Conselho Tutelar, o Conselho Tutelar encaminha para a DERCA, a DERCA encaminha pra o IML, para o exame pericial, o IML encaminha para o VIVER, o VIVER encaminha para interrupção da gestação no IPERBA, o VIVER encaminha para o DST/COA, para a continuidade do tratamento de DST, isso é uma situação muito comum de acontecer. Ou então, vem da Delegacia para o IML, do IML para o VIVER, no VIVER nós percebemos a necessidade de acionar outro serviço porque tem outras questões envolvendo aquela violência que não só o aspecto da violência sexual, então nós acionamos o Conselho Tutelar que, por sua vez, pode acionar a escola... é uma outra situação que é muito comum e nós, sistematicamente, nos casos que nós recebemos aqui, que tenha possibilidade de contaminação seja do vírus da AIDS ou de DSTs, nós fazemos a profilaxia e depois essas pessoas vão para os DST/COA e CREADIS que hoje é um serviço único, que está se fundindo, para a continuidade de tratamento e de exames da janela imunológica com relação à AIDS e o tratamento das DSTs. Além disso, do VIVER a gente retorna o contato para a Delegacia através de relatórios, pedidos de informação... Então vai para o Ministério Público e daí para o Poder Judiciário. Eventualmente a gente aciona algum serviço, alguma ONG de emprego e renda ou de oficina de arte/educação, para estar inserindo essa pessoa em outras coisas em que ela tenha dificuldade.

Cada ponto da rede acrescenta um conhecimento novo e se apropria dos conhecimentos anteriores; por exemplo, nós, ao recebermos uma criança que a Delegacia encaminhou para aqui, buscamos obter as informações que o Conselho Tutelar, a Delegacia, têm, para que a gente possa ampliar o nosso conhecimento. Se mandamos uma pessoa ao IPERBA para interrupção da gestação a gente envia um relatório e esse relatório...

Sempre completo. Sempre completo não, sempre dentro da necessidade do outro. Por que não há necessidade de eu informar ao IPERBA que essa menina que está indo para interrupção da gestação tem audiência marcada na DERCA ou que o caso dela já está na Segunda Vara... a gente manda um relatório pertinente aquilo que o outro vai fazer, para evitar exposição desnecessária do fato, da violência que a atingiu e também para possibilitar que aquele parceiro que está recebendo aquele cidadão, aquela cidadã, tenha conhecimento para não precisar perguntar mais uma vez para ela(e) o que aconteceu, como foi a violência, onde foi... Por que se isso for algo importante para o serviço que ela vai oferecer, naquele outro ponto da rede, isso já deve estar no nosso relatório. Uma coisa que eu costumo dizer é que esses contatos via relatórios ou fichas de encaminhamento – por que nós estamos implantando agora a Ficha de Encaminhamento da rede – não eliminam, e não devem eliminar, os nossos contatos pessoais. Porque o profissional que atende alguém encaminhado pelo VIVER muitas vezes precisa ter um contato pessoal com o profissional que está atendendo aqui. Para trabalhar mais, para tirar dúvidas... Eu acho que todo o esforço da rede deve ser um esforço de oferecer o atendimento mais amplo possível, de minimizar os danos dessa violência, de encurtar os percursos que essa pessoa tenha que fazer para resolução dos conflitos e das conseqüências da violência.

“Arte Consciência” não. “Águia Dourada” eu tenho dúvidas porque eu fui procurada aqui um tempo atrás por umas pessoas que diziam que eram de uma organização não-governamental,

mas eu não lembro exatamente o nome, eles atuavam nas comunidades e se posicionam numa coisa assim meio policial, eles têm um emblema... eu não sei se esse, se é esse exatamente... Nunca tivemos contato. Certamente existem milhões de serviços dentro de Salvador que não nos conhecem e nós não conhecemos.

O Fórum ele tem tido um cuidado de estar marcando muito isso. Isto é o Fórum, então, por exemplo, surgiu o Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente, como é que o Fórum se posiciona? Isso é a rede, isso é o Fórum. O Fórum não é outro. Quem é que está aqui? São as mesmas instituições que estão naquela reunião lá do grupo de trabalho do Fórum. Então, esse Comitê passou a representar o grupo de trabalho de violência sexual contra a criança e o adolescente do Fórum. A rede é a mesma. É exatamente a mesma. Todas essas coisas que eu lhe falei fazem parte de uma mesma rede que o Fórum tem essa capacidade de, talvez, demonstrar de uma forma mais ampla.

No seminário nós produzimos algumas coisas, uma delas foi sobre uma indefinição que nós tínhamos com relação a: Como é o trânsito da pessoa na rede? Uma pessoa chegou ao VIVER, o VIVER vai encaminhar para um hospital da rede. Essa pessoa tem prioridade no atendimento? Não tem prioridade no atendimento? Então nesse seminário ficou definido, por exemplo, que “caiu na rede, é peixe”. Entrou em um serviço da rede, já é usuário da rede, não vai mais ser considerado usuário de primeira vez em nenhum serviço da rede. A partir dessa definição, nós nos demos conta de que precisávamos implantar uma “Ficha de Encaminhamento”, que já era uma proposta antiga da rede que não tinha sido implantada então fizemos um grupo de trabalho, que aconteceu aqui no VIVER, fizemos a proposta de uma Ficha, apresentamos no grupo de atenção à mulher em situação de violência, fizemos algumas alterações que possibilitam isso, que aquele serviço da rede ao receber essa cidadã saiba que ela está sendo encaminhada pela rede, então ela já não vai ser tratada como primeiro atendimento. O que é que acontece? A gente se depara, quando a gente pára para medir indicadores e para pensar no funcionamento dessa rede, a gente vê que nós temos alguns avanços, essa Ficha, por exemplo, está sendo já implantada, mas está sendo implantada em poucos serviços. Por que? Porque isso é uma mudança de cultura, isso envolve instituições que muitas vezes são grandes demais, que a gente precisaria estar sensibilizando desde o gestor mais distante até a pessoa que está no atendimento, então é um processo lento. O que esse seminário pôde apurar, medir e ter como resultado é que nós temos alguns avanços, mas a rede ainda está muito desarticulada, nós temos que estar mais próximos à comunidade, as comunidades precisam participar mais dos diversos eventos que a rede promove, das reuniões, dos encontros e das decisões, mas que a gente já tem algum avanço.

É a campanha do Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente.

Isso é muito incipiente. Muito incipiente. Por exemplo, como é que o VIVER faz pra chegar à comunidade? Nós vamos a veículos de comunicação como rádio, estamos sempre dando entrevistas em rádios AM, que têm ouvintes nas comunidades de baixa renda, todos os veículos de comunicação que nos procuram para fazer entrevistas nós sempre estamos abertos a isso e vamos; todos os nossos eventos, nós procuramos divulgar nos veículos de comunicação sempre que possível, sempre que eles acolhem isso. Em todos os eventos que participamos nós convidamos os presentes, instrutores ou integrantes da comunidade a virem ao VIVER; nos disponibilizamos a ir às comunidades, por exemplo, segunda-feira próxima nós vamos receber a visita das mulheres do Calafate, graças a esses contatos. Então tem alguém que faz parte dessa associação de mulheres do Calafate que sabe do VIVER, fez contato e está vindo aqui para conhecer o serviço. Elas chegando aqui, além de nós apresentarmos o serviço, dizer como é que ele funciona, o que ele oferece à comunidade, nós disponibilizamos folders, cartilhas, o material que nós temos aqui que elas possam estar disseminando na comunidade. Além disso, disponibilizamos a nossa ida à comunidade. Elas

convidam, alguns funcionários daqui vão à comunidade participar de eventos, fazer palestras, debates... Temos a criação do “Núcleo Abrace a Vida”, em parceria do Fórum com a Faculdade Ruy Barbosa, do qual nós participamos, nós estivemos nessas comunidades todas, falamos com eles... É dessa forma. Mas ainda é muito incipiente; eu estou fazendo uma pesquisa aqui na qual eu pergunto e nenhuma das pessoas que chegaram aqui conheciam o VIVER. Então, inclusive, se você tiver uma sugestão, a partir de seu estudo, de como a gente possa disseminar mais essa informação (risos)... por que eu acho que a comunidade precisa conhecer, por que não adianta você ter o equipamento público, se a comunidade não conhece o acesso dela está vetado a isso. Por que se ela não conhece ela não vai procurar.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRIGENTE

Entrevistado: Cesare de Florio La Rocca

OTS: Projeto AXÉ

Função: Presidente

Data: 04.08.2006 09:00 horas

Perguntas:

15. Qual a motivação inicial?

16. Qual o seu conceito de violência?

17. Quais as exigências para a Agência ofertar e manter o financiamento?

18. Como realiza a seleção e contratação?

19. Existem outras fontes de arrecadação ou forma de arrecadar, além da agência financiadora?

20. Qual o meio utilizado para levar informação sobre violência contra a pessoa ao público: mídia, Internet, palestras, reuniões comunitárias, outro?

21. É possível medir a produção e a disseminação de informação antes e depois da OTS conectar-se em rede aberta?

Casare / Projeto Axé

Eu comecei no AXE em 1985, entrei neste projeto que nem nome tinha, quando eu era vice-representante do UNICEF no Brasil, em Brasília. E se estava vivenciando um momento muito particular da vida nacional, que foi a redemocratização do país, a elaboração da Constituição democrática e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, eu pensei: este é um momento bom para se ter um projeto que seja capaz de dar a melhor educação aos mais pobres e ao mesmo tempo defender seus direitos com um novo panorama legal do Brasil. Naquele tempo eu comecei a pensar, escrever, e tive a sorte de poder contratar, para o UNICEF, Paulo Freire, como consultor na área de educação, e conversei muito sobre este projeto. Em 1990, eu já estava pronto para executar este sonho e me desliguei das Nações Unidas, pedi demissão das Nações Unidas, e vim, aceitando um convite de uma organização chamada Terra Nova, que estava se implantando em Salvador, vim para cá e comecei a trabalhar, para a implantação do AXÉ. O AXÉ começou o seu trabalho em 1º de junho de 1990; quando os primeiros 25 educadores foram às ruas da cidade para ir ao encontro destas crianças, não se tratava de caçar meninos, tratava-se de ter um encontro pedagógico, educativo, onde os meninos fossem estimulados a sair da rua para ingressar em um projeto de educação. Esta era a definição que dávamos ao projeto AXÉ. Por que “Projeto AXÉ”? Bom, não foi só por respeito à cultura e a religiosidade baiana, afro-brasileira, mas foi para colocar em evidência uma coisa que para mim é muito importante: como o AXÉ é a energia positiva, o menino é a energia mais preciosa de uma nação. Então, “Projeto AXÉ” porque a energia mais preciosa de uma nação é toda a criança que veio ao mundo neste país, rico ou pobre que seja. E esta criança era aquela que ninguém queria; o AXÉ atende meninos que ninguém quer,

não tem uma única organização em Salvador que tenha educadores na rua para abordar estas crianças, ou seja, todas as organizações atendem crianças pobres, mas que têm família, têm um apoio, voltam para casa. Só o AXÉ atende crianças, que eu defino “aquelas que ninguém quer”, porque nenhuma organização oferece nada para elas. Então, a motivação foi, não somente atender, mas também criar um estilo de atendimento, uma tecnologia pedagógica, que fosse capaz de estimular o poder público a transformar o projeto em políticas públicas. Se o senhor me perguntar qual é o meu sonho, é fechar o AXÉ, não ampliar o AXÉ. Se eu tivesse aceitado todas as pressões iniciais de implantar o AXÉ em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Manaus e em Recife, eu teria cometido um gravíssimo erro político, porque nós pensamos, quando recebemos todos estes meninos, e chegamos a esta conclusão: não é através da multiplicação *ad infinitum* de projetos bem sucedidos que vamos resolver esta questão; a questão da criança resolve-se através de políticas públicas: saúde, educação, saúde, educação e saúde. Se não fizer isto, nós vamos sempre fazer o paliativo, como AXÉ, que atende 1714 crianças, mas não é nada em comparação à necessidade das crianças de Salvador. Para tanto, eu sonho que a Prefeitura Municipal e Governo do Estado transformem o AXÉ, que por sua natureza é um projeto limitado no tempo e no espaço, em políticas públicas. E a característica fundamental, como o senhor sabe muito bem, das políticas públicas é a universalidade, ou seja, cobrir o universo das necessidades.

Em primeiro lugar nós decidimos não trabalhar com voluntariado; não porque o voluntário não seja importante, o voluntariado é um grande valor de uma nação. Mas, para se fazer educação, boa vontade, disponibilidade e generosidade não são suficientes. São grandes virtudes, mas além de tudo isto é necessário que se tenha competência profissional; para tanto, eu precisava de educadores competentes para ter educandos educados. E para isto nós lançamos o primeiro concurso para a contratação de 25 educadores. Quais eram os pré-requisitos? Primeiro: segundo grau completo - eu não pedia o nível universitário; segundo: que o candidato tivesse alguma experiência de participação popular, e a terceira: que tivesse disponibilidade para a formação pessoal. E, ainda hoje, depois deste 16 anos, o processo de seleção é o mesmo. A primeira etapa é um estudo curricular, estudo do currículo do candidato. Segundo, eu aplico um questionário elaborado por nós com cerca de 120 perguntas... cada etapa é seletiva, vai eliminado alguns. Terceiro é uma entrevista com dois supervisores do AXÉ, no centro de formação, que providencia a formação dos educadores do AXÉ e de outras organizações. A quarta etapa é um curso de 3 semanas *full time*, oito horas por dia, que também é seletivo, de formação. No final, o grupo que fica tem um contrato de trabalho, com tempo determinado, de 3 meses, para decidir-se... que o candidato veja se esta é a “praia” dele e se o AXÉ acha que ele é adequado para isto. Este processo leva 6 meses, até que ele seja contratado por tempo indeterminado. Com o senhor vê, é bastante demorada e séria a seleção dos educadores.

O voluntário; quando o AXÉ completou 10 anos nós pensamos: talvez esteja na hora de colocar, ao lado dos profissionais, também alguns voluntários, porque nos tínhamos um demanda enorme de voluntários. E o centro de formação implantou um programa de voluntariado do AXÉ. Paradoxalmente, chega muito mais pedido de voluntário estrangeiro do que brasileiro. Então, nos temos italianos, finlandeses, norte-americanos, espanhóis, alemães, e assim por diante. O programa de voluntariado, quando levado a sério, sempre traz problemas, um deles é o choque cultural, quando não se trata de brasileiros. Pessoas que vêm do exterior com um sonho na cabeça: Brasil... Quando chega aqui começa a sentir as diferenças entre a cultura daqui e a cultura deles. Nós fazemos um grande esforço para introduzi-los, mas nem sempre a gente consegue. Tem casos brilhantes de voluntários, sejam brasileiros, seja estrangeiros, mas, as dificuldades e os problemas que alguns deles criaram ao AXÉ, dentro da organização e fora, dizendo “eu sou voluntário do AXÉ” e cometendo coisas inadequadas na vida pessoal deles - e o AXÉ foi acionado por isto, porque eles declaravam “eu sou voluntário

do Projeto AXÉ”... Então, nos tivemos 2 ou 3 casos muito ruins, casos sintomáticos. Então, no momento, nós interrompemos, suspendemos, o programa de voluntariado, a fim de reavaliá-lo; ainda temos voluntários porque era um compromisso que nos já tínhamos assumido com eles, mas não estamos aceitando novos voluntários até o próximo mês de setembro.

É uma organização não-governamental, é uma ONG. É uma associação sem fins de direito civil, sem fins lucrativos, com a finalidade de oferecer ambiente educativo para as crianças de situação existencial de rua. É uma associação civil, ONG, não uma OCIPE. Possui assembléia dos sócios, conselho de administração e conselho fiscal; o conselho de administração elege, indica o presidente. Até o presidente, ninguém é remunerado. Da coordenação geral para baixo – inclusive a minha figura - ninguém é remunerado. Eu não sou remunerado aqui, a legislação brasileira não permite isto.

Eu acho que o Fórum é um ambiente extremamente positivo, mas ainda não se transformou em rede. A rede, a característica fundamental de uma rede é horizontalidade. Infelizmente ainda existem resquícios de verticalismo, mas, é claro, isto é um processo. A construção de uma rede é um processo extremamente delicado e demorado, porque todo mundo tem que recusar parcialmente a sua individualidade para aceitar esta horizontalidade; estamos todos no mesmo plano com um objetivo comum e o grande compromisso é nunca guardar na gaveta as informações, as informações devem circular senão a rede não existe.

Eu acho muito positivo o Fórum Contra a Violência, nós participamos ativamente, mas estamos, a meu ver, no processo de construção da rede.

Em primeiro lugar, um projeto como o AXÉ, que atende 1.700 crianças, temos 120 funcionários, ele precisa de várias fontes de financiamento; não seria possível que o baque do orçamento fosse assumido por apenas uma organização. Então nós temos várias organizações; a nível brasileiro: o Governo do Estado da Bahia e Prefeitura Municipal de Salvador, cada um com a sua parcela. Depois temos o Governo Federal: absolutamente nada; *este* Governo Federal. Até o Fernando Henrique Cardoso, nós tínhamos o financiamento do Ministério da Justiça e do Ministério da Previdência; com este governo absolutamente nada. Então, a nível governamental, são estas duas que eu acabo de dizer. Depois temos a nível não-governamental; são fundações e institutos vinculados a empresas, tipo a Fundação Bank Boston, o Instituto C&A, vinculado às lojas de departamento, depois temos a Fundação AVINA, é uma fundação vinculada a uma série de indústrias que um empresário suíço implantou no Brasil e na América Latina e que está financiando projetos. Depois temos alguns empresários avulsos que nos dão um apoio mensal, a COELBA por exemplo; quem não dá dinheiro, dá serviços... estes três andares do edifício são de propriedade da COELBA, ela nos deu em comodato, gratuito, além disso dá R\$ 10.000 por mês, a COELBA é um bom parceiro. Agora vamos a nível internacional; no sistema das Nações Unidas nós temos o UNICEF e a UNESCO; depois, a nível de cooperação bilateral, o Governo da Itália. É suficiente? O senhor me pergunta, eu te respondo: é suficiente e seria muito mais suficiente se fosse regular... um drama é o atraso da remessa das parcelas, da parte de qualquer parceiro, menos o Instituto C&A e a Fundação Bank Boston, o restante atrasa até anos. Eu recebi, agora, a segunda parcela da participação do Governo do Estado da Bahia de 2005, agora, 2006, um ano depois. Então, isto gera um drama terrível, eu tenho que pagar a cada 30 dias, todo dia eu tenho que dar vale-transporte para os meninos, todo o dia tenho que dar de comer para os meninos, não posso receber daqui a 1 ano. Então, gera um problema gravíssimo o atraso das parcelas, todos atrasam, menos aqueles que eu acabei de citar. O *budget* do Axé é de 4 milhões de reais por ano; juntando todos estes financiadores, nós compomos o orçamento. Mas temos também o outro esforço institucional, que é aquele de gerar renda; isto não compensa aquele trabalho, mas tivemos que fazer um esforço, eu não nasci comerciante, nem empresário, eu sou

educador. Mas nós implantamos um trabalho de produção de roupas, moda, que se chama “Moda AXÉ”, para mulher, crianças, homens e jovens, e vendemos, comercializamos, estes produtos em nosso *show room*, no Pelourinho, que se chama “Vida AXÉ Show Room”. Esta participação da produção do AXÉ tem alguma coisa em torno do 8%, do orçamento; é gerado pelo próprio AXÉ através desta atividade de produção e comercialização. Também, porque a moda faz parte da parte pedagógica dos meninos. Além de todas as linguagens artísticas, nós trabalhamos com moda, não com corte e costura, mas na criação de moda, estimulando os meninos a serem criadores de moda depois de ter tido contato com a moda afro-brasileira, que é fundamental, e com as grandes tendências da moda internacional.

Em primeiro lugar é a execução fiel de todo o projeto apresentado; segundo: fiel prestação de contas dos recursos aplicados, cada organização tem o seu modelo de prestação de contas, daí eu devo ter uma mini equipe, de 5 pessoas da administração, que faz o estilo de cada um. As Nações Unidas pede de uma maneira, a Fundação Bank Boston de outra, a AVINA de outra, o Governo do Estado de outra ainda, a Prefeitura ainda outra. Então, temos que ter, informatizado, o modelo de prestação de contas de cada uma. Algumas delas, graças a Deus, acompanham fisicamente a aplicação dos recursos, por exemplo, a TIM, que está aplicando na Capoeira; a TIM já veio 3 vezes aqui, a diretoria da TIM, em 4 quatro meses de projeto, e hoje vem toda a TIM Salvador para visitar o Projeto que está sendo levado a sério com o financiamento da TIM. Ou seja, os acompanhamentos para nós são ótimos, excelentes que eles vejam fisicamente, mas nem todos os financiadores tem condições de acompanhar fisicamente. Mas relatórios - trimestrais, semestrais ou anuais, prestação de contas... isto todas elas exigem e é mais do que justo. A prestação de contas deve ser transparente, absolutamente ética, absolutamente honesta.

Nunca tivemos limitação, nunca. Nem tentativa de limitar a ação do Axé. De ninguém, nem organização governamental nem não-governamental. Muito pelo contrário, vêm aqui para aprender e zelar.

(...) uma das minhas melancolias... é que eu ainda não vejo as redes funcionarem bem... menos uma, que se chama Rede Latino Americana Arte e Transformação Social. Quem trabalha com a arte, visando a transformação social, como o AXÉ, se colocou em uma rede latino americana que funciona muito bem. Brasil, a Argentina, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Peru. Nestes países existe uma excelente rede de arte e transformação social para troca de experiências, visitas nos vários Projetos, assimilação de idéias pela rede, não apenas por parceiros ou um membro da rede; esta rede funciona muito bem. Isto a nível da AVINA, daquela fundação que eu te falei.

A rede de informações no Terceiro Setor contribui mas poderia contribuir infinitamente mais, porque ainda existe muito individualismo, ou seja, cada um quer brigar por sua conta. É “se anular”, numa rede onde o objetivo é comum, a horizontalidade é garantida, não tem ninguém que chefia.. é muito, muito difícil se livrar destes resquícios de individualismo. Sempre alguém quer sugar as informações do outro... Ou nem quer passar as próprias! Mas isto eu não faço como uma crítica, eu tenho a compreensão do processo. O processo é absolutamente necessário, então requer tempo para que as pessoas vejam, criem e assumam a cultura da rede. A rede é um cultura nova que exige anular-se; o individuo deve se anular no coletivo. Não é nem anular, ele deve continuar olhando e preservando o seu individualismo, mas nunca afastando-se da coletividade e do coletivo.

A luta contra violência esta instalada no AXÉ deste o início. Como? Respeitando as peculiaridades de outros projetos que tem este foco direto que é o CEDECA, que nasceu um ano depois do AXÉ, que é nosso parceiro e nós somos parceiros deles, mas nós temos um área de defesa de direitos aqui dentro, agregado, que vai acompanhando as violações de direitos, via violência, que são sofridos pelos meninos e meninas. Mas, a nossa convicção é que a violência contra criança - que deixa marcas terríveis, que muitos acham indelévels,

impossíveis de serem canceladas – nós descobrimos que através da arte, da beleza, da estética, é possível superar esta situação de frustração e de sofrimento das crianças violentadas. É a arte que restitui a estas crianças o desejo de brilhar, é a passarela, o palco, o holofote. Quando eu levei pela primeira vez os meninos para um turnê internacional, eu fui crucificado, “você está doido”, “vai fugir todo mundo”, hoje já estamos na quinta turnê internacional, na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, isto dá uma força, uma convicção ao menino de que “se eu mereço um aplauso porque eu estou no palco, eu quero um aplauso porque eu estou na vida, porque eu consegui construir a minha vida”. Então, a nossa proposta pedagógica é muito fundamentada teoricamente, nossos educadores tem que estudar para que o menino sinta segurança no educador. O educador tem que ter bons textos, instrumentos de trabalho, e nós chamamos isto de Pedagogia do Desejo. Quando um menino de 10 anos vomita na cara do educador, ou na minha cara, “Porque eu tenho que entrar no AXÈ? Eu não tenho nada a perder...”. E eu tenho a dizer: O que fizemos com a infância em nossos tempos? Tem dez anos e não tem nada a perder? Como se supera isso? Este menino perdeu o desejo, perdeu o sonho, que é a característica da infância. O educador tem que estimular novamente este menino a desejar, a sonhar... e nada melhor do que a arte, a beleza, a cultura, para isto; capoeira, sim, a arte afro-brasileira, dança afro, percussão e também outras linguagens da arte universal, tipo: balé clássico, dança contemporânea, canto coral, canto solo... Tudo isto, não é apenas para preencher o vazio, é para profissionalizar. A nossa companhia de dança está no quinto elenco, os outros quatro, todos contratados por companhias brasileiras ou estrangeiras, ou seja, é possível fazer isto, tirar as marcas trágicas da violência que ficam sedimentadas no corpo e no espírito destas crianças, através do desejo de ser alguém. Nada melhor que arte.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRIGENTE

Entrevistado: Fábio Santos de Jesus
OTS: Projeto Cultural Arte Consciente
Função: Presidente
Data: 25.08.2006 09:00 horas

Perguntas:

22. Qual a motivação inicial?
23. Qual o seu conceito de violência?
24. Quais as exigências para a Agência ofertar e manter o financiamento?
25. Como realiza a seleção e contratação?
26. Existem outras fontes de arrecadação ou forma de arrecadar, além da agência financiadora?
27. Qual o meio utilizado para levar informação sobre violência contra a pessoa ao público: mídia, Internet, palestras, reuniões comunitárias, outro?
28. É possível medir a produção e a disseminação de informação antes e depois da OTS conectar-se em rede aberta?

Fábio / Arte Consciente

Eu acho que a coisa mais importante é a pessoa dar uma oportunidade; qualquer comunidade precisa dessa oportunidade e o projeto Axé nos deu essa oportunidade, principalmente a mim e aos outros quatro fundadores do nosso projeto. Foi uma oportunidade maravilhosa e eu tenho certeza que tanto eu como os outros nos beneficiamos e com o crescimento da violência em nosso bairro, a gente sentou e decidimos tentar resolver esse problema que estava demais para gente. Por que, por exemplo, se a gente for levar um currículo para uma empresa, normalmente o pessoal não gosta que more na Saramandaia, então a gente “bota” que mora em Pernambués, porque se “botar” Saramandaia com certeza vai ser descartado; e aí a gente tinha que melhorar isso aqui na nossa comunidade. E o que foi que a gente fez? Juntamos os cinco e dissemos “vamos dar uma oportunidade para nossa comunidade, fazer o mesmo que o Axé fez com a gente...” elaboramos e resolvemos montar esse projeto. Com a violência que estava tendo começamos a fazer algumas caminhadas para conscientizar as pessoas e aí, graças a Deus a violência em nosso bairro melhorou mais de 80%; eu tenho certeza que não vai acabar, mas diminuiu bastante. Então, resgatamos esses meninos, para tirar eles da rua, porque ele pode nem estar envolvido na criminalidade, mas só o fato de estar na rua é arriscado vir uma bala “de lá” e “pegar nele” - porque dizem que é bala perdida mas nunca é perdida, sempre é achada, porque sempre encontra alguém...- aí pega num menino desse da comunidade. E além de tudo, estamos tentando inserir os meninos no mercado de trabalho,

independente dele ser um pugilista, um percussionista, um dançarino a gente cobra muito o empenho deles no colégio. Tem que estar no colégio para mais tarde ele ser alguém na vida. Infelizmente, até hoje a gente tem dificuldade de espaço. Conseguimos comprar uma pequena área e estamos construindo, mas até hoje, não temos um espaço; agora está um pouquinho melhor, porque a associação do bairro cedeu esse espaço aqui pra gente, que não é grande, para você ter uma idéia, aqui na academia de boxe nós temos mais de 90 meninos que treinam com a gente, de diversas idades... Antes era pior porque a gente não tinha espaço, a Fundação Cidade Mãe cedeu um espaço para a gente, mas depois eles disseram que não podiam deixar... mas nem por isso a gente se abateu. Continuamos fazendo nossa atividade na rua. As duas coisas piores para gente é espaço e material, por que se estragar uma luva de boxe eu tenho que comprar com meu dinheiro, se estragar uma pele dos instrumentos do Alex é a mesma coisa... Estamos levando assim mesmo, na força e na vontade. Essa fonte de recursos vem do nosso trabalho de vocês; não recebemos contribuições, é normalmente do nosso bolso. É tanto que alguns cooperadores só podem estar aqui aos sábados e domingos porque durante a semana a gente trabalha. Através do Projeto Axé, nós conhecemos um pessoal do Rio e esse pessoal arrumou uma verba, que não foi muito, e nós compramos esse “terreininho” e estamos construindo. Não terminamos ainda nossa construção por que tanto o material das nossas atividades como o material de lá tem que ser próprio. Eles têm um trabalho lá no Rio e vieram conhecer nosso trabalho; outros também vieram conhecer, mas, infelizmente, a gente ainda está nessa condição. Nós trabalhamos com dança, percussão, boxe, arte circense... Sempre tivemos esse foco.

Nós temos aqui um menino que, para nós, é uma de nossas maiores vitórias; o nome dele é (...), ele tem 25 anos e trabalha no Projeto Axé, ele estava envolvido com drogas, crack e, até o projeto Axé que há tanto tempo trabalho com criança carente não conseguiu tirar ele do mundo das drogas, e ele, por ele mesmo, disse “Pôxa, eu tô precisando sair disso...” conversou com a gente, nós demos uma oportunidade dele vir para a academia - teve muita gente que falou “puxa, mas o cara é drogado, vai ficar lá na academia ?” Eu disse: “Olha, ainda bem que ele não é marginal, porque se ele fosse marginal ia ficar muito difícil, por que a gente podia estar na academia treinando e a polícia chegar... mas não, ele é drogado, vamos ver se consegue tirar ele do mundo das drogas...” E aí nos dedicamos, ele agora é campeão baiano pela nossa academia. Teve a festa de confraternização no ano passado no Projeto AXE e o pessoal lá parabenizou a gente por ter conseguido isso com ele. E temos outros meninos... Eu tenho um menino aqui no boxe – eu falo sempre em boxe por que é a minha área de atuação - eu tenho um menino 11 anos que já tem 15 lutas pela Federação Baiana de Boxe, tem outro de 14 anos de idade que já é campeão no boxe baiano. Nossa banda de percussão já tocou em vários lugares aqui em Salvador, fora daqui de Salvador, Micareta de Vitória da Conquista.

Uma coisa que eu sempre sonhei era vê-los em um trio elétrico, e já vi... Temos o Secretário, o Tesoureiro - que é uma pessoa do Circo Picolino que está “dando uma força” à gente - estamos caminhando, começamos “engatinhando” e agora estamos caminhando.

Nos nossos arquivos a gente sempre registra as atividades, com fotos, vídeos...

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRIGENTE

Entrevistado: Frederico Fernandes de Souza

OTS: Sentinela

Função: Coordenador

Data: 16.08.2006 10:00 horas

Perguntas:

29. Qual a motivação inicial?

30. Qual o seu conceito de violência?

31. Quais as exigências para a Agência ofertar e manter o financiamento?

32. Como realiza a seleção e contratação?

33. Existem outras fontes de arrecadação ou forma de arrecadar, além da agência financiadora?

34. Qual o meio utilizado para levar informação sobre violência contra a pessoa ao público: mídia, Internet, palestras, reuniões comunitárias, outro?

35. É possível medir a produção e a disseminação de informação antes e depois da OTS conectar-se em rede aberta?

Frederico Fernandes / Sentinela

O Sentinela é um programa de atendimento a crianças, adolescentes e famílias vítimas da violência sexual. Esse programa foi implantado em 2001 na Bahia; até o ano passado, até este ano, estava em nove municípios, depois se estendeu para 48 municípios em várias regiões do Estado. Ele visa atender, através de uma equipe multidisciplinar, que tem educadores, psicólogos, assistentes sociais e também, em alguns municípios, o apoio jurídico, atender as crianças e adolescentes que são vítimas das várias formas de violência sexual, seja o abuso, as várias formas de abuso, seja a exploração sexual mesmo, a prostituição, comercialização e exploração de crianças e adolescentes. Nós temos, dentro deste atendimento, uma estatística que busca levantar as informações básicas dessas crianças, das suas famílias, das características, de educação e renda, de trabalho, sócio-econômico, moradias... uma série de indicadores com o perfil dessa criança bem como da família, até porque o atendimento é feito fundamentalmente às crianças, mas também envolve as famílias. Então a mãe de uma criança que sofreu abuso - porque normalmente o abuso é intra-familiar ou praticado por conhecidos, normalmente é feito pelo pai, pelo padrasto, pelo irmão, pelo tio, pelo avô, pessoas bem próximas à criança, isso termina abalando, vulnerabilizando a família, daí porque o acompanhamento que o programa dá, não é só à criança, muitas vezes envolve a mãe, outros integrantes da família que também terminam ficando fragilizados. E isso envolve também responsabilizar o agressor, porque a gente busca, nos municípios, se articular com todo o sistema de garantias do direito: Conselhos Tutelares, Juizado, Polícia Civil, PM, Polícia Rodoviária, todas as instâncias de repressão, de coação e responsabilização. Infelizmente, no Brasil, isso ainda é um crime quase que impune; pouquíssimas são as situações de identificação e responsabilização de fato do agressor, mas, pelo menos, a gente percebe no

país uma tomada de consciência crescente de que isso é um crime e tem que ser punido. Bom, mas o Sentinela se propõe a atender, isso gera uma estatística... mas essa estatística, a gente foi percebendo com o tempo, que ela estava com uma certa inconsistência, principalmente por que aquela criança que era atendida no Sentinela já tinha sido atendida pelo Conselho Tutelar, pela própria PM, pelo Juizado, na área de saúde... Então, na verdade, a gente não sabia de fato quem era aquela criança, porque ela era “contada” por todas essas chamadas “portas de entrada”; então, nós temos hoje um problema gravíssimo no país, a meu ver, sobre os dados a esse respeito, sobre as estatísticas referentes a essa questão da violência sexual. Na verdade o país não dispõe de estatísticas, diretrizes... primeiro porque é um fenômeno escondido, subterrâneo, ninguém se declara explorado, nenhuma família declara que explora ou que sabe que seu filho é explorado, esse é um fenômeno como o de usuários de drogas: a gente faz estimativas, mas ninguém tem assim qual é o número de usuário de crack, de cocaína... a gente aproxima, faz algumas estimativas. A questão da exploração sexual no país enfrenta esse problema hoje; e as políticas públicas de enfrentamento a essa questão também são reféns. Estamos “engatinhando” ainda, no país, no combate a essa situação. Exatamente por perceber essa fragilidade das estatísticas, nós aqui, o setor técnico que acompanha o Sentinela, estamos desenvolvendo um sistema de informações que foi listando uma série de variáveis a respeito da criança e do adolescente, da família, das várias informações relativas a essa família, todos os perfis, alimentação, renda, escolaridade, moradias, o perfil do agressor, de etnia, faixa etária, de todas as variáveis possíveis; e esse sistema, a gente levou uns dois anos fazendo testes, incorporando variáveis, diversos cruzamentos que poderiam gerar gráficos, tabelas... e foi ganhando uma tal dimensão que alguns órgãos federais, como o Ministério de Desenvolvimento Social, o Ministério da Justiça e Direitos Humanos, começaram a ter interesse em discutir essa metodologia. E, depois de vários debates nacionais, esse sistema, que foi desenvolvido aqui, vai ser um sistema nacional, adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, para ser implantado nos mais de mil municípios onde se tem o Sentinela hoje no país; na Bahia são 48. Mas este sistema não se limita apenas a um rol de variáveis, informações, uma série detalhada sobre o tema, o perfil da vítima, a família, das características todas... para funcionar, ele tem que envolver uma rede que a gente chama de “portas de entrada”, nos casos de violência, e essa rede também tem que estar capacitada e aparelhada para fazer essa entrada dos dados. Nós estamos fazendo um teste deste sistema em Feira de Santana; então, lá, quem são as “portas de entrada”, além do próprio Sentinela? Conselho Tutelar, que tem a responsabilidade de identificar situação de violência, as unidades de saúde, que, normalmente, quando tratam uma situação de violência, registram, a PM, uma série de órgãos que a gente vai identificar em cada município como possíveis locais de entrada desses dados; com isso a gente elimina a dupla, a múltipla contagem, porque você tem a mesma criança registrada em vários órgãos e contada 8 a 10 vezes, então você tem por exemplo 100 casos que termina virando 800, 900 ou 700 por que é uma mesma criança que foi atendida várias vezes e como não há uma sincronia da entrada desses dados, todo mundo conta aquela criança varias vezes. Esse sistema impede isso por que ele filtra - na medida em que alguma porta de entrada registrou aquela criança, ela é identificada pelos demais. Só que esse banco, esse sistema de informações vai ser utilizado por cada entidade, por cada órgão, de acordo com aqueles dados que a entidade necessita; por exemplo, o Sentinela, vai ter dados sobre o acompanhamento psicossocial da criança, as providências, o trânsito... Para a PM vão interessar dados sobre a identificação da criança, do agressor, as informações com as quais ela trabalha, na área de saúde também, no conselho... Então, o que é o sistema?

O sistema pressupõe uma rede em cada município, equipada – o município fomenta o equipamento, a gente capacita o pessoal da rede pra que eles estejam atentos ao registro dessas várias formas de agressão; aí, sim, a gente teria uma estatística que se aproximaria dessa realidade, não só evitando essas inconsistências estatísticas da contagem dos casos

como também fornecendo um número muito grande de informações detalhadas sobre cada uma dessas crianças, sobre o perfil delas, das famílias, situação econômica, educacional, habitacional, de saúde, todas informações acerca daquela criança vítima, não apenas da exploração sexual, da prostituição, mas de todas as formas de abuso. Esse, em síntese, é o sistema. Ele está em teste, foi desenvolvido pelo do Estado da Bahia, o governo do Estado está exatamente nesse momento fazendo a cessão de uso ao Ministério do Desenvolvimento Social, que coordena o Programa Nacional. Dentro de pouco tempo esse programa vai estar sendo extensivamente implantado em todo País; aí a gente vai passar a ter essas estatísticas, mais aproximadas da realidade, mais confiáveis, porque hoje, por exemplo, a imprensa me pede um dado e eu digo “olha, eu vou estar chutando, por que nós temos dados imprecisos, estatisticamente frágeis...”, por isso que a gente gerou esse sistema. Porque hoje quem tem estatística ? É alguém que atende, o CEDECA faz estatística, tem as estatísticas de atendimento no âmbito da Secretaria de Segurança Pública - o Projeto Viver, que atende mulheres vítimas de violência, inclusive mulheres e adolescentes, e nós do Sentinela tínhamos estatísticas abrangendo nove municípios, agora vai para 48, e a gente constatou muita fragilidade, exatamente por conta desse problema, nos municípios, da entrada de dados incorretos. Qualquer número hoje relativo a essa questão é estimativa. Quando a gente vai para o interior da Bahia, e mesmo dentro de Salvador, a gente tem percebido que o problema é muito mais grave, muito mais assustadoramente presente do que os dados revelam.

É porque a política nacional de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente é da área de assistência social, e o órgão gestor, no Estado, é a SETRAS. Essa política não é apenas uma questão de saúde. No primeiro momento, quando o Sentinela atende uma criança, e por isso ele tem que trabalhar em rede, ele encaminha para a área de saúde pra que ela, vítima do abuso, estupro, qualquer forma de violência, seja atendida; depois daquele atendimento – por que além do dano físico há um outro dano, talvez até pior, que é a seqüela psicossocial que desestrutura a criança e a família - é necessária a assistência social, que vai acompanhar, durante semanas, meses, o tempo que for necessário, aquela criança, até que ela se recomponha no ponto de vista emocional. Por isso aqui no Sentinela temos assistentes sociais, psicólogos, pesquisadores... os pesquisadores vão estar fazendo um trabalho de mapeamento, nos municípios, das situações, dos locais onde ocorre exploração sexual. Ele não vai interferir ali, isso não é função do Sentinela reprimir, interferir, mas identificar, e aí estar trabalhando com a rede no sentido de cada um, dentro da sua responsabilidade, tratar o caso. Então, a questão da violência é complexa, ela envolve a desestruturação da família, componentes socioeconômicos, afetivos, psíquicos... Ela exige uma política nacional de assistência social. Que tem que ter interfaces, se a gente não trabalhar com a área da justiça, da segurança, da saúde, da educação, de um ponto de vista preventivo, com as universidades, com a mídia, todo o Judiciário, com os Conselhos, toda uma rede do sistema de garantia do direito... Um dos desafios do governo é construir essa rede nos municípios.

Sim. Sem dúvida. O objetivo do sistema não é apenas avançar no conceito qualitativo de obter um dado confiável, um fato que reflita a realidade mas sobretudo obter dados que vão orientar as políticas públicas, na educação, saúde, segurança... nós vamos estar mapeando, identificando o perfil daquela criança, todos os componentes sócio-econômicos, culturais e todas as variáveis que se possa imaginar na área da educação, saúde, estrutura familiar... imagine a riqueza desses dados do ponto de vista qualitativo. Para quem cuida, por exemplo, da responsabilização, da punição, a gente tem dados muito vagos, a gente sabe o que o abuso é muito praticado no âmbito da família ou por conhecidos, amigos, normalmente o abuso não se dá com desconhecidos, pelo contrário, ele se dá apenas com quem ela tem a confiança na convivência, mas o sistema vai permitir uma riqueza maior ainda de dados qualitativos sobre o perfil desse agressor. Então ele é um avanço, e vai ser importantíssimo do ponto de vista de

quantificação, de mensuração do problema mas, muito mais até, do ponto de vista qualitativo, em termos da riqueza de variáveis que ele abrange e que vai possibilitar uma análise riquíssima desse tema.

Veja bem é fundamental a participação das ONGs nessa rede; quando a gente vai, inclusive, a um município trabalhar a gente vai no sentido de identificar tanto as instituições públicas que tenham responsabilidade pública em cada área quanto as não- governamentais que trabalham com essa questão da infância e adolescência, com a questão da violência. Um parceiro estratégico, desde o início do Sentinela, foi o CEDECA, que é uma ONG que trabalha há mais de dez anos em Salvador com esse tema; então quando a gente fala de rede a gente está falando também muito das ONGs que atuam nessa área.

A idéia é essa e, inclusive, de que seja público; claro que tem dados nesse sistema que vão ser privativos. Uma criança acompanhada pelo Sentinela, pelo assistente social terá seus dados preservados evidentemente para essa instituição; alguns dados, por exemplo, que a Polícia Militar tem na identificação daquela situação são privativos da instituição... mas os dados e as estatísticas gerados pelo sistema, a idéia é que eles sejam mais publicizados; porque a nossa idéia é de que isso não apenas oriente as políticas públicas, mas também no sentido de que isso ganhe amplitude no debate nacional, envolvendo a mídia, universidades, as entidades não-governamentais que trabalham com o sistema, instituições diversas. Pensamos num sistema que fosse público mesmo, porque a gente acha que um dos grandes problemas dessa política de enfrentamento da violência é que a gente se defronta com uma ausência de conhecimento sobre essa realidade em termo de dados, desse detalhamento mais qualitativo, e que limita, inclusive, a política pública, a partir da dificuldade de dimensionar, codificar esse fenômeno. Quando a gente se propõe a combater o trabalho infantil tem uma estatística do IBGE que diz: “três milhões e tantas mil crianças no Brasil trabalham nessa faixa etária, tantas nessa outra...”, você codifica, tem como atuar, traçar uma política; quando a gente vai pra esse campo de violência sexual, da exploração, do abuso, há uma ausência de dados. É um trabalho muito duro, a gente sabe que é uma coisa crescente, que tem uma dimensão visível, assustadora, eu diria, até porque muitas das situações de exploração são em decorrência da exclusão social, da miséria, que caracteriza o país ainda, infelizmente, a gente vê nos municípios, nas estradas e em Salvador - saiu uma matéria no A Tarde, há uns três dias, identificando em um bairro de Salvador uma situação de exploração praticada por uma senhora que tinha cinco, seis, meninas, quase que como escravas, que estavam fazendo programas por dez, cinco reais... e a gente vê, em vários municípios que a gente atua, as mães ou os pais incentivando as crianças em troca de um prato de comida, dez, cinco reais, programa com caminhoneiro nas estradas, em troca de nada... O quadro é muito assustador porque a gente observa isso em várias regiões do Estado; a Polícia Rodoviária Federal tem feito um trabalho importante no sentido de identificar pontos de exploração ao longo das rodovias, é um dado preciosos para a gente ver a dimensão disso, mas eu volto ao tema: a gente não tem isso, nem na Bahia, nem em qualquer Estado, nem no plano nacional corretamente dimensionado, é um fenômeno escondido. Então a estratégia que eu acho que pode ser viável, no sentido da gente se aproximar mais dessa realidade, é ter uma rede nacional, nos Estados e municípios, que congregue todas essas instituições que têm alguma forma de atuação, de interesse nessa questão, que possibilite, um dia, a gente ter esses dados de uma forma científica.

Uma das questões que a gente tem sempre muito claras é que esse sistema, para funcionar adequadamente, pressupõe articulação da rede e um debate muito intenso envolvendo o chamado Terceiro Setor porque é da tensão, da movimentação, da cobrança, da demanda dessas organizações, que os Conselhos Tutelares, conselho do direito e as instituições públicas que atuam nessa área estão sendo cobradas para cumprir seus papéis. Essa questão das políticas públicas, ela se implementam, elas avançam, elas ganham dimensão, reforço, na

medida em que a sociedade cobra. Se você for observar, há dez, oito ou sete anos, esse tema da violência sexual não estava colocado sequer na mídia; eventualmente, pontualmente, mas assim como uma coisa terrível, assustadora, que indignava as pessoas, mas não como política pública. Há dez, doze anos era inconcebível a gente assistir o Jornal Nacional, Globo Repórter, como a gente vê agora no Fantástico, grandes veículos, nos jornais, esse tema sendo discutido; o combate ao trabalho infantil não era um ponto da pauta da política pública do Estado brasileiro, isso está sendo constituído muito recentemente mas eu acho que houve avanços. No Brasil foi elaborado em 2000 o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente até ali, isso era um problema que existia – existe há séculos – mas ficava meio que sem importância, não era considerado pautável como um problema grave de governo, de Estado, de uma política pública desenvolvida para isso. Pontualmente, sobretudo o Terceiro Setor é que trabalhava nessa área. Quando a gente começou a trabalhar aqui com o Sentinela o que existia de ação concreta no enfrentamento da violência sexual era o CEDECA, os Fóruns, outras ONGs, o Projeto Axé e tantos outros... então na verdade a construção dessa política pública no país é recente, está engatinhando e incorporando contribuições crescentes de vários setores inclusive que integram o aparelho do Estado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRIGENTE

Entrevistado: Heloniza Oliveira Gonçalves Costa

OTS: FCCV

Função: Membro Grupo Gestor

Data: 10.08.2006 10:00 horas

36. Qual a motivação inicial?
37. Qual o seu conceito de violência?
38. Quais as exigências para a Agência ofertar e manter o financiamento?
39. Como realiza a seleção e contratação?
40. Existem outras fontes de arrecadação ou forma de arrecadar, além da agência financiadora?
41. Qual o meio utilizado para levar informação sobre violência contra a pessoa ao público: mídia, Internet, palestras, reuniões comunitárias, outro?
42. É possível medir a produção e a disseminação de informação antes e depois da OTS conectar-se em rede aberta?

Heloniza / FCCV

A idéia inicial é que nós tínhamos um projeto, um grande projeto de extensão, na área da saúde, que envolvia toda as carreiras da saúde, serviços de saúde e a comunidade. Era um projeto de articulação das universidades, serviço/saúde e comunidade. Então, decidimos articular os três segmentos. A gente estava querendo imprimir mudanças na formação dos profissionais de saúde, uma formação voltada para as reais necessidades de saúde da população. Entendíamos que um projeto desta natureza teria que envolver um pré-requisito, inclusive da Fundação Kelvin, uma programa de formação da Fundação Kelvin, um programa único, uma nova iniciativa na formação dos profissionais de saúde em atendimento a comunidade, de que este projeto tinha que ser construído e desenvolvido conjuntamente, de forma articulada. Então, nós decidimos aqui na Bahia, na Universidade, que o eixo agregador seria de trabalhar em cima dos problemas de saúde prioritários; problemas de saúde que nos dariam elementos para a formação (preparar profissionais), para o serviço (que o serviço precisava se organizar em função dos problemas) e atenderiam as necessidades da população. E eis que, dentre os problemas prioritários que a população apontava, para nossa surpresa, veio a violência. E aí, quando nós, a partir do depoimento, do levantamento na comunidade, com a confirmação do depoimento dos profissionais de saúde, nós lançamos mão de estudos que estavam sendo feito pelo Instituto de Saúde Coletiva / ISC, identificamos que, de fato, a violência era a primeira causa de morte da população de 15 a 39 anos e que era a segunda causa de morte da população geral. Então, assim, o impacto da violência no perfil de mortalidade da população já estava dizendo que era um grave problema de saúde. E a gente sabe que quando um problema de saúde se expressa com a morte, por trás, a não-morte é

muito maior. Por isto, entendemos que, com este projeto, a gente estava assumindo um conceito ampliado da saúde. Saúde tem haver com tudo que diz respeito a vida, tem haver com moradia, renda, educação, lazer, esporte, serviço de saúde, tem haver também com estado de saúde da população. Então, nesta concepção ampliada, nós identificamos que a violência era o principal problema. Daí para trabalhar a violência, mesmo sendo um grave problema de saúde, o setor saúde apenas não seria suficiente, porque era um problema cujas causas e as determinações são muito complexas, e cuja gênese envolve um série de outros setores. A violência tem haver com as desigualdades sociais, tem haver com exclusão... Naquela época a violência era muito apontada pela população com uma questão também de violência policial, que eles tinha isto muito forte... a forma com que a polícia tratava a população, a quantidade de morte violentas, tanto pela polícia, tanto pelos grupos de extermínio, como pelo pessoal do tráfico de drogas, este era o quadro de morte, e toda outra violência, que era a violência doméstica, contra mulher, abuso sexual, os acidentes de trânsito etc. E aí a gente viu que teria que articular diversos setores; então convidamos representantes do governo, das secretarias Estadual e Municipal, que direta ou indiretamente tinham haver com a violência, como a Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Justiça, a Secretaria de Educação, a própria Secretaria da Saúde, e convidamos também as organizações não-governamentais que trabalham direta ou indiretamente com a violência como CEDECA, CIPÓ, AXÉ, Liceu de Artes e Ofícios, e convocamos amplamente as associações comunitárias, as organizações religiosas, a própria Universidade, várias escolas, de diversos setores, de outras universidades como a UNEB... Então nós fizemos um amplo convite, inclusive para empresários, como: Petrobrás, Coelba, publicitários, profissionais ligados a comunicação (jornalistas). A grande maioria que foi contactada, acatou a idéia e começamos a instituir... inicialmente, nós formamos um grupo de 39 organizações e agora estamos com mais de 110 organizações envolvidas com o Fórum. E, a partir daí constituiu-se o Fórum, em agosto de 1996; então nós estamos fazendo 10 anos de Fórum e estamos trabalhando sempre com o planejamento estratégico, definindo as linhas prioritárias de ação em conjunto com os parceiros, com a comunidade, temos buscado recursos de fundações, como a Fundação Kelvin, que é quem tem apoiado mais significativamente, temos o apoio muito grande do UNICEF, do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça e de outros projetos. Já recebemos o apoio da Petrobrás, e tem alguns apoios menores que a gente vem recebendo para continuar a luta.

Já. A idéia de se construir o Fórum era de se construir uma rede. Nós inclusive fizemos uma opção de não ser formalmente uma ONG, mas o Fórum como uma instância de agregação de diversos parceiros e trabalhar em rede. Nós não queríamos ser uma organização no sentido de substituir o Estado, nem fazer papel de ONG, mas fazer o papel de articulador, dos diversos e distintos recursos, a gente tentar articular em rede para potencializar a ação, na verdade os executores das ações, seriam os parceiros.

A Universidade acolheu institucionalmente o Fórum, na suas dependências, com as propostas... Então, todo o recurso, todo o financiamento quem vem para o Fórum vem através do Fundo de Apoio à Pesquisa e Extensão / Fapex, que administra. Então, é um recurso que é doado para Universidade através da Fapex, é o próprio reitor que assina os termos de doação. A Universidade teve essa acolhida, esse respaldo institucional e a administração é dada através da Fapex; às vezes têm outros recursos pequenos que a gente se utiliza da entidade jurídica de alguns parceiros, por exemplo: organizações comunitárias, alguns projetos foram financiados diretamente para as organizações comunitárias, então a gente lida com este artifício.

É difícil entender, ele não é governo, nem é mercado, mas oficialmente nós fizemos questão de ser um instância, porque se a gente se constituísse em uma outra ONG, a gente comprometeria o trabalho em rede; porque o Fórum é como se fosse o catalisador da rede, é o

que alimenta, é o que mobiliza, é o núcleo dinamizador. E, se a gente vira uma ONG, a gente vai estar competindo com as várias ONGs. É uma organização, digamos assim, informal do Terceiro Setor, porque a gente não é mercado, nem Estado, mas a gente trabalha com esta articulação. E agora o artifício institucional a gente usa pelo acolhimento da Universidade, como por exemplo, quando a gente precisa de um financiamento, ele vem através de um projeto que é elaborado por qualquer professor da Universidade, no caso eu que estou a frente elaborando projeto, então sai como um projeto da Universidade, vem os recursos via Fapex, mas para o trabalho do Fórum.

Formalmente, o Fórum tem apenas um funcionário contratado. É uma secretária, que é contratada pela Fapex. Então ela é contratada; as outras pessoas, que trabalham mais diretamente, no trabalho cotidiano, tem uma pessoa concedida pela Universidade, prestando 10 horas de trabalho no Fórum, a outra, é uma médica cedida pela Secretária de Saúde do Estado, e outra profissional é cedida pelo Ministério da Saúde... Então, nós temos todos os profissionais cedidos pelas instituições parceiras. O motorista também é cedido, mas a gente complementa o salário dele, é um motorista da Universidade que é cedido. Agora, o trabalho mesmo do Fórum, como um todo, é desenvolvido em parceria; nós articulamos com diversos parceiros, por exemplo, nós temos o observatório da violência, tem uma base no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, algumas pessoas de lá mesmo articulando com pessoas da Secretaria Estadual de Saúde e articulando com o DETRAN... Então, a gente usa toda a mão-de-obra das instituições parceiras. Estamos trabalhando, por exemplo, com a questão da comunicação, tem uma professora da UNEB, que tem formalmente 10 horas semanais cedidas para trabalhar com a questão de comunicação do Fórum. É voluntário; mas não é só voluntário porque a gente seleciona, primeiro existe um grupo gestor, este grupo gestor, formado pelos componentes do Fórum e o grupo gestor é indicado por seus pares, por exemplo no grupo gestor tem representação da Universidade, do Governo do Estado, das Organizações Internacionais, da comunidade, das Organizações Não Governamentais, então quem indica estes representantes são os próprios parceiros numa Assembléia Geral do Fórum eles são aprovados, acatados ou não, às vezes a própria Assembléia indica a pessoa, geralmente tem que ter a aceitação das pessoas e de um modo geral, as pessoas indicadas foram para o Fórum voluntariamente, claro que tem que ter um certo perfil para trabalhar, nós temos o Observatório da Violência, estímulo à rede de atenção a pessoas em situação de violência, trabalho de complementação da formação de jovens, comunicação e gestão... No caso de comunicação a gente tem uma professora e duas estagiárias da UNEB, então trabalham como voluntários, e os estudantes, estagiários possuem bolsa para trabalhar com os professores. Na grande maioria são recursos da própria instituição de origem desses profissionais, é a forma de manter a estrutura do Fórum.

Quando nos começamos a informação que a gente tinha de mortes violentas, por exemplo, era informação de uma pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva. Então, agora, com a agregação dos parceiros, a gente já tem contatos no próprio IML, que se abriu para uma outra forma de organização para informação dos dados, inclusive, articulando bancos de dados. Nós temos bancos articulados da Secretaria de Segurança, IML, com a Saúde. E, com o DETRAN, SETRAS, nós estamos agora organizando o núcleo de morbidade, que a violência que não chega a morte. Hoje a gente tem IML informatizado, fizemos todo um trabalho, discutimos até a forma de se preencher o formulário de ocorrência... Hoje em dia se tem uma qualidade nos dados de mortalidade visivelmente melhor do que tínhamos antes.

Para morte elas não contribuem muito. Porque quando morre vai para IML, então quando se morre tem o atestado de óbito na Secretaria Estadual de Saúde. Devido a riqueza dos dados, a gente não precisa trabalhar com as ONGs, nem coletar dados de jornal... O que a gente tem feito é fornecer alguns dados. Agora no que diz respeito a morbidade, as delegacias, CEDECA, CIPÓ, todo mundo que a gente demanda, a própria comunidade, a gente tem um

informação quase que imediata quando acontece alguma coisa, a própria comunidade informa muito, agora com o trabalho de comunicação estamos acompanhando, os casos, os depoimentos... Eu considero que a gente tem uma ajuda nisto, com as ONGs que trabalham mais diretamente com a gente há uma troca grande de informação. Não é ainda o ideal, até porque, é um grande desafio, o problema da morbidade, dos danos que não chegam à morte é muito complexo por que não há um sistema de quantificação, você tem dados em diversos lugares... mas, de certa forma, a rede tem sustentado o Fórum.

A gente teve um suporte desde 2006, mas com certeza, com a Fundação Kelvin temos um projeto que acaba em 2007, se não houver uma renovação, vai ser complicado, mas também os parceiros contribuem muito, UNICEF, UNESCO, a própria Universidade, o Ministério da Saúde, então existe uma mobilização dos parceiros. Mas a gente nunca enfrentou uma queda significativa dos recursos, pode acontecer no próximo ano...

Você diz o que quer fazer ou o que vai fazer e eles aprovam ou não. Na hora que ele aprova não vai estabelecer para o Fórum nenhuma pré-condição; todas as iniciativas de negociações foram nossas, inclusive no meio do caminho a gente muda algumas coisas, negocia com eles a mudança, o porque da mudança, o que justifica a mudança, mas de fato, uma das poucas fundações que aprovam ou não aprovam. Quando eles que aprovam tem a inteira liberdade, tem que ter claro, as prestações de contas, cumprir o que você prometeu. Não há intervenção, a gente tem uma certa liberdade.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRIGENTE

Entrevistado: Marcus de Paiva Silva

OTS: OAF

Função: Presidente

Data: 03.08.2006 09:00 horas

Perguntas:

43. Qual a motivação inicial?

44. Qual o seu conceito de violência?

45. Quais as exigências para a Agência ofertar e manter o financiamento?

46. Como realiza a seleção e contratação?

47. Existem outras fontes de arrecadação ou forma de arrecadar, além da agência financiadora?

48. Qual o meio utilizado para levar informação sobre violência contra a pessoa ao público: mídia, Internet, palestras, reuniões comunitárias, outro?

49. É possível medir a produção e a disseminação de informação antes e depois da OTS conectar-se em rede aberta?

Marcus Paiva / OAF

Isto remonta a 1958, foi o ano da fundação, através da Dr^a Dalva de Matos, que era advogada e também educadora, ela ensinava em várias escolas aqui da capital e desenvolvia... Tem também uma motivação religiosa, ela era uma pessoa muito ligada à Igreja Católica e ensinava em colégios católicos. Mas, assim, é um trabalho junto ao juizado de menores, onde ela via toda esta problemática. E também - ela relata isto no livro que escreveu - ela mantinha contato com pessoas do Pelourinho, inclusive prostitutas, meninas jovens que estavam já com algumas dificuldades na vida. Então, teve toda esta junção de coisas, vamos dizer assim, e ela decidiu, já com uma idade avançada, já não era mais tão jovem, se desfazer das coisas que tinha de casa, de carro e por iniciativa pessoal ela começou o trabalho.

Não, a gente tem todo um critério, não pode ser qualquer pessoa. Tem que ter uma identificação com a causa, com a questão da criança e do adolescente, mesmo que seja para um trabalho muito técnico, tipo contabilidade. Mas tem que ser uma pessoa que tenha algum tipo de identificação com esta questão, porque, aqui, acaba tendo que se envolver, é uma criança que sobe, é uma criança que vai numa área administrativa, então acaba tendo que se relacionar. Então tem que ter pelo menos esta identificação, esta preocupação com questões sociais.

A nossa experiência com voluntários acaba sendo, pelo menos até o momento, pequena. Não é que tenha tantos voluntários, que chegam aqui, que se oferecem, para desenvolver algum tipo de trabalho. Mas aqueles que vêm é porque ouviram falar, porque saiu alguma matéria em jornal, na televisão, alguma questão social que aflorou em algum meio de comunicação.

Então procuram, querendo saber se podem desenvolver algum tipo de trabalho. Então, alguns acabam sendo aquela coisa passageira, veio, fez alguma coisa e vai embora, não tem muita seqüência; outros acabam se envolvendo mais com a instituição e desenvolvendo mais.

Até mais ou menos 20 anos atrás a Organização sempre esperava doações de pessoas, de empresas, doações do estrangeiro, ajuda do poder público. Após esse período, com a chegada de Padre Piazza, começou a mudar um pouco esta lógica. Ele acha, claro, que toda a doação é bem vinda, o poder público tem que realmente fazer sua parte, colaborar, mas as instituições têm que, de certa forma, também gerar, seu próprio recurso. Até mesmo como meio, também, de ensinar os jovens que estão no mundo, na instituição. Então por isto criamos oficinas de produção, nós temos uma oficina de fabricação de móveis, nós temos uma gráfica, nós temos uma confecção, onde a gente produz e comercializa esses materiais. Tem também, claro, convênios com a prefeitura, convênios com o Estado, recebemos algum apoio internacional, mas a principal fonte são os recursos gerados nas oficinas.

Geralmente já é direcionado; geralmente as ajudas internacionais são para algum investimento, para algum equipamento, é para fazer alguma reforma no espaço físico, é para fazer alguma construção. Ele geralmente já é direcionado, não é uma doação que chega e a gente pode fazer aquilo que achar mais interessante.

Prestação de contas, exatamente. É um projeto aprovado e depois tem que ser apresentada toda uma justificativa, comprovar com o que foi gasto, notas fiscais, recibos... Todo um formulário, relatórios e prestação de contas.

Depende do programa; por exemplo, o programa do abrigo são crianças que foram encaminhadas pelo Juizado de Menores ou pelos os Conselhos Tutelares. Aí o critério é porque foi encontrado, porque foi abandonado, porque é vítima de maus tratos. Mas só chega aqui através destes órgãos, ou o Ministério Público também, ou Conselho Tutelar, ou Juizado de Menores. Na formação profissional a demanda é espontânea. Nós abrimos inscrição e o pessoal vem. Claro que tem todo um critério, para depois fazermos a matrícula efetiva, mas é aberto. Na escola também, por ser uma escola que tem uma parceria com a prefeitura, também a demanda é espontânea, abre-se o processo de matrícula e vem todas as pessoas.

Como a procura é muito grande a gente também não faz muita divulgação, senão a demanda seria maior ainda. Geralmente a gente faz avisos internos e o próprio “boca-a-boca”, como se diz. A gente não divulga em jornal, a gente não divulga em tv, é só divulgação interna.

Poderia. No caso do abrigo não, só vem se estiver em situação de risco. Já é o próprio Juizado que manda, então, para chegar ao Juizado, é por que já teve alguma situação, ou porque foi abusado, ou porque foi maltratado, ou porque foi abandonado, das mais variadas causas. No caso da profissionalização e da escola pode ser que seja questão de violência, como também pode não ser.

O papel do abrigo é justamente acolher, receber a criança. Todo o processo de investigação, se houve alguma coisa em questão de responsabilidade de quem fez aquela ação, de quem praticou, isto compete ao Juizado de Menores e ao Ministério Público. O abrigo não tem esta função. A gente acolhe a criança que foi vítima de alguma situação de violência.

Na verdade aqui é o lugar onde a criança é trazida porque aconteceu alguma coisa. A origem da violência, daquele ato que ocasionou sua vinda, não é tratado aqui. Ela é de certo forma tirada daquele ambiente onde aconteceu isto e transportada para cá.

É de certa forma não, a gente tenta é construir uma nova vida, a vida dela daqui para o futuro, daqui a diante. Claro que a depender do que vem acontecido, isto vai interferir na sua vida. Mas a gente tenta construir uma nova vida, ou voltando para a família, ou parentes que tenham, ou a criança vai ser encaminhada para um processo de adoção, ou então vai permanecer na instituição até completar maior idade, que também acontece isto.

Bem, internamente a gente tem um tipo de serviços que são articulados sempre me função desta criança. Então, internamente nós temos toda uma rede de serviços que são oferecidos

àquela criança; nós temos, por exemplo, o abrigo onde a estrutura física, que ela mora, dorme, come, tem um momento de lazer. Tem um outro serviço que a escola oferece para ela, tem o centro profissionalizante que é oferecido para estes jovens. Então, internamente tem toda uma rede de serviços que é oferecido e disponibilizado para a própria criança. Os abrigos que existem em Salvador, de certa forma agora, estão começando todo um trabalho de articulação, de troca de experiência. Então, está se formando uma rede, que é um processo muito recente ainda, mas que de um ano para cá já está se estruturando, se estabelecendo. É discutir experiências, questões administrativas, questões educacionais... É uma troca na verdade, é uma coisa nova ainda, mas que está assim bem interessante. É recente, mais ou menos de um ano para cá.

Uma coisa bem interessante que surgiu destes encontros, foi a criação de um documento, que é assim um marco, com critérios de abrigo, dizendo o que é abrigo, critério de acolhimento, critério de funcionamento, o que não existia. Cada abrigo tinha a sua forma de trabalhar, o outro já tinha uma forma diferente, agora foi criado todo um regramento para funcionamento. Este documento foi bem discutido, teve a participação do Ministério Público, o próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança discutiu e já aprovou este documento. Então é uma coisa oficial já de toda rede de abrigos, foi uma coisa construída por toda a rede, todos participaram, todos apresentaram propostas, a partir das experiências de cada um. Como foi uma coisa construída coletivamente, cada um colocou suas experiências, por exemplo: “eu acho que o abrigo devia continuar dessa forma”, “eu acho que tem que ser assim”, “o abrigo deve ter um critério de atendimento”... Então cada um colocou as suas experiências, as suas expectativas, aí foi criado este documento. Amplamente discutido e divulgado.

As nossas atividades são essas... abrigo, escola, centro profissionalizante, nós temos um espaço que chamamos de UNI, que é tipo um museu de ciência, interativo, também aberto à comunidade, então os programas básicos que nós temos são esses. Claro, de vez em quando a gente vai ampliando um pouquinho, mas já estamos achando que está grande demais... (risos).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRIGENTE

Entrevistado: Dr. Waldemar Almeida de Oliveira

Órgão: CEDECA

Função: Coordenador Executivo

Data: 07.08.2006 10:00 horas

Perguntas:

- 1. Como é seu trabalho na OTS?**
- 2. Considera que a OTS sofre restrição as suas ações de APSV? Que tipo e de quem?**
- 3. Possui conhecimento para processamento da informação?**
- 4. O que faz nas ações de APSV, descreva uma dessas ações?**
- 5. Caso não fosse remunerado, atuaria como voluntário nessa OTS? Porque?**

Valdemar / CEDECA

O que motivou um grupo de pessoas que já trabalhavam na linha dos direitos humanos foi a constatação de que ocorria, no início da década de 90, um grande número de assassinatos de crianças e adolescentes. Nós tivemos essa percepção através das notícias que eram divulgadas nos jornais. Sempre saíam notícias de corpos de adolescentes encontrados em várias áreas da cidade, sobretudo na Rótula do Abacaxi, e não víamos, depois, notícias correspondentes sobre a identificação dos autores. A coisa restringia-se ao encontro de adolescentes mortos ou feridos. Um número elevado de homicídios e um alto índice de impunidade. Então essas pessoas decidiram criar um grupo específico, vinculado à defesa dos direitos da criança e do adolescente. À época havia uma efervescência em todo o país sobre o recém-criado Estatuto da Criança e do Adolescente, o que foi mais um estímulo para a criação do Centro de Defesa. O que havia então no Brasil de similar ao Centro de Defesa eram apêndices de grandes entidades; a Igreja (Católica) principalmente, tinha um grande trabalho de assistência, e resolvia criar um departamento, ao qual dava-se o nome de “Ministério de Defesa”, “Coordenação de Defesa”... eram pouquíssimos os Centros de Defesa voltados especificamente para a criança. Nós ficamos sem referências. O Estatuto do CEDECA foi resultado de uma longa e intensa discussão, até amadurecermos a idéia da criação do centro e dele ter essa característica de não ser um apêndice de OAB, de Igreja, de nada; ele teria que ser autônomo, independente, além de não estar vinculado, não gerar ou projetar uma pessoa, uma grande “personalidade” defensora dos direitos humanos, que agregasse pessoas em torno dela; nós procuramos despersonalizar isso. Decidimos então que ele não teria “sócios” individuais, pessoas, mas sim entidades – associações de bairros de Salvador, Ordem dos Advogados, Universidade Católica, Sindicato dos Taxeiros, Sindicato dos Caminhoneiros, associações de moradores – cuja incorporação nós entendemos necessária porque a violência ocorria exatamente nos bairros periféricos – e outras. Nós temos um Conselho de

Administração, que é formado por nove representantes de entidades; a entidade indica o seu representante e tem total autonomia para substituí-lo. Então o centro foi criado com este foco: combate a homicídios e a impunidade vitimando crianças e adolescentes. Quando nós começamos tínhamos aproximadamente 18 entidades coligadas. Já era uma rede. A OAB, a UFBA, a Associação Bahiana de Pediatria, Projeto Axé, Olodum... todos já faziam parte. Eram associados. E boa parte deles indicaram Conselheiros. Então, como órgão deliberativo, nós temos a Assembléia, que é o conjunto de representantes dessas entidades, e temos o Conselho de Administração, que é quem norteia a Entidade. Abaixo, subordinado ao Conselho de Administração, estou eu, o Coordenador Executivo; na época (1991) eu fui o primeiro Coordenador, saí, e há cerca de dois anos reassumi a função.

Quando ocorre um caso, digamos um homicídio, nós não acionamos o Conselho de Administração; ele existe para dar uma direção mais geral. Quando começamos, o nosso foco principal e motivador era o combate aos homicídios de crianças e adolescentes e à impunidade, mas, em 1994, nós observamos que as vítimas desses assassinatos eram meninos - cerca de 90% - e aí nos perguntamos: “E as meninas? Que tipo de violência elas sofrem?”, realizamos uma pesquisa aqui em Salvador e verificamos que as meninas sofrem basicamente violência sexual – abuso, exploração... então a Coordenadora Executiva teve que convencer o Conselho da necessidade de ingressar, também, nessa área. O Conselho aprovou, mas nós fazíamos apenas um trabalho político e de acompanhamento jurídico, não dávamos assistência. Em 1997, a Coordenadora verificou uma necessidade de nós prestarmos uma assistência a essas meninas – e meninos - que são vítimas de violência sexual, levou ao Conselho de Administração, ele aprovou, autorizou. O Conselho não é chamado para tomar conhecimento de que nós estamos assumindo mais um, ou dois, quatro casos de homicídio. Evidentemente, nas nossas reuniões, eu informo: “olha, nós temos mais dois casos...” – e nós só assumimos casos exemplares ou que tenham grande repercussão pois não temos estrutura para acompanhar 130 homicídios, como foi o caso de 2004.

Nós fazemos parte do Fórum de Combate à Violência; nós informamos, principalmente em casos que têm júri. Colocamos no site e fazemos uma breve exposição do que é aquele caso, mas não é uma coisa regular. Nós tínhamos um instrumento desse, era um jornal chamado “Saci”, que circulava na Bahia e em outros Estados, através dos Centros de Defesa, e nele nós divulgávamos todos os casos.

Nós estamos vinculados à uma entidade nacional chamada ANCED, Associação Nacional dos Centros de Defesa, então nós trocamos informações, somos solicitados por autoridades de outros Estados...

Quem mais passa casos para a gente são os oito Conselhos Tutelares, com eles nós temos uma parceria mais estreita; os demais nos encaminham mas sem tanta regularidade. Os juízes da Segunda Vara também fazem isso; alguns delegados da DERCA, quando recebem menores que precisam de atendimento psicossocial encaminha aqui para a gente.

Nós apresentamos projetos. Nossa parceria mais antiga é com o UNICEF, temos atualmente com a UNESCO, instituições européias, canadenses... Nós elaboramos e encaminhamos projetos que compatibilizam com a linha de atuação das entidades.

Nós encaminhamos relatórios minuciosos, sobretudo sobre a parte financeira; temos uma coordenadora financeira basicamente para isso, para fazer as prestações de contas, além disso temos um contador. Porque muitas entidades já se descredenciaram, perderam financiamentos em função disso, porque eles são rigorosos. Então nós temos esses dois técnicos que trabalham especificamente nisso.

Não, não influenciam na ação. Quem dita a ação, como vai ser feita, toda a metodologia, geralmente somos nós; algumas entidades partilham do nosso dia-a-dia, mas não interferem na nossa linha de atuação.

Pode. Geralmente há uma pessoa que acompanha o desenvolvimento do projeto; e a gente está sempre aberto, quantas vezes solicitem nós nos reunimos, recebemos auditores. Nos interessa muito que seja feita uma avaliação externa por *experts* em entidades, todos participamos.

Nós somos uma ONG. OCIPE tem algumas características que nós ainda não temos, embora não haja impedimento, se a gente quiser evoluir para uma OCIPE – e aí a gente ganharia a condição, por exemplo, de administrar hospitais, penitenciárias... – há uma legislação que diz que as ONGs devem encaminhar-se para transformarem-se em OCIPES, mas parece que o prazo foi ampliado até o próximo ano. O nosso advogado está acompanhando isso de perto para que, havendo necessidade, não tenhamos que fazer uma alteração muito grande no nosso Estatuto em conformidade com o novo Código Civil.

Nós não temos um quadro de pessoal muito móvel. Nós privilegiamos os estagiários; temos sempre duas estudantes de direito e, se respondem bem, quando precisamos contratar um advogado, damos preferência – não exclusividade – ao estagiário. É uma política do CEDECA. Além disso, quando há necessidade, fazemos seleção através de currículos. Nossa equipe, psicólogos e assistentes sociais, selecionam, fazem entrevistas... É por competência profissional. Voluntários... aparece pouca gente. Há dez, quinze anos tinham vários advogados que se dispunham, mas hoje os advogados têm que correr atrás da concorrência, os psicólogos também. Hoje só temos dois voluntários. Agora existem pessoas disponíveis, se a gente precisar chamar para juntar, fazer uma reunião, ajudar numa discussão, estão aqui conosco, mas, no cotidiano, só temos dois.

Nós temos aqui grupos de pais, parentes e amigos de crianças e adolescentes que foram vítimas de violência sexual, tem outro grupo de parentes de adolescentes que foram vítimas de homicídio; esse grupo se reúne quinzenalmente. Algumas dessas pessoas nos apóiam nos eventos, quando a gente está “apertado”, eles estão aqui conosco, ajudam, por exemplo, nas palestras que a gente faz na periferia, por solicitação de associação de moradores. Dentro desses grupos de familiares de vítimas. Fora isso não chegam aqui pessoas identificadas, sensibilizadas com a causa, dispostas a ajudar, a dar um dia de trabalho, não existe isso.

Não. O nosso foco principal continua sendo o combate aos homicídios de crianças e adolescentes. Porquê só quem faz isso na Bahia é o CEDECA. Desde a ocorrência, cobrando a instauração de inquérito, indo até o júri. Assistência às vítimas o próprio governo já faz – para nossa alegria, uma coisa que foi estimulada pelo nossa assistência, o governos, espelhado na nossa experiência, criou o Projeto Viver, que, com a estrutura dada pelo governo tem condições maiores de atender a um número maior de vítimas. Nossos focos continuam sendo os homicídios e a impunidade, embora tenhamos dificuldades na captação de recursos – porque para a questão da violência sexual contra menores há um número significativo de recursos, mas para a o combate aos homicídios é muito limitado. Os outros focos são o combate à violência sexual e assistência às vítimas desses crimes. Nossa ação na área de educação é preventiva; nós entendemos que há necessidade de se prevenir, capacitar professores, chamar a atenção dos pais dessas meninas para alguns riscos que eles possibilitam que essas meninas corram, e trabalhar também essas meninas. Nós temos o Projeto Farol que visa desenvolver o trabalho na escola...

Levar a informação, trabalhar com o alunado, com os professores e com os pais dos alunos. Esse projeto foi desenvolvido por dois anos, ano passado não fizemos por carência de recursos do próprio Estado, para nossa tristeza. Atualmente, nós estamos com dois projetos aprovados, um na Prefeitura Municipal de Salvador – aprovado desde o semestre passado e não aplicado também por falta de recursos -, e outro na Secretaria de Educação de Lauro de Freitas – também aprovado e, pelo mesmo motivo, não executado. E a gente fica lamentando por que é uma coisa que consideramos importantíssima mas, infelizmente, tudo depende de recursos e isso não temos tido. Metas em educação a gente tem - concluímos, em julho, um projeto de capacitação de adolescentes, com apoio do Instituto Credicard, ficamos dois anos

trabalhando com os meninos - mas é uma área que a gente não pretende ampliar pois há outras entidades que fazem isso.

Eu acho que nós vamos sempre depender de fonte externa; temos uma ajuda, um apoio do Governo do Estado, que, já há alguns anos, nos dá uma ajuda financeira independente da parceria que nós temos com a SETRAS, que é vinculada ao Projeto Sentinela, implantado inicialmente em 9 municípios da Bahia e agora em 48, nós trabalhamos na capacitação do pessoal, elaboramos plano de ação, acompanhamos a implantação e monitoramos o desenvolvimento das atividades. O governo federal nos ajudava; neste governo agora só temos um projeto, que não é um projeto específico do CEDECA, é um projeto nacional do qual o CEDECA participa administrando o recurso. O restante é recurso de fora, de outras entidades. Eu acho que ainda por muito tempo nós vamos precisar desse apoio financeiro, mas temos a pretensão de, pelo menos, reduzir essa dependência. Nestes quinze anos nós adquirimos um *know-how* que nos capacita a oferecer cursos aqui para a Bahia, mas nós não temos o espaço físico que possibilite isso. Nós temos esta sede aqui e temos outra sede, mais administrativa, lá no Pelourinho. Conseguimos agora, junto ao Governo do Estado, em regime de comodato, um prédio na área do Centro Histórico, temos a expectativa de reformá-lo – a reforma foi iniciada mas não concluída – e dotá-lo de um auditório para podermos oferecer esses cursos. É uma forma da gente reduzir a nossa dependência, mas não será suficiente para manter as atividades do CEDECA.

ANEXO B - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM FUNCIONÁRIOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM FUNCIONÁRIO

Entrevistado: Fernanda Maria Coelho da Costa Tourinho

OTS: Projeto AXÉ

Função: Coordenadora do Centro de Formação

Data: 15.08.2006 09:00 horas

Perguntas:

- 6. Como é seu trabalho na OTS?**
- 7. Considera que a OTS sofre restrição as suas ações de APSV? Que tipo e de quem?**
- 8. Possui conhecimento para processamento da informação?**
- 9. O que faz nas ações de APSV, descreva uma dessas ações?**
- 10. Caso não fosse remunerado, atuaria como voluntário nessa OTS? Porque?**

Fernanda / Projeto Axé

Ele começa com a equipe de educação de rua. Os educadores de rua estão espalhados em seis áreas da cidade: Pituba, Itapoan, Piedade, Centro Histórico, Comércio e Barra. Lá dois educadores passam o dia (oito horas), em convívio com os meninos daquela área. Fazendo abordagem de novas crianças, conversando com os meninos e meninas que já estão lá, as vezes com as famílias que estão lá, conversando com os comerciantes, conversando com a polícia local, ou seja vivendo o dia-a-dia daquela área, para se tornar, ali, uma figura de referencia para os meninos. Uma referência positiva. Uma figura que não seja de repressão, nem de resolução dos conflitos, mas, alguém em quem os meninos possam confiar, e possam chegar junto, e quererem avançar no nosso processo de trabalho.

O que seria esse avanço: Seria estabelecer um vínculo de confiança com esses educadores, levar esses educadores até suas famílias – que parece simples, mas as vezes é simples pra uns, não pra outros, porque tem alguns meninos que não querem nem ouvir falar em voltar pra família, tamanhos foram as brigas, os maus tratos que sofreram, os abusos sexuais... enfim, aquilo que fez com que ele saísse de casa pra viver nas ruas.

Então são esses educadores que fazem este trabalho até que os meninos começam a levá-los até suas famílias, ou começam a trazer para ele aquilo que os aflige de certa forma. Por exemplo: cometeram algum ato infracional, estão em dívida com o Ministério Público, ou estão sendo procurados pela polícia local, ou o Juizado esta atrás deles por algum motivo... Começam a tomar conhecimento de todas as questões da vida daquele menino e a acionar o AXÉ nas áreas que podem dar suporte a ele.

Que áreas são essas: área de família - que faz o acompanhamento familiar; o educador vai até a casa do menino, começa uma longa jornada de aproximação, ou de tentativa de

aproximação, de resolução do conflito que fez esse menino sair de casa, ou de reconhecimento de uma outra figura adulta da família que pudesse se tornar responsável legal por aquele menino perante o AXÉ. Ou se isso for demorar muito, é necessário que o menino seja encaminhado para um abrigo, para que ele durma, e se alimente... Todas essas novas ações, são feitas pelo grupo de família, ou por Dr^a Carina, que é a responsável pela defesa de direito. Quando o educador de rua identifica que o menino não tem certidão, ou que o menino não tem família na cidade, ou que a família do menino também está sofrendo algum tipo de processo – a mãe foi presa, e ninguém sabe onde está, ou o pai... é ela que vai conduzir caso a caso o que é necessário pra que o menino esteja de novo, com a possibilidade de retornar à sua casa, ser matriculado numa escola, e ingressar nas atividades artísticas do projeto AXÉ, no turno subseqüentes ao turno da escola.

Esse é o nosso trabalho inicial, básico. Todo o resto é o desenvolvimento dele nas unidades, através do acompanhamento escolar de frequência, de notas de rendimento, das dificuldades que ele tem na escola onde ele foi matriculado – onde começa um novo processo nosso de estar junto às diretorias das escolas onde os meninos estão matriculados, vendo as questões de não deixar o menino entrar porque não tem fardamento, livro, caderno, sapato, material que precisa, rendimento baixo, os atos inadequados em sala de aula – então a gente faz o trabalho de escuta nas escolas, supervisão das professoras, pra que elas entendam melhor aquele menino, pra que elas busquem outras saídas que não só tirá-los de sala de aula, enfim... a gente vai tentando que a vida deste menino tenha uma normalidade dirigida, direcionada.

Os abrigos são da Prefeitura. Os abrigos Dom Timóteo, a Casa de Oxum, o Cidadania Solidária... Existem alguns abrigos na cidade ligados à Fundação Cidade Mãe, da Prefeitura Municipal de Salvador, onde o Conselho Tutelar, o Projeto AXÉ e outras entidades levam os meninos pra dormir e se alimentar.

À medida que a gente participa de quase todos os pólos que dizem respeito à criança e adolescente, municipais, estaduais, algumas vezes até federais. A partir do momento que a gente tem toda uma conversa, um diálogo, e porque não dizer algumas ações em conjunto, com a Polícia Militar, o Juizado, e os próprios conselhos tutelares e as ONGs... Por exemplo: Tem um órgão da prefeitura que trabalha com programa do governo federal, o Sentinela. É ao Sentinela que cabe a investigação e a condução dos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, principalmente por parte dos pais. Então pro Axé é muito mais tranquilo dar a indicação de suspeita de abuso sexual com aquela criança ou adolescente, e o Sentinela, a equipe do Sentinela, é quem age diretamente, na investigação, em chamar os pais... porque? Por que é uma situação muito delicada, fica confuso a gente agir junto a esses pais, como agente de repressão... Então pra gente foi um alívio... Porque a gente dá a indicação, o Sentinela age e a gente vai acompanhado e sinalizando para o Sentinela a melhora, a dificuldade, se o pai tirou o menino ou a menina daqui... e a gente continua podendo chamar esse pais pra uma conversa sobre a educação desse menino, sobre a responsabilidade civil da criança, sem ter que entrar nesta questão que fatalmente levaria ele a uma retração, à idéia até de tirar o menino do AXÉ. Então isso é trabalho em rede, e é muito bem sucedido.

È presencial na sua maioria. A gente usa a rede muito mais pra ter informações gerais. Convites para reuniões, atas de reuniões em que a gente participou, ou alguma notícia de informação geral, alguma coisa que alguém quer falar, ou que leu, ou que recebeu alguma matéria... mas nossa participação é mais presencial, nas reuniões, no dia-a-dia, no acompanhamento diário das informações.

A primeira de todas, seria a violência da pobreza e da miséria. Da desigualdade social. Que a gente entende como a mais perversa de todas elas. Porque muitas vezes ela é mascarada, e não é reconhecida como violência... Ou seja, o menino de rua de sinaleira que comete um ato infracional, a sociedade em geral, não vê aquela ação com uma reação. Ela tem como uma ação primeira. Quando ela na verdade é fruto de uma seqüência de violências que o menino

sofre, de medo – a mãe está na rua, debaixo de chuva e de sol, e ela pequeninha... Vai crescendo ali... Jogada no meio da rua, sem roupa, comendo quando dá... Isso é uma violência de um grau que a gente não tem nem como medir... As crianças que dormem nas ruas sem saber se amanhã estarão vivas ou mortas... É uma violência que ninguém pode suportar, porque... Embrutece... Engaçado que a gente vê as pessoas dizendo assim: “Ah! Mas não podia ter só roubado! Matou um pai de família!” E aí a gente diz: Este conceito não existe pra um menino de rua. Ele não sabe que diabos é um pai de família... Ele não sabe que conceito é esse. A sociedade tem mania de interpretar e analisar os meninos, os filhos da pobreza, por uma ótica classe média e cristã. O menino que está nas ruas desde os dois anos de idade até os dezessete, não teve mãe pra dizer: “Não! Isso é feio...”, “Isso não se faz...!”, “Isso é errado!”, “Respeite os mais velhos!”. Isso são coisas de uma educação que não é desse segmento. Eles estão ali pra matar ou morrer, eles estão ali pra sobreviver a qualquer custo. Às vezes a gente ouve, por exemplo: “Meu filho de dez anos não consegue sobreviver um dia nas ruas”... Uma criança de dois anos anda entre carros, na sinaleira, e sobrevive, lambe aquele chão e não morre! Então são vivências totalmente diferentes. E a gente não pode entender uma criança dessas, sob o ponto de vista da nossa casa, de como fomos criados, da educação católica que recebemos... Quando eu digo católica é no sentido bem e o mal, “Papai do céu não gosta...” As coisas que a gente se acostumou a ouvir e que não cabe para estes meninos. Então não adianta dizer: “Ah! Matou um pai de família!...” Mas pra ele a vida não tem nenhum sentido, uma vez que a dele não tem nenhum sentido. Então aí está a violência primeira e a mais grave.

É o preconceito... Por exemplo, nas escolas. O que a gente nota é que os professores e diretores da rede pública de ensino, não estão preparados para uma ação com a pobreza, com a miséria, porque o que eles esperam desses meninos é a mesma coisa que eles esperam no menino do Colégio Antonio Vieira e do Anchieta, porque ele passam uma série de dever para casa, acreditando que em casa o menino vai ter uma mesa pra ele fazer o dever, uma luz, uma mãe que vai ajudar! Os meninos têm casa de papelão! De um metro por um metro! Ele não tem nenhum ambiente que permita a ele... Mas quando chega no outro dia a professora só faz anotar que ele não fez o dever. Ela não se interessa pelo porque dele não fazer o dever. A diretora não deixa ele entrar porque o tênis dele não é preto! São meninos que não tem armário! A gente dá a farda, faz mutirão, faz doação de fardas, mas o barraco não tem porta! A porta não tem trâmela! O filho da vizinha, que não conseguiu ainda uma farda, na hora que a mãe daquele sai ela vai lá pegar aquela farda! E você que vá dizer que era dele! A briga já está instalada, a peixeira já está no ponto! A isso se deve o nível de violência entre vizinhança nos bairros periféricos, onde está a população pobre.

Então a violência maior talvez esteja na dicotomia entre a sociedade que tem uma idéia, uma expectativa e uma visão de um certo tipo de vida que a classe pobre um pouco mais organizada e a classe média e a classe alta têm, e o que, de verdade, é a vida dos miseráveis e dos pobres, com casinhas de papelão, e pedaços de Eternit, e restos de vinil, de baners, que eles montam e que não pode ser comparada de jeito nenhum a uma organização familiar, até de gente de classe pobre, porém numa casa de alvenaria, com cozinha, banheiro, com um pai que trabalha, uma mãe que trabalha, tem suas dificuldades, não pode ter muita coisa, mas é completamente diferente.

Os meninos que estão nas ruas, são de outra natureza familiar, são famílias desorganizadas, são famílias que estão nas ruas há várias gerações... Existe uma estatística, de que a meninas nas ruas engravida com doze anos. Então a filha dela engravida com doze anos, e a neta dela engravida com doze anos! Então a gente tem na Piedade, bisavó, avó, mãe, filha, e neta, com idades que variam de 54 anos a um ano de nascida! Basta que nasçam meninas.

Aí as pessoas não entendem. Uma pessoa que tem cinquenta anos de rua... então, por exemplo, a FUNDAC vai lá, faz um cadastramento, isso em anos, e doa uma casa. Lógico,

uma casa num lugar mais longe e tal, mas uma casinha... O cara pega e troca a casa por um rádio! E volta para a rua! As pessoas dizem: “Tá vendo que ele não quer nada?” Mas ninguém parou para pensar que ele não faz a menor idéia do que fazer com uma casa, depois de vinte e tantos anos de desestrutura. A rua é a casa dele! É ali que ele sabe sobreviver! Ele não sabe viver em uma casa. Não é porque você não viveria sem casa que acha que ele não viveria. Então esse olhar sobre as verdades de cada grupo, e as conseqüências dessas verdades é que geram uma violência social muito grande porque são compreendidos de uma forma diferente. Quando 89% da sociedade diz que quer a redução da maioria penal, ela está olhando para esses meninos com os olhos de quem está falando de fusão de winchesters, sei lá... o que não é verdade. Você pega um menino desses de 16 anos que cometeu um crime qualquer, condenar ele a uma penitenciária de ladrões adultos e bastante cruéis, é condená-lo duas vezes. Ele já foi condenado primeiro pela violência que a desigualdade e a miséria trouxe pra vida dele, e agora ele vai ser condenado pelo efeito que isso teve em sua vida. E de forma indelével. Porque mandar um menino desses pra uma penitenciária de segurança máxima, ele já sai dali de um jeito que não tem mais projeto que dê conta. Então essas são as violências que além do abuso sexual, dos maus tratos, para além, nós temos todas essas que atingem, principalmente, as crianças e adolescentes da faixa miserável da cidade, das periferias, das favelas, essa é a realidade deles.

O CEDECA, não faz o atendimento como a gente faz. Eles não têm convivência com os meninos e as meninas em programas educativos. Mas são nossos parceiros, por exemplo, nos casos em que a defesa de direitos também reconhece que deva ser tratado por eles, ou que a gente precisa de reforço nesse sentido. E obviamente que são muito parecidas. A gente sabe que o Projeto AXE é praticamente um dos únicos que atende o perfil que agente trabalha. Crianças de rua, são poucas as instituições que trabalham com eles. A Fundação Cidade Mãe trabalha fazendo o que nos poderíamos chamar de ação preventiva ao trabalho do AXÉ. Ela se sedia nos bairros, pega os meninos antes que eles ganhem as ruas da cidade. Algumas outras ONGs, que trabalham com arte e educação, pegam meninos pobres das escolas publicas, fazem uma seleção... A gente é quem atende “aqueles que ninguém quer”. A escola não quer, as ONGs também não sabem muito bem o que fazer... Porque? Por que nós criamos um programa que ele vai buscar fazer um atendimento que dê certo. Tirar o menino das ruas pra ficar dentro do AXÉ parece simples, mas se não tiver um acompanhamento escolar, um acompanhamento familiar, alguém para tratar das questões com o Ministério Público, alguém para tratar das questões de emprego e renda das famílias deles, ele volta para as ruas em dois tempos porque ele não agüenta. A gente sofre isso mesmo com os que estão aqui dentro, porque, ele vem, passa o dia, come, faz as aulas, mas ele volta pra sua casa de papelão, com seu pai bêbado, com sua mãe prostituta, com sua família desregulada, desregrada, com seus irmãos que já estão cooptados pelos traficantes, e que são mortos semanalmente porque não cumpriram uma ordem que o traficante deu. Essa é a realidade dos meninos que a gente trabalha, e que, coitados, eles têm que fazer um esforço enorme para estar aqui, voltar para isto, sem se perder disto. Sem deixar que o traficante leve ele também, já que já levou três dos irmãos dele... É um esforço, é uma... Então, as outras ONGs, só somam com a gente, nas possibilidades, nas informações, para que a gente possa estar inserindo esses meninos. Por exemplo: os que chegam numa idade de poder avançar em uma determinada área, que a gente reconhece, um talento, uma aptidão que a gente não tenha aqui como desenvolver e que a gente sabe que essa outra ONG tem... o Jardim de Ofícios, o Cria, a Eletro cooperativa, o Olodum, a Cipó, com sua formação de informática, de filmagens e fotografias... A gente vai usando o que esses parceiros nos oferecem, ampliando um pouco mais o que a gente oferece. Porque a gente não tem tanto a oferecer em termos profissionais aos meninos.

Eu não tenho condição de continuar em tempo integral porque é desse sustento que eu

sustento minha família também. Para mim, mesmo que eu saísse daqui, eu teria de alguma forma uma relação de ajuda, de dedicação até de algumas horas. Na verdade, quem trabalha aqui no projeto AXÉ tem uma consciência de que está juntando uma coisa a outra. E realmente é difícil... Primeiro que a gente não trabalha num país que tem uma cultura de voluntariado como tem nos Estados Unidos, e na Europa. A gente recebe gente aqui que vem nas férias de verão e traz uma soma em dinheiro. Essas pessoas lavaram carro durante os finais de semana, na Inglaterra, estudantes, e juntaram esse dinheiro para doar! A gente não vê isso aqui no Brasil como uma cultura forte. Quem aparece como voluntário, dos brasileiros – eu vou ser sincera...- é alguém que está querendo alguma ponte para o emprego. Ele aprende melhor um ofício e fica na escuta, na espreita de ser contratado, se isso demora muito ele arranja outra coisa e vai embora. E o voluntário estrangeiro, que vem por três meses, com uma boa vontade enorme, mas sem conhecimento da nossa história político-cultural, às vezes demora muito tempo para compreender o porquê, que diabos aconteceu como nossa história, a própria linguagem, que dê a ele condições de um trabalho melhor; é complicado. Às vezes vêm pessoas idosas, sem muita condição física para enfrentar o caos que é isso aqui, que o senhor bem pode imaginar. Então assim, para o compromisso ser assegurado é necessário que sejam uma coisa em que as pessoas recebem porque aí é seu trabalho, você tem que vir. Então realmente a gente consegue manter uma continuidade... Só que, é lógico, por ser o trabalho que é, as pessoas fazem isso por uma necessidade de ganhar seu dinheiro, seu ganha-pão, mas com uma visão, uma sensibilidade e um comprometimento que é político. Nós temos o compromisso político com essas crianças e adolescentes.

Todos os Conselhos, Estadual, Municipal de criança e adolescente nos são bastante úteis para o desenvolvimento dos programas de família. Todos os órgãos da rede, Secretaria de Educação, tanto municipal como estadual, também pra que a gente possa estar trabalhando a questão escolar dos meninos. E do ponto de vista dos Direitos Humanos, a gente tem o Fórum de Combate à Violência, a Juspopuli, a Própria Universidade Federal da Bahia nos traz muita contribuição em termos de informação para nossa ação, através dos professores, dos desenvolvimentos das pesquisas, dos trabalhos. A UNESCO, UNICEF, estão sempre nos proporcionando informação, estão sempre mandando pessoas para discutir. Acho que todos de certa forma nos trazem mais conhecimento sobre o assunto.

Nós levamos para todos também. A missão do Projeto Axé é de efeito demonstrativo. A gente tem como missão fazer com que a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde do Município, do Estado, os Ministérios, compreendam, percebam que é possível uma nova dinâmica, uma nova ação que transforme a vida desses meninos.

O tempo inteiro a gente trabalha com a perspectiva de trazer este novo olhar, essa prática, e essa possibilidade diferente de atendimento e de condução para todos que atuam nessa área. E aí a gente faz muita formação com nossos colegas. Agora mesmo eu estava fazendo um projeto de formação de Agentes de Saúde, para diminuir a barreira que existe no atendimento dos meninos em situação de rua, das famílias mais pobres. Quer seja, na informação que os agentes de saúde precisam passar pra aquelas famílias. Por exemplo, no Hospital Roberto Santos existe um setor de atendimento oftalmológico, que nossos meninos precisam tanto, para fazer uma consulta, para aviar óculos, e conseguir enxergar melhor na escola... porque tudo é uma cadeia... Mas, o “nosso povo” não pode usar, porque ele chega às 04h da manhã, sai 13h da tarde, e não foi atendido. Quando vai se ver, a responsabilidade às vezes parece da família, por que ela chegou, pegou um a fila que não tem nada à ver, perdeu tempo naquela fila, calada, a fila se dissolveu e ela não entendeu porque ela não foi atendida, ela foi para o lado de fora, chamaram e ela não ouviu, ela estava totalmente dispersa... Quer dizer, são pessoas que não estão preparadas para as práticas sociais, para usufruir dos serviços públicos também. E aí tem que ter um agente de saúde, preparado para aquela família, para aquele indivíduo. Porque está vendo que aquele indivíduo veio do interior, naquele ônibus que a

prefeitura manda uma vez por semana, chegou às seis horas da manhã no posto médico, sentou, dormiu, acordou, dormiu de novo, acordou, ficou com fome, não teve o que comer no almoço, passou a tarde inteira, o posto já se dissolveu todo, não tem mais ninguém, e ele está ali, “danado”, por que está chegando a hora do ônibus levar ele de volta e ele não foi atendido... E o médico já foi embora. Ele não tem postura, não sabe se dirigir, não sabe argumentar com o agente de saúde. Ele não sabe buscar as informações básicas para ser atendido. E, por sua vez, o agente de saúde viu aquele infeliz ali o dia todo, o médico foi embora, mas viu que ainda tinha aquele indivíduo ali, mal vestido maltrapilho, pobrezinho, e ninguém fez nada para ir ao encontro dele. Perguntar: Meu amigo, qual é a sua demanda aqui? Porque que o senhor está aqui o dia inteiro? Uma ação absolutamente simples. Você vê uma pessoa o dia inteiro na porta do seu setor de trabalho... Mas a gente tem que fazer formação para tentar colocar isso na cabeça do cara que está trabalhando - o agente de saúde - para que ele não diga a alguém que chegou às 06 da manhã que a “ficha acabou”, que se viabilize um prazo de chegada/espera nas filas, um mecanismo para que a pessoa saiba, logo que chegue, que não haverá fichas suficientes para ela e não fique esperando.

Um dia, num salão de beleza no bairro do Canela, uma senhora disse: “ O que irrita aqui no Canela, é esse povo pobre que vem de manhã pras clinicas que tem convênio com o SUS...” A criatura se irrita! O cara acorda 03h da manhã, em Periperi, tem que arranjar um vale-transporte para chegar no Canela, porque a clínica não está em Periperi, está no Canela, e ele só tem dez senhas para o SUS. E a bacana se irrita de vê-lo passar! Você quer violência maior do que essa? Ou seja, ou você tem um outro olhar sobre essa gente, ou a violência está posta só no olhar que você tem.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM FUNCIONÁRIO

Entrevistado: Daniele Jane da Silva Oliveira

OTS: CEDECA

Função: Assistente Social

Data: 14.08.2006 10:00 horas

Perguntas:

- 11. Como é seu trabalho na OTS?**
- 12. Considera que a OTS sofre restrição as suas ações de APSV? Que tipo e de quem?**
- 13. Possui conhecimento para processamento da informação?**
- 14. O que faz nas ações de APSV, descreva uma dessas ações?**
- 15. Caso não fosse remunerado, atuaria como voluntário nessa OTS? Porque?**

Daniele / CEDECA

Sou Assistente Social. O Serviço Social se localiza, na instituição, no Setor Psico-social; nosso atendimento é feito dentro de um trabalho interdisciplinar. A equipe, além da assistente social, é formada de uma psicóloga, uma músico-terapeuta e um advogado, o Valdemar. Então, o que é o trabalho do Serviço Social: atende toda criança ou adolescente que chega até nossa instituição, e que muitas vezes são encaminhados por outras instituições - o que costumamos chamar de contra - referência, ou mesmos "parceiros" - que são os Conselhos Tutelares, Ministério Público, hospitais, clínicas, escolas, creches... Além de outra demanda, que seria a demanda espontânea - quando o usuário vem, espontaneamente, até nossa instituição por acreditar que de alguma forma ele vai poder ser orientado e ajudado. Inicialmente fazemos uma triagem, e, apesar de atender todo tipo de violência sofrida por criança ou adolescente, nós damos prioridade ao acompanhamento de casos de violência sexual e homicídios. Esses casos ficam na instituição e passam pelo acompanhamento psico-social e jurídico. Outros casos são encaminhados para outras instituições. Por exemplo, um caso de um adolescente em que a família suspeita de envolvimento com drogas, o encaminhamento é feito ao CETAD, que é o centro de estudos, um núcleo da UFBA que trabalha especificamente com substâncias psicoativas. E lá também tem uma equipe como assistentes sociais, psicoterapeutas, direcionados a problemas com drogas. Então, por sabermos que são instituições que já têm um trabalho direcionado, a gente encaminha para elas. São diversos os casos que chegam até nossa instituição e são direcionados por sabermos da especificidade daquelas unidades parceiras.

Posterior a isso, nós trabalhamos com atendimento e acompanhamento social, que vai sendo efetivado à medida em que o adolescente ou a criança entra num trabalho de psicoterapia, no caso de violência sexual, e a família passa a participar do grupo de responsáveis. No caso de

Sylvio – que foi um caso de homicídio - o adolescente não está mais em vida, então a gente trabalha com a família. Ele e os que têm disponibilidade pra vir à instituição são trabalhados com acompanhamento grupal ou por atendimento individual. No acompanhamento individual podem surgir diversas questões como: encaminhamento médico, psicológico, questões relacionadas ao próprio contexto familiar, se é uma situação por exemplo de pensão alimentícia, de regularização de certidão de nascimento, enfim, algo que surja e que seja demanda do usuário.

O CEDECA, por ser um centro de defesa, pela lógica do Terceiro Setor, atua em parceria com o Estado. A gente busca no sistema de direito, quais instituições poderão dar suporte à demanda daquele usuário. Que é o que a gente chama de trabalhar em rede, em parceria. Em grupo, nós vamos trabalhar questões que digam respeito ao grupo, porque existem questões mais internas que são relacionadas ao contexto familiar, ou relacionadas com a própria violência, ao entendimento com relação aos sentimentos, ao adolescente que está em família. Mesmo no grupo de homicídios - onde o adolescente não está mais aqui - mas ele tem pais e irmãos e nós trabalhamos as questões trazidas por essa família.

E as outras questões mais amplas, que são temáticas, que estão no nosso dia-a-dia, como gênero, direitos humanos, a impunidade – que é muito forte! -, a burocracia na justiça... Questões em que não trabalhamos desarticulados. O CEDECA por si só não trabalha, por exemplo, a questão jurídica. Tem que trabalhar em conjunto a delegacia, o CEDECA, o advogado, o juiz, é um conjunto, e isso, às vezes é complicado; para a gente que está na prática, é complicado compreender como algumas coisas chegam a acontecer ou não acontecem, o que dirá para essas pessoas... então a gente procura levar informação a essas pessoas, desenvolver uma metodologia na qual a gente possa trabalhar com elas a partir do que é trazido por elas e que possa ser finalizada, de uma melhor forma, por elas.

O Serviço Social, basicamente, trabalha com o grupo, com o atendimento e acompanhamento, ajudando a fortalecer nessas pessoas o sentido de desenvolvimento em família, no enfrentamento das questões que lhes trouxeram ao CEDECA – a violência pela qual a família passou – fortalecendo no sentido de mobilização. O CEDECA, por ser do Terceiro Setor, tem algumas características diferentes de outras instituições públicas. Para mim é muito mais fácil trabalhar a questão da mobilização social porque eu atuo diretamente com o usuário, já que esse usuário é sociedade civil. Por exemplo agora no dia 25, o CEDECA vai fazer uma atividade direcionada ao dia 26 de agosto, que é o Dia Estadual de Enfrentamento aos Homicídios e a Impunidade. Foi algo que nós conseguimos e temos como uma conquista, porque na verdade foi uma demanda do Grupo Pela Vida; foi uma idéia do grupo dos responsáveis, assim como há o Dia de Enfrentamento à Violência Sexual, porque não criar um dia que pudesse sinalizar aos nossos filhos o que vem acontecendo com os jovens e crianças? Esse assunto foi levado para a Assembléia, discutido com os parlamentares, e um deles, da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, sentou junto com o CEDECA para pensar o que seria esse Projeto de Lei. Este projeto aconteceu e, no ano passado, nós tivemos o retorno de que o dia 26/08 seria o primeiro ano dessa lei. Este ano já estamos nos mobilizando para sinalizar, para mostrar que já existe esse dia e que já é o segundo ano. Há uma proposta de fazer outra mobilização; o ano passado nós tivemos uma mobilização, envolvendo associações de moradores de bairros do subúrbio, que aconteceu no Lobato. Para acontecer esse dia 26 não foi algo assim da gente ter ligado para as instituições... não, dois meses antes nós íamos para os bairros, sentávamos com as representações, com as lideranças dos bairros, com algumas instituições, ONGs ou não, escolas públicas, e conversamos sobre a temática específica, a realidade de cada bairro, para que pudesse realmente sensibilizar as pessoas da importância dessa data. Então, para a preparação desse dia, nós tivemos vários encontros, para fazer a mobilização. Esse é um exemplo de que o CEDECA não trabalha sozinho e sim em parceria. Por que quando se fala em mobilização social, é exatamente essa relação: estar para

poder servir.

Quando o usuário chega, a gente faz a escuta no Serviço Social; para que não haja uma repetição, porque essa criança, os usuários, passam pela delegacia, pelo IML... Na realidade, o que ainda não há, o que está em estudo, é uma fórmula, uma metodologia onde a escuta possa ser feita em um único momento. Que essa escuta possa ser socializada para que os outros órgãos, necessariamente envolvidos, possam ter essa informação não fragmentada. De forma que não venha a violentar mais esse usuário. Por exemplo: uma criança chega com a família com suspeita de violência sexual. A gente vai colher as informações da família. Mas a família não tem como confirmar a suspeita, vai ser feita a escuta com a própria criança; se a psicóloga, o advogado estiverem aqui, essa escuta será feita em conjunto, caso não estejam, nós fazemos a escuta e ela será passada para os outros profissionais que vão colher as informações que são necessárias para sua metodologia, tentando não violentar mais aquela criança ou adolescente. Toda criança que chega ao centro, chega acompanhada por algum integrante da família. A gente então subentende que este adulto sabe porque esta criança está vindo. Então a gente faz também a escuta em conjunto com o familiar, para que o assunto não possa ser tão repetitivo para a criança. Porque ela já passou pela delegacia, IML, além de relatar para família, vizinhos e conhecidos.

Essa escuta é necessária até para gente reavaliar a nossa metodologia, porque não existe uma fórmula ideal. A gente se adapta ao que surge. O CEDECA não trabalha hoje com metodologia que trabalhava inicialmente. A metodologia vem se aprimorando a partir do olhar dos profissionais. Por exemplo: a gente não tinha trabalhado com suspeita de violência sexual, isso foi algo que surgiu, para a gente, de dois, três anos para cá; nós tínhamos os casos concretos: violência sexual. Para isso foi preciso uma escuta mais apurada para saber como trabalhar com essa família pra que essa denúncia seja feita a partir de um conhecimento e para que ela faça a denúncia porque acredita que é necessário, para proteger seu filho, seu ente querido, mas que a decisão seja *dele*, enquanto responsável. Então trabalhar a informação, acredito que seja no sentido de contribuir para o próprio funcionamento, como trabalhar a demanda. E como trabalhar isso em rede? Exemplo: eu estou preparando um relatório de duas irmãs que sofreram violência sexual em momentos diferentes. O relatório foi solicitado pelo juiz para o desfecho judicial, é um processo que já está em fase de finalização. Ele solicitou as informações do acompanhamento que nós fizemos a essas meninas. São meninas que estão bem, eu conversei com a mãe hoje de manhã, a mais velha já está cursando Psicologia... Estão em um quadro muito bom, diante de como chegaram aqui, tanto que não estão mais em acompanhamento psicoterápico, mas, por exemplo, eu soube que a mais velha esteve aqui a semana passada me procurando, ou seja, estão sempre vindo para dizer: “não estou em acompanhamento mais, mas estou bem, estou vindo dar o retorno”. Então, o que vai ser feito com essa informação? Por exemplo, eu já procurei saber: Qual o objetivo dessa informação? O que está sendo solicitado? Isso é primordial, uma forma de não expor tanto o usuário. É preciso deixar bem claro e, posteriormente, sim, fornecer as informações.

E quando se trata de violência sexual e homicídios - que são informações sigilosas - eu posso garantir que *aqui* essa informação vai ser sigilosa e vou estar contando com a contribuição e com a palavra dos profissionais das outras instituições de que haverá respeito a esse sigilo, ao usuário. Mas que essa informação vai contribuir, sim, para o trabalho em rede, com certeza ela contribui.

Nós tínhamos um banco de dados e agora ele foi refeito. Agora temos outro, porque as informações estão sempre se renovando. Este banco de dados é modificado em função das informações que o usuário traz. Por exemplo, o nome de uma pessoa que está como responsável fica classificado em sete categorias; se eu percebo que estas sete categorias não são as mesmas da qual ele faz parte hoje, vai ter que alterar. E para alterar vai depender da informação que é trazida e como ela vai ser trabalhada. Para se trabalhar em redes essa

informação tem que estar muito clara. Tem que ser precisa e objetiva. A gente sabe que quando se fala em comunicação, família, instituição, em setores, em profissionais, esta informação nem sempre chega ou a mensagem não é passada, então, quanto mais a gente se esforçar para que isso seja bem feito, o trabalho vai se desenvolver melhor.

Se você trabalha na DERCA e precisa de uma informação para complementar um caso, você vai fazer contato com a instituição e a instituição busca socializar a informação a partir do seu objetivo. E, a partir daí, pode-se passar essa informação, solicitando que haja sigilo... enfim, o que ainda não existe é uma central que disponha dos dados por exemplo de uma pessoa X. Isso seria talvez o ideal, mas não existe. As relações, pelo que percebo, acontecem ainda muito na relação pessoal. Eu acho que as instituições ainda não se conhecem. A rede de garantir os direitos da criança e do adolescente é muito grande e tem várias instituições governamentais e não governamentais. Um exemplo: Eu conheço Andréia na instituição X. Sei com o que ela trabalha nessa instituição, então posso fazer contato. O Axé conhece o nosso trabalho e nós conhecemos o trabalho do Axé. De imediato a gente imagina: “podemos enviar nosso encaminhamento, podemos buscar a informação”. Quando não se conhece a instituição, a gente se baseia numa pessoa X que a gente conhece dentro da instituição, para saber se a instituição tem subsídios pra nos dar a informação ou não. Acredito que a troca de informações na rede esteja acontecendo ainda muito pelo conhecimento entre pessoas e não tanto pelo trabalho institucional. Quando se fala em rede subentende-se que a gente conhece o trabalho do outro não é ? (risos). A gente conhece, sim, pessoas que trabalham lá, mas, prioritariamente, é necessário conhecer a instituição e não necessariamente as pessoas. Elas estão lá como um contato ao qual a gente possa dizer que está precisando de ajuda, de modo que o caminho se torne mais curto. Mas o conhecimento da instituição... eu vejo isso não só nas instituições, como nos Fóruns em que a gente participa. Estão lá instituições que desenvolvem o mesmo trabalho que eu desenvolvo, e a gente poderia sentar, pensar de que forma a gente pode trabalhar... Na área de combate à violência sexual, além do CEDECA, existe o Sentinela e o Viver. A gente tem um Comitê de Enfrentamento da Violência Sexual, onde, além dessas instituições, participam outras que não desenvolvem o mesmo trabalho mas já conhecem o trabalho das três e, no momento em que não encontram suporte em uma instituição, encontram e outra e vice-versa. São instituições que dão suporte uma a outra. Mas o intercâmbio poderia ser maior. As coisas não são impossíveis, existem algumas dificuldades, que, na medida do possível, a gente consegue lidar com elas.

Por exemplo: um caso de uma criança grávida decorrente de violência sexual, eu ligo para o IPERBA pergunto como posso encaminhar, e eles me pedem para mandar, com um histórico breve do que aconteceu. Aí eu vou utilizar o e-mail; posso também pedir ao usuário que leve o próprio documento, lacrado – cujo conteúdo ele tem conhecimento -, com as informações que aquele serviço requer. O usuário então serve de ponte entre as instituições. E aquele profissional sabe que, por se tratar de um usuário em comum, ele pode entrar em contato a qualquer momento, e se remeter a mim para obter qualquer informação. Você me perguntou quais são os recursos necessários. Isso depende da situação. No CEDECA nos utilizamos o telefone, o fax, a internet, o mensageiro e o próprio usuário.

O contexto de violência é muito amplo. Ela é um fenômeno multi causal porque há interferência de varias questões, sociais, econômicas, culturais, étnicas... Nós nos restringimos à criança e o adolescente porque este é o nosso foco, mas, na verdade, o adolescente que chega aqui, está acompanhado por uma família e *aquela* família foi violentada. Então o conceito de violência é algo nesse sentido, de acontecer tanto na família, espaço micro, quanto na sociedade que é o espaço macro. E muito do que acontece neste espaço micro muitas vezes é na verdade a reprodução, é a interferência do que acontece no espaço macro. Então é um fenômeno complexo de se entender, cada pessoa que sofre a violência não traz só o fato, ela trás o histórico de vida dela, cada qual tem uma forma de encarar a violência, cada qual tem

uma maneira de perceber a violência. Exemplo: Uma criança que foi colocada no colo de um abusador... este abusador lambeu o pescoço dessa criança e a partir daí ela passou a ter medo até mesmo de ficar sozinha numa sala com a assistente social. E em outro caso posso ter uma outra criança que sofreu não só o atentado violento ao pudor, como também estupro e que de repente sente, fale, de uma forma mais tranqüila, não apresente tanto medo, onde a gente passa a perceber que a estrutura familiar da qual esta criança faz parte oferece uma segurança bem maior, neste caso o enfrentamento foi uma auto defesa. Então a violência é subjetiva e objetiva, e cada qual tem uma forma de percebê-la.

No caso de violência sexual, nem toda criança apresenta fisicamente a violência. A maioria dos casos não apresentam marcas físicas. A exemplo do sexo oral que não deixa marcas visíveis, mas, que, interiormente, fere, e fere muito, psicologicamente. Eu estou preparando um relatório sobre o caso que eu citei, que eu nunca tinha visto uma situação assim: uma menina que ficou muito abalada, mas muito abalada mesmo, por ter sido lambida no pescoço. Ela chegou aqui e nem conseguia entrar. Por que o abusador era um amigo da família, um “tio”, e as situações ocorriam sempre aos finais de semana, com a casa cheia e ninguém percebia; quem percebeu foi uma irmã já adolescente, que também sofrera abusos dessa mesma pessoa e não contou para o pai por receio dele não acreditar, por que era um grande amigo. Essa irmã passou então a protegê-la e orientá-la no sentido de se esquivar dessa pessoa, de forma que ele não teve êxito, mas, mesmo assim, ela chegou aqui do jeito que eu lhe falei: abaladíssima, não conseguia entrar...

É inevitável. Por exemplo: eu falei a situação, você sabe a situação, eu estou falando mais ou menos a faixa etária e tal, não estou fornecendo dados pessoais mas você tem uma noção...

Agora, o que eu percebo, quando eu falei da questão da clareza, por exemplo, é a forma como é passada essa informação. Uma vez eu estava conversando com a psicóloga, Sandra, por que nós estávamos indo às escolas e começamos a perceber, que os questionamentos que surgiam após as colocações sobre os cuidados com as crianças, violência sexual, sexualidade, que muitas mães ou responsáveis que não deixavam mais ninguém colocar os filhos no colo, principalmente quando se tratava de homem. E começamos a falar: “Gente, também não é assim ao extremo!” Por que aquelas pessoas geralmente enquadradas na categoria agressores, (pai, avô madrastra,) que colocam a criança no colo para praticar a violência, podem, ao invés disto, colocar no colo para fazer um carinho, dar uma orientação, atenção. Da mesma forma as pessoas colocam que a mãe que sabe que o pai está abusando, não denuncia porque não quer. E não é necessariamente isso. Algumas vezes pode ocorrer, mas algumas vezes pode ocorrer de ela não saber a quem recorrer, porque não tem a informação apropriada, porque não tem suporte e apoio nenhum... Cada questão é uma questão. Então essas informações, mais divulgadas, as pessoas começam a ter cuidado, o olhar muda? Muda. Porque a gente sempre acha que vai acontecer com o outro mas nunca vai acontecer com a gente; e aí se surpreende quando se vê diante de algo concreto. Quando isso é socializado, quando a sociedade... sociedade não no sentido de instituições, porque a troca de informações nos Fóruns é interinstitucional, não para a comunidade; por exemplo, nós estávamos numa visita ao Bairro da Paz e um jovem disse: “O CEDECA está vindo aqui para falar sobre isso. Vocês estão tendo a preocupação de estar vindo até aqui, mas nós temos aqui na comunidade algumas entidades que muitas vezes vão para fora falar, mas não falam aqui, não socializam aqui. Vão para outros encontros mas não trazem essas informações aqui para nossa comunidade que está tão distante de tudo”. Nem sempre o que é passado para esse representante em um encontro é passado para sociedade.

Pensando em associação de moradores: Será que essas informações são passadas, da maneira que devem ser passadas. Será que existe um grupo de estudo, um grupo de informações? A gente percebe que onde há carência de informações é onde acontece repetitivamente o tipo da violência. Deixe eu ver... Aqui, só nesse mês passado (maio), nove jovens foram assassinados.

E por que, num bairro distante, nove jovens foram assassinados? Por quê? Porque todos estavam envolvidos com o que não prestava? Não! A gente sabe que tem pessoas que estavam envolvidas e que certamente teriam esse destino, mas outras na verdade poderiam não ter. Há carência de informações não só nas instituições, mas também por parte da comunidade. Comunidades que muitas vezes tem ali uma entidade, mas que não estabelecem diálogo com a comunidade e aí pecam. E as instituições têm que estar se voltando, é uma questão nossa também. Não digo que o CEDECA está em máximo contato com a sociedade, até porque o CEDECA se torna pequeno diante do número de comunidades e necessidades de informações. Mas acho que pelo número de entidades que se tem, na medida em que se busca desenvolver o trabalho diretamente na comunidade, com alguns núcleos, no sentido de socializar as informações. Será muito melhor. As pessoas terão acesso a essas informações, e poderão buscar se instrumentalizar a partir de sua realidade. Porque ainda tem essa questão: a informação chega para mim e chega para você, mas eu trabalho a informação da forma como eu vivo, de acordo com a minha realidade; você trabalha de acordo com a sua realidade. Eu posso sugerir aqui para o usuário que ele saia daqui, vá buscar tal recurso, mas ele pode me colocar que a realidade dele não permite. Porquê? Porque ele não tem um vale-transporte para se deslocar para lá; enquanto eu posso colocar para outra pessoa: “procure essa informação”, e ela achar, resolver, tranquilamente, o problema dela. Eu repeti várias vezes porque eu acho que é importante: são realidades diversas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM FUNCIONÁRIO

Entrevistado: Karina de Sá
OTS: Projeto AXÉ
Função: Gerente da área de defesa de direito
Data: 14.08.2006 09:00 horas

Perguntas:

- 16. Como é seu trabalho na OTS?**
- 17. Considera que a OTS sofre restrição as suas ações de APSV? Que tipo e de quem?**
- 18. Possui conhecimento para processamento da informação?**
- 19. O que faz nas ações de APSV, descreva uma dessas ações?**
- 20. Caso não fosse remunerado, atuaria como voluntário nessa OTS? Porque?**

KARINA / Projeto Axé

A gente atende crianças em situação de risco, como já devem ter lhe falado, então, no caso específico de defesa do direito, a gente vai atender crianças e adolescentes vítimas de crimes ou vítimas de qualquer violação de direito. Fora isso também a gente acompanha quando, ocasionalmente, cometem algum tipo de ato infracional perante a justiça. Agente também dá assistência jurídica como um aspecto de assessoria aos familiares desses meninos, no sentido de encaminhar eles aos órgãos onde possam obter informações seja na área Previdenciária, de Família, Direito Civil ou mesmo na área de Direito Penal. Outra coisa que a gente faz é formação para esses meninos, ou seja, a gente tem encontros e nesses encontros a gente vai trabalhar determinadas áreas do direito que têm interesse para eles, ou seja, Estatuto da Criança e do Adolescente, ética, direitos e deveres... por exemplo, este ano, que vai ter eleição, a gente também trata dessa parte política do poder do voto, o que significa o voto. Todos os temas relacionados ao universo do jovem a gente leva, aborda isso de uma maneira bem sintética, bem clara para a compreensão deles. E é um trabalho muito interessante porque pega todos os meninos que são já adolescentes; claro que com criança fica mais complicado, mas os meninos a partir de 14 anos a gente faz sempre transformações. E os grupos profissionalizantes, que são aqueles que já estão em fase de profissionalização, seja na música, na capoeira ou na dança, a gente também tem um trabalho específico porque, como são jovens que já estão na faculdade, ou no segundo grau, já no final, então a gente tem uma abordagem mais específica, mais profunda, trata de políticas públicas, de temas como mercado de trabalho... É bem interessante.

Essas informações... a gente abre fichas de atendimentos porque a gente vai acompanhar desde o começo até o final. A gente encaminha para os órgãos e essas informações não são, claro, abertas ao público ou a outras pessoas porque são coisas muito individuais e mesmo porque são pessoas menores de 18 anos, têm que ter a reserva do segredo de justiça, e você ter

a ética de não passar essas informações. Então fica realmente reservado ao Setor de Defesa do Direito.

Sim claro, porque aí passa a ser uma parceria. A gente traz as informações que são passadas pelo menino, pela família, depois, se o Ministério Público necessita de outras informações eles entram em contato com a gente, a mesma coisa acontece com o Conselho Tutelar ou com a Vara da Infância ou a Segunda Vara. Então a gente está muito presente em todo o processo... Na parte jurídica a gente está muito presente mesmo porque a gente sabe que a justiça é muito morosa e se a gente não der um apoio maior, o processo muitas vezes leva anos parado. Então a gente dá esse suporte mais nesse sentido mesmo. O que acontece com a Defensoria Pública é muitas vezes isso, devido a carga de processos a gente tem que inspecionar e conversar com o defensor para que dê prioridade aquele caso porque senão não se resolve.

No caso do Fórum, especificamente, eu não estou acompanhando, porque tem o setor de família que trabalha com eles, mas eu acho que não informam. Mas, é nesse sentido é que ... inclusive tem uma coisa que eu coloquei, por exemplo, essa informação de situações ela acontece quando o caso é exemplar ou quando pode servir de auxílio para outras coisas, mas quando é um caso apenas para ser relatado enquanto registro não.

Inclusive a gente trabalha em parceria com o CEDECA também nesse sentido. Porque o CEDECA trabalha muito com essa parte de crimes contra a criança e o adolescente e a gente está sempre em contato, o Projeto Viver, o Sentinela...

De ameaça não. Acontece que, por exemplo, se um menino sofre ameaça, a gente leva para o Ministério Público e infelizmente existe um Programa Federal que ainda não foi implantado aqui na Bahia que é relacionado à Secretária de Direitos Humanos. Já tem implantado em São Paulo, Rio de Janeiro e se eu não me engano em Curitiba é... Eu não me lembro o nome, mas é um programa de apoio às crianças e adolescentes vítimas de ameaça; então esses casos de ameaça são casos graves que realmente agora o Ministério Público está trabalhando no sentido de que seja implantado aqui, por que é uma das coisas em que a gente tem um problema maior e, realmente, para conduzir o caso, fica difícil porque como a família não tem recursos para conduzir para outro lugar, outro Estado, outro bairro, eles ficam realmente numa situação muito vulnerável.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM FUNCIONÁRIO

Entrevistado: Maria Eunice Xavier Kalill

OTS: FCCV

Função: Médica Sanitarista

Data: 15/08/06 10:00 horas

Perguntas:

- 21. Como é seu trabalho na OTS?**
- 22. Considera que a OTS sofre restrição as suas ações de APSV? Que tipo e de quem?**
- 23. Possui conhecimento para processamento da informação?**
- 24. O que faz nas ações de APSV, descreva uma dessas ações?**
- 25. Caso não fosse remunerado, atuaria como voluntário nessa OTS? Porque?**

MARIA EUNICE KALIL

Tem duas linhas de ação do Fórum que eu tou mais diretamente envolvida uma é que essa de articulação dos serviços pra pensar mexer tipo assim mexer com o pessoal que atende pra poder discutir a articulação em rede e a outra que é do observatório da violência que trata da questão da observação mesmo essas duas eu tou mais diretamente envolvida do que ela. Então, não sei se daí vai sair alguma coisa que possa lhe interessar.

Eu me formalmente, que não é formalmente no sentido que não tem nenhuma formalização formal, mas eu me ocupo principalmente dessas duas linhas que é mexer com a rede de atenção e aí estimular encontros, estimular discussão, estimular, pensar o que é trabalhar em rede no que diz respeito à atenção a pessoas em situação de violência e nisso aí tem a articulação dos diferentes tem a capacitação tem instrumentos de articulação e toda uma linha de trabalho. Agente aqui hoje estava discutindo a estrutura de trabalho do grupo estimulador da rede de atenção à mulher em situação de violência. E qual é o meu papel aqui? Como membro do Fórum, como Fórum tentando na iniciativa do Fórum que criou o primeiro dia de atenção a pessoas em situação de violência, que Elo deve ter falado pra vocês. Em 98 taí o primeiro dia até agora... o Fórum começou a pensar na rede desde ali e começou a futucar pra articulação em rede a partir dali. A outra linha que eu respondo mais diretamente é essa de buscar, coletar sistematizar as informações e difundir as informações sobre violência, só conseguimos fazer mais ou menos até agora informações sobre morte a partir do IML, mas temos discutido com o pessoal da produção de serviço, colhido uma informação dos serviços tipo da Delegacia, do CEDECA, daqui, dos Serviços de Saúde pensando como é que isso entra, como é que isso pode ser trabalhado pra compor o panorama da violência em Salvador, compor o quadro de situação com a morte e com os outros agravos que não geram morte. Essa parte de cá não conseguimos sistematizar, assim, sistematizar ainda pra publicar aquilo que não gerou a morte, ainda não conseguimos ter. Tem uma outra coisa que eu faço que é meio desvio de função, no sentido assim, desvio de função que é como se fosse... não é o que eu fui designada pra fazer, mas é o que eu faço sempre é trabalhar o que chega de conhecimento, o

que chega da Internet sobre violência e tento difundir pra rede do Fórum, entre os membros do Fórum e pra os membros da rede de serviço o que eu considero importante pra compreensão da violência ou pra mobilização de pessoas em torno da violência. E isso é meio desvio de função por que não sou eu quem cuido da linha de comunicação do Fórum, mas eu tou lá todo dia né e recebo, entra tudo na caixa e aí eu olho o que está na caixa e tomo esse tipo decisão. Discutimos, não sei se eu tava com Tânia Cordeiro ou se (inaudível) ou se não entra na discussão. Tânia Cordeiro é uma professora da UNEB que coordena, mais ou menos nos coordena em termo de Comunicação, Comunicação Social, Tânia Cordeiro. Ela produz pra gente sistematicamente uma, uma documento este ano tá conseguindo ser semanal que é Leituras de Fatos Violentos. Tânia faz isso, eu posso mandar para vocês as Leituras de Fatos Violentos se vocês quiserem, se lhe interessar e se quiser, posso incluir vocês para ficar recebendo semanalmente, mas essa é uma linha isso que eu faço de pegar o que eu acho que vale a pena as pessoas saberem sobre a situação de violência ou coisas que tão acontecendo que podem mobilizar para o enfrentamento da violência é o que eu chamo um pouco de desvio da função, mas é outra coisa que eu faço no Fórum. Trabalho nessas três espaços.

O atendimento mesmo, é o policial que chega e, desde o policial que chega e prende, né. É o policial que chega e protege e aí separa mulher e leva, ajuda a levar mulher ou leva criança pra ou pega informação. Desde ação policial, por exemplo, a atenção policial nas situações de violência é o que agente chama atenção a pessoas em situação de violência, o cuidado do policial, o trabalho do policial na relação ou pra conter ou pra ajudar ou pra no caminho da punição e responsabilização ou no caminho do apóio pra gente são pessoas em situação de violência igual e agente conta como parte da rede de atenção a pessoas em situação de violência. A pessoa que vai dar queixa na delegacia, por exemplo, a mulher na DEAN, a família que vai pro DERCA, isso é atenção policial, no caso a pessoa em situação de violência. Quem chega aqui uma mulher que chega no centro aqui pra buscar orientação o que fazer numa situação desta isso é atenção à pessoa em situação de violência, uma pessoa que vai para o corpo delito no IML e até vai no VIVER é atenção à pessoa em situação de violência, o atendimento no CEDECA é atenção à pessoa em situação de violência, a campanha do cometer estadual de enfrentamento a pessoas a criança e adolescente em situação de violência sexual isso é atenção a pessoas em situação de violência por que é atividade de promoção e prevenção então se agente pensa no Fórum agente pensa e aí Elo deve ter dito isso que agente pensa violência como problema de saúde e como um dos principais problemas de saúde. E agente tem a compreensão ampla de saúde como qualidade de vida e violência como um problema de saúde pra enfrentar esse problema no raciocínio de saúde agente tem: promoção de condições de não ter doença ou agravo, prevenção do agravo, diagnostico do agravo, tratamento do agravo, recuperação, reabilitação, reinserção. Nós pensamos numa doença qualquer, agente pensa da mesma forma com a violência tem ações de promoção que ações de atenção a violência você faz a campanha pra prevenção do da agressão sexual, do assedio sexual ou da violência sexual contra a criança e o adolescente isso faz parte da nossa compreensão de atenção a situação de violência. Tem coisas de promoção que as pessoas não enxergam muito como atenção porque agente ta mais acostumado a ver atenção como o atendimento em si a caso de pessoas então as ações promoção e prevenção às pessoas têm menos facilidade de entender como parte da atenção. Até as pessoas mesmo que fazem tem dificuldade de classificar, de se encaixar no que agente classifica, porque agente diz isso pra mim é atenção, é atenção na parte de promoção não é cuidando de caso mais é atenção na coletividade no geral. É coletivo pra evitar e pra fortalecer as pessoas e as coletividades para evitar o agravo porque o agravo no caso é situação de violência declarada. E as prevenções assim tipo afastar, afastar alguém da situação é uma prevenção fica mais fácil a promoção é o mais difícil das pessoas aceitarem, mas também não importa muito dá

trabalho quando agente diz a... tudo isso é rede de atenção aí as pessoas ficam... e aí pronto uma grande linha é agente tentar construir essa estrutura de entender rede de atenção. Agente tem tanto tempo trabalhando essas, com a rede pra mulher, por exemplo, agente ta chegando a conclusão de que precisa formalizar mais porque é muito informal, então agente ta tentando, estamos agora trabalhando em escrever uma portaria que seja assinada pelo Secretário de Segurança, Secretário de Saúde, Secretário de Ação Social que formalize pelo menos a o que agente tá chamando da Rede de Atenção a Pessoas em Situação de Violência, no caso da mulher. E que agente sabe que é assim o fato de estar formalizado lá não garante nada, mas é um instrumento de trabalho, então, é um instrumento de cobrança interno não to falando nem de cobrança da população, essa daí também, mas estou falando de cobrança interna mesmo. Entendi. Não olha a Secretária de Saúde precisa sair, não pode atender, pra saúde é mais fácil pra mim tratar, não sei como é que vocês organizam o tempo de trabalho de vocês. Mas pra saúde, por exemplo, o médico tem o contrato de quatro horas, mas ele sabe que nessa quatro horas são vinte pessoas e tem produtividade num sei o que, num sei o que, que conta na Unidade. Se eu quero trabalhar no serviço de saúde articulado com a polícia seguramente vai ter que ter dia que aquele profissional não vai dar os vintes atendimentos porque precisa ta saindo pra fazer, passar uma tarde discutindo com os outros. Isso modifica uma rotina sistemática de trabalho, precisa ta formalizado isso pra que as pessoas possam conseguir sair sem parecer ah Marianita é quem quer ir, Marianita é quem gosta dessas coisas de violência vá, tem que ter uma concessão e o serviço assuma com parte de seu processo de trabalho e aquela coisa, é isso que agente chama de formalização é que agente passou esse anos todos agora agente está dizendo ta na hora da gente testar isso pra ver se melhora. Então não sei se respondeu a sua pergunta.

Violência é um problema de saúde. A gente encara como problema de saúde. Violência é tudo que cause prejuízo, agravo, lesão às pessoas ou aos direitos das pessoas. E aí assim, tem a parte, agente não enfrenta, não lida (inaudível) com a parte mais estrutural né, porque, mas quando agente discute politicamente o enfrentamento da violência agente fala de emprego, fala de moradia, fala dessas coisas. Agente junta no Fórum aqui, agente junta intencional e não intencional, agente junta os acidentes, porque agente junta os acidentes. São coisas diferentes são em essência tem a violência intencional, ou auto-infringida, ou infringida aos outros mas, o ato intencional de agressão da violência e tem a acidental mas a acidental, também, interrompe bruscamente vidas, interrompe bruscamente corpo e causa também, causa transtornos na vida da pessoa que são buscos inesperados guaspier, porque não quero entrar naquela discussão de que não existe acidentes, né, na verdade, eu não sei entrar nisso tomando o aceite de que existe acidentes. Então a organização agente trata causas externas de adoecimento e morte igual à violência, então tudo que não é uma doença é como agente ver tudo que não é uma doença produzida (inaudível) ta, ta, ta ou uma doença crônica (inaudível). O Ministério da Saúde não trata assim, embora fale no geral o Ministério trata sempre violência intencional e acidente, violência e acidente na hora de pensar os projetos e essa coisa pensa assim o Ministério da Saúde. A Secretaria de Saúde quando escreveu o seu plano de diminuição dos acidentes, por exemplo, e enfrentamento da violência, mas o Fórum trata junto, claro que não misturaram os (inaudível) na hora que está nem analisando, nem propondo nada, então o que você propõe para redução de acidente é um tipo de coisa diferente do que você propõe para diminuição de homicídios ou de agressão, não é que se misturem nessa hora, mas quando pensa a articulação de violência pensa junto, quando... claro que ai diz da composição tanto é homicídio, tanto é acidente de transito, tanto é outro tipo de acidente, tanto é suicídio isso quando dá na morte e também no que não gera morte, mas foi ou agressão ou acidente de transito ou outro tipo de acidente violência, mas pra gente o conceito de violência é assim, é assim formalmente agente usa no rastro, não sei se você já tem o rastro se eu te dei o rastro.

A gente usa lá um conceito, usa lá no rastro agente começa falando com um conceito lá, que a AGOBELLO usa, que eu não sei lhe reproduzir agora, mas que agente usa lá, agente já até anda evoluindo disso, mas tentando achar outras formas, mas o fundamental é considerar primeiro como um problema, que é um problema de saúde e que tenha a compreensão ampla desde a estrutural até incluindo a questão dos acidentes usa tudo isso pra compor o panorama, mas claro que diferencia porque determinações são diferentes e o que vai fazer pra enfrentar também é diferente.

Não... o que agente usa, olha você está me fazendo perguntas que agente nunca parou pra pensar... o que chamo em situação de violência é assim, o agressor ou a vítima só pra não falar que sim, pra não polarizar que existe a vítima e o agressor, claro que existe vítima e agressor, só pra não polarizar e por achar que tanto a vítima e o agressor merecem ser considerado no processo, devem ser considerados no processo de enfrentamento. Então tanto as famílias das pessoas são famílias em situação de violência, fala situação nesse sentido, ta certo. Agente fala também em situação quando diz assim, eu quero informação sobre atendimento ou sobre as mortes pra compor o quadro da situação e ai agente já fala situação enquanto panorama de um fenômeno, então agente usa situação nessa duas acepções, pessoas em situação de violência pra pensar quem ta envolvido de alguma forma no processo seja do pólo do agressor, seja do pólo da vítima, seja do pólo do provocador, do acidente, seja do acidentado e situação enquanto panorama de determinado fenômeno, panorama descritivo de determinado fenômeno, quando agente fala a situação de saúde de Salvador é tal, a situação da violência em Salvador agente usa situação nessas duas formas.

Esse é o nosso grande problema do observatório, não ninguém processa ate agora, o que agente que é isso, quer dizer ninguém processa o conjunto, cada serviço processa o seu, processa mais ou menos, usa mais ou menos.

Isoladamente, isoladamente, (alguém interrompe dando tchau) então a propôs.... o projeto de ação de informação do observatório é articular essas informações que são produzidas isoladamente. Articul.... primeiro articu..., Primeiro conhecer e compartilhar, ter acesso e compartilhar. Segundo identificar o que pode, o que as ONGS de que forma elas podem ser consolidadas de alguma maneira. Elas são tão diferentes agora em alguns lugares que a consolidação e o grau de detalhamento, o grau que existe é tão diferenciado que a consolidação pode nos dar agora agressor, vítima, local de ocorrência, local de residência e tipo de agressão, idade e em alguns lugares você não tem nem idade, alguns lugares, em alguns lugares você não tem local de residência, por exemplo, para o Fórum e pra o Observatório é muito importante o local de residência da tanto da vítima quanto do agressor porque agente sabe que a distribuição dos fenômenos não é aleatória ela é, ela é discriminada na cidade então importa saber onde a pessoa vive por que onde a pessoa vive tem a ver com essa discriminação no espaço então pro Fórum é muito importante isso, pros serviços às vezes não é. É uma informação que é muito ruim na maioria dos serviços então ninguém processa ainda nós temos essa proposta de compartilhar, de sentar junto com os serviços, já tentamos isso desde 98 de achar forma e caminhos pra fazer isso, estamos recomeçando a caminhada de como podemos. O que agente quer não é uma pesquisa ta certo, de alguém chegar e fazer uma pesquisa, o que agente quer é que quem processa aqui ou serviço, o setor que processa a informação aqui, com o setor que processa a informação aqui, com o setor que processa a informação aqui, que eles se juntem para compartilhar e produzir junto aquele que seja aquele informe coletivo que corresponda à soma de toda essa atenção e que vai dar um determinado, uma determinada densidade ou colorido a situação da violência na cidade e que agente crie acordos do que produzir junto e de como difundir junto essa informação isso é que se quer, não tem isso ainda.

Uma soma com a outra, e uma lhe dar uma cor, outra lhe dar outra, uma lhe dar um pedaço do

problema, outra lhe dar outro pedaço do problema e é justamente isso de você puder montar quer dizer, o proje.... a proposta é essa que você consiga montar dos pedaços diferentes, por mais que eles não tenham sido construídos de forma uniforme, de forma uniforme nem pensando no compartilhamento agente tem informação suficiente pra construir o panorama e a situação de violência muito mais ricamente do que hoje se usa e se tem por que você pode ter o que é que cor e que pedaço e que forma o AXÉ contribui pra montar nosso quebra cabeça, de que cor e de que forma vem do CEDECA, de que cor e de que forma vem do VIVER, de que cor e de que forma vem do Corpo Delito do IML, de que cor e de que forma vem da Polícia Militar, de que cor e de que forma vem da Civil, de que cor e de que forma vem da Hospital, de que cor e de que forma vem da Unidade Básica de Saúde, de que cor e de que forma vem da Maternidade porque assim agente sabe que tem... se você ouvir com determinado ouvido e com determinada abertura você identifica as mulheres na maternidade que estão abortando em consequência de uma situação de violência isso agente consegue, você consegue identificar, você consegue registrar no momento essa da maternidade é só um sonho muito longe porque não tem nem registro, porque a maternidade agora agente sabe isso porque tem pessoas do movimento de mulheres e professoras que trabalham lá e que estão com essa preocupação de violência e pensam isso, mas a maternidade registra faça aborto e pronto. Só sai isso, mas é possível no CEDECA agora é assim falar mais claramente em violência porque essa é a matéria dela, então é isso, mas não tem ninguém juntando, não tem ninguém juntando.

Em todos esses veículos, eu acho que agente ta muito ruim em todos. O Fórum especificamente passou esse ultimo ano numa transição por conta das situações pessoais, por causa, por causa das situações mesmo pessoais ele passou numa transição de que agente não se reuniu sistematicamente, a rede reuniu, a rede de mulher, de serviços que fazem atenção à mulher se reuniu, o cometer de enfrentamento a criança se reuniu, mas eu, agente diz que isso é o Fórum reunido mas se você perguntar ninguém vê assim, porque agente diz que isso é o Fórum reunido porque agente chama o Fórum a distancia de articulação e a distancia é o espaço que juntos possam estar discutindo o que fazer e o enfrentamento, ta certo, e como muito desses serviços são integrante do Fórum, agente diz que o Fórum tem que estar reunido lá, mas como não foi uma chamada específica pelo grupo dinamizador do Fórum aí ninguém identifica como Fórum em Ação, então eu acho que nos estamos muito ruins nisso que você chamou, qual é o veiculo que mantém essa identidade, que mantém esse fluxo de chamada, estamos muito ruins, agente tem um esforço de manter a alimentação dos integrantes do fórum via Internet, agente tem esse esforço, agente tem o esforço, agente não fez publicações, agente ta querendo, agente tem montado Boletim sobre essa coisa da atualização do rastro que agente ainda precisa imprimir pra distribuir que são instrumentos mas são muito mais falhos e devagar do que a Internet. Só que a Internet as pessoas não tem não sei como é a experiência de vocês a nossa é (alguém intervem inaudível) eu acho que, a nossa é de que as pessoas não é tem o habito de viver aquilo como instrumento sistemático de informação, eu vou botar válido é uma palavra que eu to usando errada no sentido... um informação formal oficial, uma informação de que tem uma consistência de permanência, tomam a Internet como uma coisa muito, ainda tomam como na maioria, na minha expressão tomam a internet como uma coisa muito voluntarista de você pode ou não pode, tem acesso ou não tem acesso e aí você usa ou não usa, poucas pessoas usam como instrumento de trabalho, como instrumento de comunicação sistemático fora as intranetes das instituições, isso é outra coisa. A intranet das instituições já foram incorporadas naquela instituição, como instrumento de comunicação da instituição. Porque a Internet aberta não foi incorporada no meu conhecimento, no meu entendimento como instrumento de comunicação de linhas especificas, né a não ser grupos de discussão que se organizam como tal que não é o caso do Fórum. E depois a Internet ainda é muito pouco difundida, ela é difundida entre nós que somos um por cento da população e que

somos dentro deste um por cento da população somos aquele não sei em que porcentagem que ta na burocracia é que tem acesso, porque pessoalmente na como individuo somos não que então como instrumento mesmo de comunicação pra uma coisa dessa como o Fórum ainda é muito frágil.

A gente esse ano, por exemplo, agente não manteve a regularidade dos encontros presencias do Fórum, agente manteve alguma regularidade no esforço de articulação da Rede de Atenção à Mulher em situação de violência, só esse pedacinho da linha de ação. Então isso é muito insuficiente. Eu acho que isso prejudica, prejudica o desempenho no sentido de que dilui o corpo, se dilui o corpo, dilui a força porque o Fórum teve por conta do Rastro, por conta da Presença Virtual e Política como está, que o Fórum criou na cidade. O Fórum tem essa força porque é quem diz assim são cento mais de 110 entidade que tem governamental, não governamental... e eu falo em tese em nome desse grupo que tem da Polícia e do Secretário de Segurança até um Projeto e uma Organização Comunitária, eu falo em nome disso, e ganhou um espaço, um espaço não é virtual o nome que eu tava procurando não é simbólico. Um espaço simbólico na cidade porque contribuiu muito pra, pra abrir as discussões de valência pra além de um circulo institucionais e pra abrir... institucionais e acadêmicos. Isso o Fórum contribuiu na nossa avaliação e abriu pra discussão do Fór... da violência pra além de um problema de policia ou até mais amplamente de segurança, então isso... mas isso é simbólico e se mantém enquanto aparece, na medida que se dilui enquanto presença mais corporificada que tem nos presencias, ou na medida que você tem publicações, como isso agente diluiu então enfraqueceu daqui a... se agente continua o próximo ano desse jeito ninguém mais vai saber sobre o Fórum e ele vai perder o poder de convocação e o poder de símbolo que ele construiu nesse dez anos. Isso é a minha avaliação, agente não conversou sobre isso, pode ser que Elô tenha uma compreensão diferente. Agente compreende o poder simbólico do Fórum. Isso agente concorda e já conversou, Tânia também, e que ele tem que ser alimentado pra ser mantido e é poder simbólico mesmo porque não é poder nenhum de outra natureza.

Ela é a única funcionária, ela é contratada pela Fapex, mas é a única funcionaria agora. Meu tempo, eu sou médica do setor de informação da Sesap, medica contratada quatro horas, então eu tenho o outro turno. Meu outro turno de trabalho, um projeto de apoio ao Fórum me paga, não é, mas é assim, eu tenho uma bolsa de extensão, porque o projeto de apoio ao Fórum é um projeto de extensão de uma professora da universidade que é a Elo.

Acabado esse projeto de extensão agente vê como é que se mantém isso, mantém com o meu trabalho da Sesab, que como eu trabalho com informação na Sesab, a minha chefe permite que meu trabalh... que meu tempo de trabalho seja regido, organizado pelas demandas do Fórum quer dizer, é o Observatório da Violência que eu coordeno que é meu trabalho da Sesab, então é a Sesab que coordena o observatório da violência porque sou eu. (inaudível) e minha chefe agora...

Nós fizemos um seminário agora, pena que eu não tinha retomado com o senhor pra participar, agente vai fazer outro no final do ano junto com o pessoal do Fundacentro. Porque o acesso à informação sobre o atendimento aos serviços é um problema. É um problema o acesso e na policia é um problema maior e na polícia técnica é um problema maior ainda agente fez um seminário pra discutir isso Informação sobre Violência.

É quando agente ta preparando um relatório não vai sair tão sistematizadamente como agente pensou, mas vai sair uma discussão e vamos fazer um outro no final do ano, daqui pro final do ano e início do outro que é desdobramento disso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM FUNCIONÁRIO

Entrevistado: Sylvio Batista Filho

OTS: CEDECA

Função: Representante do Grupo pela Vida e Grupo Girassol

Data: 14.08.2006 09:00 horas

Perguntas:

- 26. Como é seu trabalho na OTS?**
- 27. Considera que a OTS sofre restrição as suas ações de APSV? Que tipo e de quem?**
- 28. Possui conhecimento para processamento da informação?**
- 29. O que faz nas ações de APSV, descreva uma dessas ações?**
- 30. Caso não fosse remunerado, atuaria como voluntário nessa OTS? Porque?**

Sylvio Batista Filho - CEDECA

Eu comecei aqui em 2002, quando houve o assassinato de meu sobrinho “ta” entendendo? Aí eu tive conhecimento do CEDECA. O que o CEDECA fazia, aí eu participei aqui com as reuniões de pais e, depois de um ano como participante, eu passei a ser funcionário, no comando do futebol e até hoje estou no grupo de pais, sou representante do grupo de pais, aqui dentro do CEDECA.

Eu adquiri aqui conhecimentos jurídicos, a gente participou de oficinas jurídicas certo, como é se procede em um processo na justiça, um inquérito, como é que tudo começa aonde é que ele termina como é que se age no Ministério Público, todas as transações sobre documentos que ocorrem no processo... isso tudo. Tive muito conhecimento das coisas que não conhecia e hoje eu sei ...

A denuncia quando ela chega aqui ela parte para a DERCA, que é a delegacia que tem que tomar conta disso aí, tem o inquérito, as pessoas são intimadas tanto a vítima - preservando muito a imagem da vítima “ta” entendendo? - e o acusado vão ser ouvidos, testemunhas... daí o inquérito vai pra a justiça e de lá para o Ministério Público “e tudo”, essas pessoas são ouvidas “e tudo”... essas pessoas são ouvidas certo até se (concluir) eles são culpados ou não. A criança é assistida aqui no CEDECA pelas assistentes sociais, têm acompanhamento psicológico com a psicóloga, “tá” entendendo? Tudo isso e ela sempre vai acompanhada, a mãe também vem acompanhado os filhos... Aqui tem mais contato com o projeto AXÉ, tem o VIVER, “certo”? Tem... deixe eu ver... OAAF também, sempre eu “to” em contato com eles. Não, depende dos tipos de contatos; quando é um convite ou qualquer coisa ele vai mais via fax ou então pelo site. Quando é correspondência mais rápida aqui, ou, quando é o pessoal mais conhecido, eu vou pessoalmente. Telefone também. Foi. Ocorreu com o meu sobrinho quando ele foi assassinado e eu tive todo apoio aqui do CEDECA jurídico “ta” entendendo? E

psico-social. Eu não abandono o grupo jamais, em hipótese nenhuma vou abandonar ele, estou sempre com ele. Ainda que, que eu não seja assalariado, que eu saia do CEDECA porque é um grupo que precisa de muito, muito, muito apoio. É muito bom esse grupo. Eu queria dizer... o que eu queria, o que eu penso, é sempre o crescimento do grupo, não... com... como é que se diz... não assim com... com (o aumento de) pais com esse sofrimento, “ta” entendendo? Crescimento (no sentido de) é fortalecimento do grupo, é de mais um apoio, por que o CEDECA precisa de um apoio também pra poder dar mais suporte ao grupo certo? Pra que se reúna bastante com o pessoal... Não crescer (o número de assistidos/vítimas)... jamais. Se eu pudesse que parasse por aí e não acontecesse mais nada, mais nenhum assassinato com crianças era bom demais, que é impossível também “né”? Mas... Quando eu estive no programa de Varela, e quando a gente começou a falar, a clamar, pedir por justiça, Valdemar estava lá no programa, que ia dar um entrevista, e, na saída, falou com a gente sobre o CEDECA e mandou que a gente viesse até aqui; a gente veio até o CEDECA e daí em diante... Contribui porque a gente passa bastante as informações, “tá” entendendo? Mas, a violência, pra minimizar, “ta” difícil... porque uma coisa que eu sempre falei é sobre a impunidade; enquanto ela existir vai aumentar o caso daqui, daqui pra frente sempre vai aumentar, nunca vai diminuir, nunca. Com a existência da impunidade. No dia que as nossas autoridades acharem que devem terminar com a impunidade, aí eu digo: terminar os homicídios vai ser difícil, mas eu garanto que 80, 85% diminui; diminui com certeza. Uma reforma no Código Penal justamente “pra”... porque eu tenho um exemplo muito forte: o soldado que assassinou meu sobrinho, ele, em 2001 tinha assassinado um jovem, foi Eduardo Capistão dos Santos, ex-soldado. Em 2002 assassinou meu sobrinho... aí se foi concedido liberdade a ele... Agora gostei muito do quadro disciplinar da Polícia Militar; ele tava respondendo quando ele matou meu sobrinho, a gente foi chamado a 49ª Companhia / São Cristóvão, fomos ouvidos pelo conselho disciplinar, ele foi demitido do quadro da Polícia, mas a própria justiça concedeu outra liberdade para ele. Aí o que ocorreu: em 2004 ele cometeu outro assassinato. Então quer dizer, a impunidade reinou aí. Se ele no primeiro assassinato dele, ele fosse julgado e condenado, ele pouparia duas vidas, então é o que eu falo sempre no grupo de pais. Eu luto contra a impunidade, enquanto ela estiver reinando por aí não tem jeito a tendência é aumentar.

Eu tive até uma reunião com o pessoal do 18º Batalhão/Centro Histórico; ele tem um conselho lá, tem um pessoal. É justamente isso que eu sempre pedi, falei até com o Comandante, é que a gente tem que ser amigo da policia, não ter a policia como um bicho que chegou na hora, que realmente... então o que é que tem que acontecer? Os próprios policiais tem que entrar, ser amigos da comunidade, “tá” sempre com a comunidade formando reuniões, “ta” entendendo? Pra que a comunidade tome consciência de que é a policia. Por que eu moro num local aqui que é perigoso. Quem não conhece a rua Rui Barbosa aqui no centro da cidade, aqui em cima? É perigoso, mas eu já fui vitima diversas vezes... porque o “seu” ladrão, eles aprontam, eles vão embora, daqui a pouco quem não deve nada... no caso, eu vou passando... eu já fui colocado no chão, deitado no chão, chovendo e tudo, eu sendo abordado... já saí da porta da minha casa pra ser abordado e tomar tapa... então ta demais... Mesmo assim, a policia... eu tenho outra coisa, a gente, o pessoal tem uma visão da Polícia Militar... não é a Policia Militar, a gente não pode generalizar certo, existem esses elementos, como existem na família, no colégio e em outras repartições os bons e os maus elementos existem. Existem esse elementos que se encaixam no quadro da Polícia Militar pra cometer arbitrariedade, mas ao bem da verdade, ao fim, eu conheço o comando da Policia Militar sei o trabalho, conheço bem, não é porque vocês estão aqui, conheço o conselho, sei que são pessoas sérias, “ta” entendendo? Tem um trabalho excelente, mas existem esse maus elementos... é justamente isso é que tem que ter... uma capacitação pra eles, pra eles saberem como lidar com a comunidade.

ANEXO C - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM VOLUNTÁRIOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM VOLUNTÁRIOS

Entrevistado: Alex Sandro Pereira Lima

OTS: Projeto Cultural Arte Consciente

Função:

Data: 25.08.2006 10:00 horas

Perguntas:

- 1. Como é seu trabalho na OTS?**
- 2. Porque ofereceu seu trabalho voluntário nessa OTS?**
- 3. O que faz nas ações de APSV, descreva uma dessas ações?**
- 4. Já sofreu ameaça pelo trabalho que faz?**

Alex / Arte Consciente

Eu trabalho com percussão. O nosso objetivo é conscientizar, porque aqui no bairro tinha muita violência, o pessoal “tá” procurando mais a gente, por que trabalhamos não só com meninos de rua mas também com a comunidade. Nós temos um projeto aqui na comunidade, que estamos tentando lançar, o “Saramandaia Limpa” – dentro do nosso grupo mesmo, cada um pega o seu setor, a gente faz a limpeza e procura conscientizar o povo a não jogar lixo no local errado, ela deve jogar dentro do balde de lixo, então se o horário do carro passar é 10h, até 9h você tem que “botar” o lixo do lado de fora, passou desse horário, se o carro passou, você tem que procurar uma lata de lixo mais próxima... trabalhamos isso com os meninos e com a comunidade; também para não se envolver com drogas, com pessoas erradas, fazer coisas erradas. Tentamos conscientizar até os que já estão envolvidos, a gente tem acesso a algumas pessoas que estão envolvidas com drogas, envolvidas com o tráfico, com roubo, aquela coisa que a gente tenta resgatar eles através de nós mesmos porque, eu que fui atendido pelo Projeto Axé, o Fábio também, o Antonio Barros, a maioria é ex-educando, então, através dessa educação que a gente recebeu pelo projeto Axé, a gente já tem uma idéia mais ou menos de como vai trabalhar com esses meninos aqui na comunidade, a gente já sabe mais ou menos como falar, chegar, sabe onde está a ferida dele e “mexer” lá porque o projeto Axé já mexeu com a gente... a gente não tem aquela estrutura toda profissional e tal mas a gente já sabe lidar com eles, dar apoio, então o pessoal da comunidade tem mais respeito pela nossa pessoa, pelo trabalho, fazer festa não é só fazer festa, fazer uma festa de conscientização, agora mesmo vamos fazer uma festa para mobilizar Saramandaia, a gente quer “tá” chamando o pessoal “pra” “tá” falando sobre isso porque (quando) chove aqui, aquele lixo que eles botam no canto a água leva, entope a boca de esgoto e fica aquela coisa “Ah, o prefeito...” e aquilo

outro, e na verdade são os próprios moradores que estão causando aquela enchente no bairro, aquela doença, na verdade a gente mesmo pode evitar isso. Eu mesmo – estava falando com Fábio - gostaria de fazer reciclagem, pegar materiais recicláveis, papelões essas coisas e começar reciclar, diminuindo o lixo... então são coisas que a gente trabalha não só com os meninos mas com a comunidade também.

Nós não temos totalmente uma parceria com o Projeto Axé, mas pelos anos que eu trabalhei lá, como educando – sou “fundador” do projeto Axé – e como funcionário eu tenho sete anos e seis meses lá , então tem várias pessoas do Projeto Axé que nos dão apoio, o pessoal do Circo Picolino, nós estamos procurando pessoas “pra” estar auxiliando, “pra” dar mais uma formação a gente sobre como lidar com os meninos, o que é melhor e o que não é melhor, então a gente “ta” procurando. Depois que a gente estruturar nossa sede lá embaixo, a gente vai procurar parceria com o CEDECA, Projeto Axé... quer dizer a gente já tem, já conhece algumas pessoas. Ainda não temos parceria com o CEDECA, com o conselho tutelar, mas depois que a gente ajeitar a sede a gente vai “ta” procurando outros órgãos pra fazer parceria, para ter um conhecimento melhor...

Traz. tem muitas pessoas que falam que estamos ganhando dinheiro... não entendem nada não é? A gente “ta” aqui, lutando, tirando do nosso próprio dinheiro... dividimos nosso dinheiro para nossa família e para comprar material, fica difícil pra gente. Então a gente “ta” procurando registrar, “ta” registrando, nosso estatuto, já está tudo acertado, já temos CNPJ, e estamos procurando parceria com outras pessoas, temos agora uma parceria com o pessoal do ITUEBIS, do Rio de Janeiro, que está ajudando a gente construir, é um pessoal muito humilde também, é um projeto que está tendo uma parceria com a gente e está construindo, então a gente vai ver como é que vai ficar essa parceria...

Não. Não temos isso, telefone celular... nós não temos nada, a gente “ta” tentando uma pessoa que doe pra gente um computador, pra a gente poder ter essa comunicação e melhorar também a nossa estrutura. Nós registramos em fotos. Por incrível que pareça antes a gente fez aqui uma “Caminhada pela Paz” e a Saramandaia “pegava fogo”, “pegava fogo” mesmo; era tiroteio de manhã, meio dia, de tarde e à noite ou de madrugada, não tinha hora de parar... a “arquibancada” ficava lotada por que o tiroteio era lá embaixo onde eu moro, aí pegava aquela galera de lá com a galera do morro, mas a galera era contra o Pernambués e aquele outro morro que tem do lado aqui do módulo. Então na primeira vez que a gente fez uma caminhada pela paz aqui na Saramandaia, ninguém subia nem descia, o pessoal que descia aqui era armado, pra atirar nos outros. Na verdade (o problema de) Saramandaia não é disputa de tráfico de drogas como o jornal fala, quem mora aqui sabe, é o cara que bateu no cara há três anos atrás e o cara hoje está armado e quer descontar, o cara que estava na festa deu um tapa no cara e no outro dia quer descontar com um tiro, aí o cara vai lá atira no cara acerta no outro e o irmão do cara vai descontar, a “agonia” toda é essa, não é tráfico de drogas que aqui não tem nada, quer dizer, existe o tráfico pequeno, em pequena quantidade, aqui moram policiais e quando eles vêm policial lá na frente vem conversar também, não tem muito problema. A violência aqui é outra, não é tráfico de drogas; o tráfico existe como em qualquer lugar existe mais o trafico que é, por exemplo, um traficante com 50g de maconha, a pedra que ele vende lá traz duas pedrinhas de crack transforma em dez para vender... e na verdade isso aí vem do desemprego também, o cara está procurando emprego, tá sendo discriminado aquela coisa toda... como muitas vezes o policial chega aqui e pensa que todo mundo é vagabundo... Quantas vezes eu estava sentado com meu filho, o policial chegava dizendo que eu era vagabundo porque eu tinha cabelo enrolado e tinha tatuagem? quer dizer a gente aqui só foi discriminado falou em Saramandaia, “Deus é mais”, aí quando o Senhor chega aqui não é nada disso; o Senhor “ta” aí e “ta” vendo que não é nada disso. Na primeira caminhada, a gente mobilizou todo Pernambués e Saramandaia a gente chegou aqui no módulo e parou; o pessoal lá de cima não descia nem o daqui ia pra lá para nada e hoje depois da caminhada,

duas semanas depois as pessoas começaram a transitar (sem problemas), através da caminhada que a gente começou a fazer, mobilização e festa de conscientização pela comunidade, o pessoal começou a dar apoio, pais de família... tem até arquivado em vídeo. E a festa não é festa com várias bandas, não, são as bandas daqui de dentro mesmo e projetos... pessoas dançando, palestrando, grupo de teatro, a gente convida muitos projetos daqui, quando a gente fala festa a gente convida todos os projetos pra fazer essa mobilização para cada um deles falar um pouco para conscientizar os jovens, senhoras, adultos e crianças, a gente tá fazendo caminhada, mobilização, tem o “Saramandaia Limpa”, que é uma coisa muito importante pra essa comunidade, os carros de lixo não entram aqui, começaram a passar... Quer dizer, uma festa, com toda comunidade, com todos os projetos e começa a falar sobre essas coisas... o pessoal melhorou; é conscientizar mais um pouco aquele outro que é radical... Uma campanha que a gente tá fazendo não é campanha pra fazer só hoje, é fazer hoje e registrar pra no próximo ano fazer de novo; não é por causa da eleição, nós não temos nada com isso, não tem nada a ver com o prefeito; pode chegar lá, não tem nada de prefeito, de vereador, nem nada, é aquela coisa: quer ajudar ajude, mas sem compromisso político, porque é o que eu aprendi lá dentro do próprio Axé. Sobre isso a gente vem também tendo reuniões, palestras e informações de educadores, a gente vai observando a coisa como é que funciona porque a gente foi ex-educando, ex-menino de rua, eu não era menino de rua mas dormia na rua, ia vender e não voltava, mas tem menino que vive mesmo na rua, mora lá, come lá mesmo, a minha realidade era diferente, então apanhei várias vezes de meninos de rua que roubavam minha “guia”, fui preso... depois que comecei no Axé, conversando com aqueles meninos, eu passei a ver aquela coisa de uma forma diferente; essa coisa de menino ir para rua é coisa de pai e da mãe, muitas vezes mora com o pai que bebe muito e arrebenta o menino, então o menino vai procurar a rua, vai procurar quem o agrada e lhe dê carinho, então é aquela coisa “Tia me dá um trocado...”, procuram um carinho que não acham em casa. Então muitos educadores passam aquela coisa, brincam, os meninos não têm infância, é só porrada, então é uma coisa que a gente vem avaliando, esses anos todos que eu tenho vivido no Axé, é uma coisa legal, então a gente vê, através de nós todos que estamos aqui no “Arte Consciente”, foi um trabalho que o Projeto Axé desenvolveu com a gente. A gente foi resultado do Projeto Axé, eu, Antonio Marcos, Genivaldo, Agenor... a maioria foi do Projeto Axé, o único que não foi é Julivaldo, que fez o curso dele na Cidade Mãe. Acho que o projeto Axé foi um pai e uma mãe nossos em termo de estar auxiliando, conversando, movimentando, dando conselho à gente como é que trabalha. A gente como ex-educando, tendo uma relação com os educadores... o Projeto Axé para mim foi uma faculdade, porque se hoje eu tenho essa estrutura, agradeço a Deus e ao Projeto Axé.

Eu na verdade estava vendendo jornal na época, aí tinha os educadores com vários meninos no chão e eu, curioso, acabei sentando lá, comecei a escrever e os educadores começaram a falar “você faz o quê?” “Mora com sua mãe, com seu pai?”, quer dizer, eles procuram conhecer primeiro o menino e a família do menino, eles perguntam por que a criança tá lá na rua, por que se ele tem pai e tem mãe, tem muitos que mentem, falam que não tem pai não tem mãe, não tem nada, na verdade foge de casa e inventa aquela coisa toda pra o educador não ir na casa deles, mas depois se descobre que ele tem pai e tem mãe.

No meu caso eu comecei por curiosidade, andando lá na Rodoviária, vendo Ivete, Jorge, Jair... os educadores, meus primeiros educadores. Naquela época houve um contrato, um convênio, com o Circo Picolino, com Muzenza, fazendo reciclagem de papel, com o Ilê... teve um convênio também com o Olodum mas pouco, eu acredito não teve uma relação maior por que o professor era o Neguinho do Samba, que agora é da (Banda) Didá, na época ele não dava pra ser educador porque ele era um cara que trabalhava batendo, os caras erravam ele queria bater com a baqueta no cara, então não é bem assim, o Axé não trabalha assim batendo... não é batendo que ninguém aprende nada, o cara vai ficando mais “retado” ainda.

Eu acho que o próprio Axé, eu acredito que sim, se um educador bater numa criança ele vai ser demitido, o Axé, em contato com a empresa, vai tirar o convênio dele. Se ele segurou o contrato com o Ilê e o Muzenza por que tinham profissionais lá dentro, não fosse assim, se essa moda pegasse, toda professora ia meter a mão em todo mundo, porque tem muitas pessoas que não sabe nada e está na escola para aprender, não está lá para apanhar. O projeto Axé perdeu essa relação com o Olodum por causa disso. Depois que eu comecei a conviver com o pessoal do Projeto Axé, no Muzenza, Ilê, Olodum, Circo Picolino, que pra mim foi uma coisa fantástica pra mim que nunca tive aquela infância legal não que meu pai, minha mãe, meu pai mandava eu ir para rua mas a necessidade de ir para rua mesmo vender, ou vendia pra comer ou passava fome por que minha mãe com mais quatro filhos, eu e mais quatro, nós tínhamos que procurar vender qualquer coisa pra entrar o dinheiro do “rango”, a dificuldade que a gente teve na época graças a Deus hoje já estamos bem amenizados, por que a gente morava numa casinha de três metros quadrados mais ou menos para seis pessoas que era minha mãe e cinco meninos, uma menina e quatro meninos então, depois que o projeto Axé entrou em nossa vida é que a gente começou a ver o futuro como é que é, então o pessoal começou a passar estrutura, a gente começou a ganhar bolsa, vale transportes, ter escola - não era que a minha mãe não quisesse a gente na escola, era a necessidade de trabalhar para ajudar, não era caso de minha mãe estar explorando a gente, não era o caso; era minha mãe e a gente, então minha mãe não tinha trabalho, muitas vezes ia fazer um biscate. Eu, como educando, passei por vários processos, vários cursos, SEBRAE, passei por vários setores, também fui funcionário, para mim foi uma experiência enorme, minha mãe falava: “Isso ai não vai dar em nada...” Hoje através do projeto Axé construí minha casa, tenho minha família, ajudo minha mãe... E já desloquei de lá porque estamos desenvolvendo esse trabalho aqui na comunidade que é o local onde a gente convive e nos falamos: “Vamos sentar aqui nós somos ex-educandos do Projeto Axé, vamos procurar passar o que eles ensinaram à gente; é hora da gente passar para a comunidade e procurar fazer o intercâmbio. Por isso que hoje somos o que somos: “Arte Consciente”, porque, consciente através das fontes que passaram pra gente então temos a consciência de que estamos passando pra comunidade, procurando a melhoria da comunidade, conscientização para os jovens pra não usar drogas, pra não viver em setores violentos, se envolver com pessoas erradas. Nosso objetivo hoje na comunidade é esse então pelo que eu passei pelo projeto Axé agradeço a Deus e o pessoal de lá.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM VOLUNTÁRIO

Entrevistado: Raquel Uchoa de Carvalho

OTS: Águia Dourada

Função: Relações Públicas

Data: 09.08.2006 9:00 horas

Perguntas:

- 1. Como é seu trabalho na OTS?**
- 2. Porque ofereceu seu trabalho voluntário nessa OTS?**
- 3. O que faz nas ações de APSV, descreva uma dessas ações?**
- 4. Já sofreu ameaça pelo trabalho que faz?**

Raquel / Águia Dourada

Há sete anos eu aceitei Jesus, me tornei uma pessoa evangélica; e fazia um trabalho de evangelização nos bairros, no lugar onde eu morava e vi o crescimento da violência muito grande, comecei a ver a violência com outros olhos porque onde eu morava tinha aquela coisa assim: “menino de rua é bandido, tinha que ser preso...” Eu nunca tinha visto o outro lado da moeda, que são os agressores, os violadores. Então eu conheci muitos desses meninos, a família... e vi que, na verdade, o que motivava eles a essa violência crescente é uma violência pré-existente dentro de casa; por que, na essência, eles não eram assim; eles eram adolescentes como qualquer um, homens e mulheres como qualquer um, que sentavam, conversavam, tinham sonhos... E aí eu decidi realmente largar tudo – eu era professora, larguei o serviço - para combater isso. De que forma? Através das visitas, através do amor. Eu descobri que na verdade... como, um dia, um (menor) chegou para mim e falou: “Minha tia, a senhora está me evangelizando, falando da falta de comida, que Jesus me dá tudo isso, tudo bem, mas eu vou lhe fazer uma pergunta: eu estou aqui com uma arma, se amanhã eu aparecer na sua casa a senhora deixa eu entrar ? A senhora vai deixar eu entrar e comer na sua casa sabendo quem eu sou?”. Você vê... Dei o meu endereço a ele – eu tenho filhos – e disse a ele “minha casa está aberta para você a hora que você chegar lá você pode comer, dormir... Sabe por que ? Por que eu estou fazendo isso? Por que eu confio, não em você, mas eu confio que lhe amo e creio que nós possamos fazer um trabalho”. Porque a gente falou isso pra ele ? Por que ele ia? Não, eu tinha certeza de que ele não ia entrar em minha casa, não ia almoçar... ele quis me dizer o seguinte: “Será que a senhora me abraçaria? Hoje à noite a senhora vai estar pregando, para dizer que eu sou uma pessoa ótima, mas será que fora desse ambiente de trabalho espiritual a senhora falaria comigo?” Então, o que ele me mostrou foi o seguinte: que é muito fácil falar de coisas boas para essas pessoas que estão nessa situação, mas, nós, na verdade, temos preconceitos contra eles. Na verdade, quando eles chegam perto, nós nos afastamos, ficamos com medo, comentamos, dizemos aos nossos filhos para não lidar com pessoas assim, quando passamos de carros – e eu fazia isso – fechamos os vidros... Tudo isso é agressão. Se eles nos agredem, nós também agredimos cada um deles com a nossa falta de

amor... E eu aprendi isso, graças a Deus. Alguns deles agrediram, assaltaram minha casa, mas a grande maioria, graças a Deus, entram aqui, a gente tem feito um resgate muito grande da auto estima deles, da cidadania, mostrar pra eles que existem outros valores além desses que estão aqui. Foi isso que me motivou, o amor ao próximo mesmo, a dedicação, o querer servir. Deixar de dizer assim: “Ah, é culpa do governo”, porque eu dizia isso; “é culpa do sistema”, o velho chavão. Mas não é culpa do sistema, não é culpa de um grupo especial, se formos culpar, a sociedade toda é culpada e eu faço parte dessa sociedade, não posso falar como se estivesse fora dela... E eu, Raquel, como pessoa, o que eu estava fazendo? Comendo, dormindo, ganhando meu salário bom, meus filhos estavam tendo tudo, e eu não estava nem sequer dando atenção a isso, e aí eu mudei.

Em primeiro lugar é a falta de verbas, de apoio de outras organizações maiores, de empresas, que nós perdemos, e a capacidade (profissional) do voluntariado porque, como não tem verba ele não pode pagar um psicólogo, ele não pode pagar um pedagogo, mesmo que ele não possa pagar um salário, mas tem que ter uma ajuda de custo e nós não temos esse tipo de pessoal que deveria ter aqui, nós temos essa consciência, é um projeto nosso ter um psicólogo, um pedagogo acompanhando as crianças, mas nós não temos, então nós fazemos vários papéis ao mesmo tempo para poder ajudar a comunidade no que a gente pode, mas a falta de verba tem sido o maior empecilho.

É nós não podemos contratar. As pessoas vêm aqui por amor, mas os profissionais nós não podemos. Nós temos que dar graças a Deus, porque existem pessoas que ainda querem trabalhar pela comunidade porque na verdade não recebem, não são remunerados, e gastam muito tempo da sua vida aqui dentro. Eu mesma tenho semana que não saio daqui. Não sou remunerada. E a gente tem outros trabalhos, porque precisa viver... Ficamos por amor. Um incentivo ajudaria bastante.

Eu mantenho contato com o Axé e outras. A gente conversa, fala dos problemas... São organizações já estabelecidas, com todo um quadro de pessoal... Mas há aquela coisa do isolamento. A minha organização pode ter tudo, recebe do estrangeiro, mas eu não posso lhe dar nem um pouquinho. Por exemplo, o Axé recebe (ajuda) do Projeto da Criança da Rede Globo, então, como ele (André Cícero) é embrião do projeto AXÉ, por que ele é embrião, ele saiu de lá e criou a própria organização dele. Ele, foi na verdade, um agente multiplicador, ele aprendeu com o AXÉ, então qual seria a posição do Projeto AXÉ? Por ser embrião... “Puxa, a gente viu ele crescer, a gente criou André Cícero...” então, todo mês... O que é mil reais, dois mil reais para o Projeto AXÉ ? É um funcionário deles... “O que você está precisando ?” Não é apenas dinheiro, “olhe, eu tenho pedagogo aqui, uma psicóloga, ela vai trabalhar um dia aí...” Fazer esse intercâmbio. Mas eles não fazem. E André Cícero vai, pede, senta, conversa, eu vou nas outras organizações... Esta semana a gente foi em uma reunião onde só tinham organizações e eu falei disso, dessa questão... por que o que falta em uma, a outra pode completar, cada uma trabalha no seu setor, mas todos nós podemos nos ajudar mutuamente. Essa falta de união entre as organizações tem sido um dos nossos maiores empecilhos.

A gente fala, liga... O Axé, André Cícero está sempre em parceria, as outras a gente descobre, liga para alguém que indicou, passa o trabalho pra um e para o outro, uma coisa de boca a boca de pessoa para pessoa. Mas, como eu falei, não dá, existe aquela barreira entre uma organização e outra mesmo sendo que as vezes uma saiu de outra maior; o Projeto AXÉ não tem só André Cícero, tem outros embriões que sempre recorrem ao Axé. No nosso caso, a Paratodos paga o aluguel daqui, é uma ajuda pequena, mas é o que eles podem fazer, e nós descobrimos que eles ajudam não sei quantas organizações e todas com o mesmo problema de André Cícero e eles pagam o aluguel. Se não fosse a Paratodos não existiríamos, porque sem casa, não existe, existe no papel mas tem que ter um endereço, tem que ter como atender a comunidade; então eles fazem este trabalho. Ele (André Cícero) juntou todas as outras organizações para as quais eles colaboram, e a gente ficou conhecendo outras ONGs, de

outros bairros, cada um com o trabalho diferente, tem para deficientes físicos, vítimas de queimaduras, e a gente ficou ciente de cada problema de cada um, e eles também ficaram cientes dos nossos. É assim que a gente entra em contato; às vezes um mesmo cooperador atua em várias organizações e aí uma vez ao ano a gente marca uma reunião com todos aqueles que aqui colaboram.

ANEXO D - RELAÇÃO DE INTEGRANTES DO FCCV

12^a. CIPM (Ondina – R. Vermelho)

cipm12@pmba.ba.gov.br

13^a CIPM /Polícia Militar do Estado da Bahia

cipm13@pmba.ba.gov.br

35^a. CIPM/Polícia Militar do Estado da Bahia

cipm30@pmba.ba.gov.br

40^a. CIPM /Polícia Militar do Estado da Bahia

cipm40@pm.ba.ba.gov.br / cipm40@cpu0011.ba.gov.br

ADESF – ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DE SIMÕES FILHO

AMOFÉ – Associação de Moradores da Federação

amofe_gestaouniao@hotmail.com

Ass. Nac. dos Advogados Afro-Descendentes – ANAAD

anaad.advogados@zipmail.com.br

Assessoria de Planejamento / DETRAN

gtcex@saude.ba.gov.br

Assoc Cultural e de Defesa dos Moradores da Lad. João de Deus

Assoc. de Defesa do Meio Ambiente e Ação Social ADMAS

yemanya31@yahoo.com.br

Associação Bahiana de Adolescência – ASBA

asbahia@hotmail.com / sandraplessim@lognet.com.br

Associação Bahiana de Medicina – ABM

jcrbrito@abmnet.org.br

Associação Bahiana de Redução de Danos – ABAREDA

abareda@bol.com.br

Associação Cultural Benef.e Esportiva S. Salvador

scrbes@hotmail.com / sociedadesaosalvador@yahoo.com.br

Associação de Mulheres Cidadãs de São Cristóvão

Associação de Pais e Mestres da Comunidade de Saramandaia

almsong@bol.com.br

BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL

deise-sandri@hotmail.com / doris-pimenta@yahoo.com.br

Câmara dos Vereadores

nelsonsantana@cms.ba.gov.br

Casa da Paz

casadapaz.org@uol.com.br

CEAPA - Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas da Bahia:

ceapa-ba@uol.com.br

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan

adm@cedeca.org.br / webmaster@violenciasexual.org.br

Centro de Educação e Cultura Popular – CECUP

cecup@cecup.com.br

Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz FIOCRUZ

zanatta@cpqgm.fiocruz.br

Centro Espírita Caminho da Redenção

adm@mansaodocaminho.com.br

Centro Projeto Axé

axe@ongba.org.br / centroformacao@hotmail.com

Centro Regional da Bahia da FUNDACENTRO

letnobre@fundacentro-ba.gov.br / mika@fundacentro-ba.gov.br

CETAD/UFBA

latavares@terra.com.br / ouvidoria@cetad.com.br

CEVIBA

ceviba@cidadedaluz.com.br

CHAME – Centro Humanitário de Apoio à Mulher

chame@svn.com.br / ong@chame.org.br

CIPÓ / Comunicação Interativa

ccn@cipo.org.br

COAPS / Secretaria Municipal de Saúde / Prefeitura Municipal de Salvador
mtf_64@hotmail.com

COELBA
eandrade@coleba.com.br

Comissão de Direitos Humanos - OAB
direitoshumanos@oab.org.br

Comissão de Just e Paz da Arquidiocese Salvador
cjp@cjpsalvador.org.br

Comissão de Proteção e Defesa dos Direitos dos Afrodescendentes (CPDDA)/OAB
marialice.advogados@zaz.com.br

Comissão dos Direitos do Cidadão / Câmara Municipal da Cidade do Salvador

Conselho de Moradores de Jaquaripe II
comorja2@hotmail.com

Conselho Municipal da Mulher
luciaquedes65@hotmail.com

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
cmdcassa@iq.com.br

Conselho Regional de Serviço Social 5ª. Região/Ba / Comissão de Ética e Direitos Humanos
cress-5@cress-ba.org.br

Cooperativa Múltipla União Comunitária – COOPERUNI
cooperuni@yahoo.com.br / maisdemil@hotmail.com

Coordenação de Assistência Jurídica da Capital / Defensoria Pública do Estado
celiapadilha@yahoo.com.br

Coordenação de Gestão Participativa / Séc Estadual de Educação

Coordenadoria de Missões Especiais – CME / PMBA
renat2002@uol.com.br / assuncao@pm.ba.gov.br

CRAD-IS CENTRO DE REFERÊNCIA DO ADOLESCENTE ISABEL SOUTO

cradis@saude.ba.gov.br

CRIA
coordcria@allways.com.br

DAÍ

Defensoria Pública
dpe.coordgab@sjdh.ba.gov.br

Delegacia Especial de Atendimento à Mulher- DEAM
isabelalice@bol.com.br

Departamento de Policia Técnica

DERCA
kbbastos@iq.com.br / <http://www.ssp.ba.gov.br/derca.asp>

DSBRV

Engenho Novo Publicidade e Promoções
eliene@engenhonovo.com.br

Escola de Belas Artes / UFBA
elizabethactis55@hotmail.com

Escola de Dança / UFBA
danca@ufba.br

Ext. Mude Salvador
jribeironeto@bol.com.br / ribeirosouza@zipmail.com.br

Federação Bahiana Espírita

Federação da Associações de Bairros de Salvador – FABS
fabs@bol.com.br

**Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado
DA Bahia**

Fund.Cidade Mãe (GETEC)
cidade_mae@pms.ba.gov.br

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS
gapre@salvador.ba.gov.br / grace.gomes@uol.com.br

Fundação Instituto de Direitos Humanos
fundacao@idh.org.br

Fundação Luis Eduardo Magalhães flem@flem.org.br /
<http://www.flem.org.br/>

Fundação Maria Lúcia Jaqueira Mattos
fundacaojaqueira@veramattos.com.br

Grupo de Mães e Pais do CEDECA
adm@cedeca.org.br

Grupo de Mulheres do Alto das Pombas
grupomulheres@iq.com.br

Grupo de Mulheres do Eng.Velho da Federação
gmartesanatocomcidadania@bol.com.br

Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra
eloisa@pms.ba.gov.br / ialode28@hotmail.com

Grupo Gay da Bahia
ggb@ggb.org.br

Instituto Antopoiésis Brasilis Ed.para a Paz e Sustentabilidade
montran@iq.com.br

Instituto de Perinatologia da Bahia
eliana.ps@uol.com.br / nilcelypessoa@terra.com.br

INSTITUTO FAÇA PARTE
facaparte@facaparte.org.br / bahia@facaparte.org.br

Instituto Médico Legal Nina Rodrigues

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
gportela@sdr.incra.gov.br

Instituto Roerich da Paz e Cultura do Brasil
ompax@bol.com.br / paxcultura@iq.com.br

JUSPOPULI Escritório de Direitos Humanos
juspopuli@hotmail.com.br / elgalessa@iq.com.br

Ministério Público / Coord. da Infância e Juventude

Movimento Cultural Popular do Subúrbio/AMUL

movimentocultural055@hotmail.com

Movimento Estado de Paz
suzanav@atarde.com.br

MUSA/ISC
musa@ufba.br

NMJ – E.Velho da Federação
thiagoprotagonista@bol.com / nmjuvenil@bol.com.br

NORTE – Núcleo de Orientação e Readaptação Social
norte2002@hotmail.com

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM
neim@ufba.br

Núcleo de Tecnologia Educacional – NUTE - Liceu de Artes e Ofícios da Bahia
neynarte@terra.com.br

OAF
oaf@oaf.org.br

PANGEA - Centro de Estudos Socioambientais
pangea@svn.com.br

Pastoral da Criança
pastoralba@ig.com.br

Pastoral Operaria

PETROBRAS
wbrito@petrobras.com.br / proberto@petrobras.com.br

Polícia Militar do Estado da Bahia
andresilva@uol.com.br / lazaroraimundo@bol.com.br

Polícia Militar do Estado da Bahia - CPI / Quartel dos Aflitos
cyank@bol.com.br

PRACATUM - Associação Pracatum Ação Social
pracatum.escola@veloxmail.com.br

Programa da Paz – Sec. Munic de Articulação e Promoção da Cidadania

Projeto Encontro das Tribos Jovens
c.integros@portonet.com.br

Projeto Proteger
pproteger@terra.com.br

Projeto VIVER / Secretaria de Segurança Pública
debora_cohim@yahoo.com.br / francionepires@yahoo.com.br

Quilombo Calabares: Arte e Educação
gilson_Santosassis@hotmail.com

S.O.S Criança/FUNDAC – SETRAS

SAJU / Faculdade de Direito/UFBA
emiliateixeira@yahoo.com.br

SEBRAE – BA
angela.machado@ba.sebrae.com.br

Secretaria do Desenvolvimento Social – SETRADS
saraalmeida@pms.ba.gov.br / adriana.aan@clickp1.com.br

Secretaria Municipal de Educação Prefeitura Municipal de Salvador
verambarbosa@hotmail.com

SENAC/Centro de Unidade Móvel
graca.rocha@ba.senac.br

SESAB / Governo do Estado da Bahia
gtcext@saude.ba.gov.br / conceição.souza@saude.ba.gov.br

SIAP / Secretaria de Segurança Pública
iramosde@ssp.ba.gov.br

INDIVIGILANTES/BA
sindvigilantes@uol.com.br

INDPOC
sindpoc@sindpoc.org.br

Soc. Benef de Defesa e Recreat do Eng. V da Federação
assengvelho@ig.com.br

Soc. Beneficente e Recreativa do Calabar – SBRC

UEFS

emaraujo@uefs.br / ema94@hotmail.com

UNEGRO
unegro@bol.com

UNESCO
escbahia@unesco.org.br

UNICEF
salvador@unicef.org.br

UNI -PAZ
unipazba@terra.com.br

Universidade Estadual Feira de Santana
elianafc@gd.com.br

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
cordeiro@lognet.com.br